

2º SEMESTRE DE 2023

RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA



Instituto de Previdência dos
Servidores do Distrito Federal



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL

Governador do Distrito Federal

Ibaneis Rocha

Vice-Governadora do Distrito Federal

Celina Leão

Diretora-Presidente do Iprev-DF

Raquel Galvão Rodrigues da Silva

Diretor de Previdência

Paulo Henrique de Sousa Ferreira

Diretora de Administração e Finanças

Célia Maria Ribeiro de Sales

Diretor de Investimentos

Thiago Mendes Rodrigues

Diretor Jurídico

Luiz Gustavo Barreira Muglia

Diretora de Governança, Projetos e Compliance

Sylvia Neves Alves

Elaboração

Ricardo Lucio Souza Trajano

Jean Costa Sousa

Ouvidoria

Régia Marisol Hosana Silva Fernandes

Eric Leonardo Santana Amim Rodrigues

Unidade de Atuária

Jucelina Santana da Silva

Diagramação

Unidade de Comunicação Social

PALAVRA DA DIRETORA- PRESIDENTE

Transparência e confiança

Criado pela Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, para ser o órgão gestor único do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal (RPPS-DF), o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (Iprev-DF) tem a responsabilidade de captar e capitalizar os recursos necessários à garantia de pagamento dos benefícios previdenciários atuais e futuros dos segurados e dependentes.

A sua missão é trabalhar para a construção de um futuro previdenciário seguro a seus beneficiários, com o menor impacto possível aos contribuintes. Com a visão de ser reconhecido por beneficiários e contribuintes, pela excelência na gestão previdenciária no Distrito Federal. E como valores a integridade, a confiabilidade, a sustentabilidade e a transparência.

O Iprev-DF tem se pautado, nos últimos anos, por um trabalho de gestão participativa, transparente, eficiente e eficaz, com credibilidade e excelência no atendimento. Destaque no desenvolvimento de planos e programas que trazem mais transparência em suas ações.

Este Relatório de Governança Corporativa tem a finalidade de prestar informações dos principais resultados alcançados pelo Instituto. Traz, entre outras informações, dados que possibilitam o conhecimento da instituição, assim como suas diretrizes, objetivos e metas, em complemento as peças contábeis evidenciadas nas Demonstrações Financeiras. A disponibilização dessas informações permite aos segurados, beneficiários e ao público em geral, acompanhar as principais ações de gestão do Instituto.

Além disso, o relatório reúne as estratégias e o desempenho da administração e a forma de alocação dos recursos financeiros e previdenciários que são administrados pelo Iprev-DF. Por fim, demonstra a transparência e o controle social do Iprev-DF, bem como a importância de se adotar sistemas integrados de governança e de gerenciamento de riscos, visando alcançar resultados de maneira sustentável.

Outra ação relevante é a realização de projetos interseccionais que corroboram para manter a Certificação Nível II, do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Portaria MPS nº 185, de 14 de maio de 2015). Foram, ainda, realizados monitoramentos com o objetivo de atingir o nível IV, o mais avançado nível de qualificação, que é a nossa meta.

Em síntese, a transparência e a confiança são pilares fundamentais para o Iprev-DF, refletindo seu compromisso com uma gestão previdenciária responsável e participativa. Ao disponibilizar informações claras e acessíveis, o Instituto não apenas promove a credibilidade em suas ações, mas também fortalece o controle social e a participação dos segurados e beneficiários.

O caminho percorrido rumo à Certificação Nível IV exemplifica a determinação do Iprev-DF em evoluir continuamente sempre garantindo a segurança previdenciária. Assim, ao concluirmos este Relatório de Governança Corporativa, reiteramos a importância da transparência como vetor de confiança e responsabilidade, motivando todos os envolvidos a acompanhar e contribuir para um futuro previdenciário mais sólido e sustentável.

Raquel Galvão Rodrigues da Silva

SUMÁRIO

Apresentação	9
1. Quem somos	10
1.1. Mapa Estratégico Iprev-DF	11
1.2. Organograma do Iprev-DF	12
1.3. Política de Qualidade	14
1.4. Imagem Institucional	14
1.5. Gestão Estratégica	15
1.6. Monitoramento de Metas	16
1.7. Educação Previdenciária	17
1.8. Coordenação de Governança de Tecnologia da Informação	21
1.9. Compliance e Integridade	22
1.10. Indicador de Situação Previdenciária – ISP/2023	23
1.11 Certificação Pró-Gestão RPPS Nível II	24
1.12 Controles internos	25
1.13 Governança Corporativa	25
2. Gestão Previdenciária	26
2.1. Benefícios Previdenciários	26
2.1.1. Aos Segurados	26
2.1.2. Aos Dependentes Segurados	26
2.2. Fundos Previdenciários	26
2.2.1. Fundo Financeiro de Previdência Social	26
2.2.2. Fundo Capitalizado dos Servidores do Distrito Federal	27

2.3. Contribuições Previdenciárias	27
2.4. Cadastro	28
2.4.1. Fundo Financeiro de Previdência Social	28
2.4.2. Fundo Capitalizado dos Servidores do Distrito Federal	30
2.5. Ações Desenvolvidas no Segundo Semestre de 2023	31
2.5.1. Concessão de Benefícios	31
2.5.2. Homologação de CTC	32
2.5.3. Prova de Vida	32
2.5.4. Compensação Previdenciária	33
2.5.5. Atendimentos aos Beneficiários	34
2.5.6. Atualização de Manuais e Procedimentos	36
3. Unidade de Atuária	39
3.1. Resultado Atuarial	39
3.1.1. Evolução Quantitativa da Massa Segurada	41
3.1.2. Custo Previdenciário	42
3.1.3. Comparativo de Receitas e Despesas – Estimadas e Executadas	43
4. Controladoria	46
4.1. Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAAAI 2023	47
4.2. Ações	48
4.3. Apoio às Ações a Cargo da Diretoria de Governança, Projetos e Compliance	49
4.4. Tomadas de Contas Especiais – TCE Instauradas e Analisadas	56
4.5. Procedimentos Administrativos Disciplinares, Sindicantes Instaurados e outros sob Análise	56
4.6. Das Manifestações de Conformidade para contratações	57
4.7. Do Monitamento da Execução Orçamentária	60

4.8. Da Concessão e Revisão de Aposentadorias e Pensões	60
5. Ouvidoria	61
5.1. Diagnóstico	62
5.2. Canais de Atendimento	63
5.3. Os Temas mais Utilizados pelo o Cidadão	64
5.4. Classificação	65
5.5. Prazo de Resposta	66
5.6. Indicadores	66
5.7. Acesso à Informação	67
5.7.1. Diagnóstico	67
5.7.2. Painel de Acesso à Informação	68
5.7.3. Informações Gerais	69
5.7.4. Projetos Institucionais	70
5.7.4.1. Aculturar a Política de Elogios e Sugestões no Iprev-DF	70
5.7.5. Projetos Institucionais	72
5.7.5.1. Iprev-DF no seu Órgão	72
5.7.5.2. Projeto “Bate Papo com a Ouvidoria”	74
5.7.5.2.1. 1ª Palestra do Iprev-DF sobre “Assédio no âmbito da Administração Pública”	74
5.7.5.3. Ações Extraprojetos	75
5.7.5.3.1. Curso: “Relações Autênticas, com base na Comunicação Não Violenta”	75
5.7.5.3.2. Palestra “Ambientação e Intergração Institucional”	76
5.7.5.3.3. Pílulas de Integridade	76
5.7.5.3.4. Ouvidoria – Instância de Governança de Serviços	77
5.7.5.3.5. 1º Workshop do Iprev-DF	78

5.7.5.3.6. Ouvidoria – Instância de Governança de Serviços	80
5.7.5.3.7. “Transformação Reconhecimento em Excelência”	80
5.7.5.3.8. Prêmio “Índice de Transparência do GDF/2023”	81
6. Diretoria de Administração e Finanças	81
6.1. Divisão de Gestão de Pessoas	82
6.1.1. Estrutura do Iprev-DF	84
6.2. Gerência de Logística e Expediente	84
6.3. Gerência de Manutenção e Patrimônio Mobiliário	84
6.4. Gerência de Contratos	84
6.5. Coordenação de Finanças	89
6.5.1. Gerência de Pagamentos	89
6.5.2. Gerência de Conciliação	93
6.6. Coordenação de Planejamento e Orçamento	93
6.7. Coordenação Arrecadação	96
6.8. Coordenação de Contabilidade e Liquidação	102
7. Diretoria de Investimentos	105
7.1. Cenário	105
7.2. Desempenho Anual das Carteiras de Investimentos Administradas pela DIRIN	114
7.2.1. Fundo Solidário Garantidor (FSG)	114
7.3. Fundos Estruturados e Imobiliários	128
7.3.1. Fundo Financeiro	132
7.3.2. Fundo Capitalizado	132
7.3.2.1. Taxa de Juros Reais do Plano Previdenciário	142
7.3.3. Fundo Administrativo	142

7.4. Principais Destaques dos Ativos Não Financeiros	144
7.4.1. Contextualização	144
7.4.2. Revisão da Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008	144
7.4.3. Unidade de Gestão dos Ativos Não Financeiros (UFSG)	145
7.4.4. Entrada de Recursos no Iprev-DF Relativos ao Artigo 73-A da LC 932/2017 em setembro/2023	146
8. Diretoria Jurídica	148
8.1. Ações do Segundo Semestre	148
8.2. Atividades em Processos Judiciais	149
8.3. Notas Técnicas Relevantes	149
8.3.1. Nota Técnica N.º 19/2023 - Iprev/Dijur	149
8.3.2. Nota Técnica N.º 21/2023 - Iprev/Dijur/Assejur	150
8.3.3. Nota Técnica N.º 20/2023 - Iprev/Dijur/Assejur	150
8.3.4. Nota Técnica N.º 22/2023 - Iprev/Dijur/Assejur	150
8.3.5. Nota Técnica N.º 23/2023 - Iprev/Dijur/Coap	150
8.3.6. Nota Técnica N.º 29/2023 - Iprev/Dijur/Coap	150
8.3.7. Nota Técnica N.º 31/2023 - Iprev/Dijur/Coap	150
8.3.8. Nota Técnica N.º 39/2023 - Iprev/Dijur/Coap	151
8.3.9. Nota Técnica N.º 42/2023 - Iprev/Dijur/Coap	151
8.3.10. Nota Técnica N.º 8/2023 - Iprev/Dijur/Coaa/Gealc	151
8.3.11. Nota Técnica N.º 13/2023 - Iprev/Dijur/Coaa/Gealc	151
8.3.12. Nota Técnica N.º 02/2023 – Iprev/Dijur/Coap/Geaci	151
9. Assessoria dos Conselhos	152
9.1. Realizações 2º semestre de 2023	152

9.2. Estrutura dos Órgãos Colegiados, Diretoria Executiva e Comitê de Investimentos	152
9.2.1. Conselho de Administração – Conad	153
9.2.2. Conselho Fiscal – Confis	157
9.2.3. Diretoria Executiva – Direx	159
9.2.4. Comitê de Investimentos e Análise de Riscos – Ciar	161

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Governança Corporativa – RGC tem a finalidade de prestar informações dos principais resultados alcançados pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev-DF relativos ao 1º semestre de 2023. Esse Relatório divulga, ainda, entre outras informações, dados que possibilitam o conhecimento da instituição, assim como suas diretrizes, objetivos e metas, em complemento as peças contábeis evidenciadas nas Demonstrações Financeiras.

A disponibilização dessas informações permite aos segurados, beneficiários e ao público em geral, acompanhar as principais atividades do Instituto. Ademais, o RGC expõe um quadro completo das estratégias e do desempenho da administração e da forma de alocação dos recursos financeiros e previdenciários que são administrados pelo Iprev-DF.

Por fim, cabe destacar que o RGC demonstra a transparência e o controle social do Iprev-DF, bem como a importância de se adotar sistemas integrados de governança e de gerenciamento de riscos, visando alcançar resultados de maneira sustentável.

1. QUEM SOMOS

O Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - Iprev-DF é uma autarquia em regime especial, com personalidade jurídica de direito público, instituída pela Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal – SEPLAD.

O Iprev-DF é o órgão gestor único do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF e tem por atribuição principal captar e capitalizar os recursos necessários à garantia de pagamento dos benefícios previdenciários atuais e futuros dos segurados e dependentes, por meio de uma gestão participativa, transparente, eficiente e eficaz, dotada de credibilidade e excelência no atendimento. Sendo responsável, ainda, pelo gerenciamento e a operacionalização do RPPS/DF, incluindo a arrecadação e a gestão de recursos financeiros e previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários.

O RPPS/DF é composto, obrigatoriamente, por todos os servidores titulares de cargos efetivos ativos, aposentados e pensionistas, do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Distrito Federal - TCDF, incluídos o Tribunal de Contas do Distrito Federal, as autarquias e as fundações, na qualidade de segurados, bem como seus respectivos dependentes.

Ressalta-se que não integram o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Distrito Federal os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargos em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outros cargos temporários ou de empregos públicos.

Os militares e os policiais civis, pelas especificidades dispostas na Constituição Federal de 1988 e na Lei Federal nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, que institui o Fundo Constitucional do Distrito Federal, também não integram o RPPS/DF.

Com a edição da Lei Complementar nº 932, de 03 de outubro de 2017, foi realizada uma reorganização do regime de custeio do plano de benefícios do RPPS/DF, com a junção dos antigos fundos previdenciários submetidos ao regime de repartição simples (Fundo Financeiro) e capitalizado (Fundo Previdenciário do Distrito Federal - DFPrev), para um único Fundo Financeiro que abarca todos os atuais servidores efetivos que ingressaram no serviço público distrital até 28/02/2019. Os fundos previdenciários são definidos:

- **Fundo Financeiro de Previdência Social:** destinado ao pagamento de benefícios previdenciários aos segurados que tenham ingressado no serviço público até o dia anterior à data de aprovação, ou seja, a partir de 01/03/2019, pelo órgão federal fiscalizador, do regime de previdência complementar fechado dos instrumentos jurídicos necessários ao funcionamento dos respectivos planos de benefícios, bem como aos que já recebiam benefícios nessa data e seus respectivos dependentes; e

- **Fundo Capitalizado dos Servidores do Distrito Federal:** destinado aos servidores que ingressaram no serviço público a partir 01/03/2019 data de aprovação do Plano de Benefícios da Previdência Complementar pela DF-Previcom, cujas contribuições e benefícios estão limitados

ao teto do Regime Geral de Previdência - RGPS, hoje em R\$ 7.507,49 (sete mil, quinhentos e sete reais e quarenta e nove centavos). Sendo facultados a estes, o ingresso no Regime de Previdência Complementar – RPC, administrado pela DF-Previcom, para a obtenção de benefício complementar ao teto do RGPS.

Além das mudanças originadas do regime de financiamento do RPPS/DF, a Lei Complementar nº 932/2017 criou o Fundo Solidário Garantidor formado por diversificado patrimônio composto com recursos financeiros anteriormente vinculados ao Fundo Previdenciário - DFPrev, imóveis, ações do Banco Regional de Brasília - BRB e outros direitos e bens que venham a ser direcionados para a formação de um verdadeiro fundo de solvência para a garantia do pagamento dos benefícios atuais e futuros dos servidores efetivos do Distrito Federal vinculados aos Fundos Financeiro e Capitalizado do RPPS/DF.

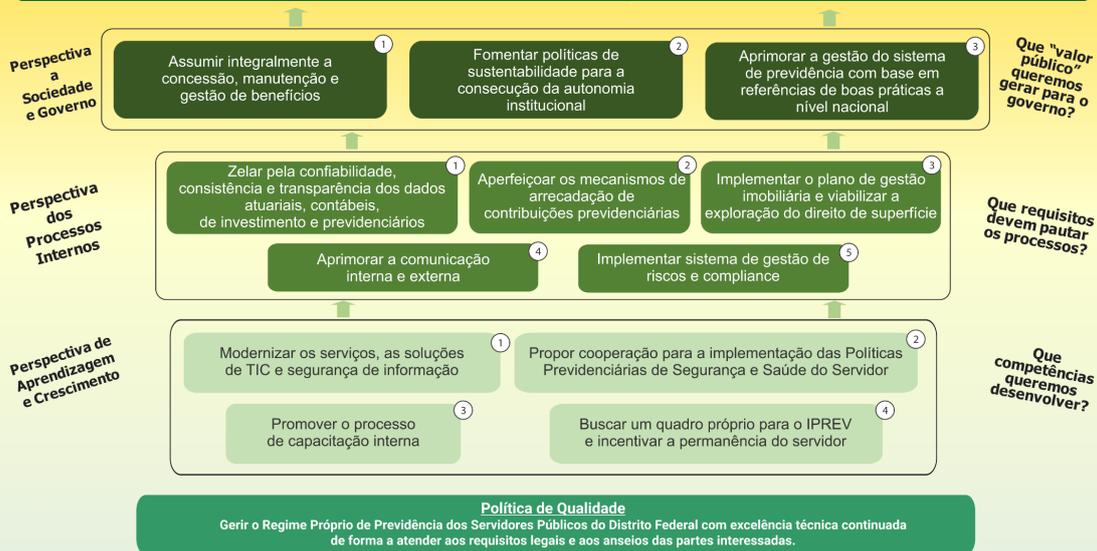
Desde a criação do Iprev-DF pela Lei Complementar nº 769/2008, contava-se com uma estrutura organizacional reduzida e incompatível com os desafios institucionais atribuídos à autarquia para o gerenciamento do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Distrito Federal. Por isso, visando garantir a boa consecução dos serviços prestados, foram iniciadas ampliações gradativas na estrutura administrativa do Iprev-DF, iniciando com a edição do Decreto nº 32.795, de 10 de março de 2011, até o Decreto nº 45.365, de 28 de dezembro de 2023.

Por fim, em 2022 foi publicado o edital do primeiro Concurso para a Carreira de Atividades Previdenciárias do Iprev-DF, criada pela Lei nº 6.777, de 30 de dezembro de 2020. Esse concurso previu, inicialmente, o provimento de até 85 (oitenta e cinco) cargos efetivos, o certame foi homologado, conforme consta no Diário Oficial do Distrito Federal nº 104, de 02 de junho de 2023. Ainda na segunda metade de 2023, foi realizada, no dia 12 de março de 2023, a prova do primeiro concurso que ofereceu 65 (sessenta e cinco) vagas e cadastro reserva, o que representou a conquista de um quadro próprio de servidores, reforçando o compromisso da instituição em trabalhar por um futuro previdenciário seguro aos seus beneficiários.

1.1. MAPA ESTRATÉGICO IPREV-DF

MAPA ESTRATÉGICO 2021-2025

Missão Trabalhar para a construção de um futuro previdenciário seguro a seus beneficiários, com o menor impacto possível a seus contribuintes
Visão Ser reconhecido por beneficiários e contribuintes, pela excelência na gestão previdenciária do Distrito Federal
Valores Integridade, confiabilidade, sustentabilidade e transparência



Que "valor público" queremos gerar para o governo?

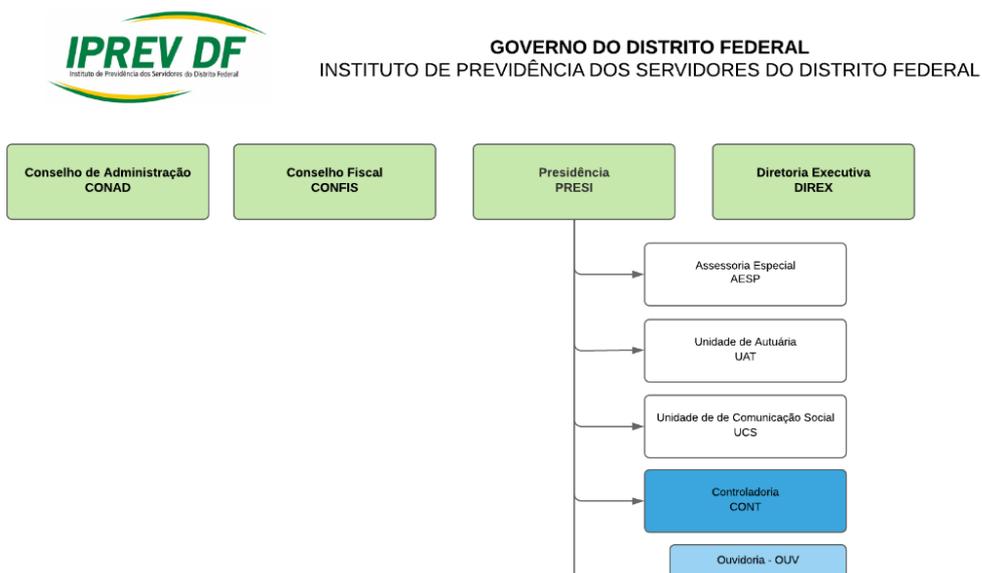
Que requisitos devem pautar os processos?

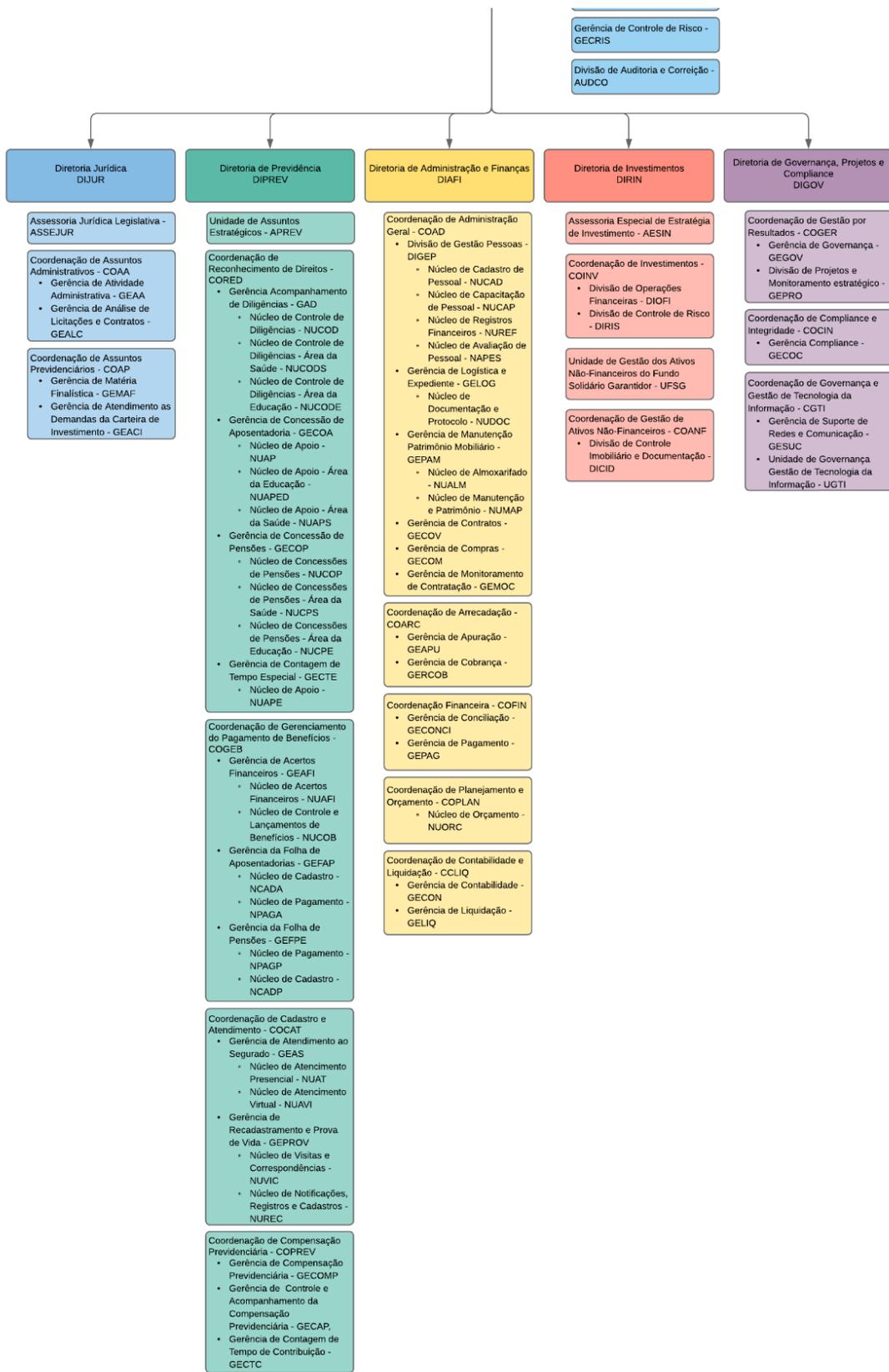
Que competências queremos desenvolver?



Fonte: modelos-de-Mapa-Estrategico.png (4967x3517) (iprev.df.gov.br)

1.2. ORGANOGRAMA DO IPREV-DF





Fonte: organograma_retrato_iprev_df_SET_2023_

1.3. POLÍTICA DE QUALIDADE

Gerir o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Distrito Federal – RPPS/DF com excelência técnica continuada de forma a atender aos requisitos legais e aos anseios das partes interessadas.

1.4. IMAGEM INSTITUCIONAL

O Iprev-DF tem envidado esforços no sentido de alcançar abrangente e transformador processo de atualização e modernização da identidade institucional, impulsionado pela visão de ser reconhecido por beneficiários e contribuintes pela excelência na gestão previdenciária no Distrito Federal.

Com a finalidade de atuar de forma ética, obedecendo aos princípios da transparência e do diálogo constante com a sociedade e a imprensa, buscando assim a preservação da imagem do Iprev-DF, a Unidade de Comunicação Social – UCS promoveu a divulgação de atos, ações e eventos de interesse institucional e da comunidade, de forma eficaz, utilizando-se de campanhas, folders, jornais e outras peças promocionais, juntamente com os órgãos responsáveis pela publicidade do Governo do Distrito Federal, procurando manter o foco na transparência, celeridade, eficiência e no interesse social, conforme se pode verificar no sítio eletrônico: <http://www.iprev.df.gov.br/>.

Quanto à estrutura de governança do Iprev-DF, conforme determinação legal e de seu Regimento Interno, é composta por: Conselho de Administração - Conad, Conselho Fiscal - Confis, Diretoria Executiva - Direx, Comitê Interno de Governança Pública do Iprev-DF – CIG e pelo seu representante, na figura do Diretor-Presidente.

Para o Iprev-DF, Governança Corporativa refere-se às regras que governam a sua estrutura e ao exercício de poder e controle das atividades da Autarquia Previdenciária. A prática dos conceitos de governança corporativa está intrinsecamente relacionada com a busca constante de eficiência e da gestão da integridade que, se adequadamente disseminada, pode se tornar uma força propulsora e aglutinadora dos esforços de todos os envolvidos, além de contribuir positivamente para a disseminação e para a promoção de medidas e boas práticas de gestão para a 19 manutenção de um ambiente corporativo íntegro, ético e transparente.

Nesse contexto, as medidas de boa governança são de fundamental importância às práticas, às decisões e aos relacionamentos entre Conselho de Administração - Conad, Diretoria Executiva - Direx, Conselho Fiscal - Confis, Comitê de Investimentos e Análise de Riscos - Ciar, Comitê Interno de Governança Pública – Cig, com a finalidade de aperfeiçoar o desempenho da Autarquia Previdenciária.

A Diretoria Executiva atua conforme competências estabelecidas pelo Regimento Interno vigente do Iprev-DF, aprovado por meio do Decreto nº 39.381, de 10 de outubro de 2018, publicado no DODF nº 195, de 11/10/2018.

O Conselho de Administração (Conad-Iprev-DF) tem sua regulamentação prevista na Lei Complementar nº 769/2008, e em seu Regimento Interno, nos termos da Resolução nº 01/2010, publicada no DODF nº 66, de 07/04/2010. É composto por 14 (quatorze) membros titulares, e seus respectivos suplentes, designados pelo Governador do Distrito Federal. Dentre outras competências, destaca-se a proposição de diretrizes gerais de atuação do Iprev-DF.

O Conselho Fiscal é órgão fiscalizador dos atos de gestão do Iprev-DF para proteção dos interesses da Autarquia. Criado pelo art. 89 da Lei Complementar nº 769/2008, o Confis atua conforme seu Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 01, de 1º de junho de 2015, publicada no DODF nº 115, de 17/06/2015. É composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes nomeados pelo Governador do Distrito Federal.

O Comitê de Investimento e Análise de Riscos, por sua vez, é o órgão consultivo ao qual compete elaborar as propostas mensais e anuais de investimentos e de financiamentos do Iprev-DF. Tem sua estrutura, composição e funcionamento estabelecidos pela Portaria nº 37, de 06/10/2016.

O Comitê Interno de Governança Pública, instituído pela Portaria nº 54, de 27/06/2019, tem o objetivo de garantir o desenvolvimento e a apropriação das melhores práticas de governança de forma contínua e progressiva, nos termos estabelecidos pelo Conselho de Governança Pública do Distrito Federal - CGov.

1.5. GESTÃO ESTRATÉGICA

A gestão estratégica compreende, além do planejamento estratégico, a implementação, monitoramento e avaliação da estratégia para aprimorar o alcance da Visão, o cumprimento da Missão e a aprendizagem organizacional. A gestão estratégica é o ponto de intersecção de diversas funções organizacionais e usa os resultados das atividades de planejamento e orçamento como insumos para contribuir na definição dos produtos e serviços, melhorar os processos internos, aperfeiçoar a estrutura, desenvolver as competências e alocar os recursos necessários ao alcance dos objetivos estratégicos organizacionais.

Como ferramenta dessa gestão, o Mapa Estratégico 2021-2025, em consonância com as diretrizes do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS (Pró-Gestão), tornou-se uma importante iniciativa implementada e subsidiou a elaboração das matrizes de riscos setoriais e avaliação de eventos críticos.

Outra importante ação foi o planejamento dos Projetos Estratégicos que são desenvolvidos buscando o aperfeiçoamento da gestão previdenciária. Destaca-se, nesse sentido, o acompanhamento das metas, institucionais e setoriais, realizado por meio do Painel de Monitoramento Gerencial – PMG.

O PMG é uma ferramenta de monitoramento que consiste em um processo de permanente coleta, análise e sistematização de informações e de verificação do andamento das metas instituídas no Iprev-DF. Por meio desta sistemática, é possível realizar a integração de planejamento estratégico e de execução operacional/setorial.

Por meio desta coleta e transformação de dados em informações, os gestores podem usar os dados operacionais internos e as novas informações sobre o ambiente externo, para testar e adaptar a hipótese estratégica que é, em apertada síntese, uma ideia ou solução para determinada questão estratégica que ainda não possui a comprovação de sua eficácia e que estão aptas a serem testadas, lançando outro ciclo de avaliação em torno do sistema integrado de planejamento estratégico e execução operacional/setorial.

Desta forma, é possível verificar qual o percurso crítico - elementos do plano que, à luz das informações consolidadas, precisam de constante monitoramento. Espera-se, com isto, garantir que os gestores possam deliberar e recomendar correção de rumos, ajustes no próprio plano ou em sua forma de execução, para garantir o cumprimento do Planejamento Estratégico e Metas Institucionais aprovadas pela Diretoria Executiva.

1.6. MONITORAMENTO DE METAS

As metas são monitoradas no Painel de Monitoramento Gerencial – PMG, ferramenta que integra o planejamento estratégico com a execução operacional/setorial. O PMG teve suas funcionalidades atualizadas pela Divisão de Projetos e Monitoramento Estratégico, unidade estratégica da Coordenação de Gestão por Resultados, que integram a estrutura orgânica da Diretoria de Governança, Projetos e Compliance, a fim de aprimorar as regras de negócios existentes nesta ferramenta de monitoramento e possibilitar a criação de relatórios gerenciais mais dinâmicos.

Figura 1. Painel de Monitoramento Gerencial

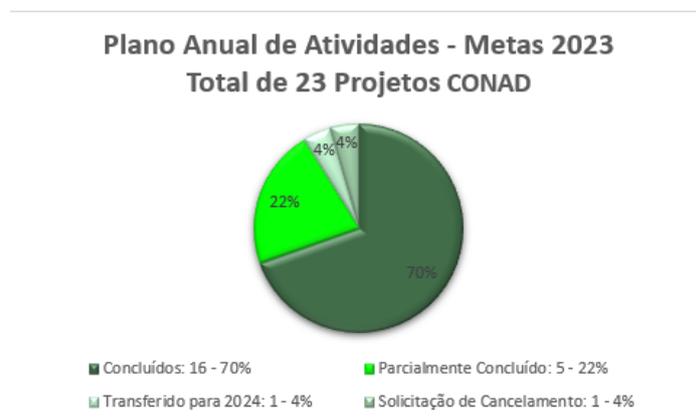


Fonte: DIGOV/COGER/DIPROM

Foram executados, durante o ano de 2023, 53 (cinquenta e três) Projetos Estratégicos. Desses, 23 (vinte e três) compõe o Plano Anual de Atividades que é o contrato de gestão firmado entre a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração.

Dos 23 (vinte e três), o Iprev-DF obteve êxito na conclusão de 16 (dezesesseis) projetos com entregas de 100% do escopo de produto pactuado. Com isso, destacamos a evolução dos projetos de 2023, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 1. Plano Anual de Atividades Iprev-DF 2023



Fonte: DIGOV/COGER/DIPROM

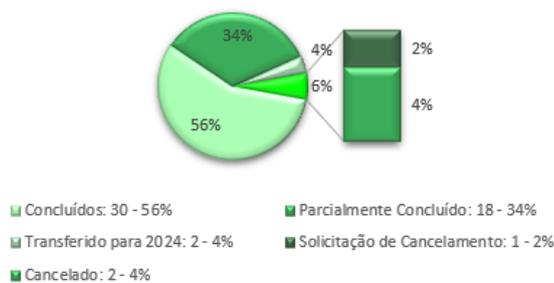
Outra ação relevante que tem sido conduzida pela área de Governança, e que é de extrema importância para o desenvolvimento do Iprev-DF, é a realização de projetos interseccionais que corroboram para atingir a Certificação Nível II do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Portaria MPS nº 185, de 14 de maio de 2015), atingida em 10/05/2022. Foram, ainda, realizados monitoramentos com vistas à manter o nível atingido, prospectando o próximo nível.

Destaca-se, ainda, os produtos entregues pelas áreas técnicas, ao longo do ano, de forma a demonstrar a conciliação entre as atribuições institucionais e os compromissos de gestão declarados em conjunto com a alta gestão. Alguns projetos existentes na presente Nota Técnica (SEI-GDF nº 130773709), constam do Plano de Atividades Anual de 2023, visado garantir a execução e conclusão dos Projetos Estratégicos e em obediência ao art. 93-A, da Lei Complementar nº 932/2017.

Além dos projetos pactuados por meio do Plano Anual de Atividades, destacados acima, outros 30 (trinta) foram monitorados pela Divisão de Monitoramento e Projetos Estratégicos. Estes projetos são setoriais e de grande relevância para organização institucional. Salienta-se, que os projetos são divididos por área técnica, os produtos desenvolvidos e entregues, são de responsabilidade de cada unidade do Iprev-DF. Somando todos, dentre os 53 (cinquenta e três) Projetos Estratégicos Institucionais, destacam-se os seguintes resultados alcançados pelo Iprev-DF no exercício em referência: 30 (trinta) projetos concluídos; 18 (dezoito) projetos concluídos parcialmente; 2 (dois) projetos transferidos para 2024; 2 (dois) cancelados e 1 (uma) solicitação de cancelamento.

Gráfico 2. Projetos Estratégicos Institucionais Iprev-DF 2023

Projetos Estratégicos Institucionais 2023
Total de 53 Projetos



Fonte: DIGOV/COGER/DIPROM

1.7. EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Educação Previdenciária é o conjunto de ações de capacitação, qualificação, treinamento e formação específica ofertadas aos servidores públicos do ente federativo, da unidade gestora do RPPS/DF, aos segurados e beneficiários em geral (servidores ativos, aposentados e pensionistas), aos gestores e conselheiros e aos diferentes profissionais que se relacionam ou prestam serviços ao RPPS/DF.

Os assuntos tratados na Educação Previdenciária são os relativos à compreensão do direito à Previdência Social e de seu papel como política pública, à gestão, à governança e aos controles do

RPPS nos seus mais variados aspectos (gestão de ativos e passivos, gestão de pessoas, benefícios, investimentos, orçamento, contabilidade, finanças, estruturas internas e externas de controle, dentre outros). Também são contempladas pela Educação Previdenciária as ações de divulgação das informações relativas ao resultado da gestão do RPPS para os diferentes órgãos e entidades integrantes do governo do ente federativo, para instituições públicas e privadas e para o conjunto da sociedade.

Desta forma, tendo em vista a responsabilidade deste Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal em promover a Educação Previdenciária, foi publicada no DODF nº 121, de 30/06/2021, a Portaria nº 26, de 28 de junho de 2021, a qual dispõe sobre o Programa de Educação Previdenciária e o Plano de Ação de Capacitação em Educação Previdenciária do Iprev-DF.

Além disso, destaca-se que as capacitações em Educação Previdenciária estão alinhadas com a Portaria nº 73/2021, que dispõe sobre o Plano de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas do Iprev-DF.

Busca-se, então, parceria com a Escola de Governo do Distrito Federal – Egov-DF, unidade de comando e supervisão, diretamente subordinada à Secretaria Executiva de Gestão Administrativa, a quem compete desenvolver e implementar projetos e ações da Política de Formação e Capacitação dos Servidores da Administração Direta e Indireta por meio da capacitação continuada de servidores nas modalidades de educação presencial, semipresencial e à distância, para que fosse possível promover a certificação de servidores capacitados, bem como expandir a publicidade dos cursos, utilizando as ferramentas de divulgação da Egov-DF.

Assim, destaca-se os cursos que foram ofertados aos servidores do Iprev-DF e do Governo do Distrito Federal, no segundo semestre de 2023, no tocante ao Programa de Educação Previdenciária:

- Curso de Mapeamento, análise e modelagem de processos

O curso foi realizado no período de 28/08 a 1/09/2023, com carga horária de 20 horas, oferecido pelo instrutor Rogério Leitão, nas dependências da Escola de Governo DF, tendo como público alvo os servidores do Iprev-DF envolvidos no mapeamento dos processos.

Foto 1. Curso de Mapeamento, análise e modelagem de processos

Escola de Governo
do Distrito Federal
Escola de Governo
do Distrito Federal
Secretaria Executiva
de Gestão Administrativa
Secretaria de Planejamento,
Orçamento e Administração



Curso
**Mapeamento, análise e modelagem
de processos**



Fonte: DIGOV/COGER/Educação Previdenciária

- Curso de Aposentadoria especial em face ao art. 40, §4º o da Constituição Federal.

O curso aconteceu no período de 28/08 a 01/09/2023, nas dependências da Egov-DF. O Iprev-DF contou com 3 (três) instrutores nesse curso, são eles: Raquel Galvão Rodrigues da Silva, Diretora-Presidente do Iprev-DF; Adriano Sabino de Melo, Assessor da Subsaúde; e Glicio Ramar Ribeiro da Silva, Gerente de Contagem de Tempo Especial, da Coordenação de Reconhecimento de Direitos, da Diretoria de Previdência.

Foto 2. Curso de Aposentadoria especial



Fonte: DIGOV/COGER/Educação Previdenciária

- Curso Prático de Instrução Processual de Concessão de Aposentadoria.

O curso aconteceu no período de 16 a 20/10/2023, nas dependências da Egov-DF. O Iprev-DF contou com a instrutora Liliana Estela Sampaio Duarte, Coordenadora de Reconhecimento de Direitos, da Diretoria de Previdência.

Foto 3. Curso de Aposentadoria especial



Fonte: DIGOV/COGER/Educação Previdenciária

Além disso, foram publicizados aos servidores do Iprev-DF cursos à distância com a temática previdenciária, disponíveis na Escola Nacional de Administração Pública, como:

- Pro-Gestão RPPS (30h | On-line)
- Censo Cadastral Previdenciário (30h | On-line)
- eSocial para Órgãos Públicos - RPPS (20h | On-line)
- Demonstrativos de Investimentos - DAIR e DPIN (30h | On-Line)
- Critérios de Regularidade Previdenciária - CRP (60h | On-Line)
- A Previdência Social dos Servidores Públicos: Regime Próprio e Regime de Previdência (30h | On-Line)
- Aposentadoria e Pensão de servidores: Atualizações conforme Emenda 103/2019 (25h | On-line)
- Fundamentos da integridade pública: Prevenindo a corrupção (25h | On-line)
- Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses (DIPR) e Parcelamento de débitos previdenciários dos RPPS (30h | On-line)
- Gestão de Consultas e Normas GESCON – RPPS (40h | On-line)
- Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA (60h | On-line)

1.8. COORDENAÇÃO DE GOVERNANÇA GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Em virtude da importância que a tecnologia da informação - T.I. possui no âmbito das organizações públicas, deixando de ter papel simplesmente operacional e se tornando uma questão estratégica, a governança de T.I., componente da governança corporativa, é a responsável pela forma como as questões que envolvem a temática são geridas.

A Coordenação de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação - CGTI desenvolveu, no segundo semestre de 2023, ações em prol do crescimento do Iprev-DF, dentre as quais destacam-se:

- A realização de 588 (quinhentos e oitenta e oito) atendimentos, registrados, à usuários, referentes à demanda de liberação de acesso a sistemas, demandas de softwares, telefonias dentre outras atividades.
- Trabalho em conjunto com a Coordenação Geral de Administração, promovendo readequação da infraestrutura de T.I. e cabeamento de rede, decorrente da expansão do ambiente de trabalho do Iprev-DF para comportar a chegada dos novos servidores.
- Procedeu-se à instalação de mais uma sala técnica, que fica no 1º andar, com o intuito de aprimorar a centralização e gestão eficiente das demandas de rede. É importante destacar que a sala destina-se a alocar com exclusividade todos os equipamentos de rede, como roteadores e switches, dispostos em racks e está equipada conta com 1 (um) switch gerenciável composto por 48 (quarenta e oito) portas.

Quanto aos trabalhos que tem sido desenvolvidos para o mapeamento dos processos relacionados às atividades do Iprev-DF, destaca-se a realização de trabalhos que não apenas abrangem o escopo de avaliação para a manutenção da certificação Pró-Gestão, mas também estão sob a supervisão da CGTI. Estes trabalhos compreendem, por exemplo, a modelagem de processos por meio da análise dos dados fornecidos por todas as áreas técnicas da Autarquia Previdenciária. A padronização é uma competência atribuída pela Portaria nº 30, de 12 de julho de 2022 e, durante o segundo semestre de 2023, destacam-se os processos que foram objeto de análise quanto ao enquadramento na padronização recomendada do mapeamento:

- Processo SEI-GDF nº 00413-00003944/2019-50 – Revisão do Manual de Procedimentos para instrução de Processos de Aposentadorias.
- Processo SEI-GDF nº 00413-00003793/2023-16 – Mapeamento de Processo do Acompanhamento e Atuação nas Ações Judiciais. Trata-se de processos relativos aos procedimentos para cumprimento de decisões judiciais encaminhadas pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, via SEI-GDF, e o cumprimento das decisões por intimação judicial encaminhadas diretamente pelo juízo.
- Processo SEI-GDF nº 00413-00002335/2023-60 – Manual de Compensação Previdenciária.

A CGTI atuou, ainda, no planejamento das contratações e aquisições de serviços de tecnologia da informação e comunicação no segundo semestre de 2023. No total, foram realizadas as seguintes aquisições:

- Processo SEI-GDF nº 00413-00003626/2023-75 – Aquisição de novos microcomputadores.
- Processo SEI-GDF nº 04033-00022188/2023-33 – Contratação de serviço de outsourcing de impressão e aquisição de scanners.

1.9. COMPLIANCE E INTEGRIDADE

Prefacialmente, se faz necessário ressaltar que a Política de Governança Pública e Compliance no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Distrito Federal foi instituída por meio do Decreto nº 39.736, de 28 de março de 2019, e possui como escopo a redução de riscos e de penalidades por irregularidades praticadas no âmbito desta Autarquia Previdenciária, assegurando, ainda, a idoneidade e a boa imagem do Iprev-DF ante à sociedade.

Diante disso, no segundo semestre de 2023, em atenção ao Plano Anual de Compliance, foram finalizados na Coordenação de Compliance e Integridade os trabalhos de avaliação de conformidade junto à Diretoria de Administração e Finanças e Diretoria de Investimentos, ocasião em que foram feitas sugestões de melhoria nos processos avaliados.

Salienta-se, ainda, que a realização de compliance nas grandes áreas deste Instituto de Previdência objetiva o cumprimento das determinações contidas no Manual Pró-Gestão RPPS.

Outrossim, no que concerne à implementação do Plano de Integridade deste Iprev-DF, no 2º semestre de 2023 foi aprimorado o projeto Pílulas de Integridade, ocasião em que as pílulas passaram a ser disseminadas de forma quinzenal aos servidores desta Autarquia Previdenciária. Vale destacar, ainda, que as pílulas de integridade são disseminadas via e-mail e aplicativo de mensagens (grupo de servidores no Whatsapp), assim como são publicizadas no sítio institucional e na intranet.

Além do mais, foi disponibilizado, em parceria com a Escola de Governo – Egov/DF, curso de capacitação em ética e integridade, com carga horária de 20h, para os servidores deste Instituto de Previdência, o qual foi realizado no período de 11 a 15/09/2023 e contou com a participação de 17 (dezessete) servidores. Do mesmo modo, a Coordenação de Compliance e Integridade, em parceria com a Divisão de Gestão de Pessoas, Ouvidoria, Controladoria e Comitê de Ética e Conduta realizou o 1º Workshop Iprev-DF com a temática “Ética, Integridade, Ouvidoria e Controle”, o qual foi destinado a todos os servidores da Autarquia Previdenciária e teve como foco a promoção do canal de ouvidoria, da ética, da integridade e da correição.

1.10. INDICADOR DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA – ISP/2023

O Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPPS da Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social divulga, anualmente, o Indicador de Situação Previdenciária dos Regimes Próprios de Previdência Social (ISP-RPPS) dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Antes de adentrar às minúcias, cumpre rememorar que o Indicador de Situação Previdenciária (ISP) foi instituído pela Portaria MF nº 01, de 03 de janeiro de 2017. A Portaria MTP nº 1.467, de 2022, revogou a Portaria MPS nº 402/2008, e, em substituição ao inciso V do art. 30 que tratava do ISP, passou a conter um capítulo específico sobre o Índice de Situação Previdenciária, prevendo, entre as competências da então Secretaria de Previdência - SPREV relacionadas aos RPPS, a divulgação do indicador de situação previdenciária, bem como, de sua composição, metodologia de aferição e periodicidade em seu endereço eletrônico, na rede mundial de computadores.

O ISP apresenta 3 (três) dimensões ou aspectos avaliados: gestão e transparência, situação financeira e situação atuarial. Os RPPS são divididos e comparados em grupos com Regimes de perfis semelhantes, por porte, e são classificados conforme o resultado da avaliação do indicador, nível A, B, C ou D. Nesse sentido, apresenta-se, abaixo, tabela que consigna as avaliações realizadas considerando os critérios definidos nos normativos destacados:

Tabela 1. Índice de Situação Previdenciária / ISP-RPPS-2023

Tabela 36: Classificação detalhada dos Estados e Distrito Federal

ENTE	UF	REGIÃO	INDICADOR DE REGULARIDADE DE	INDICADOR DE ENVIO DE INFORMAÇÕES	INDICADOR DE GESTÃO	CLASSIFICAÇÃO EM GESTÃO E TRANSPARÊNCIA	INDICADOR DE SUFICIÊNCIA FINANCEIRA	INDICADOR DE ACUMULAÇÃO DE RECURSOS	CLASSIFICAÇÃO EM FINANÇAS E LIQUIDEZ	INDICADOR DE COBERTURA PREVIDENCIÁRIA	CLASSIFICAÇÃO EM ATUARIAL	ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA
GOVERNO DO ESTADO DO ACRE - AC	AC	N	B	B	C	C	B	B	B	C	C	D
GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS - AL	AL	NE	A	A	A	A	B	C	B	A	A	B
GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS - AM	AM	N	A	A	A	A	B	A	A	A	A	A
GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ - AP	AP	N	C	C	B	C	A	A	A	C	C	C
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA - BA	BA	NE	B	A	C	B	C	C	C	C	C	D
GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ - CE	CE	NE	A	A	C	B	A	A	A	B	B	B
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - DF	DF	CO	B	A	B	B	B	B	B	B	B	C
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - ES	ES	SE	A	A	C	B	B	A	A	A	A	B
GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS - GO	GO	CO	A	B	B	B	C	B	B	C	C	C
GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO - MA	MA	NE	C	B	C	C	B	B	B	C	C	D
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - MG	MG	SE	C	C	C	C	C	C	C	C	C	D
GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - MS	MS	CO	A	A	C	B	A	C	B	B	B	C
GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO - MT	MT	CO	C	A	A	B	A	B	A	B	B	B
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - PA	PA	N	B	B	B	B	A	C	B	C	C	C
GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA - PB	PB	NE	A	A	B	A	C	B	B	B	B	B
GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO - PE	PE	NE	A	A	A	A	C	C	C	C	C	C
GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - PI	PI	NE	C	A	C	C	A	C	B	C	C	D
GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - PR	PR	S	A	A	B	A	B	A	A	A	A	A
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJ	RJ	SE	C	A	B	B	C	A	B	A	A	B
GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - RN	RN	NE	C	C	C	C	B	C	B	C	C	D
GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA - RO	RO	N	B	A	A	A	A	A	A	A	A	A
GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - RR	RR	N	C	B	C	C	A	A	A	C	C	C
GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - RS	RS	S	B	A	B	B	C	B	B	A	A	B
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - SC	SC	S	B	A	B	B	C	C	C	B	B	C
GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE - SE	SE	NE	B	A	A	A	B	B	B	C	C	C
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SP	SP	SE	B	B	C	C	C	C	C	C	C	D
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS - TO	TO	N	C	B	B	C	A	A	A	C	C	C

Fonte: Índice de Situação Previdenciária - Divulgação de Resultados – Ministério da Previdência Social (www.gov.br)

1.11. CERTIFICADO PRÓ-GESTÃO RPPS NÍVEL II

O Iprev-DF alcançou, em 10 de maio de 2022, o Nível II do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios da Previdência Social (Pró-Gestão RPPS) e pode atuar no mercado financeiro como Investidor Qualificado RPPS. Com a certificação, o Iprev-DF passa a ser reconhecido nacionalmente pelas suas práticas de gestão e a ter acesso a alternativas e limites de alocação que possibilitem maiores rentabilidades aos recursos que aplica no mercado financeiro, de acordo com o que estabelece a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.963, de 25 de novembro de 2021.

Foram, então, instruídos processos visando o monitoramento e controle dos requisitos do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social, Pró-Gestão, atingido após auditoria realizada nos dias 9 e 10/05/2022, ocasião em que o Iprev/DF foi, conforme já informado, enquadrado no Nível II por cumprir e demonstrar a implementação das práticas adequadas de gestão previdenciária nas 3 (três) dimensões: Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária.

É importante ressaltar que a manutenção dos quesitos da certificação, que possui prazo de 3 (três) anos, é de competência desta Autarquia Previdenciária que deve promover o monitoramento dos processos e atividades, buscando garantir o cumprimento dos requisitos mínimos estabelecidos, observando as diretrizes consignadas no Manual do Pró-Gestão RPPS, de acordo com a versão vigente, e em conformidade com os parâmetros definidos na Portaria MTP nº 1.467/2022.

Assim, pautando-se nas competências regimentais de cada área técnica, Diretoria ou Unidade, foram encaminhados, em autos apartados, processos com vistas ao monitoramento dos quesitos, realizado pela Coordenação de Gestão por Resultados com o objetivo de manter o nível enquadrado. Foi solicitado, ainda, que fossem indicados, se fosse o caso, àqueles que porventura precisassem de adequação; àqueles que não foram atendidos; ou, ainda, àqueles que foram atendidos com ressalvas, o que viabiliza o efetivo acompanhamento.

Foi, inclusive, objeto de Projeto Estratégico que previu, sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, Projetos e Compliance, o Projeto: “Desenvolver e implantar metodologia de monitoramento dos critérios da certificação Pró-gestão”, que integrou, ainda, o Plano Anual de Atividades, aprovado pelo Conselho de Administração na ocasião da 67ª Reunião Ordinária, ocorrida em 08/02/2023.

O projeto, que foi capitaneado pela Divisão de Projetos e Monitoramento Estratégico, em coadunação com a Coordenação de Gestão por Resultados, teve como produto o desenvolvimento de metodologia de monitoramento e controle dos requisitos da certificação pró-gestão nível II, objetivando identificar, com antecedência, eventual necessidade de ações para manter os requisitos estabelecidos em cada uma das ações nas dimensões de Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária.

O objetivo das consultas é que as informações recebidas subsidiem diagnóstico, onde será possível identificar, com mais precisão, a manutenção, ou não, dos quesitos garantidos no momento da auditoria, possibilitando que a Coordenação de Gestão por Resultados possa estabelecer Plano de Contingência em caso de eventual desenquadramento.

1.12. CONTROLES INTERNOS

Trata-se do conjunto de políticas e procedimentos que uma organização utiliza para assegurar o cumprimento das obrigações legais e a conquista dos seus objetivos estratégicos. Tem por objetivo garantir que:

- Riscos sejam mantidos dentro de patamares aceitáveis;
- Demonstrações contábeis e financeiras reflitam adequadamente suas operações;
- Procedimentos administrativos sejam operacionalizados em conformidade com padrões de ética, segurança e economia.

1.13. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Diz respeito ao conjunto de processos, políticas e normas aplicados por uma organização com o objetivo de consolidar boas práticas de gestão e garantir a proteção dos interesses de todos aqueles que com ela se relacionam. Transparência, equidade, prestação de contas (accountability) e responsabilidade são alguns dos princípios fundamentais ligados à governança corporativa. A melhoria da governança do RPPS tem por finalidade assegurar o cumprimento de sua missão institucional, garantindo:

- Preservação dos direitos dos segurados;
- Proteção dos interesses do ente federativo;
- Adequada gestão do patrimônio; e
- Conformidade com os requisitos legais estabelecidos pelos órgãos de regulação.

2. GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

De acordo com o previsto na Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, o Iprev-DF é o órgão gestor único do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF, a quem incumbe o gerenciamento e a operacionalização do mesmo, incluindo a arrecadação e a gestão de recursos financeiros e previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários.

Hoje, o Iprev-DF faz a gestão de 87 (oitenta e sete) órgãos de um total de 91 (noventa e um). Isso representa 36.109 (trinta e seis mil, cento e nove) segurados de um total de 74.597 (setenta e quatro mil, quinhentos e noventa e sete), o que abrange 95% dos órgãos e 48% dos segurados.

2.1. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS:

2.1.1 AOS SEGURADOS

A Aposentadoria é assegurada ao servidor que preencher os requisitos conforme determinado na legislação pátria, nas situações abaixo apresentadas:

- Aposentadoria compulsória por invalidez permanente;
- Aposentadoria compulsória por idade;
- Aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição;
- Aposentadoria voluntária por idade;
- Aposentadoria especial do professor; e
- Aposentadoria especial nos casos previstos em lei complementar federal, nos termos do art. 40, § 4º, da Constituição Federal;

2.1.2 AOS DEPENDENTES DOS SEGURADOS

Aos dependentes dos segurados poderá ser concedida a pensão por morte em caso de falecimento do segurado, seja ele servidor ativo ou aposentado.

2.2. FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS

2.2.1 FUNDO FINANCEIRO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Baseia-se no regime de repartição simples, sendo destinado ao pagamento de benefícios previdenciários aos segurados, e aos seus dependentes, que tenham

ingressado no serviço público distrital até 28/02/2019. Pelo regime de repartição simples, as contribuições dos servidores ativos financiam os benefícios dos atuais aposentados e pensionistas.

2.2.2 FUNDO CAPITALIZADO DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL

Baseia-se no sistema de capitalização, sendo destinado aos servidores que tenham ingressado no serviço público a contar de 01/03/2019. O sistema de capitalização implica, necessariamente, na formação de reservas, mediante aplicações no mercado financeiro e de capitais, com a finalidade de assegurar o pagamento de compromissos, atuais e futuros.

2.3. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

As alíquotas de contribuição do RPPS/DF são determinadas por lei, tendo sido sua última alteração promovida pela Lei Complementar nº 970, de 08 de julho de 2020, alterando os artigos 60 e 61 da Lei Complementar nº 769/2008, sendo: Para segurados ativos, in verbis: [...] “Art. 60. A contribuição previdenciária dos segurados ativos, de que trata o art. 54, II, é de 14%, incidente sobre a remuneração-de-contribuição, conforme o disposto no art. 62.” e para segurados inativos e pensionistas, *ipsis litteris*:

“Art. 61. A contribuição previdenciária dos segurados inativos e dos pensionistas, de que trata o art. 54, III, incidente sobre a remuneração-de-contribuição, conforme o disposto no art. 62, observa os seguintes parâmetros:

I – até 1 salário mínimo, ficará isento;

II – de 1 salário mínimo até o valor vigente do teto dos benefícios pagos pelo Regime de Previdência, incidirá alíquota de 11%;

III – acima do teto dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, incidirá alíquota fixa de 14%.”

A Contribuição previdenciária dos segurados ativos é incidente sobre a remuneração de contribuição ou salário de contribuição, sendo que o salário de contribuição dos servidores vinculados ao regime de previdência complementar fica limitado ao teto fixado para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Se, porventura, o beneficiário da aposentadoria ou da pensão possuir doença incapacitante, a contribuição previdenciária incidirá apenas sobre a parcela de provento que supere o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.

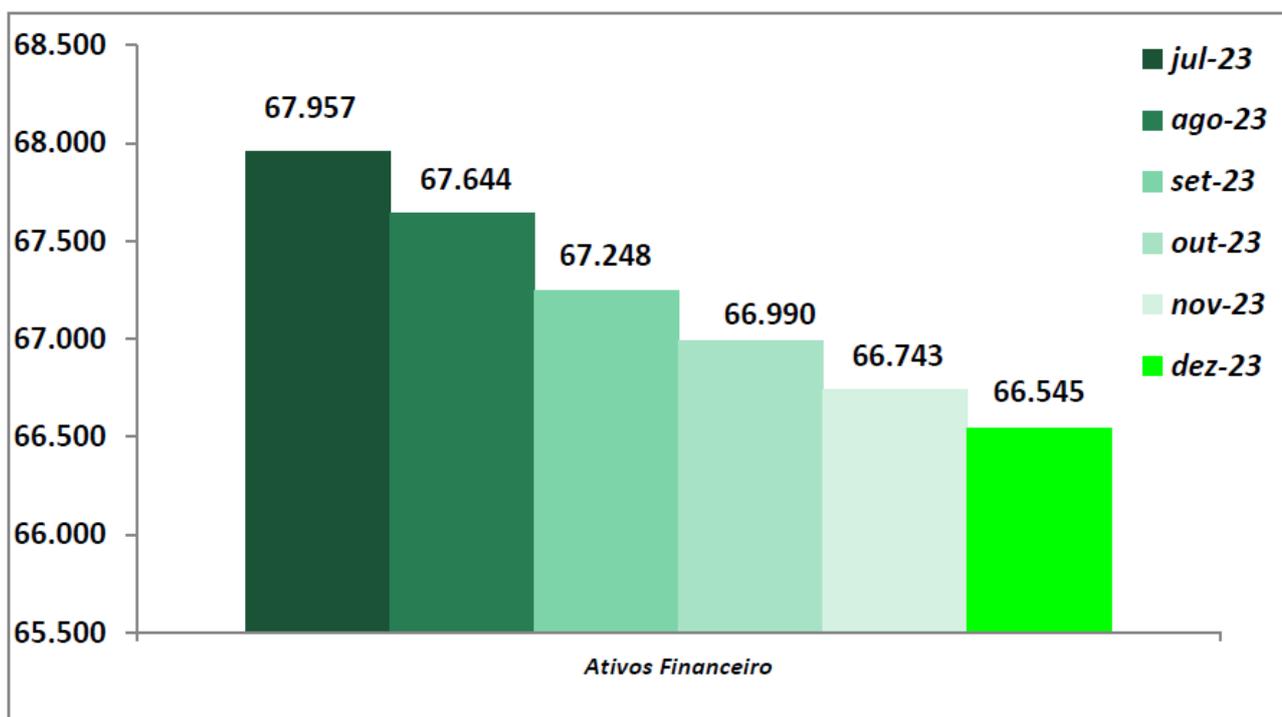
A contribuição previdenciária calculada sobre o benefício de pensão por morte terá como base de cálculo o valor total do benefício, independentemente do número de cotas, sendo o valor da contribuição rateado entre os pensionistas, na proporção de cada cota parte.

2.4. CADASTRO

Passa-se, então, a análise do quantitativo total de segurados dos Fundos Financeiro e Capitalizado do RPPS-DF, incluindo os segurados do Executivo, Defensoria Pública do Distrito Federal, Tribunal de Contas do Distrito Federal e Câmara Legislativa do Distrito Federal.

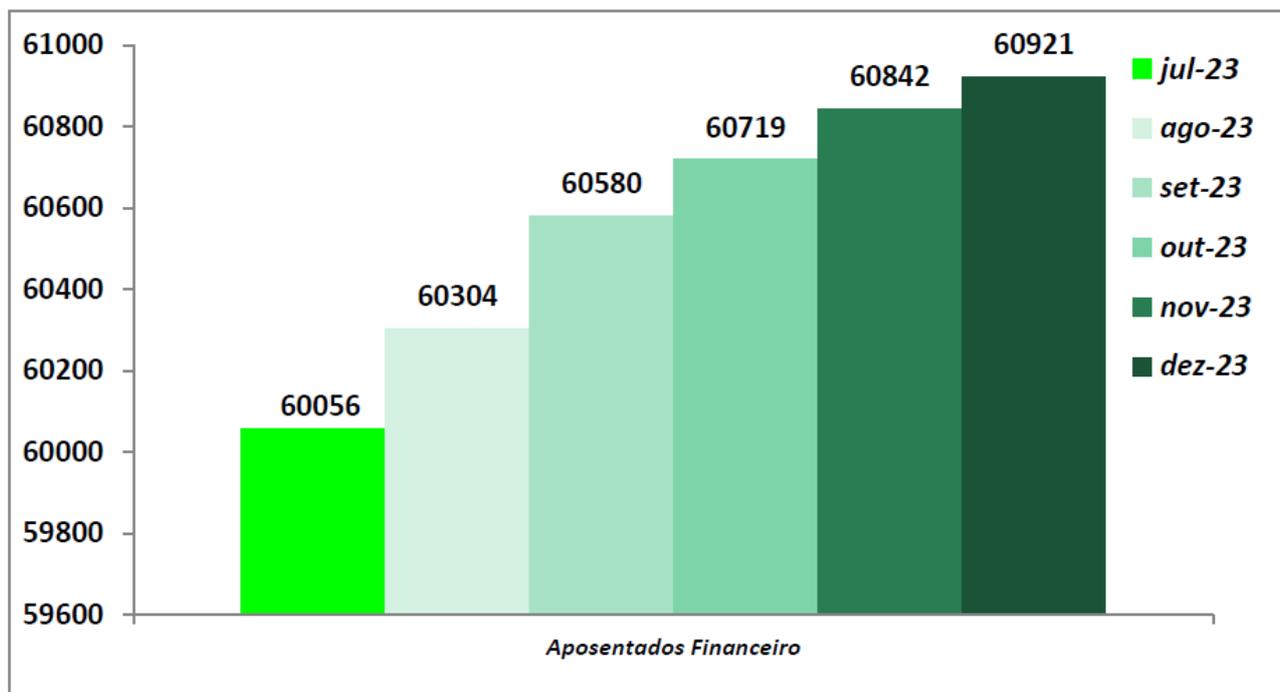
2.4.1 FUNDO FINANCEIRO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Gráfico 2. Quantidade de Servidores Ativos do Fundo Financeiro



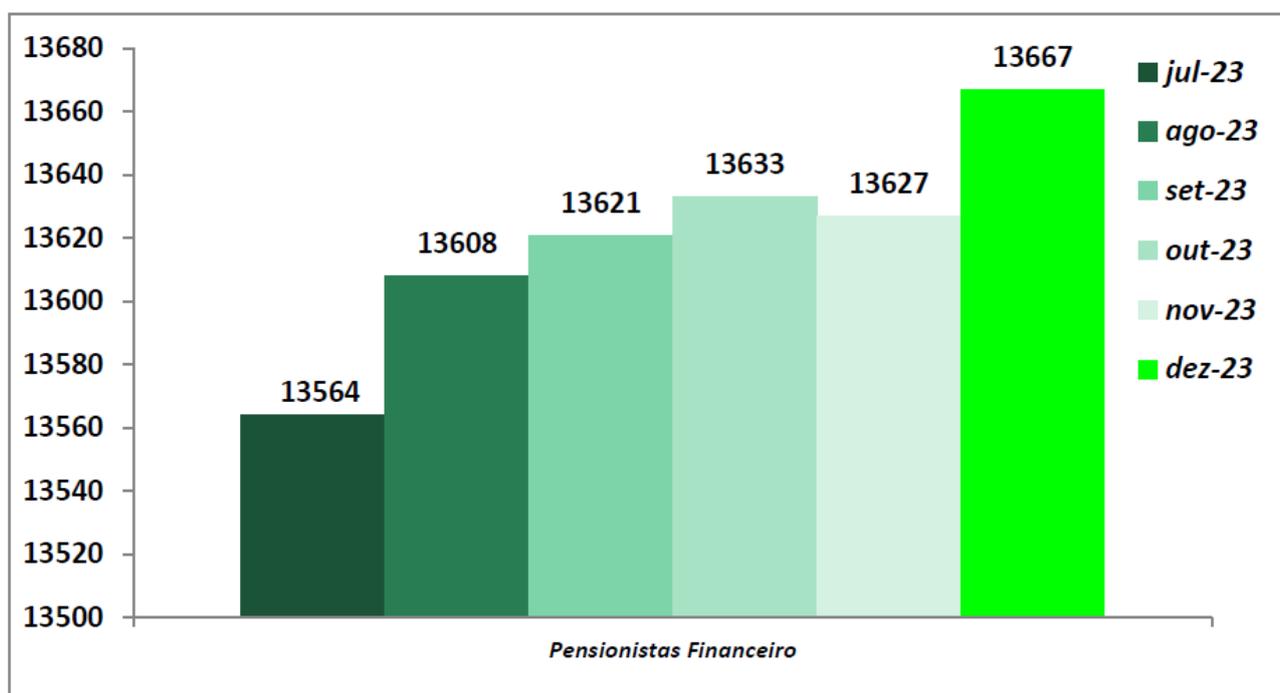
Fonte: DIPREV 2023

Gráfico 3. Quantidade de Servidores Aposentados do Fundo Financeiro



Fonte: DIPREV 2023

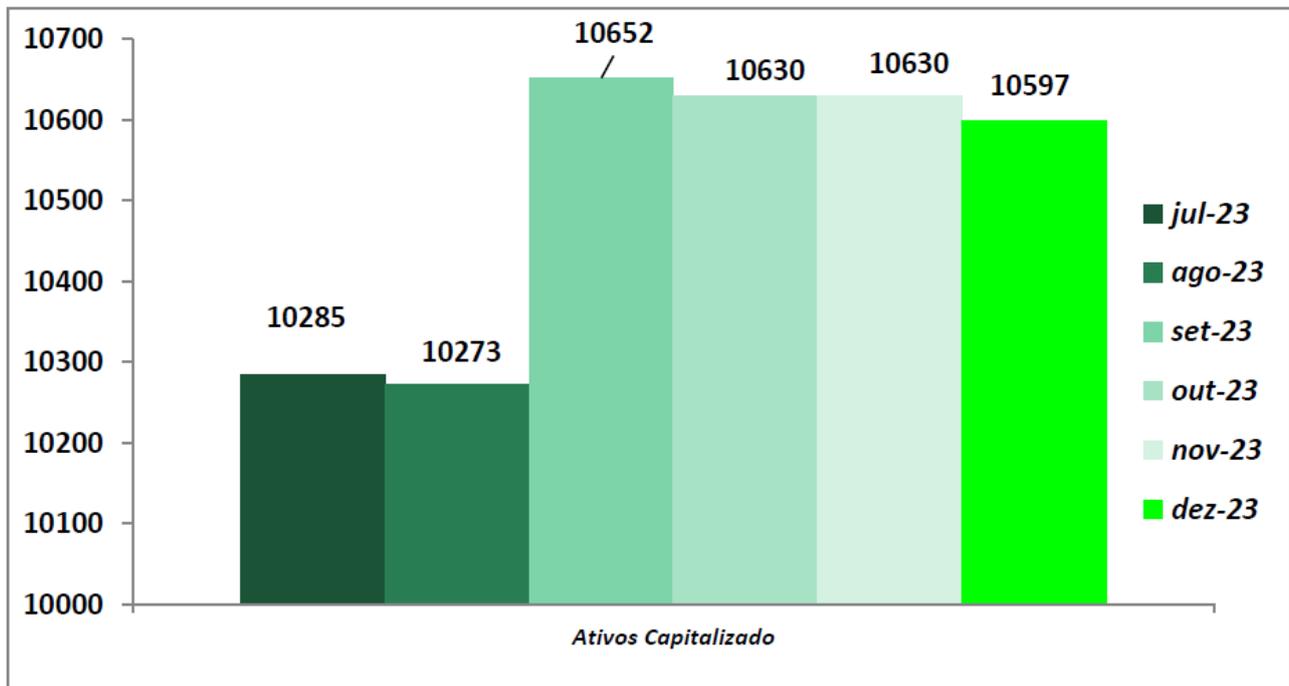
Gráfico 4. Quantidade de Pensionistas do Fundo Financeiro



Fonte: DIPREV 2023

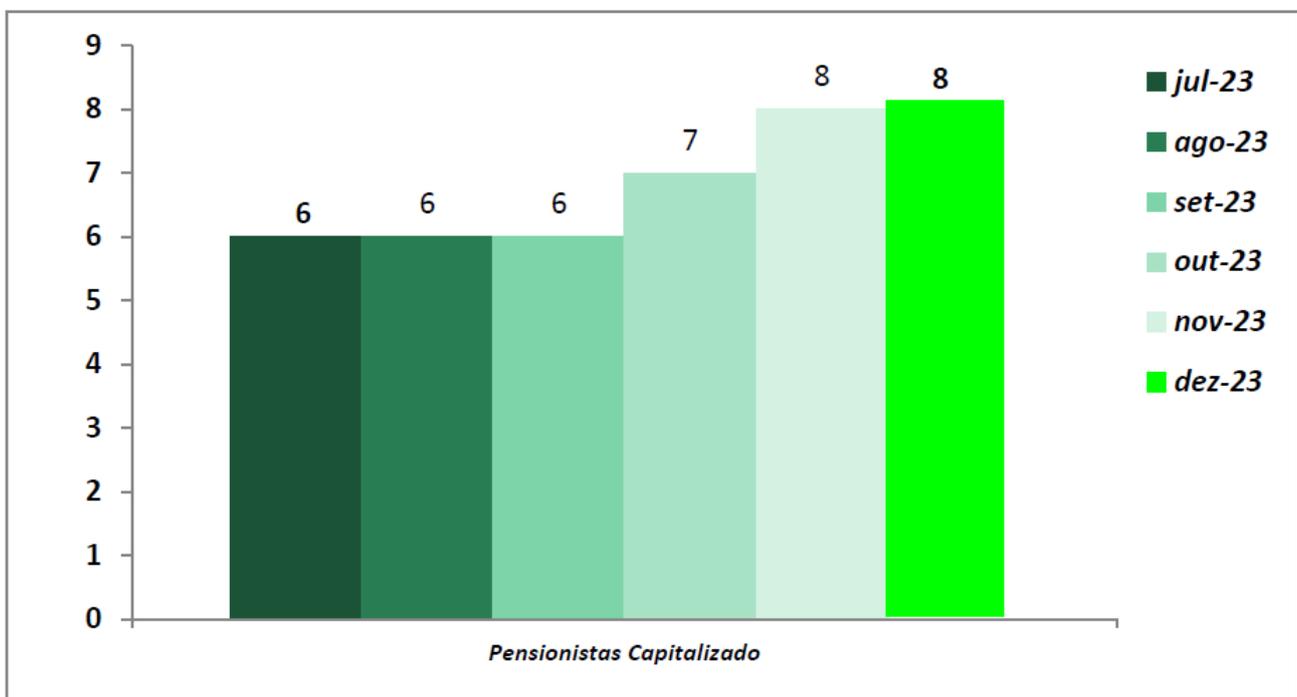
2.4.2 FUNDO CAPITALIZADO DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL

Gráfico 5. Quantidade de Servidores Ativos do Fundo Capitalizado



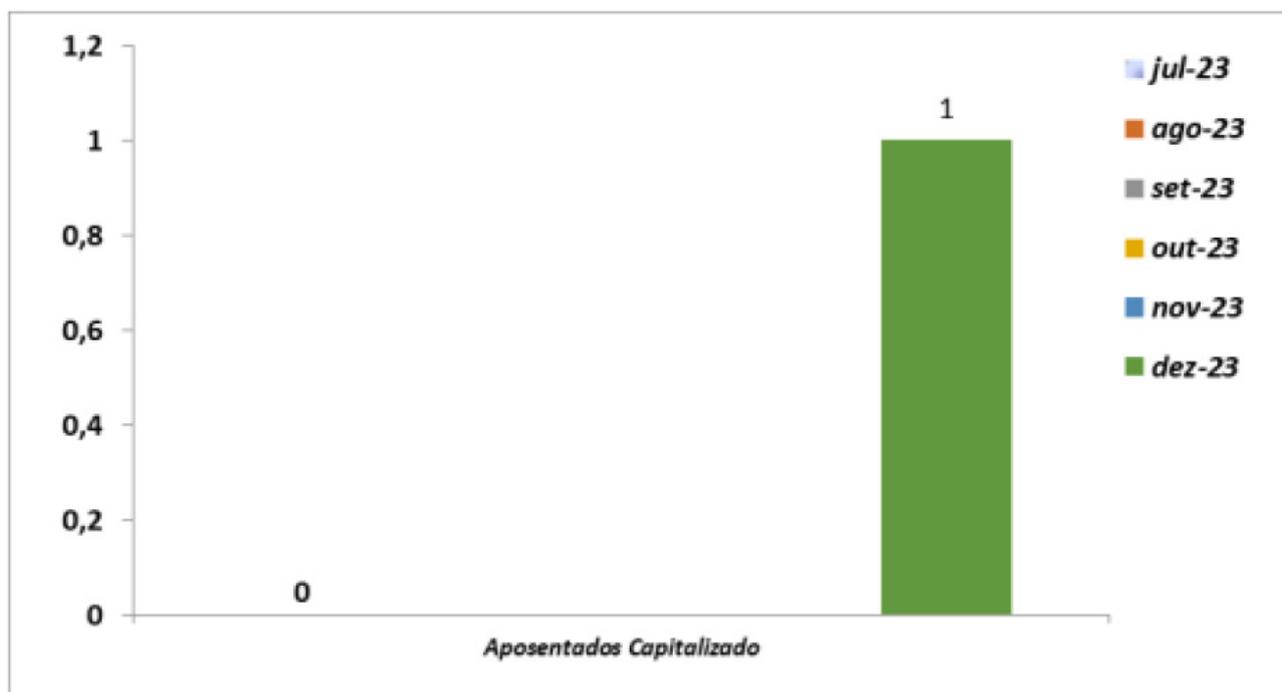
Fontes: DIPREV 2023

Gráfico 6. Quantidade de Pensionistas do Fundo Capitalizado



Fontes: DIPREV 2023

Gráfico 7. Quantidade de Servidores Aposentados do Fundo Capitalizado



Fontes: DIPREV 2023

2.5. AÇÕES DESENVOLVIDAS NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2023

2.5.1 CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

Foram concedidos, diretamente, pelo Iprev- DF 595 (quinhentos e noventa e cinco) benefícios previdenciários de aposentadoria e 230 (duzentos e trinta) de pensão.

Houve, ainda, a análise de 8 (oito) processos de revisões de aposentadorias e 12 (doze) processos de reversões à atividade.

Tabela 2. Concessão de benefícios

Tipo de Benefício	2º semestre de 2022	2º semestre de 2023	Comparação Quantitativo	Comparação Percentual
Aposentadoria	537	595	+58	+10,80%
Pensão	134	230	+96	+71,64%

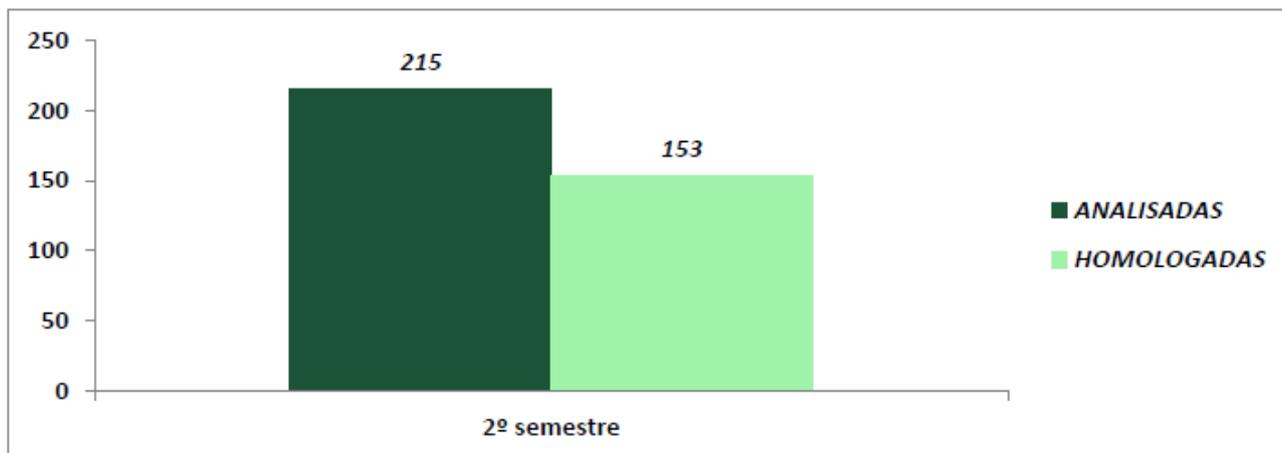
Fonte: CORED/IPREV- DF

2.5.2. HOMOLOGAÇÃO DE CTC

A homologação das Certidões de Tempo de Contribuição - CTC assegura aos exservidores do Distrito Federal a averbação do tempo trabalhado e contribuído junto ao RPPS/DF para reconhecimento perante outros regimes previdenciários.

No segundo semestre de 2023 foram homologadas, pelo Iprev- DF, 153 (cento e cinquenta e três) certidões.

Gráfico 8. Quantidade de Certidões de Tempo de Contribuições (CTC) analisadas e homologadas



Fonte: Controles Produção – COPREV 2023

2.5.3 PROVA DE VIDA

O Recadastramento e a Prova de Vida foram instituídos no âmbito do Distrito Federal pelo Decreto nº 39.276, de 06 de agosto de 2018, e regulamentado pela Portaria nº 199, de 06 de setembro de 2018, e Portaria nº 01, de 06 de janeiro de 2020.

A Prova de Vida foi restabelecida a partir de 3 de janeiro de 2022 por meio da Portaria nº 69, de 13 de dezembro de 2021, publicada no DODF em 15/12/2021.

No segundo semestre do ano de 2023, tem-se o quadro, a seguir acostado, com o andamento da prova de vida dos aposentados e pensionistas ao longo do semestre.

Tabela 3. Quantidade de Prova de Vida realizadas no segundo semestre de 2023

Mês da Prova de Vida	Mês de Aniversário												Total de CPFs
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
jul/23	451	55	45	82	257	2032	2714	3					5639
ago/23	35	492	228	44	71	262	1549	2741	1				5423
set/23	13	57	576	214	139	93	340	1768	2332				5532
out/23	8	14	49	543	197	181	106	294	2349	3198	4		6943
nov/23	3	8	16	37	506	142	44	68	278	634	2966		4702
dez/23	3	7	11	20	41	24	34	37	62	881	597	3076	4793
Total*	5581	5129	5590	5509	5842	5028	4796	4912	5022	4713	3567	3076	58765
Previstos	5620	5174	5625	5588	5938	5618	5865	5794	5842	5936	5584	5481	68065
Pendentes	34	42	29	67	78	579	1069	882	820	1223	2017	2405	9245
Percentual de Provas de Vida	99,31 %	99,13 %	99,38 %	98,59 %	98,38 %	89,50 %	81,7 %	84,7 %	85,9 %	79,4 %	63,8 %	56,1 %	86,34 %

Fonte: Controles Produção – COPREV 2023

Infere-se, portanto, que foi realizado, em média, 5.505 (cinco mil, quinhentos e cinco) procedimentos de Prova de Vida por mês; 2.837 (dois mil, oitocentos e trinta e sete), em média, procedimentos de Prova de Vida realizados no próprio mês de aniversário. Trata-se do total realizado no ano de 2023, incluindo os dados do primeiro semestre.

2.5.4 COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Compensação Previdenciária é, em apertada síntese, o acerto de contas entre o Regime Geral de Previdência Social e os Regimes Próprios de Previdência Social daqueles servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, limitado ao tempo de contribuição utilizado pelo segurado na concessão do benefício em outro regime de previdência.

A compensação previdenciária é operacionalizada por meio do Sistema de Compensação Previdenciária – Comprev, oportunidade em que se faz necessário destacar que o novo formato de relatório está contemplado no Saldo de Compensação

Previdenciária, apresentando o somatório do fluxo mensal, do fluxo acumulado e do estoque RGPS, nos termos do Decreto nº 10.188, de 20 dezembro de 2019.

Destaca-se que a partir de 2021, em observância ao Decreto nº 10.188, de 20 dezembro de 2019, que regulamenta a Lei nº 9.796, de 5 maio de 1999, que trata sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência - RGPS e os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS e entre os próprios RPPS, onde este Iprev- DF, por intermédio de requerimento solicitado pelo Maranhão, concedeu a compensação financeira previdenciária de uma ex-servidora do Distrito Federal, que aposentou naquele estado.

2.5.5. SALDO DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

2.5.5.1 COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA RECEBIDA ENTRE O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA E

o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal (RGPS x RPPS) O valor de compensação, recebido sempre até 5º dia útil de cada mês relativo a sessenta dias anteriores, entre Regime Geral de Previdência e o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal foi de R\$ 248.767.608,51 (duzentos e quarenta e oito milhões, setecentos e sessenta e sete mil seiscentos e oito reais e cinquenta e um centavos), conforme é possível verificar abaixo:

Tabela 4. Recursos financeiros recebidos do RGPS de compensação previdenciária

Competência	Financeiro			
	Valor Bruto	Valor Glosas	Valor pago ao INSS	Valor líquido
jul/23	R\$ 21.678.764,49	R\$0,00-	R\$ 101.088,30	R\$ 21.577.676,19
ago/23	R\$ 35.079.075,20	-R\$ 52.712,33	R\$ 101.088,30	R\$ 35.030.699,23
set/23	R\$ 36.666.681,07	-R\$ 94.750,33	R\$ 101.088,30	R\$ 36.660.343,10
out/23	R\$ 57.154.859,16	R\$ 5.497.838,68	-R\$ 202.176,60	R\$ 51.859.197,08
nov/23	R\$ 56.678.323,28	-R\$ 735.536,99	-R\$ 101.088,30	R\$ 57.514.948,57
dez/23	R\$ 44.668.921,54	-R\$ 1.354.734,50	-R\$ 101.088,30	R\$ 46.124.744,34
TOTAL	R\$ 251.926.624,74	R\$ 3.260.104,53	-R\$ 101.088,30	R\$ 248.767.608,51

Fonte: COMPREV/DIPREV- 2023

Ressalta-se, por entender imprescindível, que o valor bloqueado por falta da Certidão Negativa de Débitos do Governo do Distrito Federal, conforme informado no Relatório de Governança Corporativa – 1º semestre, foram pagos no mês de setembro.

2.5.5.2. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA RECEBIDA ENTRE REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL (RPPS x RPPS)

O montante correspondente aos valores recebidos a título de Compensação Previdenciária entres os Regimes Próprios de Previdência Social do Distrito Federal foi de R\$ 450.338,93 (quatrocentos e cinquenta mil trezentos e trinta e oito reais e noventa e três centavos); e deduzido, em razão do pagamento feito ao RPPS/MA foi de R\$ 1.298,57 (um mil duzentos e noventa e oito reais e cinquenta e sete centavos), conforme é possível verificar abaixo:

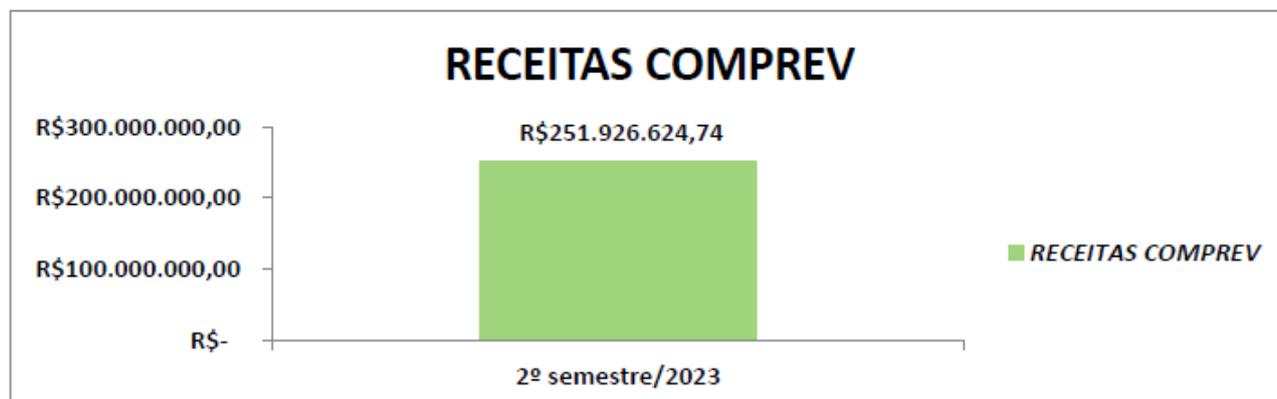
Tabela 5. Valores de compensação entre regimes próprios (RPPS)

Competência	Créditos		Débitos (valor pago ao RPPS Maranhão)	
	Fundo Financeiro	Fundo Capitalizado	Fundo Financeiro	Fundo Capitalizado
jul/23	R\$ 2.133,75	R\$---	-R\$ 185,51	R\$---
ago/23	R\$ 5.762,55	R\$---	-R\$185,51	R\$---
set/23	R\$ 5.761,96	R\$---	-R\$ 185,51	R\$---
out/23	R\$ 104.701,84	R\$---	-R\$ 371,02	R\$---
nov/23	R\$ 35.948,44	R\$---	-R\$ 185,51	R\$---
dez/23	R\$ 296.030,39	R\$---	-R\$ 185,51	R\$---
TOTAL	R\$ 450.338,93	R\$---	-R\$ 1.298,57	R\$---

Fonte: COMPREV/DIPREV- 2023

Ressalta-se que os valores pagos/recebido são realizados sempre ao 5º dia útil de cada mês.

Gráfico 9. Receitas Comprev Acumulado no segundo semestre de 2023



Fonte: COMPREV/DIPREV- 2023

2.5.6 ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS

O registro dos atendimentos é feito com o Sistema de Gerenciamento de Atendimento do Iprev- DF que, em breve síntese, ordena a fila de atendimento presencial com senhas por ordem de prioridades e agendamentos, que são realizados por meio do do Sistema Agenda- DF disponível no sítio eletrônico <https://agenda.df.gov.br/>.

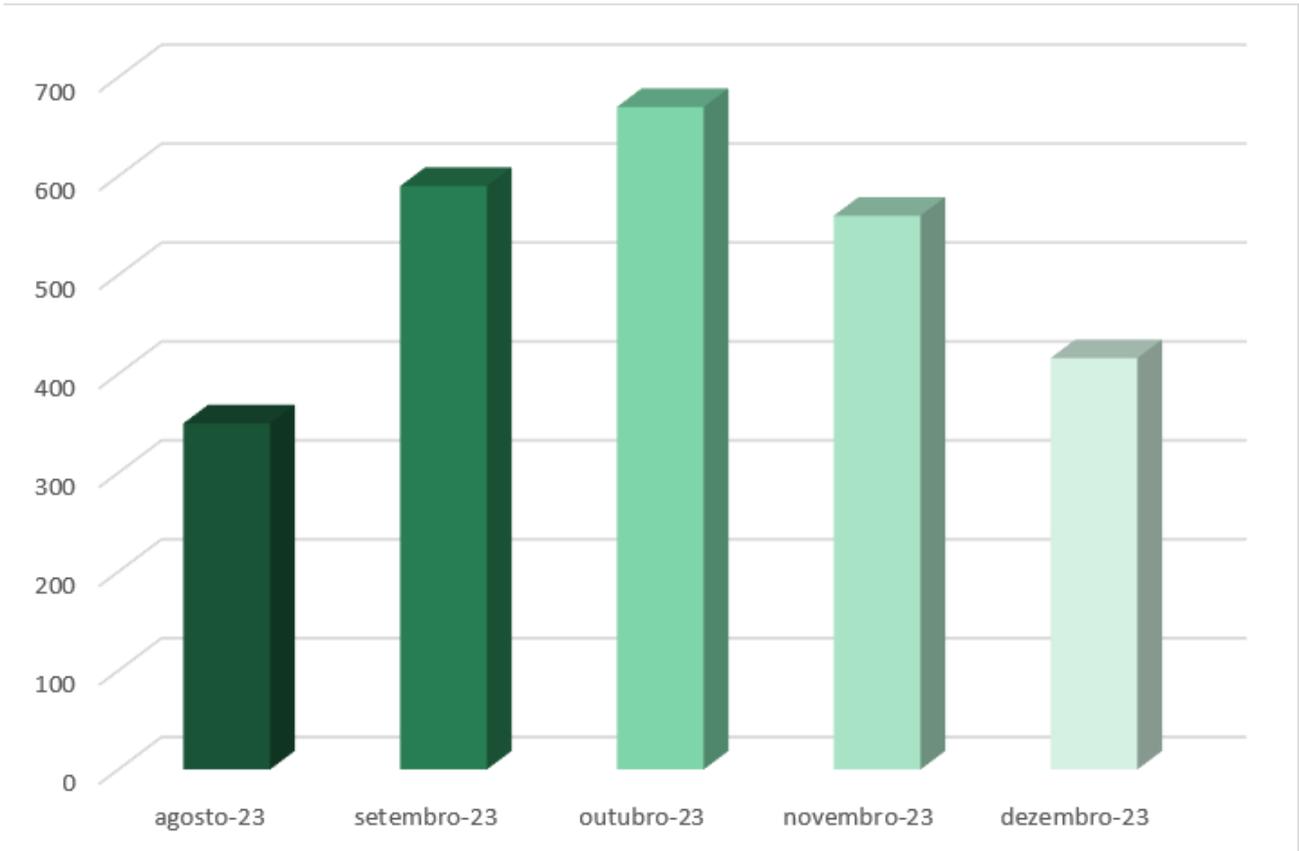
É importante destacar que os dados serão apresentados a partir do mês de agosto, tendo em vista a existência de problemas técnicos no servidor ocorridos em julho/2023.

Tabela 6. Quantidade de atendimentos por tipo cadastrado

Tipo de Serviço Cadastrado	Ago/23	set/23	Out/23	Nov/23	Dez/23	Total de Serviços Atendidos
Informações Gerais	87	229	230	238	205	989
Isenção de Imposto de Renda	52	81	88	58	57	336
Declarações	12	29	51	49	29	170
Auxílio Funeral	6	23	31	16	13	89
Pensão	26	59	58	62	62	267
Emissão de contracheque	58	89	95	65	55	362
Consignação	1	19	25	18	9	72
Revisão de Aposentadoria	5	9	18	5	6	43
Certidão de Tempo Insalubre	2	0	2	2	3	9
Alteração de Cadastro	5	10	3	7	3	28
Certidão de Tempo de Contribuição	3	4	3	1	4	15
Prova de Vida	39	114	108	98	34	393
Informação Óbito	9	9	22	12	8	60
Cópias de processos	1	2	14	4	2	23
Diligência	9	9	8	10	7	43
Acerto de Contas	2	10	3	13	6	34
Inclusão de Dependentes	0	1	1	2	1	5

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Atendimento

Gráfico 10. Quantidades de Atendimento por mês



Fonte: Sistema de Gerenciamento de Atendimento

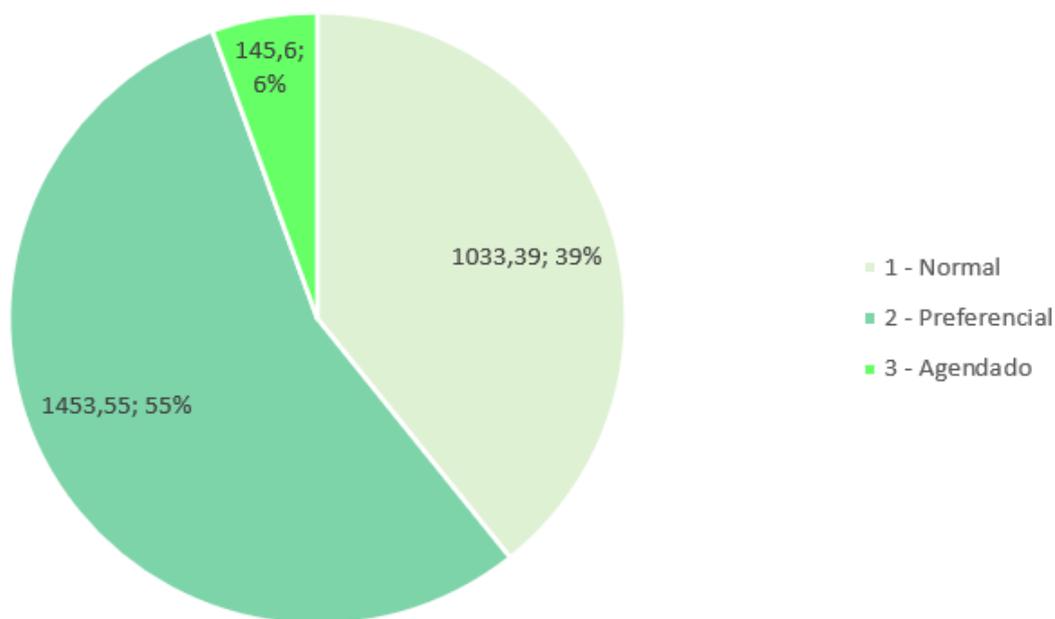
Gráfico 11. Quantidade de atendimento por tipo de serviços atendidos por mês



Fonte: Sistema de Gerenciamento de Atendimento

Gráfico 12. Serviço Triado

Serviço Triado



Fonte: Sistema de Gerenciamento de Atendimento

2.5.6 ATUALIZAÇÕES DE MANUAIS E PROCEDIMENTOS

Ainda no segundo semestre de 2023, foi finalizado, pela equipe da Unidade de Assuntos Estratégicos Previdenciários e a Coordenação de Reconhecimento de Direitos, a revisão do Manual de Procedimentos para Instrução de Processos de Aposentadorias.

3. UNIDADE DE ATUÁRIA

À Unidade de Atuária, unidade orgânica de execução, diretamente subordinada ao Diretor-Presidente, compete coordenar e executar as atividades de caráter atuarial no âmbito do Iprev/DF.

À vista disso, com a finalidade de demonstrar a evolução do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, apresenta-se o comparativo entre os 3 (três) últimos exercícios, informando o resultado relativo ao equilíbrio financeiro e atuarial, a evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício e o comportamento do custo previdenciário total, utilizando os resultados dos Demonstrativos do Relatório de Avaliação Atuarial – DRAA dos exercícios de 2021 e 2023, encaminhados à Secretaria da Previdência.

Ressalta-se que as bases de dados utilizadas no DRAA são posicionadas entre julho e dezembro do ano base de cada demonstrativo; no que tange aos dados da execução orçamentária, as receitas e as despesas estimadas e executadas estão consideradas no exercício em análise.

Cumprе rememorar, ainda, que a massa de segurados está segregada em 2 (dois) planos com data de corte em 28/02/2019, sendo:

- Plano Financeiro (Fundo em Repartição Simples) para servidores que ingressaram no serviço público até a data de corte. Fundo é fechado e com tendência ao envelhecimento e diminuição da massa de segurada ao longo do tempo.
- Plano Previdenciário (Fundo Capitalizado) para servidores que ingressaram no serviço público após a data de corte. Fundo é aberto e com tendência ao aumento da massa segurada ao longo do tempo.

Os dois planos correspondem à totalidade de servidores públicos ocupantes de cargos efetivos, de aposentados e de pensionistas.

3.1. RESULTADO ATUARIAL

Relativo aos servidores vinculados ao Plano Previdenciário, o plano apresentou superávit, conforme indicado no DRAA de 2023 (ano-base 2022), totalizando R\$ 194 milhões, esse resultado representa um incremento significativo de aproximadamente R\$ 1.359 bilhão em relação ao exercício anterior, que registrou um déficit de -R\$ 1.165 bilhão, conforme o DRAA de 2022 (ano-base 2021).

A expressiva melhoria no resultado atuarial é atribuída, em grande parte, à adequação ao disposto no art. 39 da Portaria MF nº 1.467/2022, a qual determina que a taxa de juros parâmetro deverá ser utilizada no desconto atuarial, gerando um impacto positivo nas projeções atuariais, contribuindo para a transformação do déficit anterior em um superávit.

Esta evolução positiva sugere uma gestão eficaz do plano previdenciário, demonstrando a capacidade de adaptação às regulamentações vigentes e a implementação de medidas que influenciam positivamente a saúde financeira do plano de benefícios. Essas informações são essenciais para a

transparência e a tomada de decisões informadas em relação à gestão previdenciária.

Ante todo o exposto, conclui-se que a situação econômica-atuarial do Plano Previdenciário do Iprev-DF se encontra equilibrado, abrangendo tanto o aspecto financeiro e atuarial.

Destaca-se o crescimento dos ativos garantidores que aumentaram em 47% passando de R\$ 213 milhões em 2021 para R\$ 454 milhões em 2022. Esse aumento substancial dos ativos contribui significativamente para a robustez financeira do plano previdenciário.

Esses resultados indicam uma saúde financeira sólida, sugerindo uma gestão eficaz e a implementação de medidas que contribuirão para a sustentabilidade e superavit do plano.

Em contrapartida, em relação situação atuarial dos servidores vinculados ao Fundo Financeiro, observa-se uma significativa melhoria na situação atuarial dos servidores vinculados ao fundo. Houve uma redução no déficit de aproximadamente 55,59% apresentando um resultado de R\$ 149 bilhões conforme DRAA de 2023 (ano-base 2022), ante um déficit de R\$ 336 bilhões no DRAA de 2022 (ano-base 2021), essa redução no déficit é um indicativo positivo em relação à gestão e às medidas adotadas para melhorar a saúde financeira do Fundo Financeiro.

No entanto, é importante mencionar que, considerando uma arrecadação total de contribuição de R\$ 387 milhões e uma despesa total de R\$ 703 milhões, há um déficit financeiro mensal de R\$ 315 milhões. Importante, ainda, ressaltar que este Fundo não necessita constituir reservas financeiras.

Essa abordagem destaca a necessidade de apoio financeiro adicional para cobrir o déficit, indicando a importância de avaliar continuamente as políticas de financiamento e as estratégias para garantir a sustentabilidade a longo prazo do sistema previdenciário dos servidores.

Na tabela Evolução do Resultado Atuarial é possível observar a evolução das Reservas Matemáticas, ativos garantidores vinculados aos planos e seus respectivos resultados atuariais.

Tabela 7. Evolução do Resultado Atuarial

Evolução do Resultado Atuarial				
Plano	DRAA	2023	2022	2021
	Reserva Matemática - Ano Base	2022	2021	2020
Previdenciário	Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos	2.994.142,06	3.132.552,67	-
	Reserva Matemática dos Benefícios a Conceder	446.698.344,67	1.686.237.075,92	1.027.167.863,55
	Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	189.817.551,75	310.745.431,88	251.612.609,67
	Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios	454.655.413,71	213.607.607,59	78.807.823,16
	Resultado Atuarial	194.780.478,73	-1.165.016.589,12	- 696.747.430,72
Financeiro	Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos	93.700.786.016,89	149.880.800.449,25	158.132.158.363,27
	Reserva Matemática dos Benefícios a Conceder	65.796.504.554,83	208.751.882.805,56	172.732.343.117,54
	Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	9.952.400.131,21	21.978.900.770,96	21.269.397.065,22
	Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios	121.118.890,59	194.088.042,18	32.076.855,21
	Resultado Atuarial	-149.423.771.549,92	-336.459.694.441,67	- 309.563.027.560,38

Fonte: Demonstrativos da Avaliação Atuarial (DRAA/2023)

3.1.1 EVOLUÇÃO QUANTITATIVA DA MASSA SEGURADA

O Plano Previdenciário conta com um contingente aproximado de 5.581 (cinco mil, quinhentos e oitenta e um) segurados em atividade e pensionistas. Em contrapartida, o Plano Financeiro possui um contingente de aproximadamente um total de 142.995 (cento e quarenta e dois, novecentos e noventa e cinco) segurados, distribuído entre ativos, aposentados e pensionistas.

Observa-se, então, que o valor dos salários e benefícios médios do Plano Previdenciário é inferior ao Plano Financeiro em aproximadamente 33,5%, há também uma redução de vínculos ao longo 2021/2022 no Plano Financeiro, o que representa um reflexo da nova estrutura de segregação de massas dos servidores, o qual tem data de segregação 28/02/2019.

Tabela 8. Evolução quantitativa da massa segurada

Evolução quantitativa da massa segurada				
Plano	DRAA	2023	2022	2021
	Ano Base	2022	2021	2020
Previdenciário	Quantitativo de Segurados			
	Ativos	5.575	4.918	3.458
	Inativos	-	-	-
	Pensionistas	6	5	-
	Salários e benefícios Médios			
	Ativos	6.971,90	5.819,35	5.892,21
	Inativos	-	-	-
	Pensionistas	3.754,46	3.719,04	-
	Folhas de Salários e			
	Ativos	38.868.342,50	28.619.563,30	20.375.262,18
	Inativos	-	-	-
	Pensionistas	22.526,76	18.595,20	-
Financeiro	Quantitativo de Segurados	2022	2021	2020
	Ativos	70.718	74.883	78.596
	Inativos	59.001	57.470	55.733
	Pensionistas	13.276	12.939	12.449
	Salários e benefícios Médios	2022	2021	2020
	Ativos	9.307,6	8.160,17	8.012,11
	Inativos	9.927,6	9.072,39	9.072,39
	Pensionistas	6.940,2	6.081,34	6.081,34
	Folhas de Salários e Benefícios Médios			
	Ativos	658.212.028,	611.058.010,	629.719.797,
	Inativos	585.735.967,	525.574.644,	505.631.511,
	Pensionistas	92.138.626,2	81.655.182,4	75.706.601,6

Fonte: Demonstrativos da Avaliação Atuarial (DRAA/2023)

3.1.2 CUSTO PREVIDENCIÁRIO

Em relação ao plano de custeio vigente para o Plano Financeiro, ressalta-se que os servidores ativos do Distrito Federal contribuem para o custeio dos benefícios com uma alíquota de 14% e 28%, respectivamente, sendo a contribuição do ente esta segmentada em 27,5% para o Custo Normal e 0,50% para a Taxa de Administração.

Os servidores aposentados e pensionistas contribuem com uma alíquota de 11% acima de um salário-mínimo até o valor vigente do teto dos benefícios pagos pelo Regime de Previdência, e 14% incidente apenas sobre a parcela dos proventos e pensões que excederem o teto do RGPS.

Em contrapartida as contribuições atualmente vertidas para o Plano Previdenciário, somam 42% (14% para o servidor e 28% para o Distrito Federal). Conforme o método de financiamento adotado na Reavaliação, o Custo Normal foi definido pelas alíquotas determinadas em Lei, recomendou-se manter o patamar contributivo atual.

Na tabela Evolução do custo previdenciário apresenta-se a evolução dos custos previdenciários, expondo resumidamente, as alíquotas de custos para o financiamento do regime de previdência do Distrito Federal.

Tabela 9. Evolução do custo previdenciário

Evolução do custo previdenciário				
	DRAA	2023	2022	2021
	Ano Base	2022	2021	2020
Plano	Custo Normal - % sobre Base de Contribuição			
Previdenciário	Aposentadoria Por Invalidez Permanente	4,03	0,16	3,36
	Aposentadorias Programadas (Por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)	18,40	19,84	14,97
	Pensão Por Morte de Servidor em Atividade	1,25	1,06	1,08
	Aposentadoria Especial - Professor - Educação Infantil e Ensino Fund. e Médio	13,11	13,39	17,12
	Pensão Por Morte de Aposentado Voluntário ou Compulsório	4,24	4,79	4,45
	Pensão Por Morte de Aposentado por Invalidez	0,47	2,26	0,52
	Financeiro	Aposentadoria Por Invalidez Permanente	1,64	0,05
Aposentadorias Programadas (Por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)		21,92	20,99	18,21
Pensão Por Morte de Servidor em Atividade		0,43	0,45	0,44
Aposentadoria Especial - Professor - Educação Infantil e Ensino Fund. e Médio		12,68	12	14,58
Pensão Por Morte de Aposentado Voluntário ou Compulsório		4,62	6,96	6,43
Pensão Por Morte de Aposentado por Invalidez		0,21	1,05	0,37

Fonte: Demonstrativos da Avaliação Atuarial

3.1.3 COMPARATIVO DE RECEITAS E DESPESAS - ESTIMADAS E EXECUTADAS

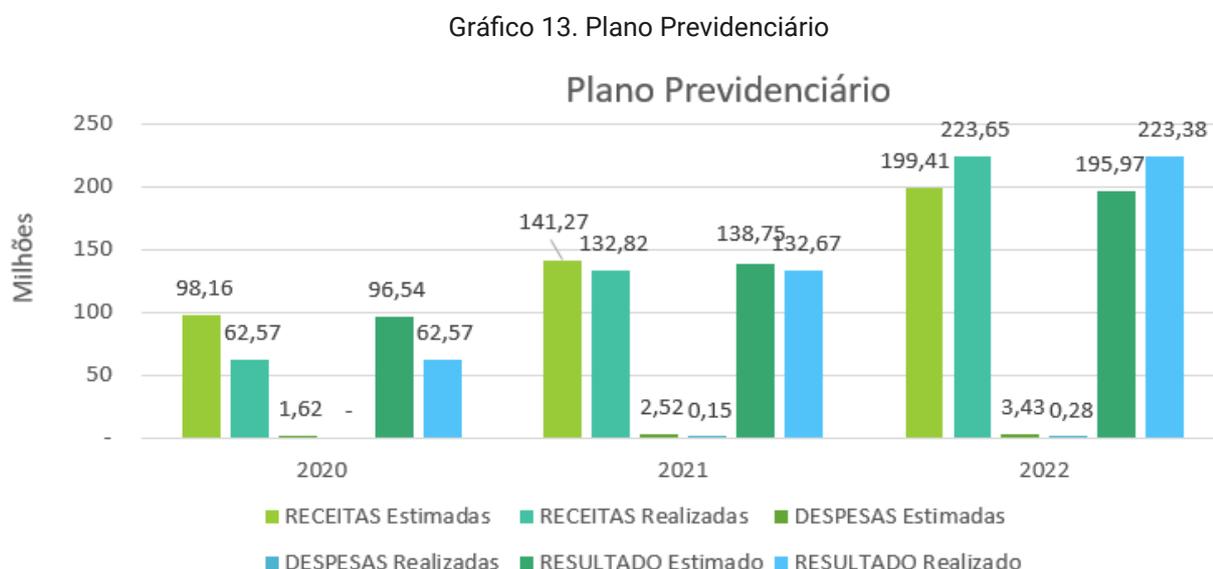
Ressalta-se que a expressão “equilíbrio financeiro e atuarial” é a garantia de que os recursos do RPPS serão suficientes para o pagamento de todas suas obrigações, tanto no curto prazo, a cada exercício financeiro, como no longo prazo, que alcança todo o seu período de existência.

Abaixo, demonstra-se graficamente o comparativo de receitas e despesas estimadas com base nos métodos e hipóteses atuariais para os exercícios analisados e as efetivamente executadas de acordo com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO do Governo do Distrito Federal relativo ao 6º bimestre de cada ano de análise.

No Plano Previdenciário, observa-se um incremento das receitas estimadas em 2021 em relação as realizadas em 2022 de aproximadamente R\$ 82 milhões, em contrapartida observa-se um decréscimo das despesas estimadas em relação as efetivadas de aproximadamente R\$ 2 milhões.

No tocante ao resultado estimado em relação ao realizado, observa-se um incremento em 2021 para 2022 de aproximadamente R\$ 84 milhões, reflexo dos ganhos relativo as receitas e despesas realizadas no período.

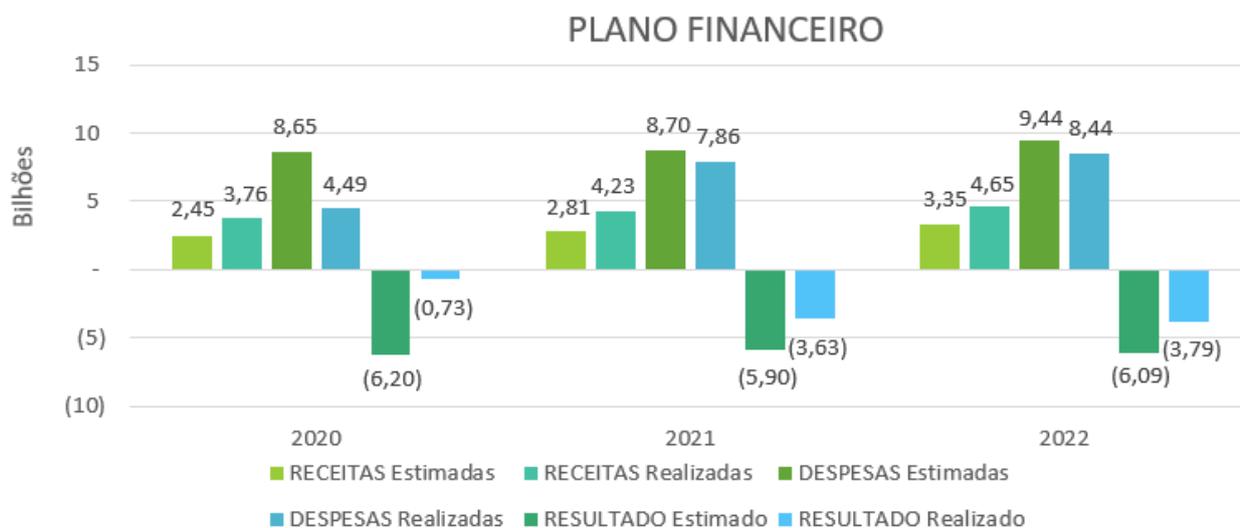
Vale ressaltar que o plano previdenciário está em fase inicial com tendência de crescimento exponencial conforme evidencia-se no gráfico abaixo:



Fonte: DRRAA/RREO(2023) EXERCÍCIO 2022

No Plano Financeiro, por sua vez, se observa um decréscimo das receitas e despesas realizadas em 2022 em relação as estimadas em 2021 de aproximadamente R\$ 1,84 bilhão e R\$ 260 milhões, consecutivamente, agregando positivamente no resultado final do plano, em que sofreu um decréscimo do estimado em relação ao realizado de, aproximadamente, R\$ 3,15 bilhões.

Gráfico 14. Plano Financeiro



Fonte: DRRAA/RREO (2023) EXERCÍCIO 2022

3.1.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão atuarial, no contexto dos RPPS, é processo pelo qual se busca assegurar a solvência das obrigações previdenciárias assumidas pelo ente. A solvência do regime será assegurada mediante a capacidade de obter equilíbrio financeiro a cada exercício e demonstrar o equilíbrio financeiro e atuarial de longo prazo para todos os períodos. Deste modo, o acompanhamento dos resultados atuariais, das características da massa segurada e adequação das estimativas efetuadas são fundamentais.

Toda alteração no regimento da concessão de benefícios previdenciários e nas hipóteses atuariais para mensuração das obrigações financeiras decorrentes destes benefícios impactam nas estimativas dos passivos atuariais do RPPS. Da mesma forma, qualquer alteração na legislação possui efeito direto nos resultados atuariais e orçamentários das obrigações previdenciárias.

O acompanhamento da evolução dos resultados aqui apresentados, estão de acordo com os contextos regulatórios e de legislação vigentes em cada exercício, considerando os aspectos metodológicos e hipóteses atuarias, situações econômicas e financeiras próprias de cada avaliação.

O processo de Avaliação Atuarial adota hipóteses compatíveis com os limites impostos pela Portaria MF nº 14.467/2022, sendo mensurado por meio de metodologias em conformidade com a regulamentação pertinente e utilizando a técnica atuarial, além da adoção de hipóteses representativas da massa segurada, o dimensionamento do passivo atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal (Iprev-DF) é embasado em uma fundamentação técnica robusta.

O cenário caracterizado nos resultados da avaliação atuarial é capaz de fornecer elementos que ajudam a gestão optar por medidas visando à solvência do RPPS/DF.

É importante destacar que o Fundo Constitucional – FCDF e o Fundo Solidário Garantidor – FSG não apresentam modelos de estimação das receitas e despesas e, por este motivo, não foram considerados no resultado estimado/realizado.

Ressalta-se que, conforme determinação do Acórdão nº 2938, adotado pelo Tribunal de Contas da União – TCU em Sessão Extraordinária de 12/12/2018 - Ata nº 50/2018 - Plenário, Relator Ministro José Múcio Monteiro, os policiais e bombeiros militares do Distrito Federal não foram considerados para fins deste estudo atuarial, sendo que o respectivo passivo atuarial fora evidenciado no Balanço Patrimonial da União. Dessa forma, conforme aduzido por aquela Corte de Contas, destaca-se, *ipsis litteris*:

“9.3. determinar aos Ministério da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que, no prazo de 180 (cento e oitenta dias), realizem em conjunto a mensuração, o reconhecimento e a evidenciação no Balanço Patrimonial da União dos valores relativos ao passivo atuarial dos servidores da Polícia Civil do Distrito Federal e dos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do distrito Federal, conforme previsto no art. 40 da CF/1988, bem como a inclusão no anexo de metas fiscais da LDO, nos termos do inciso IV do § 2º do art. 4 da Lei de Responsabilidade Fiscal.”

4. CONTROLADORIA

À Controladoria, unidade orgânica de controle interno, comando e supervisão, diretamente subordinada ao Diretor-Presidente, compete, dentre outras, acompanhar a elaboração e a execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna e do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna, assim como encaminhá-los para aprovação do Diretor-presidente.

Desta forma, consubstanciando-se na Lei nº 830, de 27 de dezembro de 1994, que criou o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Distrital – Sicon, e em conformidade com o disposto no art. 80 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que tem como missão “assegurar a regular gestão de recursos públicos, com ênfase na avaliação de resultados, através de instrumentos de controle e assessoramento, com apoio constante ao órgão de controle externo”, a fiscalização e Controle de um RPPS é feita por meio de órgãos de Controles Interno e Externo. As ações de Controle Interno do Iprev-DF, por sua vez, são acompanhadas pela Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF.

A Controladoria agrega em suas competências, além das atividades de Controle Interno, as funções de Ouvidoria, Gerência de Riscos e Divisão de Auditoria e Correição.

Dentre as atribuições da Controladoria, cumpre destacar a designação para a função de Encarregado Setorial, tendo como escopo, o elo entre o Controlador de Dados Pessoais do Iprev-DF e o Encarregado Governamental do Distrito Federal, vinculado à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

As ações de controle do Iprev-DF, também estão sujeitas à orientação, supervisão e fiscalização por parte do Ministério da Previdência Social do Governo Federal que tem, entre outras funções, a competência de realizar auditorias com vistas ao cumprimento da Legislação Previdenciária, além de depuração das informações encaminhadas por meio dos demonstrativos previdenciários.

O Controle Externo do Iprev-DF é realizado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, dada a necessidade de prestação de contas imposta pelo parágrafo único, do art. 70, da Constituição Federal.

Por outro lado, tem-se o Controle Social, ferramenta de fiscalização e transparência sendo exercido pela sociedade e um dos critérios norteadores dos RPPS é o pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime previdenciário, consoante se infere do inciso VI, do art. 1º, da Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998.

Além dos controles anteriormente citados, a Autarquia Previdenciária conta com a participação de representantes dos servidores, do governo e dos aposentados, no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, órgãos colegiados integrantes da estrutura administrativa do Iprev-DF.

4.1. PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAAAI é o conjunto de ações que deverão ser desenvolvidas durante o ano corrente, onde possui como parâmetros diversos métodos e aplicações que são ratificados junto à Controladoria Geral do Distrito Federal. Cabe destacar, considerando a natureza jurídica do documento, as ações implementadas no 2º semestre de 2023, por meio da seleção dos seguintes objetos:

- Acompanhamento da gestão de risco;
- Apoio às ações a cargo da Diretoria de Governança, Projetos e Compliance;
- Acompanhamento da execução de Termos, Acordos de Cooperação Técnica, Convênios, Contratos Administrativos e demais instrumentos congêneres, bem como análise preliminar de Projetos Básicos e Termos de Referência;
- Auxílio, orientação e acompanhamento das providências relacionados à denúncias e irregularidades;
- Acompanhamento do tratamento dado às solicitações feitas pelos órgãos de controle interno e externo;
- Monitoramento das providências decorrentes de recomendações/determinações emanadas da Controladoria Geral do Distrito Federal - CGDF, da Controladoria Geral da União - CGU, do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, do Tribunal de Contas da União - TCU, da Procuradoria Geral do Distrito Federal - PGDF, do Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT;
- Orientação dos gestores do Iprev-DF, sobre questões relacionadas com as normas que regem a execução orçamentária, contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão de pessoas, bem como nas áreas de controle, risco, transparência e integridade da gestão;
- Monitoramento da execução do ciclo orçamentário e a utilização dos recursos públicos;
- Acompanhamento da aplicação da Lei de Acesso à Informação Pública, no âmbito do Iprev-DF;
- Avaliação do cumprimento das metas previstas no Planejamento Estratégico Institucional;
- Acompanhamento de Programas e Projetos.

4.2. AÇÕES

Cabe destacar que no 1º semestre houve a edição da Ordem de Serviço nº 01/2023, publicada no DODF nº 36, 22/02/2023, oportunidade em que foram designados servidores para atuarem nas ações referentes à Auditoria Especial visando a análise do procedimento de credenciamento de Fundos de Investimento. A esse respeito, é importante destacar que o Relatório Final se encontra disponível para consulta por meio do Processo SEI-GDF nº 00413-00000718/2023-01, mais especificamente no documento Sei-GDF nº 110008468.

No 2º semestre, então, houveram os desdobramentos referentes às recomendações exaradas pela Auditoria Especial, razão pela qual, foi instruído os autos do Processo SEI-GDF nº 00413-0005230/2023-62 com o matriciamento dos itens, com é possível verificar do seguinte quadro:

Gráfico 15. Matriz de Recomendações



Fonte: AUDCO/CONT - Dez/23

O Controle Interno segue o Plano de Auditoria que tem a finalidade precípua de avaliar o cumprimento das unidades executoras quanto aos procedimentos administrativos e/ou normativos, baseado nos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia, bem como recomendar e sugerir aos auditados ações corretivas/preventivas para os problemas detectados. Dessa forma, assegura-se a proteção do patrimônio, exatidão e fidedignidade dos dados contábeis e eficiência operacional, como meios para alcançar os objetivos globais da organização.

Há de se destacar, ainda, a continuidade dos Projetos Estratégicos que se encontravam em andamento pelo Painel de Monitoramento e Gestão que, para o 2º semestre de 2023, traz as

ações pactuadas para o exercício com a exposição dos prazos, status e demais justificativas que desencadearam nas ações.

Esboça-se no Painel de Monitoramento e Gestão – PMG as seguintes atividades desenvolvidas e com os seguintes desdobramentos:

Em 2023 foram desenvolvidos cinco Projetos Estratégicos Institucionais. É importante destacar que os projetos foram reformulados ao longo da execução, onde houve novo redesenho que modificou o escopo do trabalho para atender melhor aos objetivos. Ressaltamos os cinco projetos:

- Projeto 1: “Definir metodologia e mapear o processo de elaboração do Relatório de Controle Interno”.
- Projeto 2: “Acompanhar os critérios de Regularidade Previdenciária”.
- Projeto 3: “Fomentar a implantação da Gestão de Riscos nas Unidades”.
- Projeto 4: “Mapear o Processo de Investigação Correccional”.
- Projeto 5: “Elaborar Programa de Ação de Prevenção de Atividades de Correição”.

A atividade, então, encerrou-se com a apresentação do Relatório de Gestão de Controle de Riscos, contendo os mapeamentos realizados para introdução da Gestão de Riscos, no âmbito do Iprev-DF, no exercício subsequente, qual seja, 2024, nos termos do Processo SEI-GDF nº 00413-00002807/2023-84.

4.3. APOIO ÀS AÇÕES A CARGO DA DIRETORIA DE GOVERNANÇA, PROJETOS E COMPLIANCE;

A Controladoria desenvolve, em parceria com a Diretoria de Governança, Projetos e Compliance, avaliação da gestão, enfatizando os resultados do exercício e sua convergência aos objetivos institucionais, os aspectos qualitativos e quantitativos associados às ações governamentais, assim como a avaliação dos controles com base nos trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna.

Abaixo segue o quadro de composição referente às demandas realizadas pelos órgãos de controle e demais desdobramentos que compõem os encaminhamentos relativos às Decisões e outras diligências:

Quadro - Acompanhamento do tratamento dado às solicitações feitas pelos Órgãos de Controle Interno e Externo e Monitoramento das providências decorrentes de recomendações/determinações emanadas da CGDF, do TCDF, da PGDF, do MPDFT e da SPS/ME;

Tabela 10. Controle Interno e Externo

ATO	UNID. RESPONSÁVEL	OBJETO	STATUS
<p>Decisão TCDF nº 1833/2023</p> <p>00413-00001847/2023-17</p>	Diprev	<p>Inspeção realizada na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – Sedes-DF (PGA - 2023), com o objeto de verificar a regularidade dos pagamentos efetuados aos servidores ativos, inativos e pensionistas (item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24185/2007), assim como o cumprimento das providências adotadas em razão de concessões de aposentadoria e pensão apreciadas por esta Corte e consideradas ilegais ou legais com correção posterior, além de outras decisões prolatadas pelo TCDF em processos voltados à área de pessoal relacionadas ao aludido órgão.</p> <p>Encaminhamentos: Ofício nº735 – Iprev/PRESI – Trata de todas as diligências adotadas para os ajustes solicitados pela Corte de Contas</p>	DECISÃO CUMPRIDA
<p>Ofício nº 3704/2023 00600-00005379/2023-71 Decisão nº 1713/2023</p>	Dirin Diafi	<p>Auditoria Financeira. Conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo do Balanço Patrimonial do GDF. Exercício de 2022.</p> <p>Encaminhamentos: Ofício nº 383 – Iprev/PRESI – As Recomendações foram sanadas pela DIAFI com as correções quanto à classificação contábil de acordo com o PCASP.</p>	DECISÃO CUMPRIDA
<p>Ofício nº 4826/2023 Decisão nº 2148/2023 00600-00007222/2023-80</p>	Diprev	<p>Auditoria de regularidade realizada na Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, em atendimento ao Plano Geral de Ação de 2019, para verificar a regularidade de pagamentos efetuados a servidores ativos, inativos e pensionistas e o cumprimento das providências determinadas em razão de concessões de aposentadoria e pensão julgadas legais com correção posterior ou ilegais, bem como das demais decisões prolatadas por esta Corte em processos voltados à área de pessoal daquela jurisdicionada</p> <p>Ofício 749 - Iprev/PRESI – Trata de todas as</p>	DECISÃO CUMPRIDA

		diligências adotadas para os ajustes solicitados pela Corte de Contas.	
<p>Decisão nº 3838/2023</p> <p>Decisão nº 5268/2022</p> <p>00600-00011758/2023-08</p>	<p>Diafi</p> <p>ATUÁRIA</p>	<p>Auditoria integrada realizada no âmbito do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Distrito Federal – Iprev-DF, com o objetivo de avaliar a gestão financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF.</p> <p>Encaminhamentos: Ofício 1337 – Iprev/PRESI – Encaminha as ações realizadas para atendimento à Decisão, em análise pela Corte. 04/12/2023.</p>	<p>DEMANDA EM FASE DE ANÁLISE PELO TCDF</p>
<p>Decisão nº 4582/2023</p> <p>00600-00014197/2023-91</p>	<p>Diprev</p>	<p>Auditoria de Regularidade realizada na então Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal – SEAGRI/DF, com o propósito de apurar a execução do Termo de Permissão de Uso do Parque de Exposições da Granja do Torto pela Associação dos Criadores do Planalto.</p> <p>Ofício 1359 – IPREV/PRESI – Encaminha as ações realizadas para atendimento à Decisão, em análise pela Corte. 08/12/2023</p>	<p>DEMANDA EM FASE DE ANÁLISE PELO TCDF</p>
<p>Ofício nº 5666/2023</p> <p>00600-00008387/2023-79</p>	<p>Diprev</p>	<p>Auditoria de regularidade realizada na Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal – DF LEGAL, tendo por objeto examinar os pagamentos efetuados aos servidores inativos e pensionistas, na forma do item I da Decisão n.º 77/2007, adotada no Processo n.º 24.185/2007, e aos servidores ativos; as providências adotadas em razão de concessões de aposentadorias julgadas legais com correção a posteriori, bem como as providências adotadas em consequência das demais decisões prolatadas por esta Corte em processos de concessões de aposentadorias e pensões e melhorias posteriores.</p> <p>Encaminhamentos: Ofício 602 – IPREV/PRESI – Encaminha as diligências que foram realizadas para atendimento à Decisão.</p>	<p>DEMANDA EM ANÁLISE PELO TCDF</p>

<p>Ofício n° 5425/2023 00600- 00008070/2023 -32 Decisão n° 2615/2023</p>	<p>Dirin</p>	<p>Auditoria realizada em vários órgãos e entidades da Administração distrital, tendo por objeto verificar a regularidade de pagamentos efetuados a servidores e empregados ativos, inativos e pensionistas, bem como a avaliação dos procedimentos adotados pelas jurisdicionadas a fim de evitar situações de desconformidade com a legislação de regência, de acordo com o Plano Geral de Ação para o exercício de 2015 - PGA 2015 Encaminhamentos: Ofício 644 - IPREV/PRESI - Encaminha as diligências que foram realizadas para atendimento à Decisão</p>	<p>DECISÃO CUMPRIDA</p>
<p>00413- 00002592/2023 -00 Solicitação de Informação n° 13 - CGDF</p>	<p>Diafi</p>	<p>Verificar a legalidade e a regularidade dos atos praticados e das despesas relacionadas à gestão de pessoal exercício 2019 com a solicitação de informar a situação atual da implementação da Recomendação. Encaminhamentos: Ofício 480/2023 - IPREV/PRESI - Encaminha as diligências realizadas onde houve atendimento à Recomendação.</p>	<p>RECOMENDAÇÃO CUMPRIDA</p>
<p>Ministério da Previdência 00413- 00002855/2023 -72 00413- 00000694/2023 -82</p>	<p>Dirin Diprev</p>	<p>Auditoria Externa de fiscalização no Regime Próprio de Previdência Social Relatório Final entregue pela RFB em 22/11/2023</p>	<p>Entrega de Relatório Final <u>sem identificação de irregularidades.</u> <u>AUDITORIA CUMPRIDA S/ RESSALVAS</u></p>

Fonte: Controladoria/IpREV-DF

Diante do que foi formatado, a Unidade de Controladoria alcançou efetividade nos objetivos delineados, de forma satisfatória, conforme podemos observar a seguir:

Tabela 11. Unidade de Controladoria

DEMANDAS	QUANTIDADE RECEBIDA	CUMPRIDAS	EM FASE DE CUMPRIMENTO
TCDF	07	05	02
CGDF	01	01	-
Defensoria Pública	-	-	-
PGDF	-	-	-
SSPREV - MF	01	01	-
TOTAL	09	07	02

Fonte: Controladoria/Iprev-DF

Tabela 12. CRONOGRAMA DAS AÇÕES;

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	INÍCIO	TÉRMINO	SUBATIVIDADES
1	Acompanhar as diligências e os relatórios de auditoria encaminhados ao Iprev-DF pela Controladoria Geral do Distrito Federal e pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF	Controladoria	02/01/2023	31/12/2023	análise, emissão e entrega
2	Cumprimento das determinações da Auditoria direta, não presencial, no Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do DF – Secretaria de Previdência do Ministério da Previdência Social	Controladoria	10/03/2023	31/12/2023	planejamento, execução, relatoria e entrega
4	Acompanhamento da gestão de riscos	Controladoria	02/01/2023	31/12/2023	Monitoramento com elaborações de relatórios semestrais (PPP)
5	Apoio as ações a cargo da Chefia de Governança, Projetos e Compliance	Controladoria	02/01/2023	31/12/2023	planejamento, execução, relatoria e entrega
6	Acompanhamento da execução de convênios e contratos administrativos, bem como análise preliminar de projetos básicos e Termos de Referência	Controladoria	02/01/2023	31/12/2023	Planejamento, execução, relatoria e entrega
7	Auxílio/Orientação e acompanhamento das ações de Ouvidoria	Ouvidoria	02/01/2023	31/12/2023	Planejamento, execução, relatoria e entrega

8	Acompanhamento do tratamento dado às solicitações feitas pelos Órgãos de Controle Interno e Externo	Controladoria	02/01/2023	31/12/2023	Coleta, elaboração e entrega
9	Monitoramento das providências decorrentes de recomendações/determinações emanadas da CGDF, do TCDF, da PGDF, do MPDFT e da SPS/ME	Controladoria	02/01/2023	31/12/2023	Coleta e elaboração
10	Orientação, em tese, dos gestores do Iprev/DF, sobre questões relacionadas com as normas que regem a execução orçamentária, contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão de pessoas, bem como nas áreas de controle, risco, transparência e integridade da gestão	Controladoria	02/01/2023	31/12/2023	Participação e relatoria
11	Acompanhamento da aplicação da Lei de Acesso à Informação Pública, no âmbito do Iprev/DF	Ouvidoria	02/01/2023	30/12/2023	Reunião, relatórios e planilhas
12	Avaliação do cumprimento das metas previstas no Planejamento Estratégico	Controladoria	02/01/2023	31/12/2023	Expedientes, controles, organização
13	Acompanhamento de programas e projetos.	Controladoria	02/01/2023	31/12/2023	Planejamento, execução, relatoria e entrega
14	Assessoramento ao Controlador com as demandas da Controladoria	Controladoria	01/06/2023	31/12/2023	Expedientes, controles, organização

Fonte: Controladoria/Iprev-DF

Tabela 13. ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES

AÇÃO	JAN	FEV	MA R	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NO V	DEZ	SITUAÇÃO
Acompanhar as diligências e os relatórios de auditoria encaminhados ao Iprev-DF pela Controladoria Geral do Distrito Federal e pelo Tribunal de													EM ANDAMENTO ATO CONTÍNUO
Contas do Distrito Federal – TCDF													
Cumprimento das determinações da Auditoria direta, não presencial, no Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do DF – Secretaria de Previdência													Auditoria em andamento
Elaboração de manual de gestão de risco.													CONCLUÍDO
Apoio as ações a cargo da Chefia de Governança, Projetos e Compliance													EM ANDAMENTO
Capacitação do chefe da Unidade de Controle por meio de sua participação em eventos de atualização em Cursos relacionados a atividade de Controle ou em áreas correlatas, conforme a necessidade do serviço													EM ANDAMENTO
Acompanhamento da execução de convênios e contratos administrativos, bem como análise preliminar de projetos básicos e Termos de Referência													EM ANDAMENTO
Auxílio/Orientação e acompanhamento das providências relacionados à denúncias e irregularidades													EM ANDAMENTO
Acompanhamento do tratamento dado às solicitações feitas pelos Órgãos de Controle Interno e Externo													EM ANDAMENTO

Tabela 14. PROCESSOS DE CORREIÇÃO

TIPOS DE PROCEDIMENTOS	FATO	RESULTADO
Juízo de Admissibilidade	Apuração de Responsabilidade por provável conduta negligente;	Arquivado por inexistência de dano ao erário.
Juízo de Admissibilidade	Apuração de Responsabilidade por condução de veículo de forma desidiosa;	Processo nº 00413-00002613/2023-89; Em andamento (aguardando publicação de Portaria).
Sindicância	Apuração de Responsabilidade por suposta conduta em desacordo com a lei; Operação Imprevidentes;	Portaria nº 49, de 11 de setembro de 2023, DODF nº 171, 12/09/2023 - Processo nº 00413-00003968/2023-95 e 00413-00000660/2023-98. Em andamento (Relatório entregue - aguardando decisão da autoridade instauradora)
Procedimento Investigativo Preliminar – PIP	Apuração de Responsabilidade por furto de computadores;	Em andamento - Processo Sei nº 00413-00002553/2022-13
Processo Administrativo Disciplinar – PAD	Apuração de Responsabilidade para investigação de caso de assédio	Em andamento - Portaria nº 45 de 22/08/2023, DODF nº 161 de 24/08/2023 - Processo Sei nº 00413-00004178/2022-46
Processo Administrativo Disciplinar – PAD	Apuração de Responsabilidade por suposta conduta em desacordo com a lei	Portaria nº 46, de 29 de agosto de 2022, DODF nº 165, de 31/08/2022. Processo nº 00413-00003951/2022-57*. Em andamento (1º Relatório entregue, porém houve reabertura da instrução).
Sindicância	Apuração de Responsabilidade por eventual dano ao erário em decorrência de recolhimento a menor de tributos	Portaria nº 34, de 15 de julho de 2022, DODF nº 134, de 19/07/2022. Processo nº 00413-00005698/2022-76* Em andamento - Relatório entregue (aguardando Julgamento) -
PIP	Fraude envolvendo servidores da CAIXA.	Processo nº 00413-00002818/2023-64; Fase: recebimento do Juízo de Admissibilidade n.º 05/2023 - IPREV/PRESI/CONT - Id nº Doc. SEI/GDF 116677248

Fonte: Divisão de Auditoria e Correição – AUDCO/CONT/PRESI/IPREV

4.6. DAS MANIFESTAÇÕES DE CONFORMIDADE PARA CONTRATAÇÕES

No âmbito da Controladoria, todos os processos instaurados com a finalidade de contratação ou aquisição de bens e serviços devem, necessariamente, passar por análise de conformidade, portanto, trata-se de uma demanda habitual e rotineira, o controle e monitoramento das inscrições realizadas pela Autarquia Previdenciária na Lista Contratos do Sistema Siggo, bem como o saldo dos contratos na conta de escrituração – Contratos com Terceiros.

Tabela 15. Processos de Contratação do Iprev – 2º Semestre de 2023

PROCESSO	OBJETO	MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	EMPRESA	CNPJ	VALOR DA CONTRATAÇÃO	SITUAÇÃO DO CONTRATO
00413-00001548/2019-98	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE ARQUIVOS	Lei de Licitações, art. 65. 3º Termo Aditivo de prorrogação contratual de 15/06/2022 a 14/06/2023	SOS TECNOLOGIA	04.744.134/0001-78	R\$ 418.848,46 (ESTIMATIVO)	Publicação no DODF nº 112 em 16/06/2023
00413-00000800/2023-28	MONITORAMENTO DO PROGRAMA PRÓ-GESTÃO NÍVEL II, DIAGNÓSTICO DA CERTIFICAÇÃO, DIRETRIZES DE CONTROLE INTERNO	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
00413-00001887/2020-16	TERMO ADITIVO PARA ACRÉSCIMO CONTRATUAL EM AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE REDE	ARP nº 04/2021	LETTEL DISTRIBUIDORA	07.789.113/0001-67	R\$ 21.836,82	Impossibilidade por vencimento da Ata
00413-00002369/2023-64	CONTRATAÇÃO DIRETA, POR INEXIGIBILIDADE, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE NATUREZA SINGULAR PARA A PARTICIPAÇÃO NO XVI ENCONTRO JURÍDICO E FINANCEIRO DA APEPREM.	Art. 23, II da Lei de Licitações nº 8666/93	APEPREM	01.144.081/0001-66	R\$ 800,00	Publicação no DODF nº 141 em 27/07/2023
	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ACESSO		PARAMITA	07.931.931/0001-52		
00413-00002802/2023-51	POR MEIO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE USO DE LOGIN E SENHA PARA UTILIZAÇÃO EM PLATAFORMA WEB, CONFORME DESCRITIVO COMPLETO NO PROJETO BÁSICO.	Art. 25, I da Lei de Licitações nº 8666/93			R\$ 44.760,00	Publicação no DODF nº 147 em 04/08/2023
00413-00003077/2019-52	TERMO ADITIVO PARA ACRÉSCIMO CONTRATUAL DE 16,37% REFERENTE À AMPLIAÇÃO DE INSTALAÇÕES LOCATÍCIAS QUE CONTEMPLAM A SEDE DO IPREV	Art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei de Licitações nº 8.666/93	ESTRUTURAL EMPREENDIMENTOS	017.159.700/0001-36	R\$ 34.383,39 (MÊS)	Publicação no DODF nº 156 em 15/08/2023

00413-00001455/2020-05	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO PREDIAL COM A INCLUSÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA INTERNA E EXTERNA	Art. 24, XIII da Lei de Licitações	FUNAP	03.495.108/0001-90	R\$ 104.767,09	Publicação do 3º Termo Aditivo no DODF nº 173 em 14/09/2023
00413-00004992/2019	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS COM A AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS, RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE BILHETES PROVENIENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2019 - DICOM/SCG/SEEC	Art. 58, I da Lei de Licitações nº 8666/93	FACTO TURISMO	14.807.420/0001-99	R\$ 50.000,04	Publicação do 4º Termo Aditivo no DODF nº 174 em 15/09/2023
00413-00001804/2020-81	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COPEIRAGEM E MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO PREDIAL	Dispensa com fulcro no art. 24, XIII da Lei de Licitações	FUNAP	03.495.108/0001-90	R\$ 117.218,40	Publicação do 4º Termo Aditivo no DODF nº 177 em 20/09/2023
00413-00000936/2023-38	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL (FECHADURAS E CADEADOS), OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL/IPREV-DF, POR MEIO DA ADESÃO À ATA ARP Nº 14/2023	Adesão à Ata de Preço proveniente da SEPLAD	BIG CHAVES	24.928.103/0001-84	R\$ 9.524,80	Publicação no DODF nº 114 em 20/06/2023
00413-00001383/2023-31	CONTRATAÇÃO DIRETA, POR INEXIGIBILIDADE, PARA INSCRIÇÃO DE 09 (NOVE) SERVIDORES DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL,	Inexigibilidade com fulcro no art. 25 da Lei de Licitações. 4º Termo Aditivo para prorrogação contratual	ABIPEM	04.515.660/0001-66	R\$ 10.260,00	Publicação no DODF nº 108 em 12/06/2023

	PARA PARTICIPAREM DO 56º CONGRESSO NACIONAL DA ABIPEM-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA ESTADUAIS E MUNICIPAIS.					
00413-00001548/2019-98	TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GESTÃO DE ARQUIVOS COM O ESTABELECIMENTO DE GUARDA DOCUMENTAL, ORGANIZAÇÃO, TRATAMENTO E CONSULTORIA DE ACERVO.	Lei de Licitações, art. 65. 4º Termo Aditivo de prorrogação contratual de 15/06/2023 a 14/06/2023	SOS TECNOLOGIA	04.744.134/0001-78	R\$ 303.863,48	Publicação do 2º Termo Aditivo no DODF nº 06/01/2023
00413-00000800/2023-28	NOTA DE CONFORMIDADE REFERENTE AO MONITORAMENTO DO PROGRAMA PRÓ-GESTÃO, DIAGNÓSTICO DE CERTIFICAÇÃO	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: Divisão de Auditoria e Correição – Auditoria e AUDCO/CONT/PRESI/IPREV

4.7. DO MONITORAMENTO DA EXCEUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em cumprimento às disposições contidas no Decreto nº 32.840, de 6 de abril de 2011, a Controladoria realiza o monitoramento da execução orçamentária a partir do Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI a ser executado durante o exercício, que depende de prévia aprovação da Presidência do Iprev-DF e, após, da remessa à Controladoria-Geral do Distrito Federal. No ano de 2023, as ações foram realizadas no bojo do Processo SEI-GDF nº 00413-00001607/2023-12.

4.8. DA CONCESSÃO E REVISÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

No que tange a análise quanto à conformidade dos atos de concessão de aposentadorias e pensões, a Controladoria, por meio da Ordem de Serviço nº 06/2023, publicada no DODF nº 116, em 22/06/2023, procedeu a designação de servidores para avaliar os processos de aposentadoria e pensões referente ao exercício 2023. O procedimento deu início no começo do segundo semestre e findou-se ao final, com a apresentação de Relatório Final para o semestre subsequente.

5. OUVIDORIA

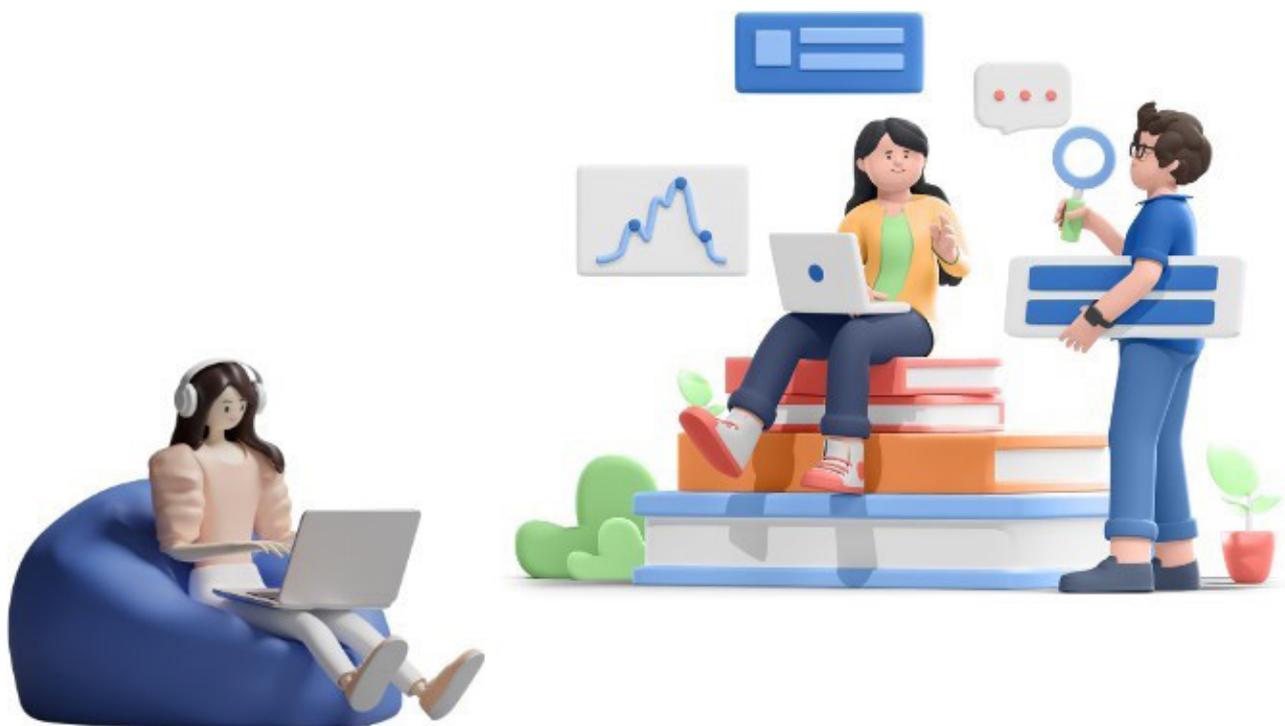
As ações executadas pela Ouvidoria do Iprev-DF, em 2023, são apresentadas por meio de análise dos dados de ouvidoria e acesso à informação e o resultado alcançado no segundo semestre de 2023.

Antes de se adentrar aos resultados, propriamente ditos, cumpre destacar que a Ouvidoria é o órgão responsável por dar tratamento adequado às demandas apresentadas pelos cidadãos referentes ao RPPS/DF, no âmbito das questões que envolvam a concessão e manutenção dos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão, prova de vida, homologação de Certidão de Tempo de Contribuição, emissão de Declaração de Tempo Especial, auxílio-funeral, isenção de imposto de renda, recolhimento de contribuições previdenciárias, dentre outras.

Como uma das mais importantes unidades de interlocução entre o cidadão e as instituições públicas, a Ouvidoria configura-se como efetivo espaço institucional de participação social, garantindo o direito ao exercício pleno da cidadania.

Assim, a Ouvidoria busca atuar como instância de Governança de Serviços e apoio à gestão da organização, pois como elemento de integridade, transparência e accountability, propõe a melhoria da qualidade dos serviços ofertados ao cidadão e o aprimoramento da gestão pública no âmbito da Autarquia Previdenciária.

Figura 2



5.1. DIAGNÓSTICO

No segundo semestre de 2023 foram registradas, no Sistema Participa-DF, e direcionadas à Ouvidoria do Iprev-DF o total de 161 (cento e sessenta e uma) manifestações de ouvidoria.

Desse total, após análise preliminar, 87 (oitenta e sete) manifestações foram restituídas ao Controle da Ouvidoria-Geral do Distrito Federal por tratarem de assuntos de competência de outros órgãos ou entidades, tanto do Governo do Distrito Federal quanto do Poder Executivo Federal e 74 (setenta e quatro) manifestações que foram respondidas no âmbito do Iprev-DF.

Em comparação ao mesmo período de 2022, registra-se um aumento aproximado de 72% no número de manifestações de ouvidoria respondidas no âmbito do Iprev-DF, no período de 01/07 a 31/12/2023.

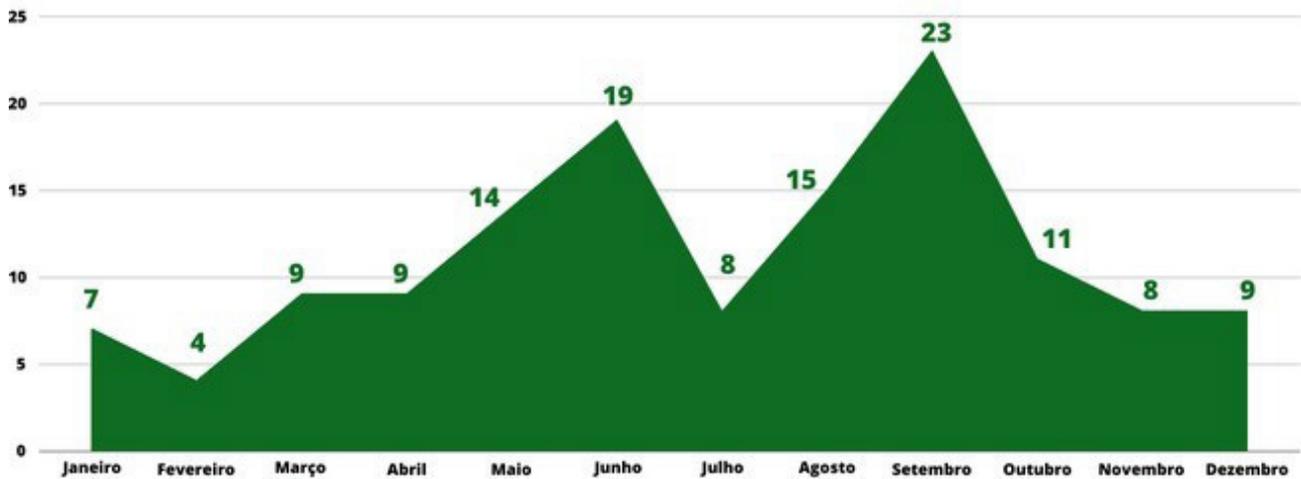
Figura 3. Manifestações de Ouvidoria



Após análise dos dados, observa-se que o crescimento ocorreu devido a uma maior participação do cidadão. Nesse sentido, apresenta-se a evolução mensal das demandas de ouvidoria ao longo de 1º/01 a 31/12/2023.

Gráfico 16. Evolução Mensal de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2023

Gráfico - Evolução Mensal de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2023



Fonte: <http://painel.ouv.df.gov.br/dashboard>

5.2. CANAIS DE ATENDIMENTO

No segundo semestre de 2023, observa-se o crescimento exponencial da utilização dos canais de atendimento, seja por meio da internet ou por meio do telefone.

Figura 4. Formas de Entrada – 2º Semestre / 2023



Fonte: <http://painel.ouv.df.gov.br/dashboard>

5.3. OS TEMAS MAIS UTILIZADOS PELO CIDADÃO

Conforme dados do Painel de Ouvidoria do Distrito Federal, apresenta-se um recorte dos 5 (cinco) temas mais utilizados pelos cidadãos nas manifestações respondidas no 2º semestre de 2023, no âmbito do Iprev-DF.

Figura 5

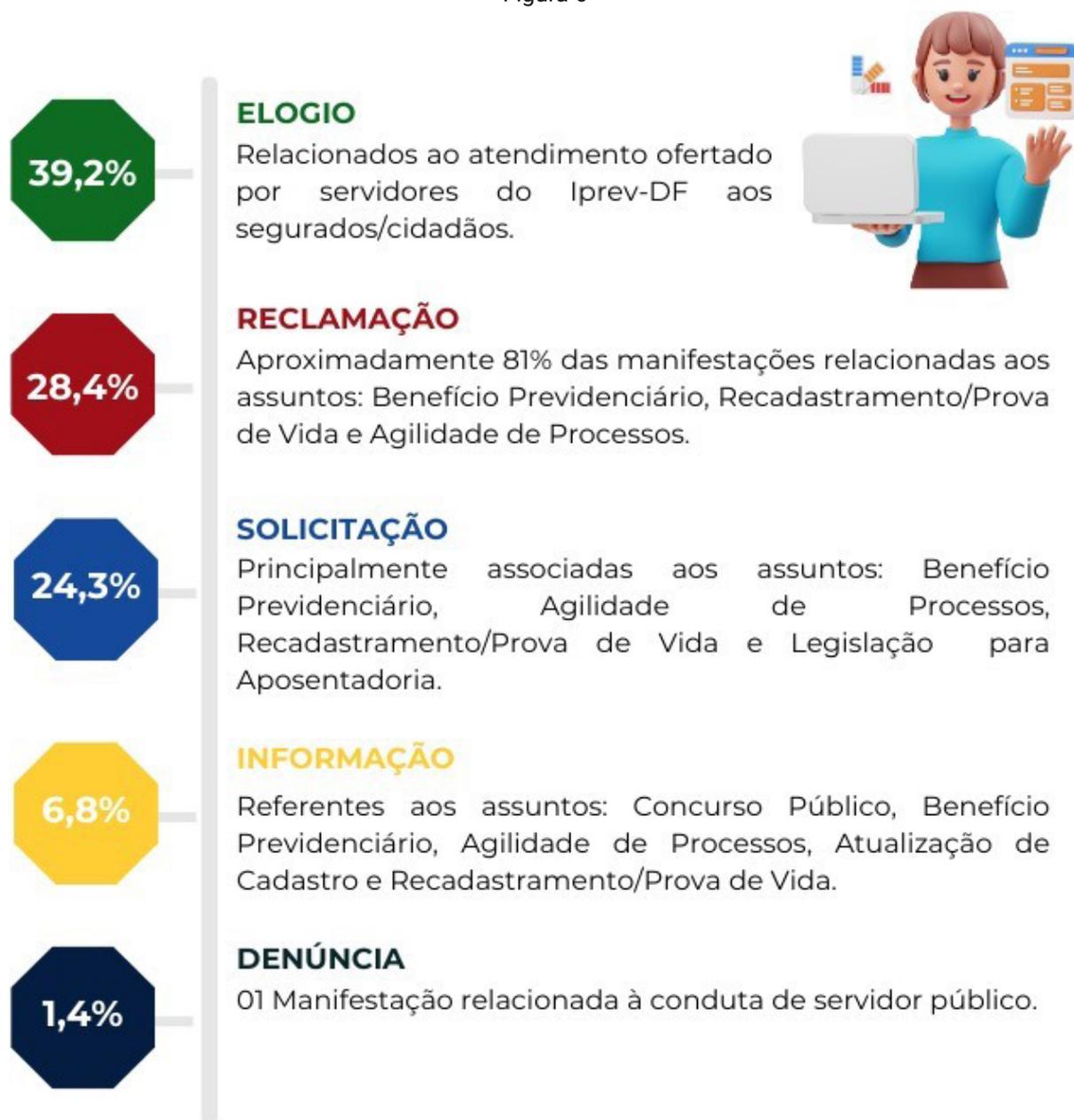


Fonte: <http://painel.ouv.df.gov.br/dashboard>

5.4. CLASSIFICAÇÃO

As 74 (setenta e quatro) manifestações de ouvidoria respondidas no âmbito do Iprev-DF foram classificadas no Sistema Participa-DF com 39,2% de elogios, 28,4% de reclamações, 24,4% de solicitações, 6,8% de informações e 1,4% de denúncias. Os dados são do segundo semestre de 2023:

Figura 6

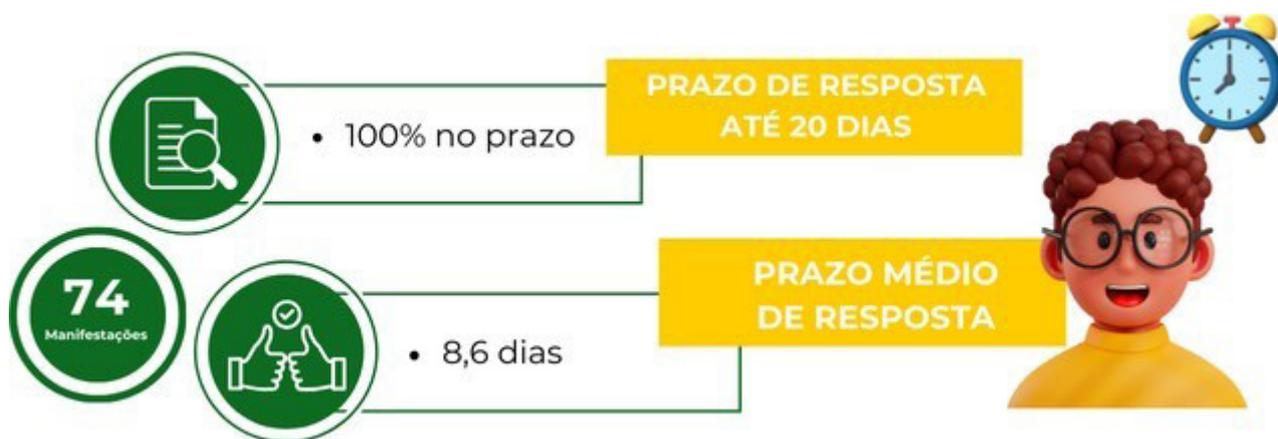


Fonte: <http://painel.ouv.df.gov.br/dashboard>

5.5. PRAZO DE RESPOSTA

Ao longo do segundo semestre de 2023, a Ouvidoria permaneceu obedecendo ao disposto no art. 5º, da Lei nº 4.896, de 31 de julho de 2012, cumprindo prazo inferior a 20 (vinte) dias, a contar do registro da manifestação, para apurar e informar o resultado.

Figura 7



Fonte: <http://painel.ouv.df.gov.br/dashboard>

5.6. INDICADORES

No que se refere aos indicadores, as metas das Seccionais de Ouvidoria são aferidas a partir da avaliação realizada pelo cidadão e conforme resultado da Pesquisa de Satisfação.

Gráfico 17. Pesquisa de Satisfação – 2º Semestre / 2023



Fonte: <http://painel.ouv.df.gov.br/dashboard>

Gráfico 18. Resolutividade – 2º Semestre / 2023



Gráfico - Resolutividade – 2º Semestre / 2023

5.7. ACESSO À INFORMAÇÃO

5.7.1. DIAGNÓSTICO

A Ouvidoria, que também atua como Serviço de Informação ao Cidadão, recebeu no período de 1º/07 a 31/12/2023 o total de 54 (cinquenta e quatro) pedidos de acesso à informação, via Sistema Participa-DF.

Desses, após análise preliminar, 16 (dezesesseis) pedidos foram reencaminhados por tratar de assuntos de competências de outros órgãos e entidades do Distrito Federal e 38 (trinta e oito) foram respondidos no âmbito do Iprev-DF.

Em comparação ao mesmo período de 2022, registra-se que o segundo semestre de 2023 apresentou queda aproximada de 9,5% no número de pedidos de acesso à informação que foram recebidos e respondidos.

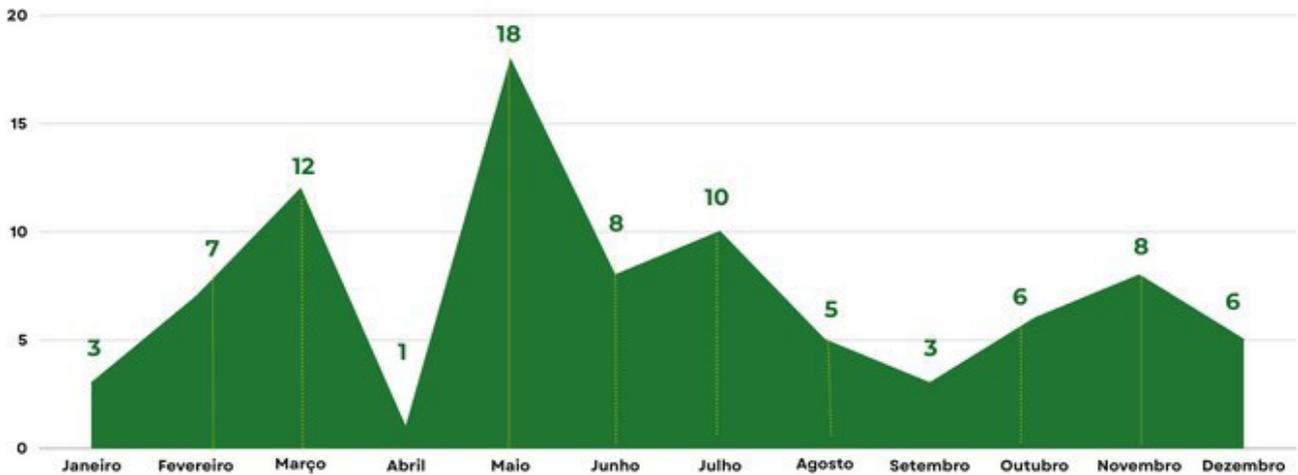
Figura 8. Acesso à Informação



Fonte: Participa DF.

A seguir será apresentada a evolução mensal dos registros ao longo do 01/01 a 31/12/2023.

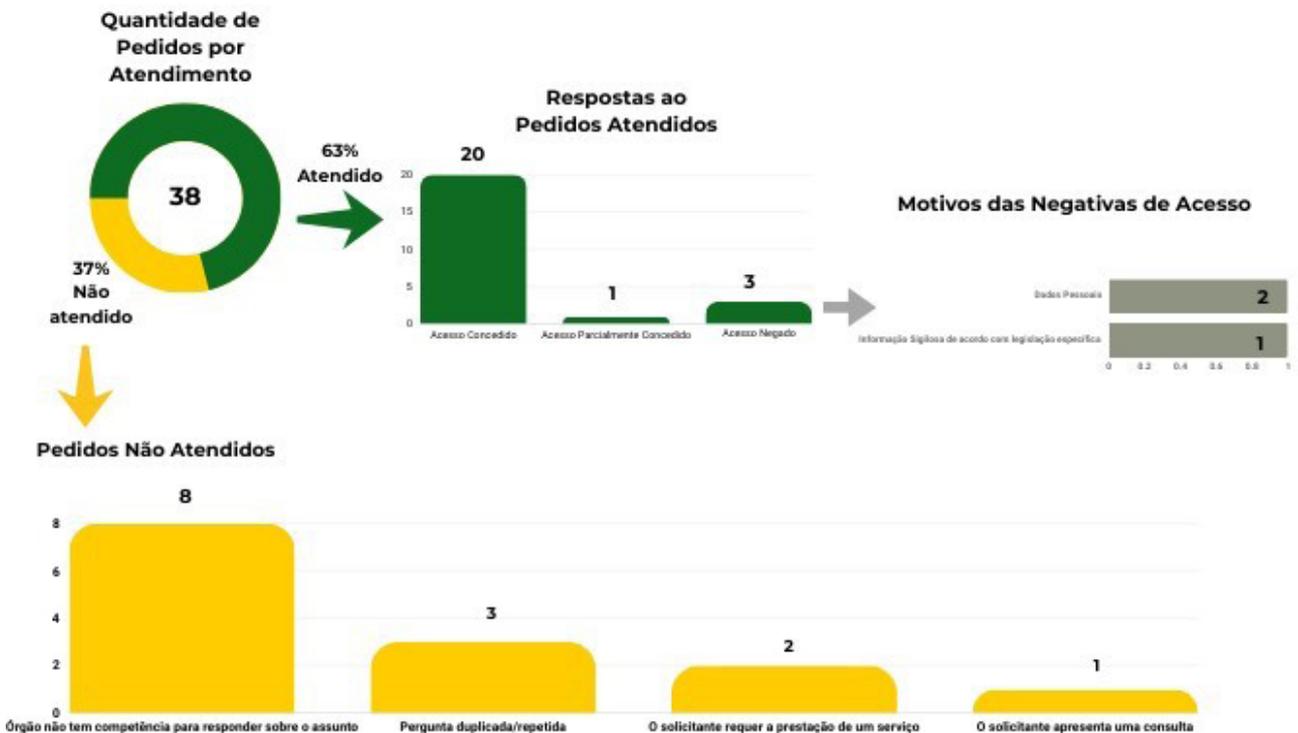
Gráfico 19. Evolução mensal de janeiro à dezembro de 2023



Fonte: Participa DF.

5.7.2. PAINEL DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Gráfico 20. Acesso à Informação no 2º semestre de 2023

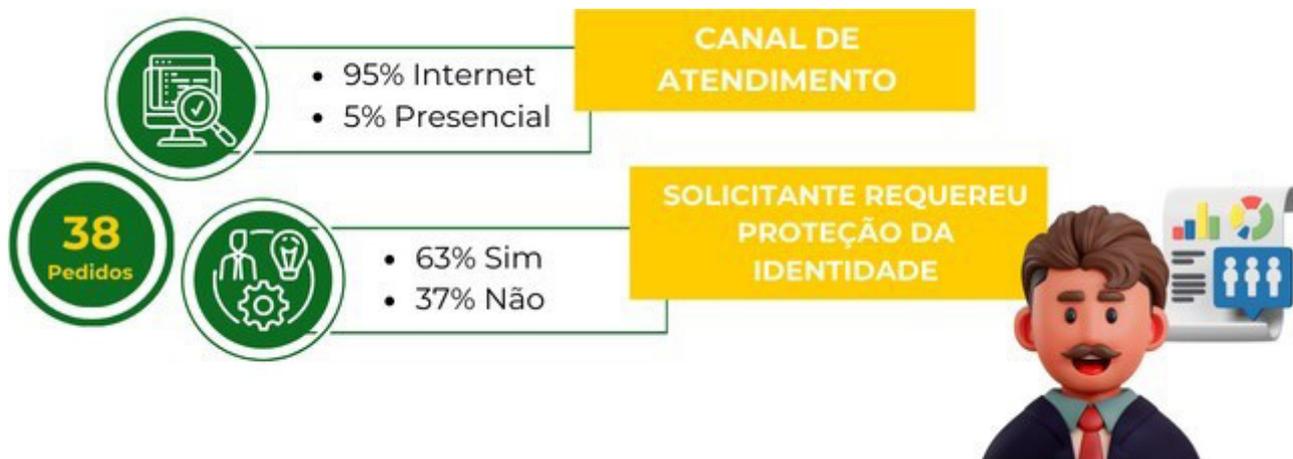


Fonte: Participa DF. Última atualização: 25/01/2024 14:14:58. Dados disponibilizados mensalmente no Portal de Dados Abertos do Distrito Federal

5.7.3. INFORMAÇÕES GERAIS

Conforme dados disponíveis no Painel de Informações Participa-DF: Transparência Passiva, da análise dos 38 (trinta e oito) pedidos de informação respondidos no âmbito do Iprev-DF, no segundo semestre de 2023, tem-se que:

Figura 9



Fonte: Participa-DF.

Nos termos da Lei nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012, e do Decreto nº 34.276, de 11 de abril de 2013, o órgão responsável pela demanda terá o prazo de 20 (vinte) dias, a contar do registro do pedido de acesso à informação, para informar ao cidadão o resultado final quanto ao acesso requerido.

Desse modo, todos os Pedidos de Acesso à Informação tratados no âmbito do Iprev-DF no segundo semestre de 2023 foram respondidos dentro dos prazos estabelecidos na legislação vigente, alcançando 100% do índice de cumprimento de prazos.

Figura 10



Fonte: Participa-DF.

5.7.4. PROJETOS INSTITUCIONAIS

5.7.4.1 “ACULTURAR A POLÍTICA DE ELOGIOS E SUGESTÕES NO IPREV-DF”

A Ouvidoria, unidade orgânicamente subordinada à Controladoria, em conjunto com a Presidência e Unidade de Comunicação Social, apresentou ação de divulgação dos servidores elogiados via Sistema Participa-DF, no primeiro Semestre de 2023.

A divulgação ocorreu na intranet do Iprev-DF, no período de julho a setembro de 2023.

Figura 11



Fonte: Participa-DF.

Divulgação na área de trabalho dos servidores do Iprev-DF, dos canais de atendimento da ouvidoria.

Figura 12



Fonte: Participa-DF.

Divulgação dos elogios recebido no terceiro trimestre de 2023

Ação da Ouvidoria do Iprev-DF de divulgação dos servidores elogiados via Sistema Participa-DF, no terceiro trimestre de 2023, em parceria com a Controladoria, Presidência e Unidade de Comunicação Social.

A divulgação ocorreu na intranet do Iprev-DF, no período de outubro à dezembro de 2023.

Figura 13



Fonte: intranet/IPREV-DF

5.7.5. PROJETOS INSTITUCIONAIS

5.7.5.1. “IPREV-DF NO SEU ÓRGÃO”

Visita à Defensoria Pública do Distrital Federal

Ação da Ouvidoria e Controladoria, em parceria com a Presidência, Coordenação de Gestão por Resultados, da Diretoria de Governança, Projetos e Compliance e a Unidade de Comunicação Social, para realizar palestra sobre “Legislação Previdenciária”.

A Diretora Jurídica do Iprev-DF, Raquel Galvão, apresentou o Iprev-DF enquanto órgão gestor único do RPPS/DF, discorrendo sobre a legislação previdenciária aplicada no âmbito do Governo do Distrito Federal; A Coordenadora de Gestão por Resultados do Iprev-DF, Aline Costa, apresentou o programa de “Educação Previdenciária”, programa que é implementado pelo Iprev-DF em parceria com a Escola de Governo do Distrito Federal, para oferta de cursos de capacitação.

Foto



Fonte: UCS/IPREV-DF

Foto



Fonte: UCS/IPREV-DF

O Chefe da Controladoria do Iprev-DF, Márcio Aquino, palestrou sobre o papel e as competências da Controladoria; A Ouvidora do Iprev-DF, Régia Fernandes, apresentou as competências e meios de acesso à Ouvidoria.

Foto



Fonte: UCS/IPREV-DF

Foto



Fonte: UCS/IPREV-DF

Servidores do Iprev-DF e da Defensoria Pública do Distrito Federal que participaram da palestra sobre "Legislação Previdenciária"

Foto



Fonte: UCS/IPREV-DF

5.7.5.2. PROJETO “BATE PAPO COM A OUVIDORIA”

5.7.5.2.1. 1ª PALESTRA DO IPREV-DF SOBRE “ASSÉDIO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”

A Ouvidoria, a Controladoria e a Presidência do Iprev-DF, promoveu a 1º Palestra do Iprev-DF sobre “Assédio no Âmbito da Administração Pública”, realizada em 26/09/2023.

A iniciativa teve por objetivo abordar a temática do “Assédio no Âmbito da Administração Pública” e do tratamento das denúncias por parte da Ouvidoria, visando informar e conscientizar os servidores do Iprev-DF sobre o assunto, capacitar para prevenir a ocorrência do assédio no ambiente de trabalho e intensificar a promoção da cultura organizacional segura e profissional.

A Dra. Michelle Gomes Heringer Caldeira, Chefe da Assessoria de Apoio aos Julgamentos da Controladoria-Geral do Distrito Federal, proferiu uma palestra sobre “Gestão sem Assédio: Desafios e Possibilidades”.

O palestrante Cleiton Gonçalves Oki de Brito, Coordenador de Gestão do Atendimento ao Cidadão da Ouvidoria-Geral do DF, discorreu sobre “Ouvidoria - Instância de Governança para o Relacionamento com os Servidores”.

Foto



Fonte: Ouvidoria

Foto



Fonte: Ouvidoria

Servidores do Iprev-DF que participaram da 1ª Palestra do Iprev-DF sobre “Assédio no Âmbito da Administração Pública”.

Foto



Fonte: Ouvidoria

5.7.5.3. AÇÕES EXTRAPROJETOS

5.7.5.3.1. CURSO: “RELAÇÕES AUTÊNTICAS, COM BASE NA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA”

Ação idealizada pela Ouvidoria do Iprev-DF e realizada em parceria com o Núcleo de Capacitação e a Escola de Governo do Distrito Federal, no período de 21 a 25/08/2023, visando ao fortalecimento do bem-estar organizacional, manutenção de relações saudáveis e melhoria do ambiente de trabalho.

Servidores do Iprev-DF que participaram da 2ª turma do Curso de “Relações Autênticas, com Base na Comunicação Não Violenta”.

Foto



Fonte: EGOV-DF

5.7.5.3.2. PALESTRA “AMBIENTAÇÃO E INTERGRAÇÃO INSTITUCIONAL”

Ação realizada pela Divisão de Gestão de Pessoas na data de 31/08/2023, em parceria com o Núcleo de Capacitação, a Comissão de Ética e Conduta, a Coordenação de Gestão por Resultados e Ouvidoria.

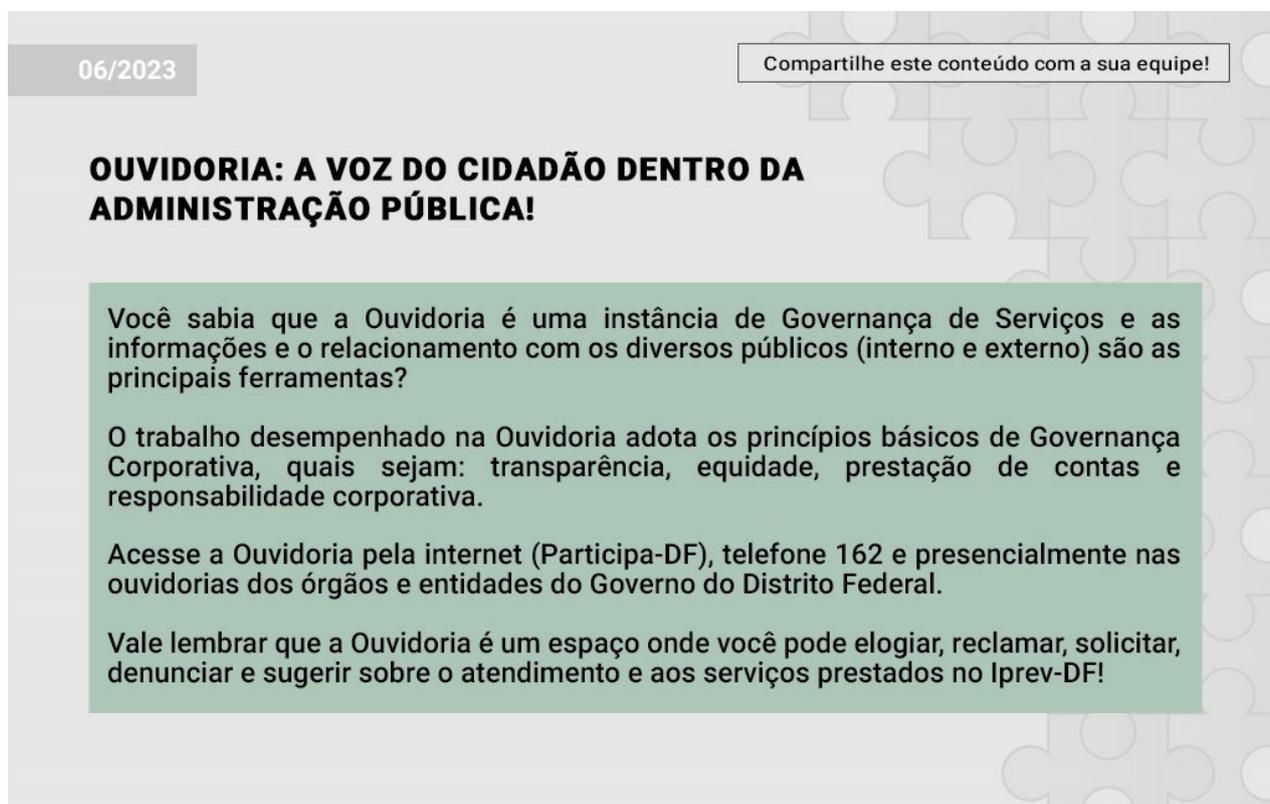
A palestra teve por objetivo promover a ambientação e integração dos novos servidores que compõem o quadro do Iprev-DF; apresentar as informações referentes o Código de Ética e Conduta do Iprev; promover o acesso e conhecimento sobre o trabalho do setor de Ouvidoria; Certificação do Programa Pró-Gestão do RPPS/DF; e promover as informações básicas sobre legislação de gestão de pessoas.

5.7.5.3.3. PÍLULAS DE INTEGRIDADE

A Coordenação de Compliance e Integridade, unidade orgânicamente subordinada à Diretoria de Governança, Projetos e Compliance, em parceria com Ouvidoria, promoveu a divulgação dos canais de atendimento da Ouvidoria, por meio da pílula de integridade, que é uma ação de divulgação de pequenos textos.

A divulgação da pílula de integridade ocorreu durante a 1ª quinzena de setembro de 2023, tanto na intranet do Iprev-DF, como por meio de informativo encaminhado aos e-mails institucionais dos servidores, conferindo ampla divulgação no âmbito do Iprev-DF.

Figura 14



06/2023

Compartilhe este conteúdo com a sua equipe!

OUVIDORIA: A VOZ DO CIDADÃO DENTRO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA!

Você sabia que a Ouvidoria é uma instância de Governança de Serviços e as informações e o relacionamento com os diversos públicos (interno e externo) são as principais ferramentas?

O trabalho desempenhado na Ouvidoria adota os princípios básicos de Governança Corporativa, quais sejam: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Acesse a Ouvidoria pela internet (Participa-DF), telefone 162 e presencialmente nas ouvidorias dos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal.

Vale lembrar que a Ouvidoria é um espaço onde você pode elogiar, reclamar, solicitar, denunciar e sugerir sobre o atendimento e aos serviços prestados no Iprev-DF!



Coordenação de Compliance e Integridade
Diretoria de Governança, Projetos e Compliance
SUA ATITUDE FAZ A DIFERENÇA!



Fonte: <http://intranet.iprev.df.gov.br/index.php/conteudo/pilulas-de-integridade/>

5.7.5.3.4. OUVIDORIA – INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA DE SERVIÇOS

Participação da Ouvidoria na 7ª Reunião Ordinária do Comitê Interno de Governança Pública do Iprev-DF, realizada na data de 29/09/2023, com o objetivo de apresentar aos seus membros, a Ouvidoria como “Instância de Governança de Serviços”.

Foto



Fonte: Régia / OUVIDORIA

5.7.5.3.5. 1º WORKSHOP DO IPREV-DF

Projeto idealizado pela Coordenação de Gestão por Resultados, unidade orgânicamente subordinada à Diretoria de Governança, Projetos e Compliance, em parceria com a:

- Coordenação de Compliance e Integridade;
- Ouvidoria;
- Divisão de Auditoria e Correição;
- Diretoria de Administração e Finanças (envolvendo a Divisão de Gestão de Pessoas e o Núcleo de Capacitação de Pessoal); e,
- Comissão de Ética e Conduta.

Em 27/09, 24/10 e 07/11/2023, a Equipe Multidisciplinar realizou palestra para os servidores do Iprev-DF, visando à promoção de temas relacionados à Ética, Integridade, Ouvidoria e Controle, com o objetivo de informar acerca das competências, formas de acesso e atividades desempenhadas.

A Ouvidora do Iprev-DF, Régia Fernandes, promoveu internamente a divulgação da Ouvidoria para os servidores.

Servidores das diversas unidades administrativas do Iprev-DF, participam do 1º Workshop do Iprev-DF.

Foto



Fonte: Aline - COGER/DIGOV

Foto



Fonte: Aline - COGER/DIGOV

Foto



Fonte: Aline - COGER/DIGOV

Foto



Fonte: Aline - COGER/DIGOV

5.7.5.3.6. OUVIDORIA – INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA DE SERVIÇOS

Participação da Ouvidoria na 75ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração (Conad) do Iprev-DF, realizada na data de 11/10/2023, com o objetivo de apresentar aos Conselheiros daquele órgão deliberativo, a Ouvidoria como “Instância de Governança de Serviços”.

5.7.5.3.7. “TRANSFORMAÇÃO RECONHECIMENTO EM EXCELÊNCIA”

A Ouvidoria-Geral do Distrito Federal (OGDF) premiou o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal no 8º Concurso de Melhores Práticas em Ouvidoria Pública do Distrito Federal, realizado em 2023.

O projeto apresentado pela Ouvidoria do Iprev-DF, premiado na categoria “Comunicação Interna e Externa”, foi “Transformando Reconhecimento em Excelência”, implantado no final de 2022.

Idealizado pela Ouvidoria do Iprev-DF, em parceria com a Unidade de Comunicação Social, o projeto visou divulgar e reconhecer o atendimento humanizado e de excelência proporcionado pelos servidores e colaboradores da Autarquia Previdenciária aos segurados e sociedade em geral, bem como destacar a eficiência no tratamento das demandas apresentadas ao órgão.

Foto



Fonte: Aline - COGER/DIGOV

5.7.5.3.8. PRÊMIO “ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA DO GDF/2023”

O Iprev-DF recebeu o Prêmio ITA/2023 por ter alcançado 100% na avaliação do Índice de Transparência do Governo do Distrito Federal.

O evento fez parte da agenda da Semana da Controladoria-Geral do Distrito Federal de Combate à Corrupção e destaca a transparência como uma ferramenta crucial na erradicação desse problema.

A novidade deste índice é que agora ele passa a avaliar não apenas o cumprimento da transparência ativa, mas também o cumprimento da transparência passiva, que é quando o cidadão solicita aos órgãos e entidades da administração pública, acesso às informações produzidas e armazenadas pelo Estado.

Foto



Fonte: UCS / IPREV

Foto



Fonte: UCS / IPREV

5.7.5.3.9. MONITORAMENTO E ATUALIZAÇÃO DA CARTA DE SERVIÇOS DO IPREV-DF

O Grupo de Trabalho, coordenado pela Ouvidoria, procedeu o monitoramento e atualização da Carta de Serviços ao Cidadão do Iprev-DF.

6. DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

A Diretoria de Administração e Finanças, unidade orgânica de comando, diretamente subordinada ao Diretor-Presidente, tem por competência dirigir, supervisionar, orientar e controlar a execução setorial das atividades de gestão de pessoas, planejamento, orçamento e finanças, serviços gerais, administração de material, patrimônio mobiliário, comunicação administrativa, apoio administrativo e serviços gerais, supervisionar a formulação da política de recursos humanos, contendo, inclusive, a qualificação e o treinamento dos servidores do Iprev-DF, supervisionar as atividades de contabilidade geral, de elaboração da prestação de contas e dos demonstrativos econômico-financeiros.

6.1. DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAS

A Gestão de Pessoas do Iprev-DF possui, entre outros objetivos, o de desenvolver, treinar, capacitar e motivar os servidores, visando seu crescimento e o da Instituição.

A composição do quadro de pessoal do Iprev-DF atualmente está dividido conforme descrito na tabela abaixo.

Tabela 16. Composição do Quadro de Pessoal do Iprev-DF

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL	
Descrição	Quantidade
Servidores efetivos do Iprev-DF (S/ Cargo Comissionado)	2
Servidores efetivos do Iprev-DF (C/ Cargo Comissionado)	6
Servidores Requisitados do GDF	0
Servidores Requisitados do GDF (C/ Cargo Comissionado)	50
Servidores Requisitados da União (C/ Cargo Comissionado)	1
Servidores Comissionados Sem Vínculo	76
Servidores em Exercício no Iprev-DF por Convênio	2
TOTAL	137

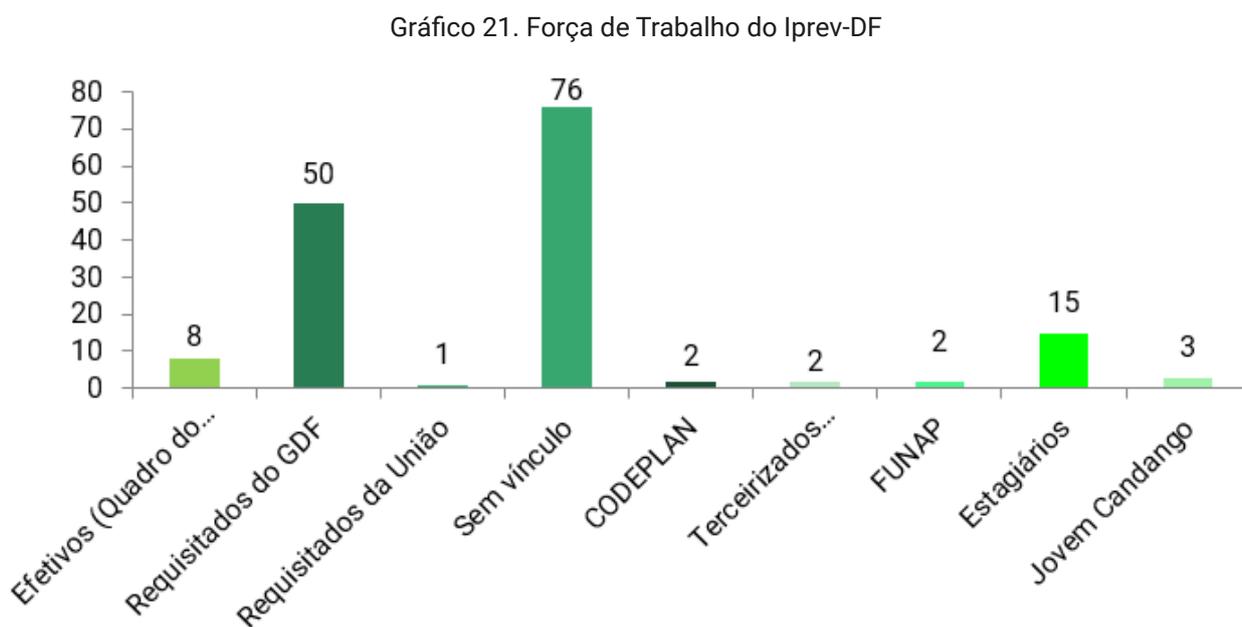
Fonte: DIGEP/COAD/DIAFI/IPREV-DF

Além desses servidores, o Iprev-DF também conta com terceirizados e reeducandos da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – Funap-DF.

Dentre os estagiários, 12 (doze) são de nível superior, 1 (um) de nível técnico e 2 (duas) de nível médio. Trata-se de colaboradores que estão se preparando para a sua vida profissional e representam uma parcela importante no desenvolvimento das atividades da Autarquia Previdenciária. O estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho que visa a preparação para o trabalho produtivo do estudante e auxilia na integração do processo educativo com a formação do aluno.

Dos jovens candangos, 3 (três) são jovens aprendizes de 14 a 18 anos que estão cursando ou já cursaram o ensino médio. São participantes do programa instituído pelo Governo do Distrito Federal – GDF que tem o intuito de promover a formação técnica-profissional metódica. São jovens que estão entrando no mercado de trabalho e também são de grande importância para a Autarquia. O Aprendiz desenvolve atividades supervisionadas, compatíveis com o desenvolvimento teórico e prático no ambiente de trabalho, a qual visa a preparação para o trabalho produtivo e auxilia na integração dos jovens ao mercado de trabalho.

Em suma, a força de trabalho total do Iprev-DF é composta pelas seguintes situações funcionais:



Fonte: DIGEP/COAD/DIAFI/IPREV-DF

6.1.1. ESTRUTURA DO IPREV-DF

A atual estrutura administrativa do Iprev-DF, baseia-se no Decreto nº 40.706, de 08 de maio de 2020, com alterações posteriores até a publicação do Decreto 45.365, de 28 de dezembro de 2023.

6.2. GERÊNCIA DE LOGÍSTICA E EXPEDIENTE

A Gerência de Logística e Expediente do Iprev-DF possui, entre outros objetivos, o de orientar e acompanhar a gestão documental e de monitorar e controlar a frota de veículos da Instituição.

6.3. GERÊNCIA DE MANUTENÇÃO E PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO

A Gerência de Patrimônio Mobiliário do Iprev-DF possui, entre outros objetivos, o de acompanhar e controlar a guarda e distribuição de material de consumo, de registro de materiais de consumo e de bens patrimoniais, bem como gerenciar a execução de serviços de manutenção predial para o funcionamento da Instituição.

6.4. GERÊNCIA DE CONTRATOS

O Iprev-DF, no segundo semestre de 2023, efetuou aquisições e contratações por meio de Plano de Suprimento das Atas de Registro de Preços da Subsecretaria de Compras Governamentais da então Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal, das quais o Iprev-DF é partícipe, bem como aquisições por dispensa, contratações/renovações de contrato por meio de aditivos e termos/acordos de cooperação técnica, conforme informado abaixo:

Tabela 17. Aquisições

Processo SEI-GDF	Fornecedor	CNPJ	Descrição do Fornecimento	Valor Total (R\$)
00413-00001776/2022-63	CDV COMERCIAL DE ALIMENTOS EIRELLI	05.205.399/0001-60	Aquisição de material de consumo -COPO DESCARTÁVEL Descrição: para Água, confeccionado a partir de qualquer material atóxico, desde que seja comprovadamente biodegradável, para líquidos frios e quentes capacidade mínima de 180ml, Unidade de Fornecimento: pacote com 100 unidades.	R\$ 2.548,00 (Dois mil quinhentos e quarenta e oito reais).
00413-00001776/2022-63	PONTO DO ARTESÃO COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA.	05.205.399/0001-60	Aquisição de material de consumo -COADOR DE CAFÉ, Descrição: material 100% algodão, com cabo de madeira, tamanho médio, capacidade de 4 a 5 litros. - Unidade: unidade.	R\$ 45,60 (Quarenta e cinco reais e sessenta centavos).
00413.00006126/2021-23	MULTPAPER DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS LTDA.	26.976.381/0001-32	Aquisição de material de consumo -PAPEL SULFITE, Descrição: gramatura de 75g/m², medindo 210x297mm, formato A4, cor branca, Unidade de Fornecimento: resma com 500 folhas. - Unidade: resma.	R\$ 4.036,80 (Quatro mil trinta e seis reais e oitenta centavos).
00413.00003678/2021-80	RAFA PAPER DISTRIBUIDORA EIRELI	30.735.649/0001-11	Aquisição de material de consumo -CANETA ESFEROGRÁFICA, Descrição: tampa ventilada, corpo sextavado, ponta em esfera de tungstênio, na cor Azul e Preta - Unidade: unidade.	R\$ 225,00 (Duzentos e vinte e cinco reais).
00413.00000317/2022-62	CDV COMERCIAL DE ALIMENTOS EIRELI	05.205.399/0001-60	Aquisição de material de consumo - PRATO, Descrição: raso, em porcelana branca, esmaltado, diâmetro mínimo de 27cm. - Unidade: unidade.	R\$ 416,10 (Quatrocentos e dezesseis reais e dez centavos).
00413.00006027/2021-41	PABLO LUIS MARTINS	09.138.326/0001-54	Aquisição de material de consumo - LIXEIRA, Descrição: confeccionada em polietileno de média densidade (PEMD), com tampa e abertura superior, com capacidade mínima de 52 litros, medindo no mínimo 51,5x40,5x40,5cm. - Unidade: unidade.	R\$ 224,44 (Duzentos e vinte e quatro reais e quatro centavos).
Processo SEI-GDF	Fornecedor	CNPJ	Descrição do Fornecimento	Valor Total (R\$)
00413.00004377/2022-54	EMMENA VAREJISTA DE SUPRIMENTOS E ALIMENTOS EIRELI	13.573.964/0001-70	Aquisição de material de consumo - PILHA, Descrição: tipo carga alcalina, tamanho pequeno AAA, para uso geral, Unidade de Fornecimento: pacote com 02 unidades. - Unidade: pacote.	R\$ 349,00 (Trezentos e quarenta e nove reais).
00413.00004377/2022-54	AAZ COMERCIAL EIRELI.	15.449.518/0001-84	Aquisição de material de consumo FILTRO DE LINHA, Descrição: 10 Tomadas, estrutura em metal, 10º, bivolt, cabo com 3 vias de 0,75mm, medindo no mínimo 1m de comprimento. Unidade: unidade.	R\$ 811,60 (Oitocentos e onze reais e sessenta centavos).

Fonte: eContratos

a) Aquisições/Contratações por Dispensa de Licitação (Segundo semestre de 2023):
Não houveram.

b) Contratações por Adesão à Ata de Registro de Preços (Segundo semestre de 2023):

Tabela 18. Aquisições

Processo SEI-GDF	Modalidade	Objeto da Contratação	Contratada	CNPJ	Valor da aquisição/Contratação
00413-00000936/2023-38	Edital do Pregão Eletrônico nº 0078/2022 da Ata de Registro de Preços nº 237/2022 - SEPLAD e da Autorização da Ata ARP nº 14/2023.	Prestação de Serviços de Chaveiro com fornecimento de material, instalação e conserto de chaves, fechaduras e cadeados.	BIG CHAVES COMÉRCIO, SERVIÇO DE CHAVES, CARIMBOS E SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA.	11.383.230/0001-01	R\$ 9.524,80 (Nove mil quinhentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos).

Fonte: eContratos

c) Acordo de Cooperação Técnica.

Tabela 19. Aquisições

Processo SEI-GDF	Número do Contrato	Objeto da Contratação	Contratada	Modalidade	Assinatura	Vigência	Vigência Final
00413-00006325/2021-31	02/2022	Disponibilização e prestação de serviço de aplicativo digital na plataforma <i>mobile</i> pelo BRB, para os beneficiários deste Iprev-DF para realização da prova de vida.	BANCO DE BRASÍLIA S/A	Acordo de Cooperação Técnica	24/03/2022	60 meses	24/03/2027

Fonte: eContratos

d) Contratos vigentes em 2023:

Tabela 20. Contratos vigentes

Processo SEI-GDF	Número do Contrato	Objeto da Contratação	Contratada	Modalidade	Assinatura	Vigência	Valor anual	Vigência Final
00413-00000552/2021-53	03/2021	Prestação de serviços de licenciamento de conteúdo de informações financeiras e econômicas em caráter tempestivo.	AGÊNCIA ESTADO	Inexigibilidade art. 25 Lei nº 8.666/93	20/04/2021	12 meses 2º Termo Aditivo	R\$ 75.897,60	20/04/2024
00413-00002804/2018-83	09/2018	Serviços de impressão, Pregão Eletrônico SRP nº 007/2017-SEPLAG da Ata de Registro de Preços nº 9001/2018.	AMC INFORMÁTICA LTDA	Edital do Pregão Eletrônico nº 007/2017-SEPLAG e da Ata SRP nº 9001/2018.	21/11/2018	60 meses 2º Termo Aditivo	R\$ 181.634,13	28/11/2023
00413-00000342/2020-84	02/2020	Prestação de serviço público de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto para o Iprev-DF.	CAESB	Inexigibilidade art. 25 Lei nº 8.666/93	11/05/2020	48 meses	R\$ 48.000,00	11/05/2024
00413-00003510/2020-93	9912515670	Prestação de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da contratante.	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - CORREIOS	Inexigibilidade art. 25 Lei nº 8.666/93	28/12/2020	12 meses 2º Termo Aditivo	R\$ 480.000,00	28/12/2023
00413-00003400/2022-93	02/2022	Serviços de publicidades institucionais e matérias oficiais em Diário Oficial do Distrito Federal.	CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL – DODF	Inexigibilidade art. 25 Lei nº 8.666/93	12/09/2022	60 meses	R\$ 1.896.408,60	12/09/2027
00413-00003077/2019-52	05/2019	O Contrato tem por objeto a locação de imóvel para instalação da sede do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev-DF.	ESTRUTURAL EMPREENDIMENTOS LTDA.	Dispensa de Licitação, baseada no inciso X, art. 24, c/c o art. 26 da Lei nº 8.666/93 e ao disposto na Lei nº 8.245 de 18/10/91.	20/11/2019	60 meses	R\$ 3.117.980,54	20/11/2024

Processo SEI-GDF	Número do Contrato	Objeto da Contratação	Contratada	Modalidade	Assinatura	Vigência	Valor anual	Vigência Final
00413-00004992/2019-65	11/2019	Prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo aquisição de passagens áreas nacionais, reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas no âmbito nacional.	FACTO TURISMO EIRELI	Participe do Pregão Eletrônico nº 020/2019-DICOM/SCG/SEEC-DF que passam a integrar o presente Termo e da Autorização SRP Nº 4316/2019	21/11/2019	12 meses 3º Termo Aditivo	R\$ 40.000,04	29/11/2023
00413-00001455/2020-05	03/2020	Prestação de serviços relacionados à manutenção e conservação predial - limpeza interna e externa, com fornecimento de mão de obra de 08 (oito) reeducandos e 01 (um) encarregado, compreendendo insumos de limpeza e deslocamento de equipamentos, para atender os imóveis pertencente do Fundo Solidário Garantidor – FSG.	FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	Inexigibilidade de Licitação art. 25, Lei 8666/93.	02/09/2020	12 meses 2º Termo Aditivo	R\$ 83.813,67	02/09/2023
Processo SEI-GDF	Número do Contrato	Objeto da Contratação	Contratada	Modalidade	Assinatura	Vigência	Valor anual	Vigência Final
00413-00001804/2020-81	05/2020	Prestação de serviços de mão de obra de Reeducandos por até 04 (quatro) sentenciados, assistido pela FUNAP/DF, relacionado às atividades a seguir, a serem prestados no Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - Iprev-DF.	FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	Inexigibilidade de Licitação art. 25, Lei 8666/93.	15/09/2020	12 meses 2º Termo Aditivo	R\$ 115.142,40	21/09/2023
00413-00001959/2019-83	01/2020	Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos de avaliação atuarial anual e estudo de gestão de ativos e passivos (Asset Liability Management – ALM) dos fundos previdenciários do Regime Próprio de Previdência do Distrito Federal, administrado pelo Iprev-DF.	INOVE CONSULTORIA ATUARIAL LTDA	Pregão Eletrônico Nº 29/2020 - COLIC/SCG/SEGEA /SEEC-DF	22/04/2020	12 meses 3º Termo Aditivo	R\$27.867,18	21/04/2024
00413-00001887/2020-16	05/2021	Aquisição de equipamentos de redes - Switches, Transceiver e Access Point.	LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA	Adesão a Ata de Registro de Preços nº 001/2021 MPE-TO	01/10/2021	60 meses	R\$298.325,20	01/10/2026

Processo SEI-GDF	Número do Contrato	Objeto da Contratação	Contratada	Modalidade	Assinatura	Vigência	Valor anual	Vigência Final
00413-00003255/2018-64	05/2018	Fornecimento de 02 (duas) assinaturas do produto Banco de Preço.	NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA	Inexigibilidade art. 25, caput, Lei nº 8.666/93	06/11/2018	12 meses 4º Termo Aditivo	R\$ 19.152,05	06/11/2023
00413-00003339/2020-61	19/2020	Serviço de fornecimento de energia elétrica sede Iprev-DF.	NEOENERGIA Brasília	Inexigibilidade art. 25 Lei nº 8.666/93	29/04/2020	48 meses	R\$ 624.000,00	29/04/2024
00413-00002284/2020-23	01/2021	Contratação de serviço de telefonia fixa comutado.	OI /S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	Dispensa de licitação com fulcro nos termos do Inciso IV, Art. 24 da Lei nº 8.666/93	14/01/2021	12 meses 2º Termo Aditivo	R\$ 31.351,31	15/01/2024
00413-00001845/2018-52	03/2018	Licença de uso do software Quantum Axis Online	PARAMITA TECNOLOGIA CONSULTORIA FINANCEIRA	Inexigibilidade art. 25 Lei nº 8.666/93	01/08/2019	12 meses 4º Termo Aditivo	R\$ 31.412,28	01/08/2023
00413-00001548/2019-98	07/2019	Prestação de serviços em Acervo Arquivístico, contemplando organização, tratamento e guarda documental do arquivo do Iprev-DF.	SOS TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA	Adesão à Ata de Registro de Preços nº 01/2018 do P. E nº 04/2018 – Hospital Militar de Área de Brasília.	14/06/2019	12 meses 4º Termo Aditivo	R\$ 353.449,30	14/06/2024
00413-00003288/2018-12	04/2018	Assinatura da solução Zênite Fácil com validade de 12 (doze) meses.	ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A	Inexigibilidade art. 25 Lei nº 8.666/93.	29/10/2018	12 meses 4º Termo Aditivo	R\$ 14.705,69	29/10/2023
Processo SEI-GDF	Número do Contrato	Objeto da Contratação	Contratada	Modalidade	Assinatura	Vigência	Valor anual	Vigência Final
00413-00002160/2022-18	03/2022	Contratação de serviços para prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, a fim de atender a sede do Instituto e nos imóveis do Fundo Solidário Garantido – FSG.	IMUNE DEDETIZADORA	Dispensa de Licitação - Art. 24, c/c art. 26 e com as demais disposições da Lei nº 8.666/93.	02/08/2022	12 meses	R\$ 9.800,00	02/08/2023
00413-00003255/2021-60	04/2022	Avaliação de imóveis de propriedade do FSG vinculado ao Iprev-DF, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital.	PR1 ENGENHARIA LTDA	Edital do PE nº116/2022do TR e da Proposta, da Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/2002 e do Decreto Federal 10.024/2019 e IN 058/2017-MPOG	26/09/2022	12 meses	R\$ 19.000,00	26/09/2023
00413-00003878/2021-32	01/2022	Aquisição de Crachá material em PVC laminado, dimensões 5,40x8,50 cm, com cantos arredondados flexíveis e resistentes.	AMAZONAS COMÉRCIO DE ADESIVOS E BRINDES LTDA.	Edital do PE nº 122/2021 da Ata de Registro de Preços nº 0219/2021 - SEEC e da Autorização SRP nº 2118/2022.	29/07/2022	12 meses	R\$ 95,00	29/07/2023

Processo SEI-GDF	Número do Contrato	Objeto da Contratação	Contratada	Modalidade	Assinatura	Vigência	Valor anual	Vigência Final
00413-00003203/2021-93	7029/2022	Prestação de serviços estratégicos de solução de tecnologia da informação (TI) pela DATAPREV à CONTRATANTE, conforme especificações técnicas descritas no Anexo I (Modelo de Negócio), visando atender os objetivos estratégicos da CONTRATANTE.	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência DATAPREV S.A	Inexigibilidade de Licitação nº 245/2021, nos termos da legislação incidente e o Modelo de Negócio apresentado pela CONTRATADA e referenciado pela Resolução CNRPPS/ME nº 2, de 14 de maio de 2021.	29/12/2021	60 meses	R\$ 720.000,00	30/12/2026
00413-00001546/2022-02	07/2022	Aquisição de material permanente: cadeiras e longarinas de uso corporativo, novas e em primeiro uso, com a finalidade de atender as necessidades atuais do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev-DF.	CAPELLI & CAPELLI LTDA.	Edital do pregão eletrônico nº 133/2022do Termo de Referência, da Proposta de Preços, da Lei n.º 10.520/2002.	26/10/2022	12 meses	R\$ 679.970,00	26/10/2023
Processo SEI-GDF	Número do Contrato	Objeto da Contratação	Contratada	Modalidade	Assinatura	Vigência	Valor anual	Vigência Final
00413-00000936/2023-38	01/2023	Prestação de Serviços de Chaveiro com fornecimento de material, instalação e conserto de chaves, fechaduras e cadeados.	BIG CHAVES COMÉRCIO, SERVIÇO DE CHAVES, CARIMBOS E SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA.	Edital do Pregão Eletrônico nº 0078/2022 da Ata de Registro de Preços nº 0237/2022e da Autorização de Adesão a Ata ARP nº 14/2023.	13/06/2023	12 meses	R\$ 9.524,80	12/06/2024

Fonte: eContratos

6.5. COORDENAÇÃO DE FINANÇAS

Unidade orgânica de direção, diretamente subordinada à Diretoria de Administração e Finanças, responsável pelas atividades relacionadas às finanças, execução de pagamentos de pessoal ativo, aposentados e pensionistas, despesas administrativas e demais compromissos financeiros.

A Coordenação está dividida em duas gerências: Gerência de Pagamentos e Gerência de Conciliação.

6.5.1. GERÊNCIA DE PAGAMENTOS:

Relatório de Pagamento de Despesas
UNIDADE GESTORA: 320201 – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Tabela 21

MÊS/ANO	DESPESAS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
Julho/23	R\$ 1.173.917,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.173.917,66
Agosto/23	R\$ 1.417.102,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.417.102,97
Setembro/23	R\$ 1.374.194,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.374.194,25
Outubro/23	R\$ 1.513.286,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.513.286,31
Novembro/23	R\$ 1.579.268,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.579.268,45
Dezembro/23	R\$ 1.818.023,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.818.023,59
Total Pago	R\$ 8.875.793,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.875.793,23

Fonte: SIGGO: PSIO0001

A Unidade Gestora 30201 é a Taxa de Administração, responsável por executar as despesas de manutenção do RPPS, quais sejam: pessoal ativo, contratos de serviços, de fornecimento de água, energia elétrica e insumos em geral.

Relatório de Pagamento de Despesas
UNIDADE GESTORA: 320203 - FUNDO FINANCEIRO

Tabela 22

MÊS	DESPESAS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
Julho/23	R\$ 334.727.192,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 334.727.192,16
Agosto/23	R\$ 352.177.535,18	R\$ 0,00	R\$ 4.096,78	R\$ 352.181.631,96
Setembro/23	R\$ 359.273.122,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 359.273.122,25
Outubro/23	R\$ 362.435.518,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 362.435.518,18
Novembro/23	R\$ 361.890.425,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 361.890.425,00
Dezembro/23	R\$ 442.339.934,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 442.339.934,94
Total Pago	R\$ 2.212.843.727,71	R\$ 0,00	R\$ 4.096,78	R\$ 2.212.847.824,49

Fonte: SIGGO: PSIO0001

O Fundo Financeiro é o responsável pelo pagamento de benefícios previdenciários (folhas de pagamento) de aposentados e pensionistas dos órgãos do Poder Executivo, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Saúde Distrito Federal, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Defensoria Pública do Distrito Federal e Câmara Legislativa do Distrito Federal, com as fontes de arrecadação previdenciária e o de Auxílio-Funeral, com recursos do tesouro, nos termos do art. 97, inciso III, da Lei nº 840/2011.

Nesse sentido, a Gerência de Pagamentos realizou a execução de pagamento de aproximadamente 500 (quinhentas) decisões judiciais que foram implantadas nas folhas de pagamento de aposentados e pensionistas.

A Gerência realizou, ainda, no segundo semestre o pagamento de aproximadamente 500 (quinhentos) Auxílios-Funeral, tendo emitido cerca de 2.800 (duas mil e oitocentas) Ordens Bancárias – OB.

Para aumentar o nível de controle dos pagamentos do Iprev-DF e evitar pagamento em duplicidade, foram elaboradas planilhas de controles em “nuvem”, sendo uma para auxiliar cronologicamente as datas dos valores pagos das despesas e contratos, e outra para monitorar os pagamentos de Auxílios-Funeral. Também foi implantada uma planilha para controlar os processos de pagamentos de Requisição de Pequeno Valor (RPV).

Relatório de Pagamento de Despesas
UNIDADE GESTORA: 320206 - FUNDO CAPITALIZADO

Tabela 23

MÊS	DESPESAS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
Julho/23	R\$ 21.885,48	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 21.885,48
Agosto/23	R\$ 24.731,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24.731,61
Setembro/23	R\$ 25.370,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 25.370,74
Outubro/23	R\$ 29.796,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 29.796,84
Novembro/23	R\$ 30.000,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.000,57
Dezembro/23	R\$ 37.819,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 37.819,96
Total Pago	R\$ 169.605,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 169.605,20

Fonte: SIGGO: PSIO0001

O Fundo Capitalizado, registrado como Unidade Gestora UG 320.206, instituído por meio da Lei Complementar nº 932/2017, é destinado aos servidores que ingressaram no serviço público a partir de 1º/03/2019, sendo responsável pelo pagamento de benefícios previdenciários até o limite do teto do INSS, ou seja, R\$ 7.507,49 (sete mil, quinhentos e sete reais e quarenta e nove centavos) em 2023.

O regime previdenciário é baseado no sistema de capitalização que implica na formação de reservas globais que são devidamente aplicadas nas condições de mercado, com observância de regras de segurança, solvência, liquidez, rentabilidade, proteção e prudência financeira, conforme diretrizes previstas na legislação aplicável.

O Fundo Capitalizado é formado por contribuições previdenciárias dos servidores do Distrito Federal e pela contribuição patronal, arrecadadas ao longo do período laborativo, por recursos da alienação de bens, por outros recursos e direitos que lhe forem destinados e incorporados, desde que aceitos pelo Conselho de Administração do Iprev-DF, pelo produto de aplicações financeiras e de investimentos, pelos valores decorrentes da compensação previdenciária entre regimes e pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras mensais do RPPS/DF pelo Tesouro do Distrito Federal, limitadas, neste caso, à manutenção dos benefícios até o teto fixado para o Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

6.5.2. GERÊNCIA DE CONCILIAÇÃO:

A Gerência de Conciliação mantém as contas do instituto 100% conciliadas e com lançamentos tempestivos no sistema SIGGO, totalizando 34 (trinta e quatro) contas correntes e 102 (cento e duas) contas de investimentos do Iprev-DF, distribuídas nas 4 (quatro) Unidades Gestoras - UG, sendo:

- Unidades Gestoras - UG 320.201 (Taxa de Administração);
- Unidades Gestoras - UG 320.202 (Fundo Solidário Garantidor);
- Unidades Gestoras - UG 320.203 (Fundo Financeiro); e
- Unidades Gestoras - UG 320.206 (Novo Fundo Capitalizado).

6.6 COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Com base na Lei Orçamentária nº 7.212, de 30 de dezembro de 2022, a Coordenação é responsável pela elaboração orçamentária e articulação institucional a nível estratégico, com vistas à execução das ações elencadas a seguir:

1. Ação 9004 - Encargos Previdenciários do Distrito Federal. Compreende a execução de pagamento dos benefícios previdenciários do Fundo Financeiro (UG 320.203) e Capitalizado (UG 320.206) - das Folhas de Pagamento de Inativos e Pensionistas do Poder Executivo, Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SESDF e Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Defensoria Pública do Distrito Federal e o Poder Legislativo do Distrito Federal (TCDF e CLDF), total empenhado R\$ 4.399.061.138,31 (quatro bilhões, trezentos e noventa e nove milhões e sessenta e um mil, e cento e trinta e oito reais e trinta e um centavos).

Vale destacar que os Programas de Trabalho destinados à Secretarias de Educação, subtítulo 0005, e Secretaria de Saúde, subtítulo 00054, são pagos com parte dos recursos financeiros do Iprev-DF e parte dos recursos oriundos do Fundo Constitucional;

2. Ação 9001 - Execução de Sentenças Judiciais, compreende cumprimento de decisões judiciais transitadas em julgado, processos provenientes de revisão de aposentadoria e recálculo de diferença do índice de reajuste da Pensão Civil, Requisição de Pequeno Valor – RPV e outros, no montante empenhado de R\$ 1.015.960,36 (um milhão e quinze mil e novecentos e sessenta reais e trinta e seis centavos);

3. Ação 9033 - Formação do Patrimônio do Servidor Público. Compreende o pagamento do PASEP no percentual de 1% incidente sobre a arrecadação, no montante de R\$ R\$ 100.769,99 (cem mil e setecentos e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos), tendo como base de cálculo em cima da folha de ativos do Iprev-DF;

4. Ação 9050 - Ressarcimentos, Indenizações e Restituições, compreende os gastos com pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições, doações e indenizações, ressarcimentos, proventos de inativos, pagamento de sentenças judiciais, amortizações e encargos de dívidas, aquisição de títulos ou integralização de cotas de fundos de participação, participações acionárias, compensações financeiras, contribuição a organismos nacionais e internacionais, dentre outras, foram pagos 53 (cinquenta e três) processos, no montante total de R\$ 8.021.117,57 (oito milhões e vinte e um mil e cento e dezessete reais e cinquenta e sete centavos);

4.1 - Ação 9093 - Outros Ressarcimentos, Indenizações e Restituições. Compreende o processo referente a aquisição de material permanente (cadeira), onde foi pago o ressarcimento de Imposto de Renda do Processo SEI-GDF nº 00413-00001546/2022-02, pago o montante de R\$ 32.638,65 (trinta e dois mil e seiscentos e trinta e oito reais e sessenta e cinco centavos);

5. Ação 8502 - Administração de Pessoal. Compreende gastos com remuneração dos funcionários e encargos sociais. A folha de pagamento dos servidores é elaborada, mensalmente, por meio do Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH, incluindo os grupos de RPPS e RGPS totalizando o exercício com 136 (cento e trinta e seis) servidores, empenhado o montante de R\$ 9.355.488,62 (nove milhões e trezentos e cinquenta e cinco mil e quatrocentos e oitenta e oito reais e sessenta e dois centavos);

6. Ação 8504 - Concessão de Benefícios a Servidores Ativos do Iprev-DF:

6.1. Subtítulo 0026: Auxílio Transporte, Auxílio Alimentação, Creche, dentre outros, pagos a servidores ativos do Iprev-DF, no montante de R\$ 629.029,74 (seiscentos e vinte e nove mil e vinte e nove reais e setenta e quatro centavos);

6.2. Subtítulo 0027: Auxílio-Funeral, conforme preceitua o art. 97 da Lei Complementar nº 840/2011, foi pago o montante de R\$ 7.018.241,70 (sete milhões e dezoito mil e duzentos e quarenta e um reais e setenta centavos), equivalente a 815 (oitocentos e quinze) auxílios concedidos as famílias dos servidores aposentados.

7. Ação 8517 – Manutenção de serviços Administrativos:

7.1. Subtítulo 0053 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais. Compreende despesas administrativas para manutenção do Iprev-DF, tais como: contratos de aluguel de imóvel, condomínio, telefonia fixa e móvel, taxas e impostos, custeio de diárias de viagem a serviço, serviços prestados por terceiros pessoa física e jurídica, aquisição de material de consumo e permanente, foram empenhados o montante de R\$ 4.918.796,28 (quatro milhões e novecentos e dezoito mil e setecentos e noventa e seis reais e vinte e oito centavos);

7.2. Subtítulo 0137 - Manutenção de Bens e Imóveis do Fundo Solidário Garantidor. Compreende a manutenção dos imóveis de propriedade do Fundo Solidário Garantidor do Iprev-DF, tais como: despesas condominiais, (taxa ordinária e extra), Limpeza dentre outros, foram empenhados o montante de R\$ 334.090,61 (trezentos e trinta e quatro mil e noventa reais e sessenta e um centavos).

8. Ação 8505 - Publicidade e Propaganda. Compreende as despesas com prestação de serviços de publicidades institucionais e matérias oficiais em Diário Oficial do Distrito Federal, junto à Subsecretaria de Atos Oficiais da Casa Civil do Distrito Federal, foram empenhados o montante de R\$ 318.000,00 (trezentos e dezoito mil reais);

9. Ação 9041 – Conversão Licença Prêmio Pecúnia. Compreende as despesas com pagamento de indenização de Licença - Prêmio por Assiduidade pago a Servidores aposentados do Iprev-DF, o montante de R\$ 112.663,98 (cento e doze mil e seiscentos e sessenta e três reais e noventa e oito centavos);

10. Ação 4088 – Capacitação de Servidores - Educação Previdenciária. Compreende as despesas com capacitação dos Servidores do Iprev-DF, o montante de R\$ R\$ 49.003,00 (quarenta e nove mil e três reais);

11. Ação 2426 - Contratação de mão de obra não especializada de sentenciados dos regimes aberto, semiaberto e sujeitos a medidas de segurança, por meio da Fundação de Amparo ao Trabalhador Presidiário Funap-DF. Processo SEI-GDF nº 00413-00001804/2020-81, foi pago o montante de R\$ 75.213,62 (setenta e cinco mil e duzentos e treze reais e sessenta e dois centavos);

Tabela 24. Planilhas Despesas

	jul/23	ago/23	set/23	out/23	nov/23	dez/23
Despesas:	R\$ 330.240.885,84	R\$ 352.013.040,21	R\$ 360.321.370,05	R\$ 362.416.427,21	R\$ 366.050.834,28	R\$ 580.364.526,36
UG 3202201 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORE	913.082,10	942.824,87	972.266,63	967.795,24	998.460,07	1.272.378,52
Folha Ativo - taxa de administração FONTE 280	870.190,58	899.943,50	927.298,42	930.125,87	964.489,49	1.234.288,84
Folha JETON - taxa de administração FONTE 280	31.617,68	31.617,68	33.675,23	33.675,23	29.971,64	34.086,74
Folha Licença Premio - taxa de administração FONTE 280	11.273,84	11.263,69	11.292,98	3.994,14	3.998,94	4.002,94
Manutenção Iprev CUSTEIO taxa de administração FONTE 28						
UG 3202203 - FUNDO FINANCEIRO DE PREVIDÊNCIA DO DF	329.303.941,18	351.046.352,78	359.325.240,86	361.418.898,47	365.019.181,40	579.005.156,71
Folha GDF Executivo	188.415.124,99	186.757.886,68	188.217.263,29	187.374.574,74	188.722.841,07	197.694.650,20
INATIVOS V01	123.607.422,38	121.970.309,94	122.349.598,39	122.322.666,62	123.520.228,93	123.476.884,07
PENSIONISTAS V01	49.017.368,25	49.279.491,97	49.156.542,28	48.934.323,66	49.471.713,78	50.076.411,02
INATIVOS 13º SALARIO V62	10.757.861,89	11.080.903,50	10.553.824,31	10.299.836,73	10.186.293,50	14.693.231,43
PENSIONISTAS 13º SALARIO V62	3.881.553,54	4.427.181,27	4.467.489,79	4.289.579,73	4.131.806,71	5.216.376,80
PENSAO V04	249.711,96					
INATIVO V04	570.015,05					
PENSAO V26	119.329,85		62.619,68	133.831,73	29.600,91	81.361,30
INATIVO V26	211.862,07		205.605,30	157.042,93	160.102,22	132.870,24
INATIVO V27			882.156,08	810.977,17	797.157,94	224.927,16
PENSAO V27			539.427,46	426.316,17	425.937,08	331.088,18
INATIVO V35						120.000,00
PENSAO V35						710.000,00
PROVA DE VIDA						2.631.500,00
Secretaria De Educação	64.660.740,47	86.109.071,64	91.735.291,08	93.759.282,32	94.586.275,92	230.280.878,41
INATIVOS	226.586.046,28	226.265.981,82	228.738.268,29	229.739.129,72	231.068.048,78	230.162.637,78
PENSIONISTAS	17.325.712,80	17.307.228,43	17.425.934,21	17.217.478,62	17.373.877,22	17.322.771,51
INATIVOS TCU	69.075.179,88	70.848.291,36	72.957.366,52	75.335.693,02	76.549.991,56	76.994.388,16
PENSIONISTAS TCU	6.624.062,26	6.679.673,62	6.844.711,99	6.630.047,55	7.122.414,63	7.374.627,24
CUSTEIO						
INATIVOS 13º SALARIO	149.728,22	19.116.840,48	19.530.530,02	21.268.862,07	19.079.024,69	27.924.131,58
PENSIONISTAS 13º SALARIO	236.698,39	1.660.178,47	1.606.023,19	1.322.698,99	1.360.962,68	1.848.679,74
INATIVOS TCU 13º SALARIO	5.379.584,89	6.213.631,66	6.105.859,11	6.038.959,08	6.137.441,91	12.039.228,42
PENSIONISTAS TCU 13º SALARIO	556.049,04	672.687,28	516.144,62	549.093,67	455.504,36	1.042.586,71
INATIVO V04	1.361.079,01					
PENSAO V04	109.391,88			25.162,19		9.806,69
INATIVO V26	539.614,95			463.006,73	396.255,04	526.891,82
PENSAO V26	51.967,03			67.432,83	35.029,33	123.657,23
INATIVO V27				2.502.715,13	1.924.269,53	661.189,43
PENSAO V27				259.111,49	195.326,34	35.137,37
INATIVO 35						90.407,35
PENSAO V35						986.174,53
PROVA DE VIDA						3.337.500,00
FUNDO CONSTITUCIONAL EDUCACAO	263.334.374,16	262.655.441,48	261.989.546,87	267.660.108,77	267.111.870,15	150.198.937,15
Secretaria De Saude	41.970.013,18	44.297.331,46	44.431.003,13	45.010.265,34	46.566.583,12	115.410.559,34
INATIVOS	150.433.595,48	149.906.005,79	149.480.757,21	148.936.212,72	150.018.867,99	149.951.405,58
PENSIONISTAS	13.992.460,49	13.776.600,53	13.911.878,56	13.786.359,11	13.903.543,68	13.924.688,94
INATIVOS TCU	30.718.509,93	31.550.288,90	32.426.885,51	33.315.328,33	34.465.460,33	35.583.218,40
PENSIONISTAS TCU	5.945.217,88	5.935.711,23	5.962.360,33	6.021.196,57	6.221.945,29	6.287.306,17
INATIVOS 13º SALARIO	12.949.543,24	12.046.304,50	12.759.830,53	13.264.664,31	13.635.567,61	15.455.338,60
PENSIONISTAS 13º SALARIO	1.299.776,12	1.247.520,17	1.085.317,64	1.252.478,43	1.214.543,62	1.495.136,26
INATIVOS TCU 13º SALARIO	2.183.095,38	2.703.560,26	2.626.556,96	2.963.134,72	2.289.137,51	4.777.336,60
PENSIONISTAS TCU 13º SALARIO	343.621,22	494.703,85	504.720,59	520.563,40	396.509,84	908.948,18
INATIVO V04	793.700,00					
PENSAO V04	94.197,55					
INATIVO V26	298.809,71		151.520,46	259.311,71	459.372,55	256.115,29
PENSAO V26	10.369,85		33.356,32	55.904,70	100.202,71	15.659,00
INATIVO V27			1.275.829,34	1.167.746,39	1.304.711,57	544.458,67
PENSAO V27			264.017,35	128.313,60	171.436,95	158.897,43
INATIVO V35						165.000,00
PENSAO V35						840.000,00
PROVA DE VIDA						2.144.500,00
FUNDO CONSTITUCIONAL SAUDE	175.895.806,56	173.363.363,77	174.327.304,20	175.049.672,25	175.578.992,75	117.097.449,78
Tribunal de Contas	11.602.068,70	11.615.927,38	11.863.557,60	11.934.027,93	11.889.676,99	11.900.317,99
INATIVOS	10.987.856,53	11.001.715,21	11.267.010,76	11.231.707,35	11.264.093,85	11.254.455,66
PENSIONISTAS	614.212,17	614.212,17	590.281,85	656.230,00	625.583,14	645.862,33
INATIVOS 13º SALARIO						
PENSIONISTAS 13º SALARIO						

FOLHA COMPLEMENTAR / RESSARCIMENTO RPPS			6.264,99	46.090,58		
Camara Legislativa	19.107.462,03	18.580.065,09	19.446.177,14	19.670.677,67	19.498.076,85	19.976.015,56
INATIVOS	16.129.841,78	15.633.282,63	16.521.137,48	16.716.789,74	16.334.729,17	15.151.342,07
PENSIONISTAS	2.977.620,25	2.946.782,46	2.925.039,66	2.953.887,93	3.163.347,68	2.699.958,75
INATIVOS 13º SALARIO						1.847.857,44
PENSIONISTAS 13º SALARIO						276.857,30
FOLHA COMPLEMENTAR						
Defensoria Publica	3.548.531,81	3.686.070,53	3.631.948,62	3.670.070,47	3.755.727,45	3.742.735,21
INATIVOS	3.109.296,02	3.120.776,66	3.140.199,35	3.155.829,73	3.163.382,01	3.163.535,88
PENSIONISTAS	196.890,87	197.139,96	195.963,26	195.833,53	195.236,67	195.173,07
INATIVOS 13º SALARIO	234.310,44	365.497,78	280.929,83	234.273,71	385.921,97	342.192,16
PENSIONISTAS 13º SALARIO	8.034,48	2.656,13	14.856,18	84.133,50	11.186,80	
PENSIONISTAS V35 SUPLEMENTAR						41.834,10
AUXILIO FUNERAL FONTE 100 TESOIRO	667.463,51	425.437,07	585.667,42	556.521,01	644.396,87	494.448,41
UG 3202206 - FUNDO CAPITALIZADO DO DF	23.862,56	23.862,56	23.862,56	29.733,50	33.192,81	86.991,13
Fundo CAPITALIZADO						
INATIVOS						1.628,00
PENSIONISTAS	23862,56	23.862,56	23.862,56	29.733,50	33.192,81	85.363,13
INATIVOS 13º SALARIO						
PENSIONISTAS 13º SALARIO	2995,34	3141,09	9134,14	5.381,69		1.153,10
versao 35						22.500,00
Receitas	R\$ 481.833.491,09	R\$ 478.453.006,56	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Despesas	R\$ 330.240.885,84	R\$ 352.013.040,21	R\$ 360.321.370,05	R\$ 362.416.427,21	R\$ 366.050.834,28	R\$ 580.364.526,36

Fonte: SIGGO

6.7 COORDENAÇÃO ARRECAÇÃO

No segundo semestre do ano de 2023 foram arrecadadas as receitas listadas na planilha logo abaixo. Os valores estão apresentados por Unidade Gestora e por fonte de recursos, todos devidamente discriminados. Esses valores foram extraídos do Sistema SIGGO nos respectivos meses de competência.

Foi elaborado, ainda, o novo programa de cálculo de contribuição previdenciária dos servidores cedidos e licenciados, substituindo assim a planilha antiga em formato Excel para um programa mais moderno e fidedigno contendo as alíquotas de juros e moras estabelecidos para o não pagamento das contribuições individuais de servidor e patronal, conforme determinam as respectivas leis.

Além da elaboração do programa de contribuição dos servidores cedidos e licenciados, também foi realizado, pela Coordenação de Arrecadação, o mapeamento do processo de servidores cedidos e licenciados, cuja função é auxiliar estes servidores e aos órgãos no entendimento de como realizar os procedimentos dos processos dos mesmos, criando uma padronização de fluxos.

Houve, ainda, a atualização do Manual de Instruções de Contribuição Avulsa, cuja função é auxiliar servidores cedidos e licenciados e aos órgãos em como realizar o pagamento de seguridade social da parte servidor e patronal ao Iprev-DF.

Foram identificados o recolhimento de Contribuições Previdenciária que foram pagas via Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, dos servidores inativos e pensionistas, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SESDF, referentes aos meses de julho a dezembro de 2023. Além disso, muitos outros valores menores de processos individuais também foram requisitados e devidamente restituídos.

Foi realizado, também, o detalhamento do ingresso dos recursos provenientes da compensação previdenciária, fonte 233, atendendo à Decisão nº 2146/2021, procedente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, conforme Processo SEI-GDF nº 00413-00003778/2021-14.

Tabela 25

Relatório Receitas e Despesas IPREV						
Relatório Receitas e Despesas IPREV						
	jul/23	ago/23	set/23	out/23	nov/23	dez/23
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Receitas:	481.833.491,09	479.167.926,74	563.773.450,32	420.961.560,64	599.070.888,65	790.122.153,23
UG 3202201 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF	R\$ 1.391.814,27	R\$ 1.384.782,35	R\$ 1.419.777,94	R\$ 1.372.664,23	R\$ 36.685,43	R\$ 22.129.036,28
267000000 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DO RPPS	R\$ 19.203,70	R\$ 12.171,78	R\$ 47.167,37	R\$ 53,66	R\$ 36.685,43	R\$ 100.737,27
280000000 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - RPPS	R\$ 2.471,27	R\$ 3.892,57	R\$ 1.564,08	R\$ 1.597,61	R\$ 1.504,52	R\$ 3.413,88
SUB REPASSE RECEBIDO - 451120300	R\$ 1.372.610,57	R\$ 1.372.610,57	R\$ 1.372.610,57	R\$ 1.372.610,57	R\$ -	R\$ 22.028.299,01
UG 3202202 - FUNDO SOLIDÁRIO GARANTIDOR DE PREVIDÊNCIA DO DF	R\$ 67.439.045,43	R\$ 43.739.835,76	R\$ 94.845.272,56	R\$ 11.196.233,08	R\$ 50.194.717,17	R\$ 192.776.725,44
22000000 - DIRETAMENTE ARRECADADOS	R\$ 15.198,79					
261000000 - RECURSOS DE DIVIDENDOS	R\$ -			R\$ -	R\$ -	R\$ -
267000000 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DO RPPS	R\$ 67.423.846,64	R\$ 43.724.636,97	R\$ 89.117.051,20	R\$ 11.181.034,29	R\$ 50.179.518,38	R\$ 192.761.526,65
278000000 - RECURSOS DECORRENTES DE JUROS SOBRE O CAPITAL	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.713.022,57	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SUB REPASSE CONCEDIDO - 351120300	R\$ -					
UG 3202203 - FUNDO FINANCEIRO DE PREVIDÊNCIA DO DF	R\$ 378.778.068,02	R\$ 404.242.711,57	R\$ 429.665.128,98	R\$ 378.550.367,46	R\$ 506.598.763,93	R\$ 528.719.112,38
CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR:	R\$ 180.960.003,19	R\$ 197.990.554,84	R\$ 215.574.068,30	R\$ 176.939.587,73	R\$ 290.135.544,38	R\$ 306.923.418,59
206000000 - CONTRIB. P/ O PLANO DE SEG.	R\$ 159.796.364,15	R\$ 189.948.627,15	R\$ 169.340.449,53	R\$ 168.368.266,97	R\$ 168.842.477,54	R\$ 213.178.640,25

Fonte: SIGGO

SOCIAL DO SERV.DO EXEC						
233000000 - COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM REG.GERAL E PRÓPRIOS	R\$ 12.813.700,90	R\$ 2.133,16	R\$ 2.133,16	R\$ 2.133,16	R\$ 112.615.382,44	R\$ 51.963.931,92
253000000 - CONTRIB. PREV. DO SERVIDOR DA DEFENSORIA PÚBLICA	R\$ 1.665.395,86	R\$ 1.640.732,47	R\$ 1.702.783,90	R\$ 1.679.321,28	R\$ 1.674.466,02	R\$ 529.478,48
254000000 - CONTRIB. PREVIDÊNCIA DO SERV.DA CÂMARA LEGISLATIVA	R\$ 3.092.851,43	R\$ 3.089.884,57	R\$ 3.168.730,71	R\$ 3.184.372,84	R\$ 3.177.124,13	R\$ 37.159.586,00
255000000 - CONTRIB. PREVIDÊNCIA DO SERV.DO TRIBUNAL DE CONTAS	R\$ 3.591.690,85	R\$ 3.309.177,49	R\$ 41.359.971,00	R\$ 3.705.493,48	R\$ 3.826.094,25	R\$ 4.091.781,94
CONTIBUIÇÃO PATRONAL:	R\$ 193.384.913,27	R\$ 203.894.462,09	R\$ 202.905.774,46	R\$ 201.041.404,49	R\$ 204.838.356,40	R\$ 216.048.330,17
263000000 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DEFENSORIA PÚBLICA P/ O RPPS	R\$ 2.590.336,96	R\$ 2.506.929,39	R\$ 2.656.988,57	R\$ 2.589.808,58	R\$ 2.558.100,96	R\$ 303.967,55
264000000 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL CAMARA LEGISLATIVA P/ O RPPS	R\$ 3.489.625,18	R\$ 4.175.841,42	R\$ 3.574.365,34	R\$ 3.591.948,55	R\$ 3.610.589,36	R\$ 7.058.392,86
265000000 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL TDCF P/ O RPPS	R\$ 2.913.092,60	R\$ 2.889.401,95	R\$ 2.954.145,62	R\$ 2.899.573,13	R\$ 3.029.966,44	R\$ 3.780.385,76
266000000 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL EXECUTIVO PARA O RPPS	R\$ 184.391.858,53	R\$ 194.322.289,33	R\$ 193.720.274,93	R\$ 191.960.074,23	R\$ 195.639.699,64	R\$ 204.905.584,00
OUTRAS RECEITAS:	R\$ 4.433.151,56	R\$ 2.357.694,64	R\$ 11.185.286,22	R\$ 569.375,24	R\$ 11.624.863,15	R\$ 5.747.363,62
100000000 - ORDINÁRIO NÃO VINCULADO						
183000000 - DESVINCULAÇÃO DE RECEITA DO DF - EC 93/2016						
261000000 - RECURSOS DE DIVIDENDOS						

261000000 - RECURSOS DE DIVIDENDOS						
267000000 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DO RPPS	R\$ 3.826.608,80	R\$ 1.642.774,46	R\$ 8.002.413,58	R\$ 64.349,70	R\$ 10.943.399,56	R\$ 5.328.706,34
278000000 - RECURSOS DECORRENTES DE JUROS SOBRE O CAPITAL	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
280000000 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - RPPS	R\$ 854.554,83	R\$ 1.298.602,61	R\$ 1.298.602,61	R\$ 1.298.602,61	R\$ -	R\$ 1.954.604,65
REPASSE RECEBIDO - 451120200	R\$ 606.542,76	R\$ 714.920,18	R\$ 585.667,42	R\$ 505.025,54	R\$ 681.463,59	R\$ 418.343,68
SUB REPASSE RECEBIDO - 451120300	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SUB REPASSE CONCEDIDO - 351120300	-R\$ 854.554,83	-R\$ 1.298.602,61	R\$ 1.298.602,61	-R\$ 1.298.602,61	R\$ -	-R\$ 1.954.291,05
SUPERAVIT:	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
329000000 - TRANSFERÊNCIA VALORES ARRECADADOS - LEI 13.885/19						
406000000 - CONTRIB. P/ O PLANO DE SEG. SOCIAL DO SERV.DO EXEC						
433000000 - COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA EM REG.GERAL E PRÓPRIOS						

461000000 - RECURSOS DE DIVIDENDOS						
463000000 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DEFENSORIA PÚBLICA P/ O RPPS						
478000000 - RECURSOS DECORRENTES DE JUROS SOBRE O CAPITAL						
453000000- CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR DEFENSORIA PÚBLICA P/ O RPPS						
UG 3202206 - NOVO FUNDO CAPITALIZADO DE PREVIDÊNCIA DO DF	R\$ 34.224.563,37	R\$ 29.800.597,06	R\$ 37.843.270,84	R\$ 29.842.295,87	R\$ 42.240.722,12	R\$ 46.497.279,13
CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR	R\$ 8.941.510,89	R\$ 9.253.979,15	R\$ 9.264.072,32	R\$ 9.450.573,82	R\$ 9.700.258,49	R\$ 10.630.829,96
206000000 - CONTRIB. P/ O PLANO DE SEG. SOCIAL DO SERV.DO EXEC	R\$ 8.152.784,89	R\$ 8.470.300,85	R\$ 8.495.221,79	R\$ 8.668.454,86	R\$ 8.911.551,56	R\$ 9.760.376,13
253000000 - CONTRIB. PREV. DO SERVIDOR DA DEFENSORIA PÚBLICA	R\$ 298.315,20	R\$ 303.282,51	R\$ 301.582,51	R\$ 308.904,95	R\$ 304.786,61	R\$ 63.284,22
254000000 - CONTRIB. PREVIDÊNCIA DO SERV.DA CÂMARA LEGISLATIVA	R\$ 341.130,37	R\$ 324.899,47	R\$ 324.325,22	R\$ 323.725,56	R\$ 337.354,25	R\$ 634.259,78
255000000 - CONTRIB. PREVIDÊNCIA DO SERV.DO TRIBUNAL DE CONTAS	R\$ 149.280,43	R\$ 155.496,32	R\$ 142.942,80	R\$ 149.488,45	R\$ 146.566,07	R\$ 172.909,83

CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	R\$ 17.322.791,07	R\$ 18.433.832,38	R\$ 18.193.295,76	R\$ 18.712.634,80	R\$ 19.156.642,43	R\$ 21.132.938,16
263000000 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DEFENSORIA PÚBLICA P/ O RPPS	R\$ 596.634,49	R\$ 606.569,09	R\$ 602.486,82	R\$ 616.955,67	R\$ 607.210,06	R\$ 126.570,61
264000000 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL CAMARA LEGISLATIVA P/ O RPPS	R\$ 682.260,74	R\$ 649.798,94	R\$ 648.650,44	R\$ 647.451,12	R\$ 674.708,50	R\$ 1.250.634,16
265000000 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL TCDF P/ O RPPS	R\$ 298.498,20	R\$ 310.605,08	R\$ 25.885,60	R\$ 298.498,18	R\$ 293.132,14	R\$ 345.819,66
266000000 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL EXECUTIVO PARA O RPPS	R\$ 15.745.397,64	R\$ 16.866.859,27	R\$ 16.916.272,90	R\$ 17.149.729,83	R\$ 17.581.591,73	R\$ 19.409.913,73
OUTRAS RECEITAS	R\$ 7.960.261,41	R\$ 2.112.785,53	R\$ 10.385.902,76	R\$ 1.679.087,25	R\$ 13.383.821,20	R\$ 14.733.511,01
267000000 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DO RPPS	R\$ 7.960.261,41	R\$ 2.112.785,53	R\$ 10.385.902,76	R\$ 1.679.087,25	R\$ 13.383.821,20	R\$ 14.733.511,01
280000000 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - RPPS	R\$ 518.055,74	R\$ 74.007,96	R\$ 74.007,96	R\$ 74.007,96	R\$ -	R\$ 74.007,96
SUB REPASSE CONCEDIDO - 351120300	-R\$ 518.055,74	-R\$ 74.007,96	-R\$ 74.007,96	-R\$ 74.007,96	R\$ -	-R\$ 74.007,96

6.8 COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E LIQUIDAÇÃO

No segundo semestre de 2023, os almoxarifados de material de consumo e o de bens móveis estão devidamente conciliados, até o mês de dezembro, ambos os almoxarifados encerraram o exercício de 2023 sem diferenças. Esta é uma importante ação para a prestação de contas do exercício de 2023, que será encaminhado ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Tabela 26. Material permanente e de consumo

MATERIAL PERMANENTE						
Mês	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
SIGGO	2.648.176,51	2.648.176,51	2.648.176,51	2.578.283,98	2.578.283,98	2.914.213,98
SisGepat	2.648.176,51	2.648.176,51	2.577.693,98	2.577.693,98	2.577.693,98	2.914.213,98
Diferença	-	-	70.482,53	590,00	590,00	-

MATERIAL CONSUMO						
Mês	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
SIGGO	30.781,42	38.680,75	40.215,45	35.077,25	34.721,05	34.990,49
Sigmanet	30.781,32	38.680,65	40.215,35	35.077,15	34.990,49	34.990,49
Diferença	0,10	0,10	0,10	0,10	- 269,44	-

Fonte: Balancete Contábil SIAC/SIGGO.
Sistema Geral de Patrimônio - SisGepat
Sistema Gestão de Material - Sigmanet

Foram executadas, ainda, despesas com benefícios previdenciários e assistenciais no montante de R\$2.374.277.466,46 (dois bilhões, trezentos e setenta e quatro milhões, duzentos e setenta e sete mil quatrocentos e sessenta e seis reais e quarenta e seis centavos), dos quais R\$ 3.554.201,73 (três milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil duzentos e um reais e setenta e três centavos) correspondem a 403 (quatrocentos e três) processos de pagamento de Auxílios Funeral executados pelo Iprev-DF.

Tabela 27. Despesas Fundo Financeiro de Previdência

DESPESAS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS
UG: 320203 - FUNDO FINANCEIRO DE PREVIDÊNCIA DO DF

Os dados abaixo são referentes às despesas – Benefícios Previdenciários e Assistenciais
Julho a Dezembro de 2023 – Fundo Financeiro:

DESPESAS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Aposentadorias por tempo de contribuição	278.726.920,90	282.429.493,67	287.825.535,67	290.586.049,89	292.509.985,16	467.058.407,81	1.899.136.393,10
Aposentadorias compulsórias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias Especiais - Atividade de Risco	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APOSENTADORIAS E REFORMAS	278.726.920,90	282.429.493,67	287.825.535,67	290.586.049,89	292.509.985,16	467.058.407,81	1.899.136.393,10
Pensões RPPS Financeiro	71.534.290,87	75.216.229,12	72.072.504,23	72.373.754,02	73.413.782,52	106.976.310,87	471.586.871,63
PENSÕES	71.534.290,87	75.216.229,12	72.072.504,23	72.373.754,02	73.413.782,52	106.976.310,87	471.586.871,63
AUXÍLIO FUNERAL - INATIVO CIVIL	667.463,51	637.350,33	585.667,42	556.521,01	630.148,12	477.051,34	3.554.201,73
TOTAL	350.928.675,28	358.283.073,12	360.483.707,32	363.516.324,92	366.553.915,80	574.511.770,02	2.374.277.466,46

Fonte: Balancete Contábil SIAC/SIGGO.

No novo fundo capitalizado foram executadas despesas com benefícios previdenciários e assistenciais no montante de R\$ 243.310,48 (duzentos e quarenta e três mil trezentos e dez reais e quarenta e oito centavos).

Tabela 28. Despesas novo Fundo Capitalizado

DESPESAS COM BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS
UG: 320206 - NOVO FUNDO CAPITALIZADO DE PREVIDÊNCIA DO DF

Os dados abaixo são referentes às despesas – Benefícios Previdenciários e Assistenciais
Julho a Dezembro de 2023 – Novo Fundo Capitalizado:

DESPESAS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Aposentadorias por tempo de contribuição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.628,00	1.628,00
Aposentadorias compulsórias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias Especiais - Atividade de Risco	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APOSENTADORIAS E REFORMAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.628,00	1.628,00
Pensões RPPS Financeiro	26.857,90	27.003,65	32.996,70	35.115,19	33.192,81	86.516,23	241.682,48
PENSÕES	26.857,90	27.003,65	32.996,70	35.115,19	33.192,81	86.516,23	241.682,48
AUXÍLIO FUNERAL - INATIVO CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	26.857,90	27.003,65	32.996,70	35.115,19	33.192,81	88.144,23	243.310,48

Fonte: Balancete Contábil SIAC/SIGGO.

Houve, ainda, a execução das despesas com custeio da folha de ativos no montante de R\$ 6.141.815,99 (seis milhões, cento e quarenta e um mil oitocentos e quinze reais e noventa e nove centavos), dos quais R\$ 4.427.990,53 (quatro milhões, quatrocentos e vinte e sete mil novecentos e noventa reais e cinquenta e três centavos) correspondem a 56 (cinquenta e seis) servidores do RPPS/DF, R\$ 1.453.767,02 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e três mil setecentos e sessenta e sete reais e dois centavos) correspondem a 79 (setenta e nove) servidores sem vínculos do RGPS e R\$ 260.058,44 (duzentos e sessenta mil cinquenta e oito reais e quarenta e quatro centavos) corresponde ao ressarcimento de 1 (um) servidor cedido pelo Ministério da Fazenda.

Tabela 29. Despesas pessoal ativo

DESPESAS PESSOAL ATIVO - UG: 320201 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF

	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
VENCIMENTOS E SALÁRIOS	61.363,90	59.011,90	53.364,74	61.363,90	60.191,91	49.875,79	351.172,14
ABONO DE PERMANÊNCIA	941,44	941,44	941,44	941,44	941,44	1.001,56	5.708,76
VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL	245,53	245,53	245,53	245,53	245,53	245,53	1.473,38
GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO	10.036,38	10.231,20	10.295,06	10.295,06	10.401,79	8.703,01	59.962,50
13º SALÁRIO	5.880,00	30.420,66	30.384,95	33.344,43	61.971,27	43.313,24	205.914,55
FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO				154,44	670,00		824,44
FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	19.743,55	7.378,50	4.654,99	14.584,49	13.065,62	36.227,65	95.655,00
GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO	514.536,20	561.701,90	606.991,36	586.306,64	603.288,79	595.844,38	3.469.329,27
GRATIFICAÇÃO POR HABILITAÇÃO	14.047,75	14.047,75	14.047,75	14.047,75	14.047,75	11.394,32	81.633,07
GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO - GTIT	812,00	865,19	820,38	860,53	868,00	756,00	4.982,10
SUBSTITUIÇÕES	-	-	-	-	-	-	-
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O RPPS	23.994,19	24.048,74	26.534,12	23.164,51	24.096,51	23.036,55	150.874,62
AUXÍLIO TRANSPORTE - RPPS	-	54,25	135,55	-	135,55	135,55	460,90
RPPS - REGIME PRÓPRIO (ESTATUTÁRIOS FINANCEIRO)	651.660,94	708.947,06	754.415,87	752.508,72	789.924,16	770.533,78	4.427.990,53
VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL	6.510,00						6.510,00
13º SALÁRIO	-	1.247,50	-	-	8.670,90	199.965,40	209.883,80
LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE	3.197,33	3.197,33	28.103,73	3.394,14	3.398,94	4.002,94	58.494,41
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA PESSOAL	2.076,51	2.066,36	-	-	-	-	4.142,87
INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS	87.185,67	98.390,89	103.821,47	102.446,73	106.188,69	176.387,62	674.421,07
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO - RGPS	43.927,27	57.861,78	58.647,24	53.789,05	55.912,72	53.760,00	323.898,06
AUXÍLIO TRANSPORTE - RGPS	2.250,00	2.969,08	3.221,94	1.749,88	2.679,96	1.992,06	14.862,92
AUXÍLIO CRECHE - RGPS	167,76	167,76	167,76	167,76	167,76	167,76	1.006,56
INDENIZAÇÃO E RESTITUIÇÕES PESSOAL	-	1.800,00	-	-	-	3.267,11	11.067,11
INDENIZAÇÃO POR EXONERAÇÃO E DEMISSÃO	-	10.095,83	-	104,84	24.631,92	-	34.832,59
SUBSTITUIÇÕES - RGPS FINANCEIRO	15.488,94	24.125,26	17.389,48	19.358,89	15.250,44	23.034,62	114.647,63
RGPS - REGIME GERAL (SEM VÍNCULO)	166.803,48	207.921,79	211.351,62	181.611,29	217.501,33	468.577,51	1.453.767,02
RESSARCIMENTO DE ENCARGOS E SALÁRIOS	-	83.859,70	-	66.198,74	110.000,00	-	260.058,44
PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGÃOS	-	83.859,70	-	66.198,74	110.000,00	-	260.058,44
TOTAL	818.464,42	1.000.728,55	965.767,49	1.000.318,75	1.117.425,49	1.239.111,29	6.141.815,99

Fonte: Balancete Contábil SIAC/SIGGO.

Foram executadas despesas administrativas que somam o montante de R\$ 3.183.927,45 (três milhões, cento e oitenta e três mil novecentos e vinte e sete reais e quarenta e cinco centavos). Estas despesas são compostas por todos os contratos administrativos tais como: contrato de locação de imóvel, telefonia fixa e móvel, Serviço de Apoio Técnico Administrativo – Funap-DF, taxas condominiais e impostos pagos pelo Iprev-DF, sendo a despesa mais relevante do período a locação de imóveis no valor de R\$ 1.636.628,44 (um milhão, seiscentos e trinta e seis mil seiscentos e vinte e oito reais e quarenta e quatro centavos).

Tabela 30. Despesas administrativas

DESPESAS ADMINISTRATIVAS - UG: 320201 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
USO DE MATERIAL DE CONSUMO							
Serviços Terceiros P.F. - JETONS a Conselheiros	31.206,17	31.206,17	33.263,72	33.263,72	29.148,62	33.263,72	191.352,12
Diárias	-	-	1.213,23	606,61	6.876,67	18.815,69	27.512,20
Telecomunicações – Telefonia Fixa e Certificado Digital	726,36	784,02	960,59	926,80	915,69	841,11	5.154,57
Comunicação em Geral - Correios	53.739,32	49.087,44	43.639,94	36.360,05	41.454,55	435,52	224.716,82
Manutenção e conservação de bens imóveis						4.000,00	4.000,00
Limpeza e Conservação	-	-	-	2.450,00	-	-	2.450,00
Água e Esgoto	316,30	438,08	332,30	318,16	428,88	332,30	2.166,02
Energia Elétrica	10.092,81	10.569,01	11.505,07	10.933,56	11.352,29	11.583,20	66.035,94
Locação de imóveis	210.000,00	210.000,00	237.941,34	244.383,39	244.383,39	489.920,32	1.636.628,44
Condomínios	64.792,11	64.792,11	68.886,66	70.933,93	77.141,66	134.722,22	481.268,69
Seleção e Treinamento	-	800,00	-	-	3.040,00	-	3.840,00
Serviços de Cópias e Reproduções de Documentos	3.403,62	3.344,47	3.268,41	3.309,10	3.224,97	-	16.550,57
Serviços Técnicos Profissionais	16.214,26	14.070,14	13.840,25	13.829,46	34.549,84	33.747,26	126.251,21
Serviços de Agenciamento de viagens	1.329,80	-	915,04	1.838,53	-	8.724,29	12.807,66
Anuidades e taxas em associações, federações e conselhos					5.375,00	-	5.375,00
Levantamentos, Prospecções e Análise de Dados	16.067,17	9.272,81	10.385,12	10.385,12	3.730,00	27.425,36	77.265,58
Serviços de Publicidade Institucional	- 109.893,92	-	-	-	-	-	- 109.893,92
Serviço de Apoio Técnico Administrativo					1.721,00		1.721,00
Serviço de Apoio Técnico Administrativo - FUNAP	- 57.755,28	-	-	-	-	-	- 57.755,28
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	194.907,27	28.585,86	32.665,09	37.047,85	58.976,31	43.512,90	395.695,28
SERVIÇOS	435.145,99	422.950,11	458.816,76	466.586,28	522.318,87	807.323,89	3.113.141,90
ATIVIDADE MEIO							
CONTRIBUIÇÕES PARA O PIS/PASEP	8.173,86	8.071,91	9.103,09	9.272,98	9.380,15	23.491,48	67.493,47
OBRIGAÇÕES PATRONAIS - SERV. TERC. PESSOA FÍSICA	411,51	411,51	411,51	411,51	823,02	823,02	3.292,08
ATIVIDADE FIM	8.585,37	8.483,42	9.514,60	9.684,49	10.203,17	24.314,50	70.785,55
TOTAL GERAL	443.731,36	431.433,53	468.331,36	476.270,77	532.522,04	831.638,39	3.183.927,45

Fonte: Balancete Contábil SIAC/SIGGO.

7. DIRETORIA DE INVESTIMENTOS

A Diretoria de Investimentos, unidade orgânica de comando e supervisão, diretamente subordinada ao Diretor-Presidente, a quem compete planejar, organizar, definir e coordenar a alocação dos recursos do Iprev-DF, por segmentos de ativos, de acordo com os instrumentos aprovados na política de investimentos e nas deliberações do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos – CIAR, bem como analisar o cenário macroeconômico e os mercados financeiro e de capitais, doméstico e internacional, observando os reflexos no patrimônio dos fundos administrados pelo Iprev-DF, entre outras.

Uma importante competência da Diretoria de Investimentos é o Relatório Anual de Investimentos é um instrumento de transparência e prestação de contas da gestão, em que se detalham ativos, investimentos e aplicações financeiras, com fluxo de entradas e saídas de recursos. O documento traz resultados compilados de forma anual e semestral, também comparando-os.

É um dos instrumentos da Política de Investimentos, pois demonstra os resultados alcançados no mês de referência – com as estratégias de alocação, diretrizes e metas a 2023 – e consolida informações de:

- Análise da conjuntura econômica com os cenários;
- Posição da carteira por segmento e ativos, com as informações de riscos, rentabilidades, instituição financeira e limites da Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, para parecer do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos – Ciar e aprovação do Conselho Fiscal – Confis, bem como resultados dos fundos geridos pelo Iprev-DF no ano de 2023;
- Composição da carteira de imóveis.

Em síntese, e conforme será tratado no relatório, destaca-se que em dezembro a rentabilidade do Fundo Solidário Garantidor – FSG foi de 2,65% no mês e 13,14% no ano; e do Fundo Capitalizado de 7,63% no mês e 11,53% no ano; e que a carteira de ativos financeiros sob gestão alcançou R\$ 5,795 bilhões. A junção de fundos geridos pelo Iprev-DF obteve a rentabilidade no ano de R\$ 592.789.520,50 (quinhentos e noventa e dois milhões, setecentos e oitenta e nove mil quinhentos e vinte reais e cinquenta centavos), com todas as metas da Política de Investimentos de 2023 ultrapassadas.

7.1. CENÁRIO

Tabela 31. Variação dos principais índices do mercado doméstico

Variação dos Índices e Subíndices do Grupo IMA, CDI e Índices da Bovespa										
Indicador	D%	D%	D%	D%	D%	D%	D%	D%	D%	Índice/Taxa
	U36M	U24M	U12M	Ano	Trimestre	Mês	Semana	Dia		Atual
IMA-Geral	27,4930	27,4930	25,8625	14,9452	14,9452	3,8069	1,7200	0,3463	0,0588	7.949,73
IMA-Geral ex-C	27,4035	27,4035	26,1874	15,1548	15,1548	3,8204	1,7133	0,3369	0,0588	7.827,78
IMA-B	22,9741	22,9741	22,8387	16,7738	16,7738	5,2144	2,9429	0,6117	0,0698	9.877,42
IMA-B 5	29,1763	29,1763	23,2837	12,2601	12,2601	2,9706	1,5371	0,3333	0,0983	8.976,76
IMA-B 5+	16,3875	16,3875	22,3529	20,4021	20,4021	6,3176	4,0323	0,8387	0,1296	11.593,60
IMA-C	78,7819	78,7819	52,1254	35,4313	35,4313	-	1,0749	1,1330	-	10.301,15
IMA-S	33,6614	33,6614	27,7955	13,3742	13,3742	2,7776	0,9273	0,2214	0,0441	6.387,61
IRF-M	24,6470	24,6470	26,7996	16,7348	16,7348	4,3762	1,5989	0,3031	0,0390	17.943,07
IRF-M 1	30,5634	30,5634	26,9253	13,3199	13,3199	2,8926	0,9256	0,1908	0,0428	15.205,61
IRF-M 1+	21,5401	21,5401	27,2687	18,7964	18,7964	5,0490	1,8750	0,3332	0,0373	19.941,62
Selic	513,1579	513,1579	27,3224	14,6520	14,6520	-	7,9051	4,1152	-	11,65
IDKa IPCA 2	28,7750	28,7750	22,6678	12,1270	12,1270	2,8929	1,5697	0,2748	-	8.421,09
Ibovespa	15,5362	15,5289	27,4995	23,4026	23,4026	15,9460	6,0432	2,5848	0,0063	134.185,24
IBRX-100	18,6675	18,6675	26,2026	22,3124	22,3124	15,7600	6,1298	2,6042	0,0090	111,50
IDIV	35,8971	35,8971	43,6514	28,2958	28,2958	14,9317	7,1377	2,9737	0,3647	9.073,81
IFIX	19,6572	19,6572	22,3447	17,1362	17,1362	3,7035	4,5443	3,0779	0,3890	3.311,43
Small Caps	15,4094	15,4094	0,9235	17,4552	17,4552	12,8133	7,8874	1,6696	0,3743	2.352,98
Dólar EUA	12,8581	12,8581	6,0884	1,8453	1,8453	-	3,2913	1,6543	0,0206	4,85
S&P 500 Index	27,8076	27,8076	0,4847	23,9149	23,9149	12,7766	4,8181	0,4862	0,2826	4.769,83

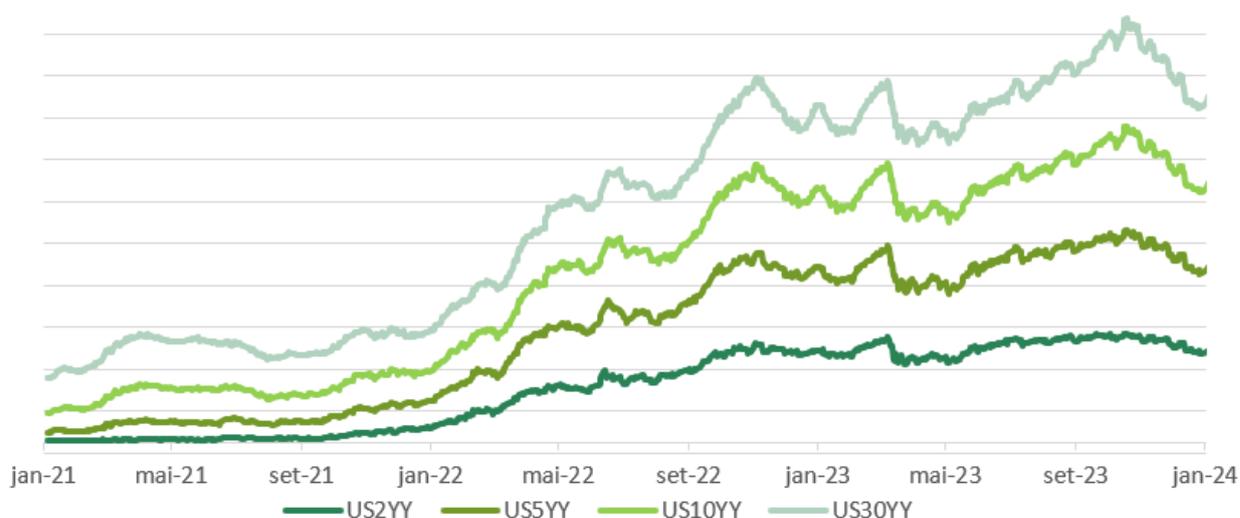
Fonte: Broadcast. Elaboração: DIRIN/Iprev-DF.

O cenário global foi de alta inflacionária desencadeado, principalmente, pelas guerras e sobrevivendo ainda os efeitos do Covid-19. Esses dois fatos, aliados à CPI (tradução para índice de preços ao consumidor), deixaram o investidor inseguro para aportar recursos em mercados emergentes (como o mercado brasileiro) e em renda variável. Houve, de forma abrupta, dos treasuries (tesouro americano) no ano de 2022, com o pico no ano de 2023.

Gráfico 22. Variação dos Treasuries americanos

Área do Gráfico

Títulos Públicos Americanos



Fonte: Broadcast.

Os juros no mundo continuam no “tom contracionista”, ou seja, com o objetivo de desaquecer a economia. Afinal, não podemos esquecer que as altas e baixas na taxa de juros são sentidas aos poucos na economia real, ou seja, no dia a dia das empresas e pessoas. Nesse cenário, os últimos meses trouxeram um fator adicional para o palco dos juros: a forte alta dos títulos da dívida de longo prazo americanos – levando as famosas treasuries, que atingiram seu maior patamar em quase duas décadas. De forma inversa à subida dos treasuries, houve uma pressão no índice S&P 500 index (Standard & Poor’s 500, um índice composto por quinhentos ativos cotados nas bolsas americanas). Quando comparado ao DXY (índice do dólar americano em relação a uma cesta de moedas), percebe-se que até meados de outubro uma busca para a solidez que se traduz em subida na ponta mais longa do tesouro americano.

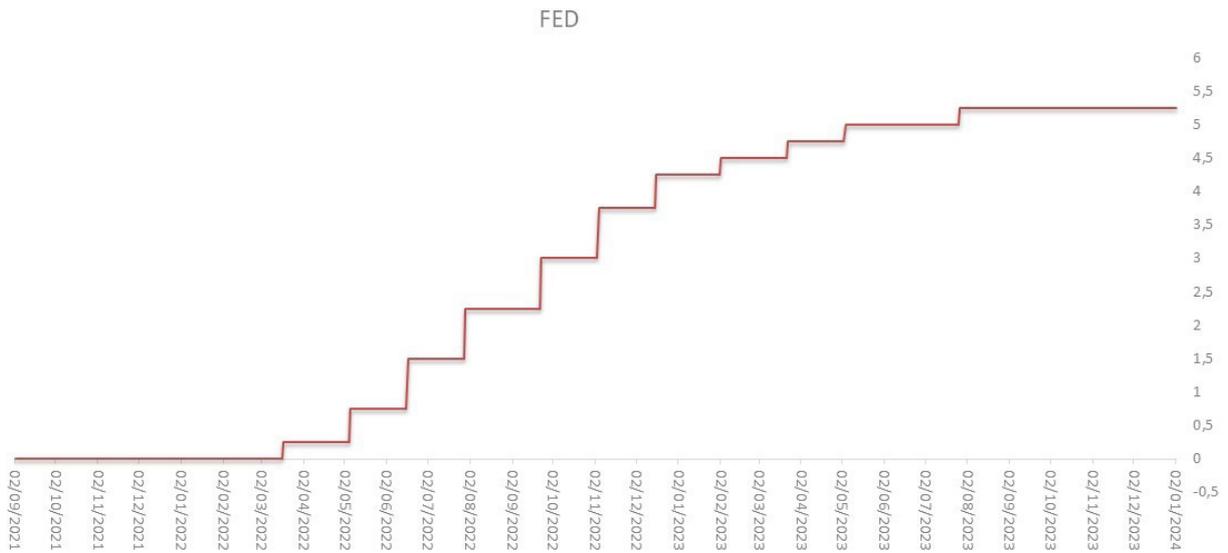
Gráfico 23. S&P 500 index x DXY



Fonte: Broadcast.

A inflação continua sob os holofotes, mesmo após o enfraquecimento dos preços que vimos ao longo desse ano. Desde o fim do ano passado, uma série de fatores ajudaram a inflação a cair dos níveis recordes que atingiu entre 2021 e 2022. Apesar de algum alívio na margem, os juros e o dólar devem continuar pressionados, com os Estados Unidos ainda crescendo mais que o resto das economias desenvolvidas. De maneira geral, houve em 2023 um crescimento maior do que o esperado. Os mercados de trabalho continuaram mostrando aquecimento, com baixas taxas de desemprego e a inflação caiu, mas continua alta, em meio à elevação das taxas básicas de juros pelos bancos centrais, que agora indicam que elas devem ficar altas por mais tempo.

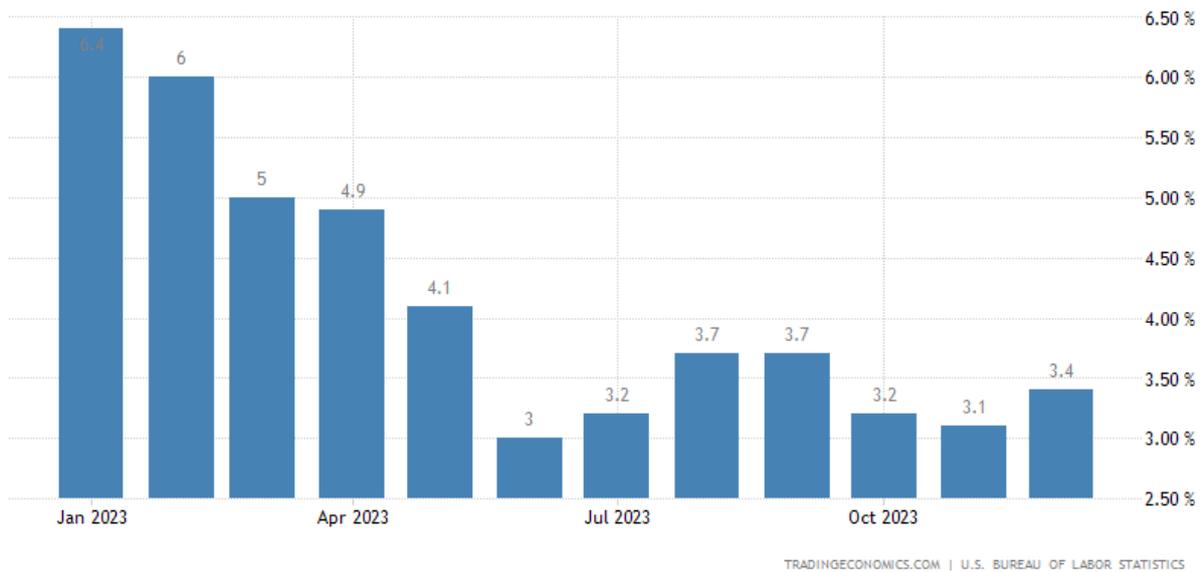
Gráfico 24. Variação da taxa de juros dos Estados Unidos



Fonte: Broadcast.

Há um esforço do FED (Federal Reserve – banco central americano) para o controle da inflação. Apesar de vir em linha com o mês anterior, ficou acima do esperado para o mês (3,4%):

Gráfico 25. Variação da inflação americana



Fonte: tradindeconomics.com.

Conforme a ata da 259ª Reunião Ordinária do Comitê de Política Monetária (Copom 1), in verbis: “[...] o ambiente externo segue volátil e mostra-se menos adverso [...] marcado pelo arrefecimento das taxas de juros de prazos mais longos nos Estados Unidos e sinais incipientes de queda de núcleos de inflação”. Há um esforço dos bancos centrais para convergência das taxas de inflação para as metas, pressionando os mercados de trabalho (dado permanentemente observado pelo FED).

Para a China, segunda maior economia do mundo, o ritmo de crescimento pós-Covid manteve-se fraco. Em 2023, o Produto Interno Bruto – PIB foi de 5,2% a.a., abaixo das expectativas. O Fundo Monetário Internacional – FMI prevê crescimento abaixo de 4% para os próximos anos. As razões de baixo crescimento são várias: falta do auxílio fiscal às famílias, a política de Covid Zero, deterioração da relação EUA vs China e crise no setor imobiliário. O impacto da China para a economia brasileira deve-se à dependência econômica do Brasil com commodities (mercadorias primárias) que são exportadas para aquele país.

No ambiente doméstico, o PIB para 2023 está previsto em 2,92% a.a., conforme Relatório de Mercado FOCUS2, do dia 29/12/2023. Houve, no terceiro trimestre, crescimento moderado, impulsionado com o cenário de desaceleração da atividade.

Tabela 32. Relatório de mercado - Expectativas de mercado.

Mediana - Agregado	2023							2024						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	4,54	4,46	4,46	= (1)	152	4,45	100	3,92	3,91	3,90	▼ (2)	149	3,90	100
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	2,84	2,92	2,92	= (3)	114	2,92	65	1,50	1,52	1,52	= (1)	112	1,50	65
Câmbio (R\$/US\$)	4,99	4,90	-					5,03	5,00	5,00	= (3)	117	4,98	70
Selic (% a.a)	11,75	-	-					9,25	9,00	9,00	= (1)	142	9,00	80
IGP-M (variação %)	-3,46	-3,36	-					4,07	4,07	4,07	= (1)	73	4,07	45
IPCA Administrados (variação %)	9,11	9,17	9,18	▲ (1)	93	9,15	65	4,42	4,34	4,33	▼ (4)	90	4,30	63
Conta corrente (US\$ bilhões)	-36,02	-32,00	-32,00	= (1)	30	-31,15	14	-44,66	-40,10	-40,30	▼ (1)	28	-40,00	13
Balança comercial (US\$ bilhões)	78,40	81,40	81,30	▼ (1)	30	80,00	13	67,20	71,00	70,50	▼ (1)	26	63,85	12
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	62,80	60,00	59,00	▼ (4)	28	57,45	14	70,00	65,00	65,00	= (1)	26	62,90	13
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	61,00	61,20	61,05	▼ (1)	26	61,10	11	63,95	64,50	64,45	▼ (1)	26	64,50	11
Resultado primário (% do PIB)	-1,10	-1,40	-1,50	▼ (4)	40	-1,45	18	-0,80	-0,80	-0,80	= (2)	40	-0,80	18
Resultado nominal (% do PIB)	-7,60	-8,30	-8,30	= (1)	25	-8,30	11	-6,80	-6,80	-6,80	= (5)	25	-6,80	11

Fonte: BCB.

No ano, o mercado acompanhou de perto o cenário fiscal e as dificuldades em adimplir o novo arcabouço fiscal durante os anos. Conforme o Copom3, as reformas e a disciplina fiscal, e as incertezas sobre a estabilização da dívida pública, verbis: “têm o potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, com impacto deletérios sobre a potência da política monetária e, consequentemente, sobre o custo de desinflação em termos de atividade”.

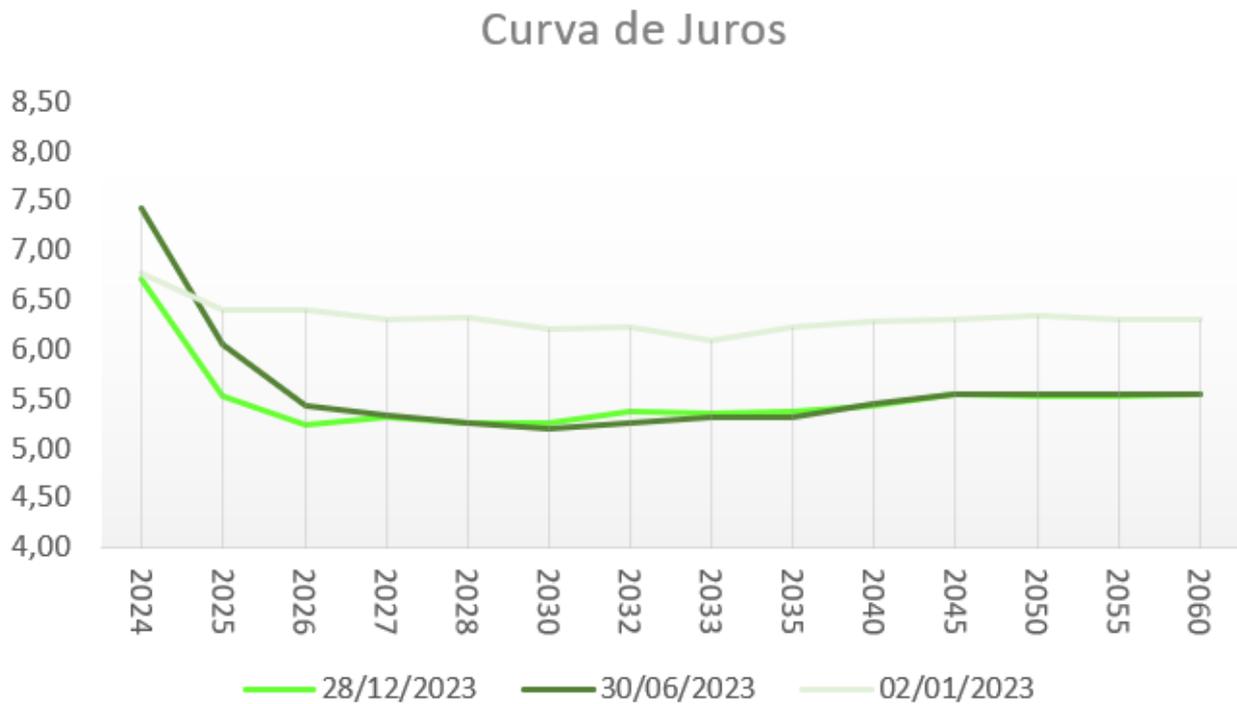
Durante todo o ano, houve notícias que movimentaram o mercado de renda fixa, notadamente os títulos públicos: arcabouço fiscal, inflação, meta da Selic; além das pautas internacionais: elevação dos juros nos Estados Unidos e crescimento abaixo da expectativa na China.

1 Atas do Copom. Banco Central do Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom>. Acesso em: 17 de janeiro de 2024.

2 Focus - Relatório de Mercado. Banco Central do Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus/29122023>. Acesso em: 15 de janeiro de 2024.

3 Atas do COPOM. Banco Central do Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom>. Acesso em: 17 de janeiro de 2024.

Gráfico 26. Curva da Taxa de Juros

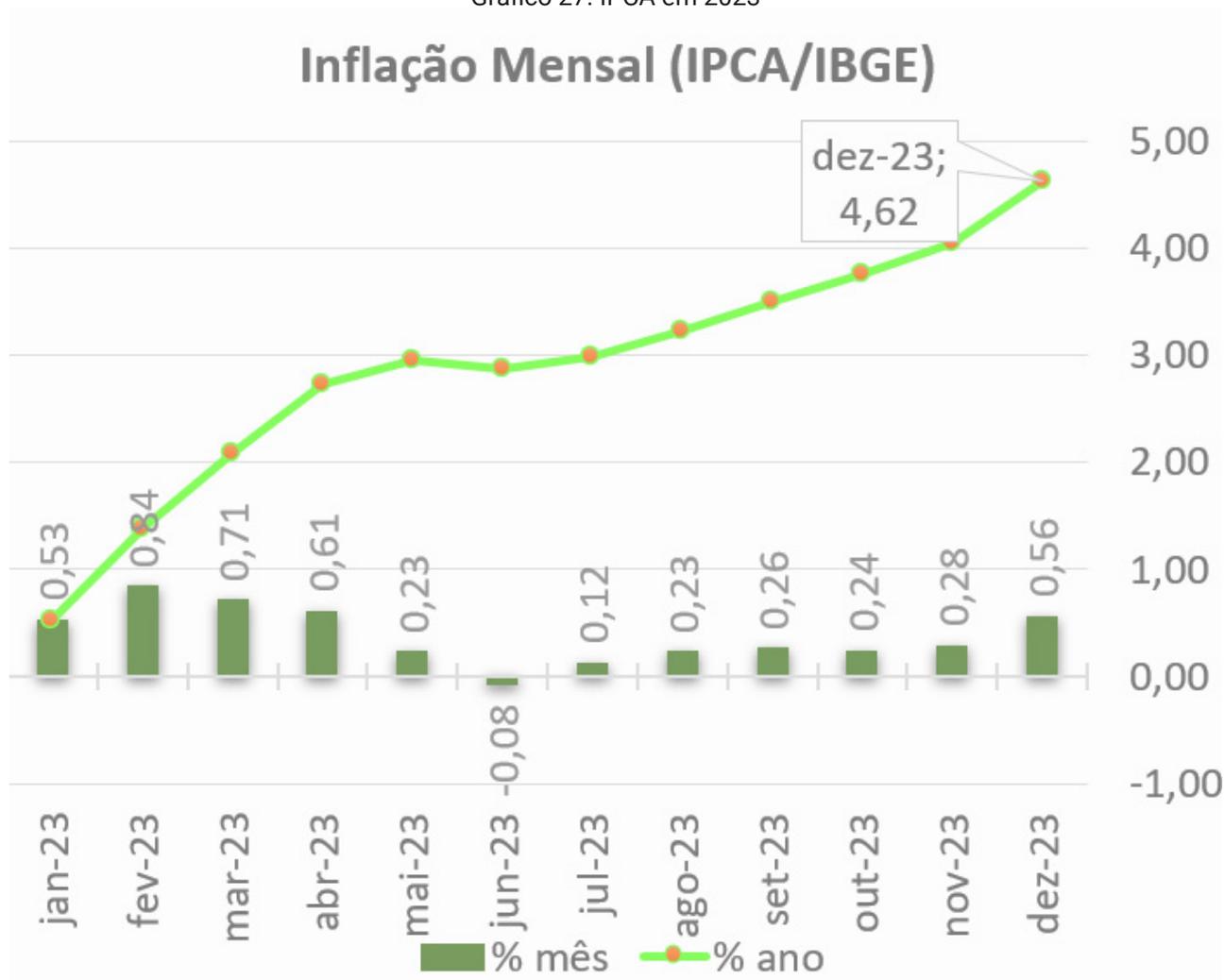


Fonte: Quantum Axis.

A dinâmica da taxa de juros impacta diretamente as carteiras geridas pelo Iprev-DF. Para o Fundo Solidário Garantidor há a marcação a mercado. Para o Fundo Capitalizado, a marcação na curva de juros. Sendo assim a depender do mercado compensa operar os títulos públicos federais. No início do ano de 2023, os títulos estavam pagando taxas altas (compensando a compra de títulos). Para dezembro de 2023, as taxas estavam menores (possibilitando a venda). O Iprev-DF faz o acompanhamento do mercado para obter rentabilidade de suas carteiras geridas.

Entre os principais indicadores analisados, está a inflação; pois o acumulado do índice faz parte das metas de carteiras geridas: IPCA + 1,05% (Fundo Solidário Garantidor) e IPCA + 2,92% (Fundo Capitalizado).

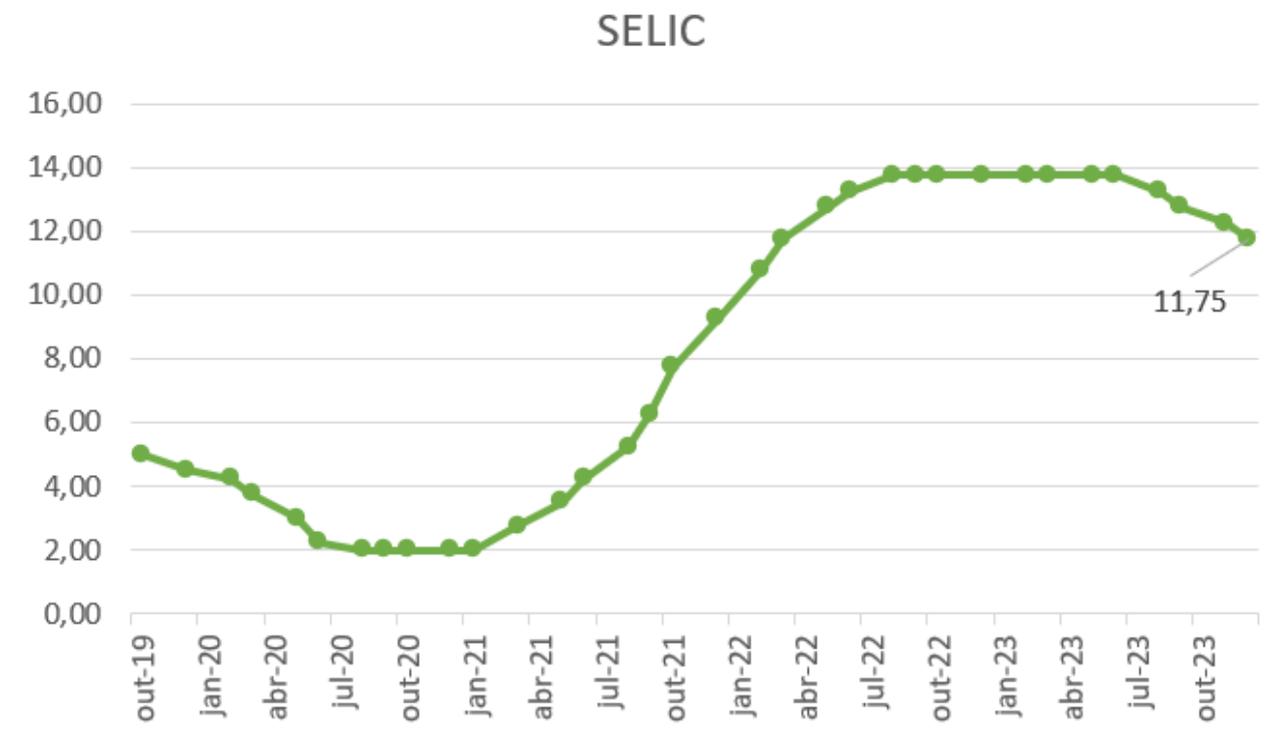
Gráfico 27. IPCA em 2023



Fonte: Broadcast. Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA é acompanhado, também, pelo Comitê de Política Monetária – Copom; ditando a política monetária do país, por meio da meta da taxa Selic. Na última avaliação do Comitê, votou-se pela redução em 0,50% ponto percentual, chegando à 11,75% a.a. Tal decisão, levando em consideração o cenário do ano, serve como estratégia de convergência da inflação para a meta.

Gráfico 28. Trajetória da Meta de Taxa Básica de Juros - Selic



Fonte: Broadcast

Além da renda fixa, a renda variável manteve-se em alta no exercício. Saindo de 106 mil pontos e chegando à 134 mil pontos, voltando aos patamares pré-pandêmicos, com rentabilidade nominal de 21%. No primeiro semestre, o principal índice da bolsa brasileira (IBOV), recuou. Àquela época, havia dúvidas sobre a política fiscal e deu-se um tom mais contracionista. Para o segundo semestre, houve a recuperação por completo e o índice subiu à máxima histórica no final do ano; e, de forma inversa, no câmbio uma depreciação do dólar fechando o ano em 4,85 (USD/BRL):

Gráfico 29. Índice Ibovespa x USDBRL

IBOV x USD



Fonte: Broadcast. Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

Como ressaltado acima, houve um decréscimo das perspectivas de inflação em 2023 e 2024, influenciando diretamente nas metas para 2023 para os fundos geridos pelo Iprev-DF:

- (1) Fundo Solidário Garantidor: IPCA + 1,05%; e
- (2) Fundo Capitalizado: IPCA + 2,92%.

7.2. DESEMPENHO ANUAL DAS CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS ADMINISTRADAS PELA DIRETORIA DE INVESTIMENTOS

7.2.1. FUNDO SOLIDÁRIO GARANTIDOR – FSG

A carteira de investimentos do FSG encerrou dezembro com rentabilidade acumulada no ano de R\$ 485,6 milhões, com destaque para a rentabilidade dos Títulos Públicos Federais e dos fundos de investimentos em ações (Ibovespa), conforme tabela abaixo:

Tabela 33. Distribuição da carteira do FSG em relação ao benchmark de seus fundos e rendimentos nominais em dezembro de 2023

Benchmark	Valor	%	Rendimentos no Mês	Rendimentos 2º Semestre	Rendimentos Acumulado
Alocação Dinâmica	R\$ 198.213.066,20	4,63%	R\$ 2.341.602,34	R\$ 7.436.729,32	R\$ 16.951.635,86
BDR	R\$ 51.570.463,58	1,21%	R\$ 1.386.912,73	R\$ 4.864.011,31	R\$ 12.542.504,70
CDI	R\$ 484.099.224,72	11,32%	R\$ 4.614.434,23	R\$ 31.117.776,04	R\$ 59.542.521,89
Crédito Privado	R\$ 50.489.621,36	1,18%	R\$ 490.231,79	R\$ 3.285.900,64	R\$ 6.405.647,32
FIE	R\$ 85.257.980,39	1,99%	R\$ 3.009.490,77	R\$ 1.322.357,63	R\$ 15.925.925,32
FII	R\$ 37.140.432,99	0,87%	R\$ 968.107,45	R\$ 460.729,73	R\$ 2.371.335,77
FIP	R\$ 49.205.361,86	1,15%	R\$ 1.299.698,16	R\$ (4.149.707,92)	R\$ 516.197,45
IBOVESPA	R\$ 271.321.054,49	6,34%	R\$ 15.302.606,67	R\$ 21.289.922,92	R\$ 35.174.523,06
IBX	R\$ 18.311.272,87	0,43%	R\$ 903.642,36	R\$ 1.602.139,68	R\$ 4.287.415,34
IDIV	R\$ 34.935.881,50	0,82%	R\$ 1.949.800,76	R\$ 3.844.826,61	R\$ 6.700.889,39
IDKA-IPCA 2A	R\$ 436.414.484,37	10,20%	R\$ 5.968.385,39	R\$ 18.888.750,90	R\$ 41.961.166,65
IMAB	R\$ -	0,00%	R\$ -	R\$ 21.104,78	R\$ 866.942,11
IMA-B 5	R\$ 425.144.125,13	9,94%	R\$ 6.049.972,46	R\$ 15.642.707,01	R\$ 31.411.054,62
Inflação	R\$ -	0,00%	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.392.614,43
IRFM	R\$ 131.785.576,60	3,08%	R\$ 1.673.479,30	R\$ 6.277.578,13	R\$ 8.510.426,12
IRF-M1	R\$ 587.607.242,92	13,74%	R\$ 4.731.905,45	R\$ 26.813.077,97	R\$ 48.306.214,25
Multimercados	R\$ 87.709.446,73	2,05%	R\$ 3.208.269,68	R\$ 8.186.328,99	R\$ 10.253.486,03
SMALL	R\$ (0,00)	0,00%	R\$ -	R\$ -	R\$ (1.375.711,44)
Título Público	R\$ 1.328.886.364,95	31,06%	R\$ 56.083.746,56	R\$ 16.311.189,99	R\$ 183.876.342,52
	R\$ 4.278.091.600,65		R\$ 109.982.286,10	R\$ 163.215.423,73	R\$ 485.621.131,38

Fonte e Elaboração: DIRIN/IpREV-DF.

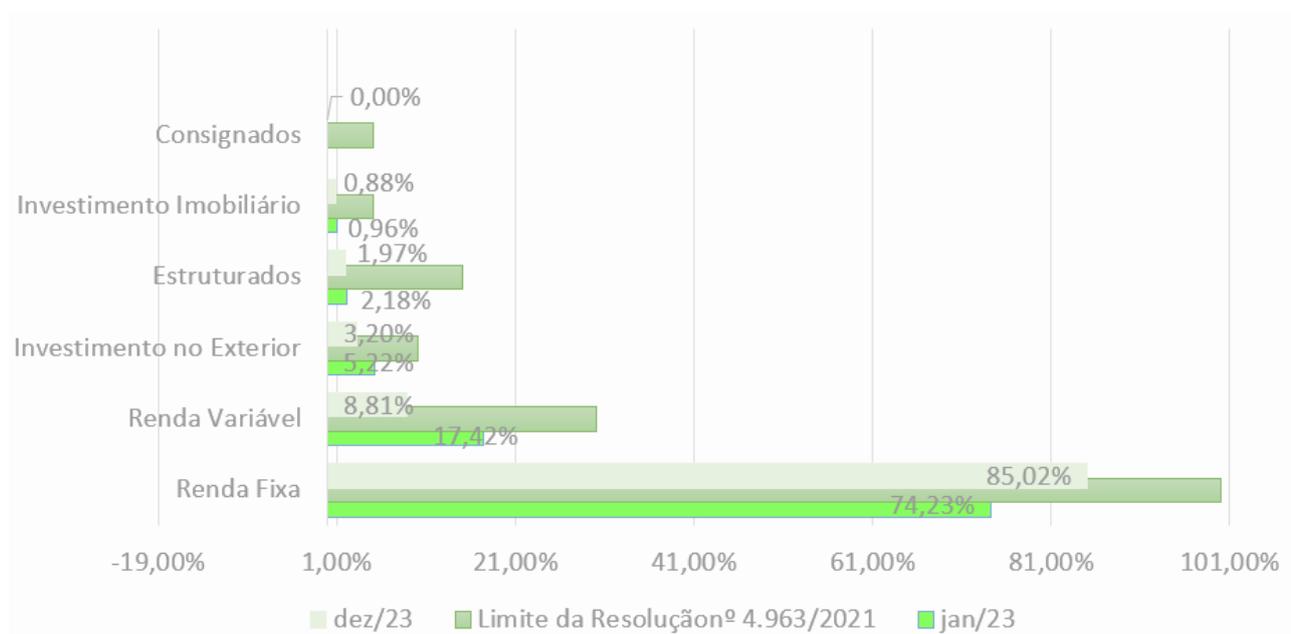
O segundo semestre do ano teve rentabilidade de R\$ 163,2 milhões. A estratégia montada pelo Comitê em conjunto com a Diretoria de Investimentos foi alocação em fundos de investimentos pré-fixados, possibilitando o ganho na descida da taxa de juros, e retirada do Ibovespa, o que diminui o risco da carteira.

Vale ressaltar que as aplicações, ainda que demonstre o cenário anual e semestral, foram realizadas anteriormente, visando o longo prazo.

Em consonância com a Política Anual de Investimentos de 2023, a realocação entre os benchmarks é realizada via Comitê de Investimentos e Análise de Riscos – Ciar. Qual seja, nas reuniões do Ciar, há a análise do cenário ao mês, formulação de mandato de realocação dos recursos durante o mês e informação das execuções realizadas (por meio dos relatórios). Portanto, as carteiras são subdivididas nos principais benchmarks dos mercados.

A distribuição da carteira manteve-se, majoritariamente, em renda fixa, dentro dos parâmetros por segmento previstos na Resolução CMN nº 4.693/2021. E, com as realocações ocorridas no mês de dezembro, houve um incremento percentual da Renda Fixa. Logo, observam-se os limites previstos na Resolução citada e na Política Anual de Investimentos:

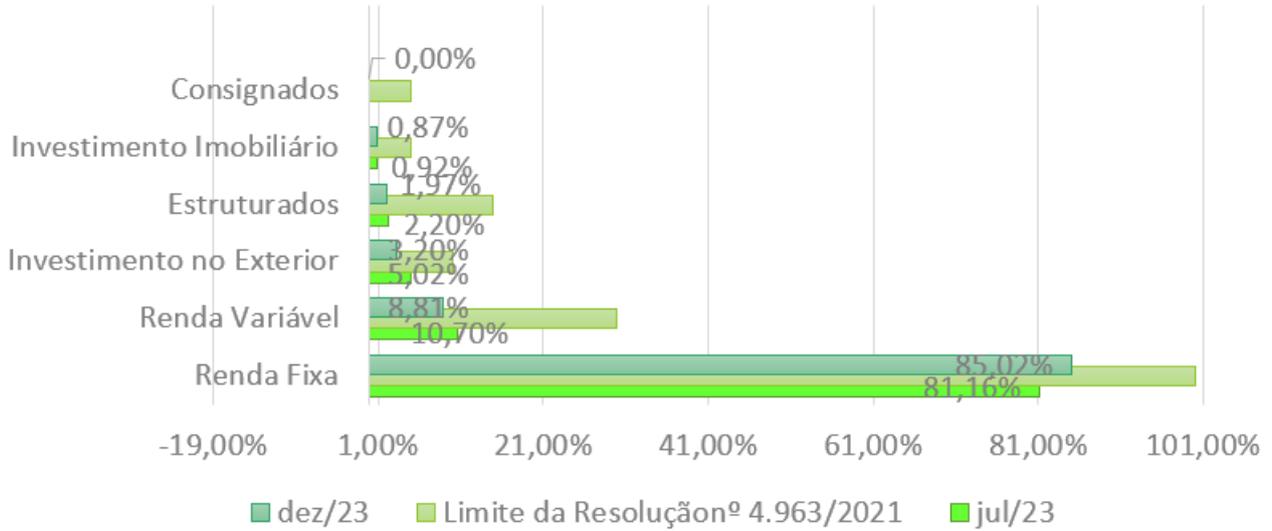
Gráfico 30. Distribuição da carteira do Fundo Solidário Garantidor de janeiro e dezembro de 2023.



Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF.

Conforme os gráficos, houve uma redução do segmento de renda variável na carteira do FSG, e um incremento da renda fixa. Tal estratégia macro deve-se à alta da taxa Selic que, em consonância com o Cenário citado acima, esteve em alta durante parte do ano de 2023. Dessa forma, protegeu-se a carteira do Fundo Solidário Garantidor da volatilidade da renda variável, com ganhos expressivos na renda fixa. Comparando os meses de julho a dezembro, percebe-se que a movimentação, no segundo semestre, entre os segmentos foi menor:

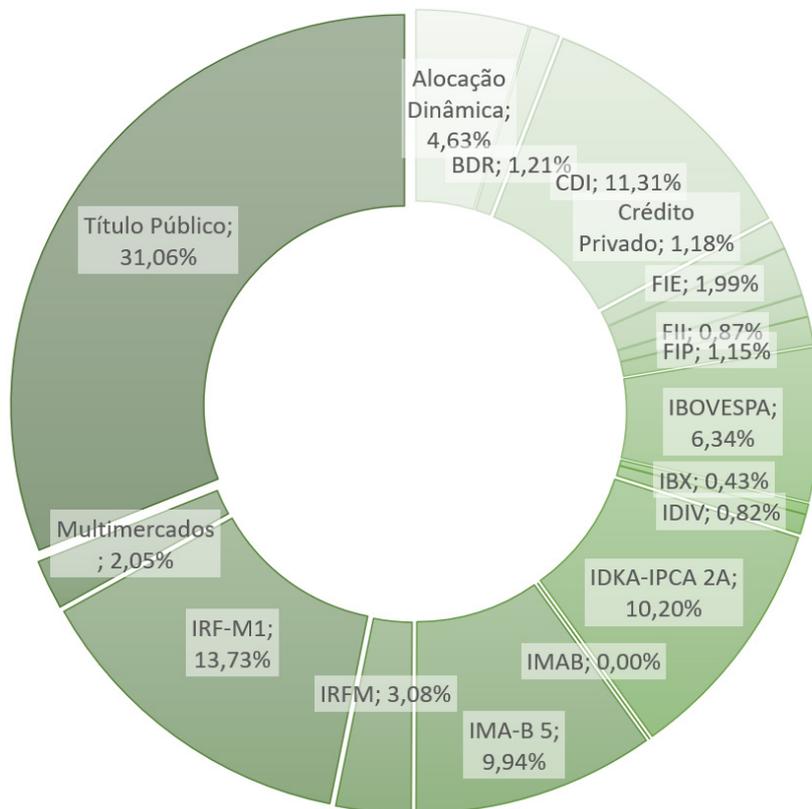
Gráfico 31. Distribuição da carteira do Fundo Solidário Garantidor no segundo semestre



Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF.

Ao se analisar a carteira por benchmarks, nota-se que ela detém 31,06% em Títulos Públicos com uma redução durante o ano, buscando a redução da volatilidade. E houve um aumento das posições pré-fixadas (IRF-M e IRF-M 1) durante o ano para o ganho de prêmio.

Gráfico 32. Composição da Carteira do FSG de dezembro/2023



Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF.

A composição da carteira, em decorrência dos mandatos do Ciar (ciclo iniciado em 2021), com mesmo ritmo em 2022/2023, obteve alocação em compra de títulos públicos. Para os TPFs do Fundo Solidário Garantidor, há a marcação a mercado que é a atualização diária do preço unitário (PU) de um título de renda fixa em função de vários fatores, como mudanças nas taxas de juros e nas condições de oferta e demanda pelo ativo. Essas atualizações podem ser tanto para baixo quanto para cima. A marcação a mercado (Mam) na renda fixa é relevante para os investidores que desejam resgatar a aplicação antes do vencimento do título. Se o investidor mantiver esses títulos na carteira até o vencimento, irá receber exatamente a remuneração combinada na data da compra. Logo, a volatilidade momentânea é em decorrência da marcação a mercado. Hoje a carteira do FSG é composta dos seguintes TPF/vencimentos:

Tabela 34. Vencimento dos Títulos Públicos Federais

Vencimento	Quantidade
15/05/2045	20000
15/08/2050	200000
15/05/2055	51000

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iperv-DF.

Vale ressaltar que a nova Resolução traz a divisão por segmentos e em artigos; logo a classificação pormenoriza as divisões estabelecidas e auxilia, assim, visualmente, a compreensão da composição da carteira.

Tabela 35. Execução dos mandatos do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos para o semestre

	Determinação	Executado	Percentual
Janeiro	Realocação de IRF-M1/DI para IMAB5/IDKA 2/ alocação dinâmica a de até R\$ 200 milhões	R\$ 0,00	0,00%
	Realocação de Fundos de Renda Fixa para Títulos Públicos Federais (NTN-B) de até R\$ 200 milhões	R\$ 80.000.000,00	40,00%
	Realocação de Fundos RF de até R\$ 100 milhões para Fundos de Renda Variável	R\$ 0,00	0,00%
Fevereiro	Redução percentual em IBOV (para 13%) para IDKA-IPCA 2A/ IMAB5 Realocação de R\$100 milhões;	R\$ 0,00	0,00%
	Redução perc. em FIE/BDR (de 5,22% p/ 3%) para IDKA-IPCA 2A/ IMAB5 Realocação de R\$80,6 milhões;	R\$ 0,00	0,00%
	Realocação de TPF mais longos (2055) protegendo de volatilidade de R\$ 249milhões para TPF mais curtos (6,46%/FSG);	R\$ 0,00	0,00%
Março	Redução percentual em IBOV (para 13%) para IDKA-IPCA 2A/ IMAB5 Realocação de R\$100 milhões;	R\$ 50.000.000,00	50,00%
	Redução percentual em FIE/BDR (de 5,22% p/ 3%) para IDKA-IPCA 2A/ IMAB5 Realocação de R\$80,6 milhões;	R\$ 0,00	0,00%
	Realocação de Títulos Públicos mais longos (2055) protegendo de volatilidade de R\$ 249milhões para TPF mais curtos	R\$ 0,00	0,00%

Abril	1) Redução percentual em IBOV/IDIV/Small (para 10%) para IDKA-IPCA 2A/ IMAB5 - Realocação de R\$100 milhões;	R\$ 13.823.460,21	13,82%
	Análise do Fundo GENIAL MS GROWTH (VAR em 5%)	-	-
Maio	Realocação de Títulos Públicos mais longos (2055) protegendo de volatilidade de R\$ 249milhões para TPF mais curtos	R\$ 0,00	0,00%
	1) Redução percentual em IBOV/IDIV para IDKA-IPCA 2A/ IMAB5 Realocação de R\$50 milhões;	R\$ 0,00	0,00%
	2) Realocação do Fundo GENIAL MS GROWTH (VAR em 5%) R\$10 milhões	R\$ 10.000.000,00	100,00%
Junho	3) Realocação de Títulos Públicos mais longos (2055) protegendo de volatilidade de R\$ 249milhões para TPF mais curtos (6,46%/FSG);		
	1) Redução percentual em IBOV/IDIV para IRF-M1 Realocação de R\$85 milhões;	R\$ 27.695.124,45	32,58%
Julho	2) Realocação do Fundo GENIAL MS GROWTH (VAR em 5%) R\$5 milhões;		
	1) Redução percentual em IBOV/IDIV (10,21%) para IRF-M (0,94%) Realocação de R\$150 milhões; (3,87%)	R\$ 15.666.366,53	10,44%
	2) Realocação do Fundo GENIAL MS GROWTH (VAR em 5%) para IRF-M Realocação de R\$5 milhões (1,3%)	R\$ 5.000.000,00	100,00%
Agosto	3) Redução percentual em IMA-B para IRF-M Realocação de R\$15 milhões; (0,39%)	R\$ 14.150.383,05	94,34%
	1) Redução percentual em IBOV/IBX para IRF-M - Realocação de R\$85 milhões	R\$ 50.000.000,00	100,00%
	2) Realocação do Fundo GENIAL MS GROWTH para IRF-M - Realocação de R\$20 milhões	R\$ 20.000.000,00	100,00%
Setembro	3) Realocação de CDI para IRF-M1 Realocação de R\$ 50 milhões	R\$ 50.000.000,00	100,00%
	1)Rebalanceamento dos FIE para FIE/Multimercado - Realocação de R\$115,7 milhões (3,88%)	R\$ 115.783.805,64	100,00%
	2)Realocação de IBOV/IBX para IRF-M1 / IRF-M - Realocação de R\$50 milhões (1,25%)	R\$ 50.000.000,00	100,00%
Outubro	3)Encurtamento dos Títulos Públicos Federais com vencimento em 2055 para IDKA-IPCA 2A / IMA B-5 / TPF (2024) - Realocação de R\$100 milhões; (5%)	R\$ 87.574.221,06	87,57%
	1) Desconcentração de CDI para Alocação Dinâmica - Realocação de R\$50 milhões (1,30%);	R\$ 0,00	0,00%
	2) Realocação de IBOV/IBX para IRF-M1 / IRF-M - Realocação de R\$20 milhões (0,50%)	R\$ 20 milhões	100,00%
Novembro	3) Encurtamento dos Títulos Públicos Federais com vencimento em 2055/2060 para IDKA-IPCA 2A / IMA B-5 / TPF (2024) - Realocação de R\$100 milhões; (2,5%)	R\$ 0,00	0,00%
	Desconcentração de CDI para Alocação Dinâmica - Realocação de R\$50 milhões (1,30%)	R\$ 0,00	0,00%
	Realocação de IBOV/IBX para IDKA-IPCA 2A / IMA B-5 - Realocação de R\$30 milhões (0,78%)	R\$ 0,00	0,00%
Dezembro	Encurtamento dos Títulos Públicos Federais com vencimento em 2055/2060 para IDKA-IPCA 2A / IMA B-5 / TPF (2024) - Realocação de R\$100 milhões; (2,61%)	R\$ 0,00	0,00%
	Desconcentração de CDI para Alocação Dinâmica Realocação de R\$50 milhões (1,26%);	R\$ 50.000.000,00	100,00%
	Subscrição dos Pátria Infraestrutura V Advisory FIP Multiestratégia (R\$ 110 milhões) e BTG Pactual Infraestrutura III Feeder FIP Multiestratégia (R\$ 30 milhões);	R\$ 0,00	0,00%
	Realocação de IBOV/IBX para IDKA-IPCA 2A / IMA B-5 Realocação de R\$30 milhões (0,75%);	R\$ 0,00	0,00%
	Encurtamento dos Títulos Públicos Federais com vencimento em 2055/2060 para IDKA-IPCA 2A / IMA B-5 / TPF (2024) Realocação de R\$150 milhões; (2,52%)	R\$ 149.781.666,80	99,85%

Fonte e Elaboração: DIRIN/IpPrev-DF.

Acima, constam todas os mandatos do Ciar durante o ano, com os valores e percentuais de execução. Válido esclarecer que, após o mandato do Ciar, há a análise diária para a tomada de decisão na Diretoria de Investimentos. A depender do caso, deixa-se de cumprir o mandato e se justifica na reunião seguinte.

Tabela 36. Execução dos mandatos do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos para Fundo de Investimentos

Operação 01	Títulos Públicos Federais, vencimento 2060	10.859.917/0001-08	87.753.206,52		TPF
	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	11.060.913/0001-10		21.938.301,63	IMA-B 5
	BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	03.543.447/0001-03		21.938.301,63	IMA-B 5
	CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	14.386.926/0001-71		21.938.301,63	IDKA IPCA 2A
	BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	13.322.205/0001-35		21.938.301,63	IDKA IPCA 2A
Operação 02	BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	10.859.917/0001-08	5.000.000,00		CDI
	BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	13.077.418/0001-49	5.000.000,00		CDI
	CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	03.737.206/0001-97	40.000.000,00		CDI
	CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	14.386.926/0001-71		50.000.000,00	Alocação Dinâmica
Operação 03	Títulos Públicos Federais, vencimento 2055		129.553.636,17		TPF
	BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	11.328.882/0001-35		129.553.636,17	IRF-M1

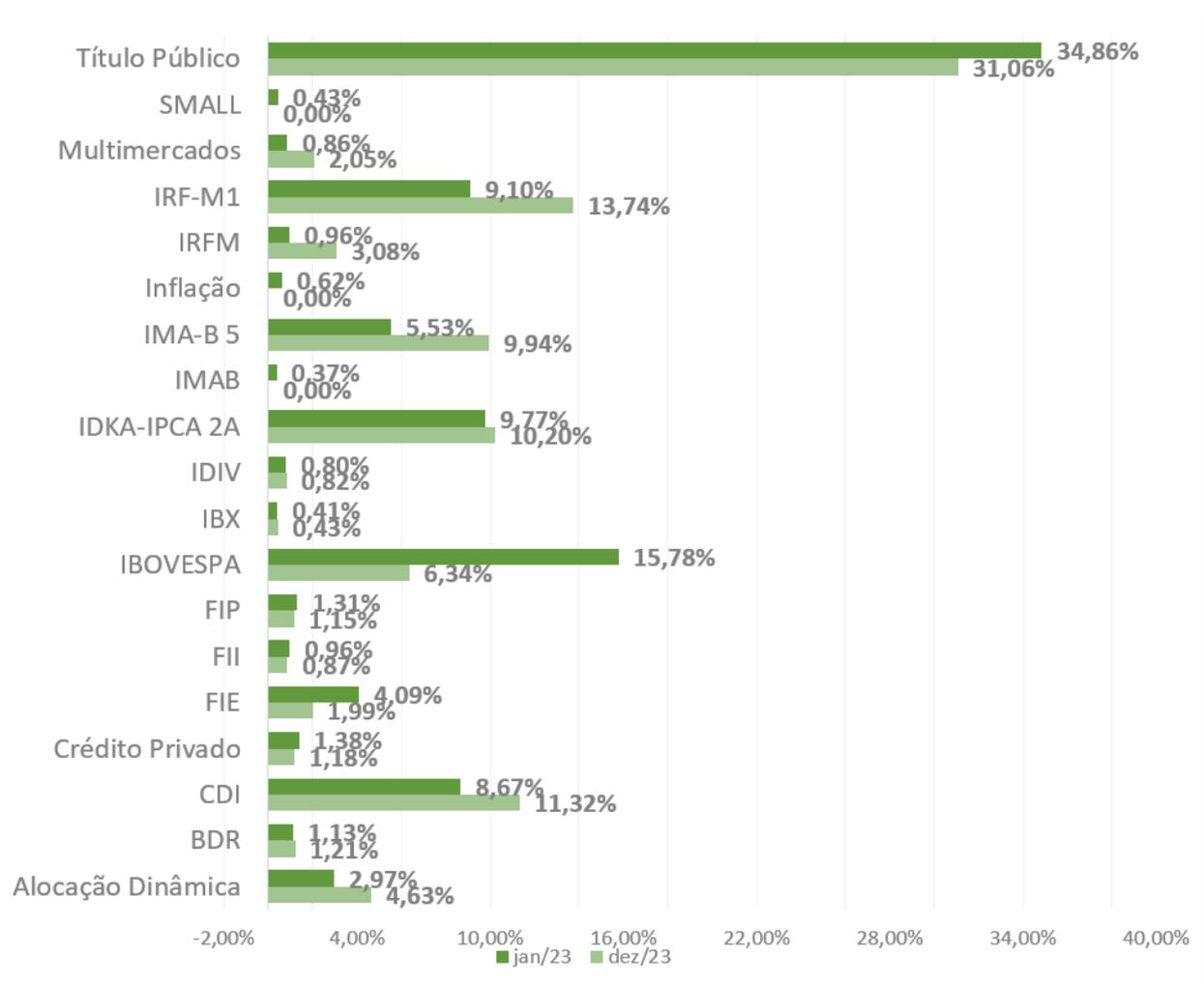
Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF.

Seguindo as determinações e as análises do Ciar, para dezembro, houve a diminuição dos títulos públicos diminuindo a volatilidade da marcação a mercado, realocando-os em fundos de investimentos referenciados em inflação (Operação 1). Da mesma forma, realocou de TPF para fundos referenciados em inflação (Operação 3), para capturar a baixa da taxa de juros prevista para 2024. Por fim, retiraram-se recursos do CDI e realocou em fundos de investimentos referenciados em inflação (Operação 2).

Para 2024, a principal tese foi retirada da bolsa brasileira, bolsa do exterior e diminuição da posição em títulos públicos. Dessa forma, e de forma pautada, houve a retirada da volatilidade da carteira do FSG e captura de prêmio na renda fixa, em consonância com o cenário desenhado durante o ano.

Importante esclarecer que, após a decisão do Ciar, há um estudo interno da Diretoria de Investimentos pautando a realocação de recursos. Em todas as fases, analisa-se o cenário como base para decisão de realocação. Todos os movimentos foram realizados de forma gradual ao longo dos últimos meses e ao se analisar a performance dos fundos de investimentos em relação ao retorno, volatilidade, exposição ao risco e a carteira expandida. Em síntese, a distribuição do FSG variou conforme gráfico abaixo:

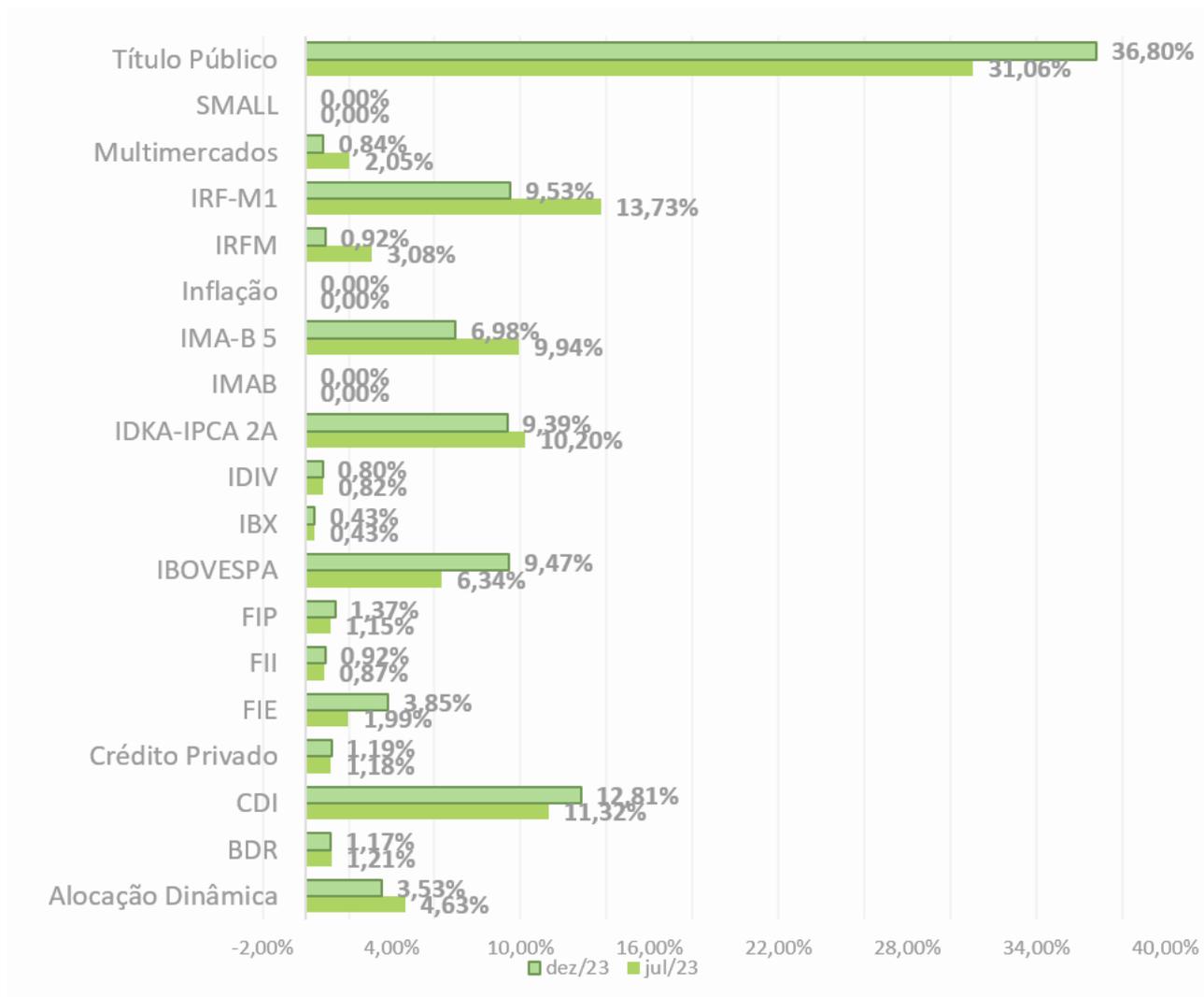
Gráfico 33. Distribuição da carteira do FSG em relação ao benchmark de seus fundos e rendimentos nominais, comparando janeiro/2023 x dezembro/2023.



Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF.

Para o semestre, as estratégias se mantiveram as mesmas: redução de títulos públicos, redução de bolsa brasileira e estrangeira. Porém, para o segundo semestre, dado a redução da meta da taxa Selic, buscou-se aplicar em fundos de investimentos pré-fixados (IRF-M1 e IRF-M), referenciados em inflação (IMA-B 5 e IDKA IPCA 2 anos), bem como alocação dinâmica. Essas estratégias mostraram-se em harmonia com o cenário à época.

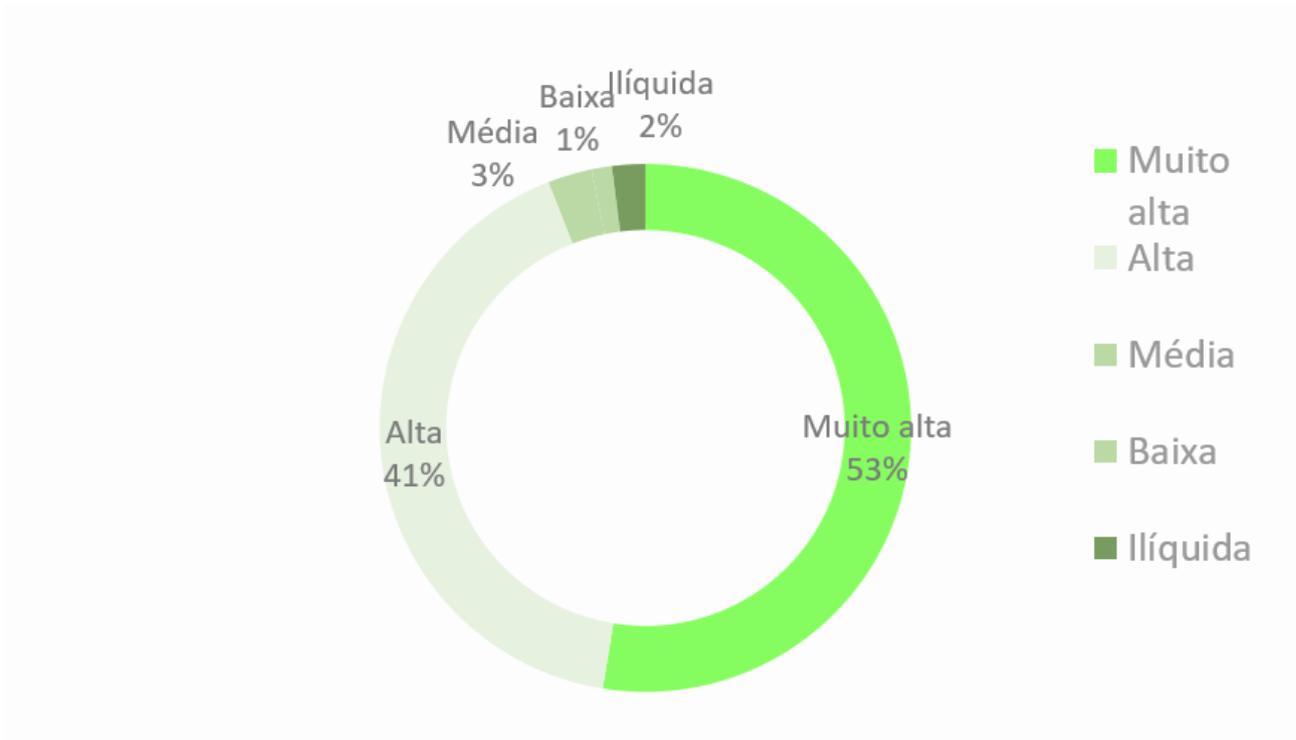
Gráfico 34. Distribuição da carteira do FSG em relação ao benchmark de seus fundos e rendimentos nominais, comparando julho/2023 x dezembro/2023



Fonte e Elaboração: DIRIN/IpREV-DF.

Quanto à liquidez das aplicações do FSG, parte substancial da carteira está entre alta e muito alta.

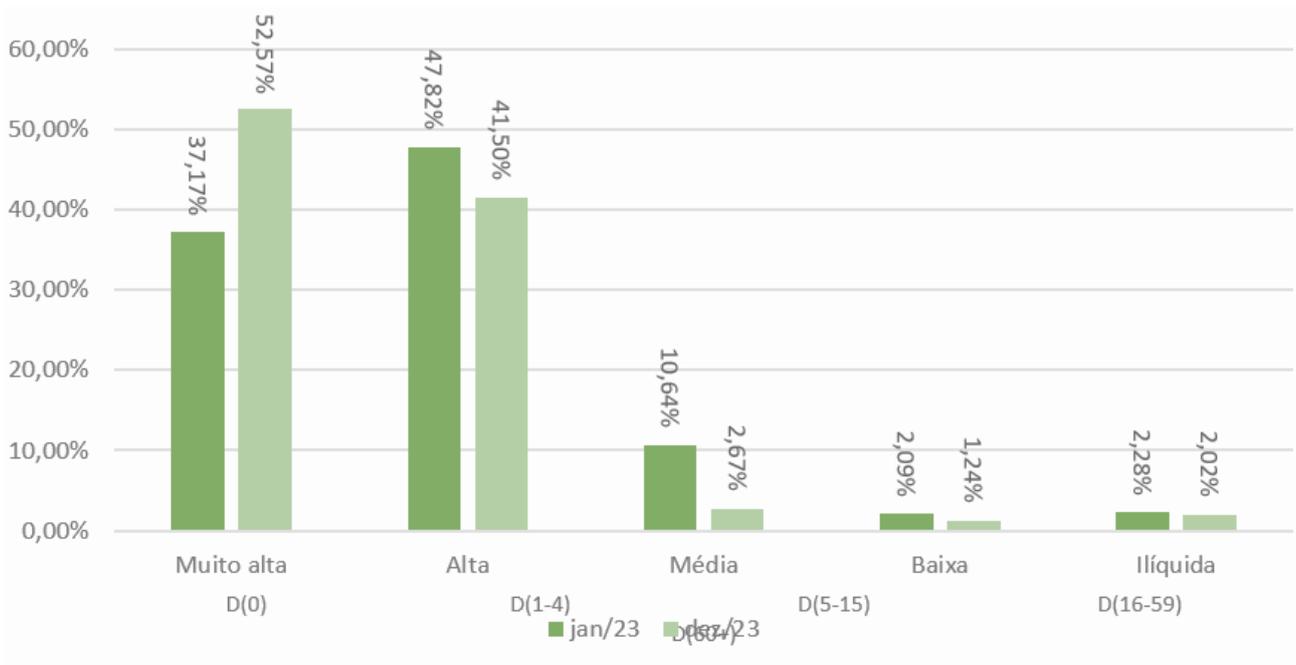
Gráfico 35. Nível de liquidez da Carteira do FSG de dezembro/2023



Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF.

Na comparação entre os meses, houve variação da liquidez entre os ativos, sem incremento nos ativos ilíquidos. Com os movimentos realizados, é possível analisar que houve um aumento de liquidez, durante o ano:

Gráfico 36. Nível de liquidez da Carteira do FSG entre janeiro/2023 e dezembro/2023



Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF.

No comparativo do ano, houve um aumento da liquidez da carteira do FSG. A posição do FSG está, em dezembro, em Fundos de Investimentos de liquidez muito alta (52,56%), enquanto os Fundos ilíquidos de apenas 2,03%. Fundos com alta liquidez, ou seja, em até 4 (quatro) dias para resgate, são 41,49% da carteira do FSG. Isso permite ao FSG maior agilidade na realocação dos recursos. Quanto ao risco da carteira, ao final do mês, há:

Gráfico 37. Nível de Risco da Carteira do FSG em dezembro/2023 (Renda Fixa e Renda Variável)

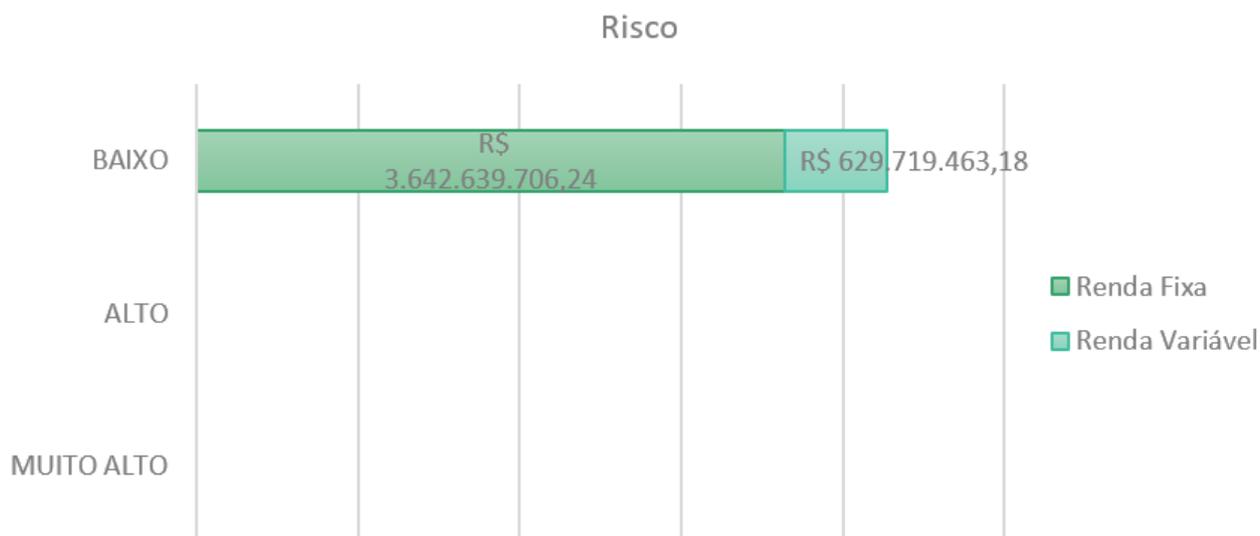


Gráfico: Nível de Risco da Carteira do FSG em dezembro/2023 (Renda Fixa e Renda Variável)

Em síntese, o VaR (Value-at-Risk) mede a perda máxima esperada de um ativo, com 95% de confiança, considerando a volatilidade histórica do ativo em um período. Aqui, houve a divisão entre Renda Fixa (tem o VaR menor) e Renda Variável, excluindo os Fundos Estruturados. Durante os últimos meses, houve uma retirada do fundo com maior volatilidade, visando mitigar o risco.

Tabela 37. Nível de Risco da Carteira do FSG (Renda Fixa e Renda Variável)

	Renda Fixa	Renda Variável	Out/2023
MUITO ALTO	R\$ -	R\$ -	0,00%
ALTO	R\$ -	R\$ -	0,00%
BAIXO	R\$ 3.642.639.706,24	R\$ 629.822.214,23	100,00%
	R\$ 3.642.639.706,24	R\$ 629.822.214,23	R\$ 4.272.461.920,47

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iperv-DF.

Com relação aos níveis de risco do FSG, verificamos em sua grande maioria a posição em fundos de baixo risco (VaR < 2%), que representa 100% da carteira. Em renda fixa não temos posições em níveis de alto risco (VaR entre 2% e 3,9%), nem de risco muito alto (VaR > 4%). Já em renda variável a carteira do FSG, com a realocação ocorrida em setembro, não há nenhum fundo de investimento em risco alto e/ou muito alto. O FSG tem posições de baixo risco e dentro dos parâmetros regulares.

A distribuição da carteira é feita em diversos gestores, administradores e custodiantes:

Tabela 38. Distribuição da carteira por Gestor / Administrador / Distribuidor / Custodiante

Gestor	Administrador	Distribuidor	Custodiante
ARX Investimentos (0,00)	Banco Bradesco 191.597.537,60	BRB DTVM 19.820.127,42	Banco Bradesco 466.346.283,49
BB Asset Management 1.007.333.083,42	Banco Santander 5.072.815,67	Caixa Econômica Federal 11.356.000,00	Banco BTG Pactual -
Bradesco Asset Management 191.597.537,60	BB Asset Management 1.007.333.083,42	Grid Investimentos 230.843.046,87	Banco do Brasil 2.347.575.448,37
BRB DTVM 19.820.127,42	BEM DTVM 231.489.064,21	Banco Safra 57.561.732,82	BNP Paribas 97.359.059,05
CAIXA Asset 1.061.029.239,08	BNP Paribas 97.359.059,05	BRB DTVM 23.926.611,88	BRB DTVM 23.926.611,88
Cedro Capital 4.758.027,85	BRB DTVM 23.926.611,88	Caixa Econômica Federal 1.061.029.239,08	BV Asset -
Constância Investimentos 99.577.880,07	Caixa Econômica Federal 1.061.029.239,08	Intrag DTVM 18.311.272,87	Caixa Econômica Federal 1.054.748.933,51
Genial Investimentos 14.655.898,69	Intrag DTVM 18.311.272,87	Itaú Unibanco 195.279.457,25	Itaú Unibanco 213.590.730,12
Graphen Investimentos 1.187.652,33	Itaú Unibanco 195.279.457,25	Lions Trust 43.259.681,68	Oliveira Trust 6.280.305,57
Icatu Vanguarda 105.939.491,33	Lions Trust 43.259.681,68	Rio Bravo Investimentos 11.356.000,00	RJI Corretora de Valores 1.187.652,33
Itaú Asset Management 195.279.457,25	Rio Bravo Investimentos 11.356.000,00	RJI Corretora de Valores 1.187.652,33	Santander Caceis 5.072.815,67
Occam Brasil 14.776.261,24	RJI Corretora de Valores 1.187.652,33	Safra Asset Management 57.561.732,82	Trustee DTVM 4.758.027,85
Rio Bravo Investimentos 11.356.000,00	Safra Asset Management 57.561.732,82	Trustee DTVM 4.758.027,85	Genial Investimentos -
Safra Asset Management 57.561.732,82	Trustee DTVM 4.758.027,85	s/ Administrador 1.328.886.364,95	Renascença -
Santander Brasil Asset Management 5.072.815,67	s/ Administrador 1.328.886.364,95		
SPX Capital 61.570.954,55			
SulAmérica Investimentos 646.017,34			
Western Asset 97.359.059,05			
S/ Gestor 1.328.886.364,95			
TOTAL 4.278.407.600,65	4.278.407.600,65	262.019.174,29	4.278.407.600,65

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF.

Como podemos ver na tabela abaixo, demonstra a distribuição pelos vários fundos de investimentos, com a rentabilidade acumulada no semestre, a rentabilidade de dezembro e a posição da carteira no final:

Tabela 39. Detalhamento do acumulado no mês de dezembro/2023 dos fundos de investimento e Títulos Públicos

Nome	Rentabilidade Acumulada (Ano)	Rentabilidade Semestral	Posição
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	19.270.840,96	8.633.336,03	2.791.135,84
BB IPCA III FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CRÉDITO PRIVADO	1.149.997,73	-	-
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	22.251.229,64	11.092.624,97	1.814.178,99
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA I FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	5.090.935,93	2.551.591,86	390.632,51
BB TÍTULOS PÚBLICOS VII FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	866.942,11	21.104,78	-
BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	6.643.504,86	4.313.454,85	2.093.513,68
BRB 2023 FI RENDA FIXA	1.392.614,43	-	-
BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	760.740,77	320.528,68	59.994,67

CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	19.326.790,35	9.971.226,56	1.369.577,40
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	7.155.682,17	2.963.248,56	948.180,63
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	8.724.974,42	4.804.175,62	1.743.349,54
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	23.931.120,77	14.480.592,58	2.599.712,19
CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	4.097.927,34	4.097.927,34	1.338.225,07
CAIXA INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA FIP MULTIESTRATÉGIA	-	-	-
CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES	6.700.889,39	3.844.826,61	1.949.800,76
CAIXA EXPERT VINCI VALOR RPPS FIC AÇÕES	-	-	-
FUNDO BRASIL DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS II FIP MULTIESTRATÉGIA	2.005.785,44	(4.142.398,86)	1.281.742,44
ITAÚ INSTITUCIONAL PHOENIX FIC AÇÕES	694.039,00	374.772,66	-
SPX APACHE FIC AÇÕES	4.287.415,34	1.602.139,68	903.642,36
WESTERN ASSET IMA-B 5 ATIVO FI RENDA FIXA	5.892.112,88	2.048.620,55	766.793,04
SAFRA EXECUTIVE 2 FI RENDA FIXA	4.412.498,78	2.179.650,79	335.254,23
SAFRA EQUITY PORTFÓLIO PB FIC AÇÕES	3.167.833,37	1.921.921,04	1.122.780,75
BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	997.473,63	586.560,71	152.933,20
BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	-	-	-
BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	-	-	-
IMOBILIÁRIO PARANÁ REC FIP MULTIESTRATÉGIA	(78.642,56)	(40.427,64)	(4.499,09)
VENTURE BRASIL CENTRAL FIP CAPITAL SEMENTE	(1.410.945,43)	33.118,58	22.454,81
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	468.791,73	195.474,31	59.290,67

WESTERN ASSET FI AÇÕES BDR NÍVEL I	12.073.712,97	4.668.537,00	1.327.622,06
SULAMÉRICA EVOLUTION FI MULTIMERCADO	-	-	-
SULAMÉRICA EQUITIES FI AÇÕES	147.950,33	110.669,01	32.635,67
ITAÚ HIGH GRADE FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	5.255.649,59	3.285.900,64	490.231,79
SANTANDER IBOVESPA ATIVO INSTITUCIONAL FI AÇÕES	1.491,13	956,98	434,61
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	26.049.978,32	13.864.577,11	2.068.253,07
BRADESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	1.129.219,00	587.236,44	87.373,36
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	2.480,00	2.480,00	-
SANTANDER IRF-M 1 PREMIUM	89.347,40	89.347,40	44.366,30
ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	6.184.903,89	3.233.574,68	485.670,02
CAIXA ALOCAÇÃO MACRO FIC MULTIMERCADO LP	4.233.968,39	2.166.811,35	629.553,47
SIA CORPORATE FII - SAIC11B	(1.271,70)	98.259,25	351.107,45
CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII - CXRI11	238.607,47	(334.529,52)	-
RIO BRAVO RENDA VAREJO FII - RBVA11	2.134.000,00	697.000,00	617.000,00
BRADESCO MID SMALL CAPS FI AÇÕES	(1.375.711,44)	-	-
BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	8.575.310,98	3.252.838,05	990.425,24
OCCAM FIC AÇÕES	1.891.354,40	(1.644.362,05)	688.924,18
GERAÇÃO FI AÇÕES	1.562.080,33	459.588,54	532.248,44
BRASIL PLURAL ESTRATÉGIA FIC AÇÕES	-	-	-
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B 5 FIC RENDA FIXA	10.150.462,46	4.476.455,99	1.446.316,20
CONSTÂNCIA FUNDAMENTO FI AÇÕES	16.310.505,75	6.453.386,45	6.074.108,16
BB QUANTITATIVO FIC AÇÕES	3.357.545,50	2.441.355,00	1.046.140,01
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	22.690.325,69	10.255.414,87	3.177.249,55
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FI AÇÕES	14.269.384,90	11.171.635,29	5.805.334,85
GENIAL MS GLOBAL BRANDS INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC AÇÕES	91.405,70	(279.628,69)	-
GENIAL MS US GROWTH INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC AÇÕES	9.240.109,00	(5.080.142,48)	-
ARX INCOME INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	(6.227.661,65)	-	-
BRADESCO IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	1.748.780,49	864.777,07	134.925,01

BRADESCO IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	1.748.780,49	864.777,07	134.925,01
BB GLOBAL SELECT EQUITY INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI MULTIMERCADO	6.424.056,81	6.416.847,60	2.829.403,60
BB NORDEA INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI MULTIMERCADO	170.353,81	265.281,20	180.087,17
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	1.220.642,71	1.220.642,71	402.996,47
ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA	285.735,95	285.735,95	138.722,96
ITAÚ PRIVATE S&P500® BRL FIC MULTIMERCADO	6.019.517,64	6.019.517,64	2.578.716,21
Título Público - A MERCADO	180.972.127,88	16.311.189,99	56.083.746,56
Título Público - NA CURVA	2.904.214,64	-	-

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF.

O referencial de rentabilidade do FSG para 2023 é de IPCA + 1,05% a.a., conforme estabelecido na Política de Investimentos (PI) de 2023. Em dezembro, a rentabilidade do FSG foi de 2,65%, ante meta de 0,64%.

Tabela 40. Meta x Rentabilidade – FSG

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado
IPCA	0,53%	0,84%	0,71%	0,61%	0,23%	-0,08%	0,12%	0,23%	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	1,37%
Meta FSG (IPCA +1,05%)	0,62%	0,93%	0,80%	0,70%	0,32%	0,01%	0,21%	0,32%	0,34%	0,33%	0,36%	0,64%	5,70%
Rentabilidade %	0,79%	-1,14%	1,51%	1,72%	2,99%	2,70%	1,49%	-1,56%	-0,92%	-0,59%	2,91%	2,65%	13,14%
FSG													
Rentabilidade Nominal	28.951.961,14	(41.340.637,34)	54.846.248,00	63.379.485,69	112.015.246,02	104.553.404,13	59.195.790,01	(62.362.219,97)	(36.362.971,50)	(22.258.599,46)	115.021.138,5	109.982.286,10	485.621.131,38

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF.

No acumulado do ano, há a rentabilidade positiva de R\$ 485,6 milhões (13,14%, ante meta de 5,70%).

7.3. FUNDOS ESTRUTURADOS E IMOBILIÁRIOS

Os fundos estruturados estão marcados como FIP (Fundo de Investimentos em Participação) e FII (Fundo de Investimentos Imobiliários) nos gráficos. Têm tópico dividido dada a especificidade do assunto.

- Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas II FIP Multiestratégia

O Fundo de investimentos realiza investimentos em parceria com o Carlyle South America Buyout Fund, L.P., em títulos e valores mobiliários de emissão da companhia alvo. Em dezembro, houve deliberação para troca da “equipe chave”, com realização adicional no Fundo na Mundi Holdings II. Todas as deliberações passaram pelo crivo do Ciar. Houve o investimento de R\$ 28,4 milhões, até o momento está atualizado em R\$ 43,2 milhões, com rentabilidade de 4,8535%.

- Imobiliário Paraná REC FIP Multiestratégia

O Fundo busca a valorização do capital investido em valores mobiliários de emissão das companhias alvo. Houve o investimento em Sociedade de Propósito Específico (SPE) do recurso do Fundo. Após a demora na entrega dos bens, e troca dos gestores, havia a tentativa de recuperação do recurso do investimento.

Em 2022, ocorreu a reunião com o Sr. Rogério Maciel (da gestora Graphen Investimentos, responsável pela FIP Paraná). O sr. Rogério trouxe algumas informações, já constantes do processo de acompanhamento do Fundo, Processo SEI-GDF nº 00413-00004650/2020-89, especialmente: a estratégia da gestora em buscar os imóveis das investidas através do incidente de desconsideração da personalidade jurídica (IDPJ) tornou-se frustrada no 1º grau. O escritório jurídico ingressará, no tempo pertinente, com o recurso para a 2ª instância para a satisfação do crédito em favor do Fundo de Investimento. Em abril, o gestor do FIP Paraná I, Graphen Investimentos, encaminhou o relatório do mês, disponível no Processo SEI-GDF nº 00413-00004650/2020-89, com os seguintes esclarecimentos:

O Patrimônio do Fundo ao final do mês de abril era de R\$ 6.233.661,98, com uma variação de -3,4584% nos últimos 06 meses e cota a R\$ 22.525,32517046.

Mensalmente, o fundo provisiona na carteira os custos no valor de R\$ 33.750,00 de taxa de Gestão e Administração, além dos custos variáveis de manutenção dos imóveis e honorários dos advogados, que variam a depender da demanda.

Atualmente a estratégia de Gestão se dá por i) buscar alcançar os imóveis das investidas através do IDPJ e, posteriormente, ii) prospectar possíveis interessados na compra/parceria dos imóveis para dar liquidez ao Fundo e ao Cotista.

(...)

Mesmo com esses resultados, o gestor vem buscando uma terceira via que pode ser uma possibilidade de liquidez. Durante a pandemia, um novo segmento ganhou força em busca de novos investimentos “prioritariamente” com default, que são os DISTRESSED FUNDS. Esses, tem foco em ativos e fundos subvalorizados, que precisam de uma recuperação de investimentos do qual demandam muito tempo e recurso financeiro. Basicamente esses fundos compram esses ativos estressados e criam estratégias de longuíssimo prazo para retomar sua rentabilidade. O Gestor já conversou com alguns, que estão em fase de análise dos ativos e do próprio FIP PARANÁ, onde uns já se mostraram mais animados/interessados, podendo se tornar uma proposta. Estamos com contrato de confidencialidade, e até por estratégia, somente divulgaremos quais são os interessados quando uma proposta for formalizada, então poderemos marcar uma reunião com todos os cotistas do FIP PARANÁ para informar detalhes e definir próximos passos.

Em dezembro, o Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF decidiu, por meio da Decisão nº. 4842/2022 – TCDF, adiar a decisão sobre o FIP Paraná I à vista dos argumentos apresentados.

Em abril, o Iprev-DF recebeu um parecer do escritório contratado pelo FIP com a informação de irrecuperabilidade dos ativos. Em síntese, ainda que o Fundo atingisse os bens imóveis em nome das SPEs investidas, haveria dívidas e diversos credores com potencial provável de R\$ 3,1 mi (R\$2,8 mi na esfera trabalhista, R\$ 48 mil na esfera cível, R\$ 177,7 mil na esfera tributária); possíveis R\$ 13,2 mi (R\$ 7,5 mi em trabalhista, R\$ 5,7 mi na esfera cível); e R\$ 816 mil de ações remotas que podem atingir os bens das SPEs investidas. Na conclusão do Parecer, o escritório informou:

Conforme se identificou acima, a recuperação do crédito devido pelo FUNDO face às Executadas é de improvável êxito, uma vez que as suas possibilidades demandam discussão judicial, ou, assunção de riscos consideráveis pelo FUNDO, e por consequência, os seus investidores.

Em consideração à liquidação das quotas pelo FUNDO, é importante salientar que esse procedimento, além de depender da sua operacionalização perante as entidades de registro, como à Junta Comercial, também exigiria que o FUNDO, e seus investidores, assumissem o risco pelas condições financeiras periclitantes das SPEs Investidas.

Tal risco financeiro não está somente vinculado à existência de diversos credores já identificados, mas também, do redirecionamento de obrigações, hoje impostas às SPEs e que poderiam ter reflexo no FUNDO. Da mesma maneira a liquidação das cotas consistiria na assunção das responsabilidades perante os ativos das sociedades, qual sejam, os imóveis e suas condições de venda e avaliação descritas acima e que não se mostram favoráveis para um sucesso na recuperação do investimento.

(...)

A principal alternativa seria da busca pela cessão integral dos créditos por parte do FUNDO para outro credor interessado na adoção das alternativas jurídicas sugeridas ou outras saídas extrajudiciais, possíveis e, que, mantenham indene o FUNDO e seus cotistas institucionais de responsabilidades futuras. Ainda que houvesse considerável deságio no recebimento destes créditos, seria uma alternativa viável para recuperação, ainda que não do valor investido, mas de parte do prejuízo. Necessário pontuar que o problema com esses créditos remonta o ano de 2017, e inúmeras alternativas foram tentadas pelo FUNDO, sejam estas de forma extrajudicial ou judicialmente, com robustos custos suportados pelos cotistas, algo que certamente não é o objetivo final do investimento.

Conforme exposto na última reunião do Ciar, e deliberação, aceitou-se a proposta de aquisição de debentures emitidas, com pagamento à vista de R\$5 milhões a ser revertido a todos os investidores do FIP, ainda não finalizada. Nos termos do relatório do gestor:

“A diligência segue, a minuta está no processo final para conclusão, com os termos legais já presentes e apenas realizando input das informações referente aos processos com chance remota/possível/provável de prejudicar a transferência dos imóveis. Sabemos que o processo tem demorado mais que o usual porem, e após o leilão de TECH CAMPO LIMPO, houve a necessidade de uma diligência “sem pontas soltas” é de grande interesse do comprador e também do vendedor.”

O Patrimônio do Fundo ao final do mês de dezembro tinha o PL médio de R\$ 5.838.903,58 (cinco milhões, oitocentos e trinta e oito mil novecentos e três reais e cinquenta e oito centavos), com uma variação - 3,4701% nos últimos 6 (seis) meses e cota a R\$ 20.355,088907090. Mensalmente, o fundo provisiona na carteira os custos no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) de taxa de Gestão e Administração, além dos custos variáveis de manutenção dos imóveis e honorários dos advogados, que variam a depender da demanda.

- SIA Corporate FII

O fundo visa aquisição e exploração, mediante arrendamento ou locação das unidades autônomas integrantes do bloco 2 de edifício comercial em fase de construção no Distrito Federal, incorporado pela SIA Offices Empreendimentos Imobiliários S.A.

O gestor está finalizando o aluguel de salas para agências bancárias. Atualmente está em obra, após processo de licitação conduzido pelo banco. Há a previsão de finalização até janeiro/2024. Houve ainda procedimento para a troca de gestor, porém não logrou êxito e permanece como gestor a BRB DTVM.

A Diretoria de Investimentos entrou em contato com o gestor no mês de dezembro solicitando maiores diligências ao gestor.

- Venture Brasil Central FIP Capital Semente

O Fundo de investimento investe em títulos e valores mobiliários, participando do processo decisório de empresas que atuam nos setores de tecnologias da informação e comunicação, agronegócio, alimentos, novos materiais/nanotecnologias e saúde.

Para Maio, houve deliberação para Follow on na empresa Polichat Soluções, em aporte de mais R\$ 1 milhão de reais. Para o mês corrente, houve a amortização em relação à venda da empresa OnFly, que resultou, para o Iprev-DF, um retorno de R\$ 1,515 milhão.

No relatório semestral do fundo, o gestor informou ter investimento em 20 empresas e 6 vendas realizadas. Totalizando, até o momento, taxa de retorno de 108,8% do capital investido com apenas 6 empresas vendidas. Sendo assim, aplicaram-se R\$ 4,1 milhões e obtiveram-se R\$ 4,7 milhões, sendo que há 20 empresas para desinvestimento. Na síntese de amortização e capital investido, há:

Tabela 41. CAPITAL AMORTIZADO E INVESTIDO

Capital Comprometido (a)	R\$ 62.000.000,00
Capital Integralizado Total (b)	R\$ 52.246.629,77 (82,4%)
Dry Powder (capital não chamado) (c)	R\$ 9.753.370,23
Capital Total Amortizado (d)	R\$ 52.859.478,22
% Retornado (d/b)	(108,8%)

Fonte: DIRIN

Os fundos FII e FIP representam em torno de 2% do FSG, e estão dentro dos limites estabelecidos na Política de Investimentos de 2023.

7.3.1 FUNDO FINANCEIRO

As tabelas abaixo resumem as movimentações em fundos de investimento do Fundo Financeiro, o qual, cabe lembrar, é de repartição simples e não possui referencial de rentabilidade para 2023, possuindo seus recursos alocados em fundos de investimento de baixo risco e elevada liquidez:

Tabela 42. Detalhamento do acumulado no mês de janeiro dos fundos de investimento do Fundo Financeiro

Nome	Rent. Acumulada (ano)	Rent. Semestral	Rendimento em Dezembro	Posição
BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	23.231.041,56	12.496.506,70	2.125.007,40	28.585.475,35
BRADESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	432.760,52	384.500,81	57.223,12	6.159.610,40
ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	16.864.241,68	15.742.121,96	3.727.446,93	650.279.728,53
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	30.651,66	12.130,27	1.803,97	201.761,41

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iperv-DF.

Considerando as aplicações realizadas, houve rentabilidade de R\$ 5.911.481,42 (cinco milhões, novecentos e onze mil quatrocentos e oitenta e um reais e quarenta e dois centavos) no mês de dezembro, com R\$ 40.558.695,42 (quarenta milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil seiscentos e noventa e cinco reais e quarenta e dois centavos) no acumulado do ano. Todo o recurso rentabilizado, no fundo financeiro, está à disposição para pagamento de benefícios previdenciários

7.3.2. FUNDO CAPITALIZADO

A carteira de investimentos do Fundo Capitalizado encerrou dezembro com rentabilidade positiva de R\$ 66,4 milhões no acumulado. Somente em dezembro foi de R\$ 11,6 milhões. Seu referencial de rentabilidade para 2023 é de IPCA + 2,92% a.a.

Tabela 43. Distribuição da carteira do Fundo Capitalizado

Benchmark	Valor	%	Rendimentos no Mês	Rendimentos 2º Semestre	Rendimentos Acumulado
Alocação Dinâmica	R\$ 13.711.277,14	1,65%	R\$ 215.730,36	R\$ 658.225,09	R\$ 1.868.054,56
BDR	R\$ 8.851.362,86	1,07%	R\$ 223.932,82	R\$ 740.314,41	R\$ 1.781.565,56
CDI	R\$ 31.221.223,73	3,76%	R\$ 265.676,71	R\$ 3.411.215,36	R\$ 14.600.865,15
Crédito Privado	R\$ 23.670.896,07	2,85%	R\$ 229.833,89	R\$ 1.540.518,83	R\$ 2.887.652,81
FIE	R\$ 8.220.710,44	0,99%	R\$ 273.658,54	R\$ 693.680,98	R\$ 701.198,62
FII	R\$ -	0,00%	R\$ -	R\$ -	R\$ -
FIP	R\$ -	0,00%	R\$ -	R\$ -	R\$ -
IBOVESPA	R\$ 38.935.436,71	4,69%	R\$ 2.560.462,01	R\$ 3.309.602,59	R\$ 4.761.283,67
IBX	R\$ 1.978.328,85	0,24%	R\$ 109.235,89	R\$ 208.705,09	R\$ 300.472,78
IDIV	R\$ 6.924.509,05	0,83%	R\$ 386.462,64	R\$ 763.770,37	R\$ 916.327,88
IDKA-IPCA 2A	R\$ 50.099.580,24	6,03%	R\$ 694.927,46	R\$ 2.351.901,21	R\$ 5.091.484,60
IMAB	R\$ -	0,00%	R\$ -	R\$ -	R\$ -
IMA-B 5	R\$ 131.678.152,45	15,85%	R\$ 1.893.022,80	R\$ 5.447.199,34	R\$ 9.760.142,00
Inflação	R\$ -	0,00%	R\$ -	R\$ -	R\$ -
IRFM	R\$ 36.217.491,44	4,36%	R\$ 521.377,38	R\$ 1.467.491,44	R\$ 1.467.491,44
IRF-M1	R\$ 124.082.193,27	14,93%	R\$ 1.098.488,51	R\$ 7.390.003,64	R\$ 14.285.718,82
Multimercados	R\$ 6.269.465,34	0,75%	R\$ 308.271,86	R\$ 612.547,77	R\$ 1.280.916,01
SMALL	R\$ -	0,00%	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Título Público	R\$ 349.114.653,16	42,01%	R\$ 2.835.374,58	R\$ 5.200.708,35	R\$ 6.693.340,69
	R\$ 830.975.280,75		R\$ 11.616.455,45	R\$ 33.795.884,47	R\$ 66.396.514,59

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF.

De forma diferenciada à proposta do FSG, o Fundo Capitalizado busca retornos mais elevados. Visto que há a receita ao longo do mês, foi possível alocá-lo em segmentos de renda fixa nos meses de volatilidade. Buscou-se, assim, a compra de Títulos Públicos Federais de forma mais acelerada no primeiro semestre do ano, para proteger a carteira quando da diminuição da taxa básica de juros que impactará nos fundos de investimentos em CDI. O estudo da Assets and Liabilities (Management ALM) visa casar os ativos e os passivos do fundo; e haverá a necessidade dos recursos perto de 2037; e houve uma janela de oportunidade no fundo para a aquisição dos TPFs.

Quanto ao vencimento dos Títulos Públicos Federais, o Fundo Capitalizado detém:

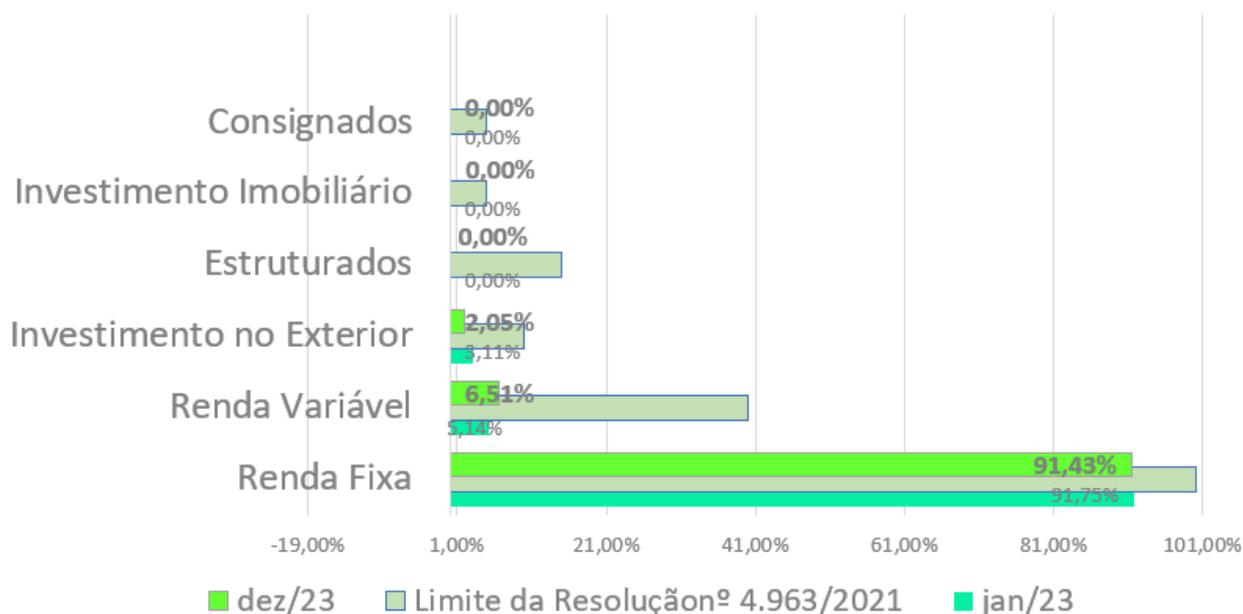
Tabela 44. Vencimento dos Títulos Públicos Federais: Vencimento dos Títulos Públicos Federais

Vencimento	Quantidade
15/08/2024	20.100
15/05/2032	1.470
15/05/2033	7.000
15/05/2035	41.865
15/08/2040	1.449
15/05/2045	8.382

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF.

Por segmento, o Fundo Capitalizado manteve a posição em renda fixa, com pouca variação, apesar da compra de mais Títulos Públicos Federais:

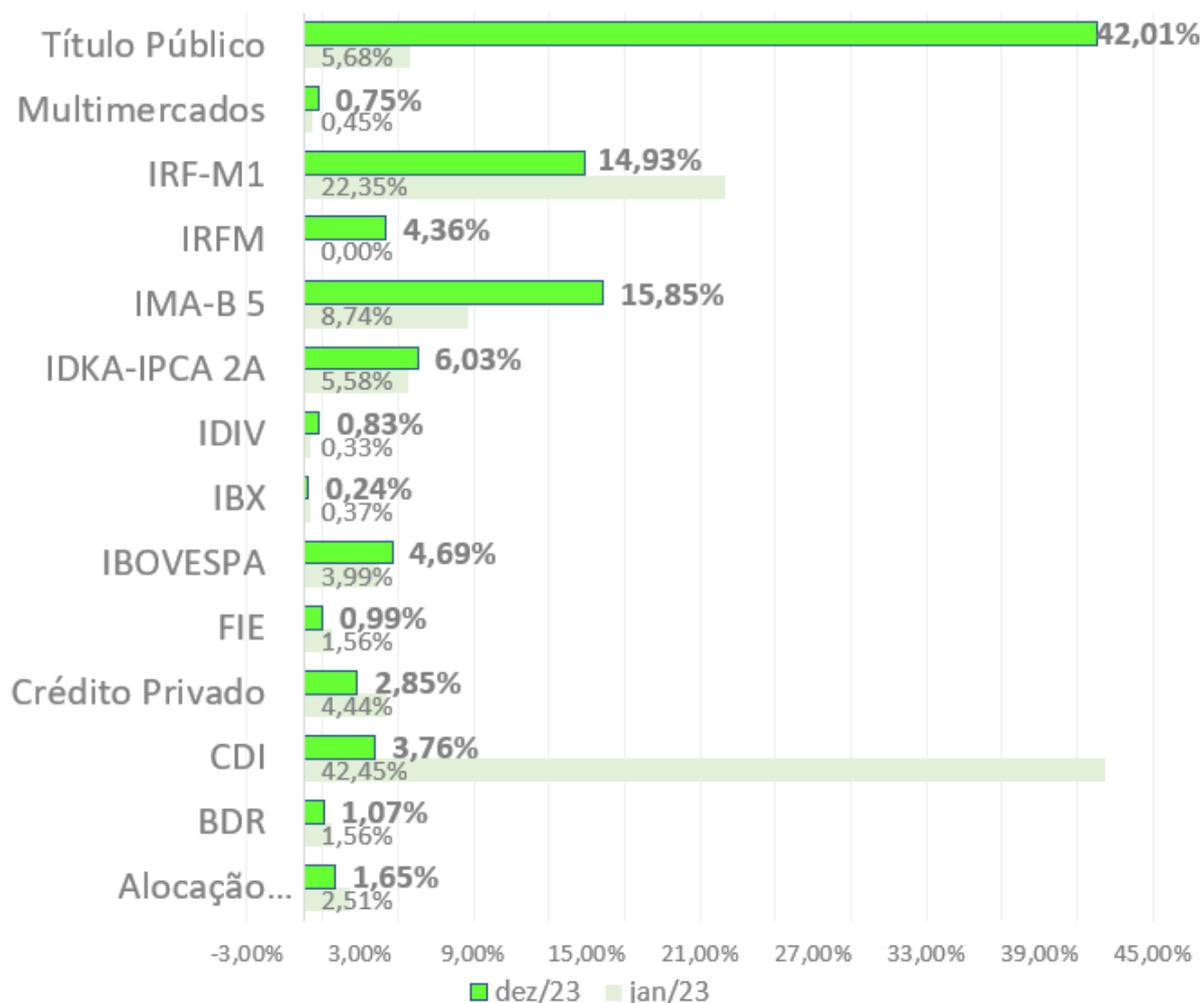
Gráfico 38. Distribuição da carteira do Fundo Capitalizado com variação entre janeiro e dezembro



Fonte e Elaboração: DIRIN/IpREV-DF.

Dado o cenário, e a meta mais agressiva para o Fundo Capitalizado, o entendimento do CIAR foi em manter na renda fixa, buscando o prêmio na curva de juros durante todo o exercício. Para o Fundo Capitalizado, houve a aquisição de títulos públicos de forma mais agressiva, tendo em vista que há a possibilidade de marcar os títulos públicos na curva de juros. Firmando a taxa na hora da compra do TPF. Buscou-se a compra acima da meta estabelecida da política de investimentos e da meta atuarial.

Gráfico 39. Distribuição da carteira do Fundo Capitalizado com variação entre janeiro e dezembro

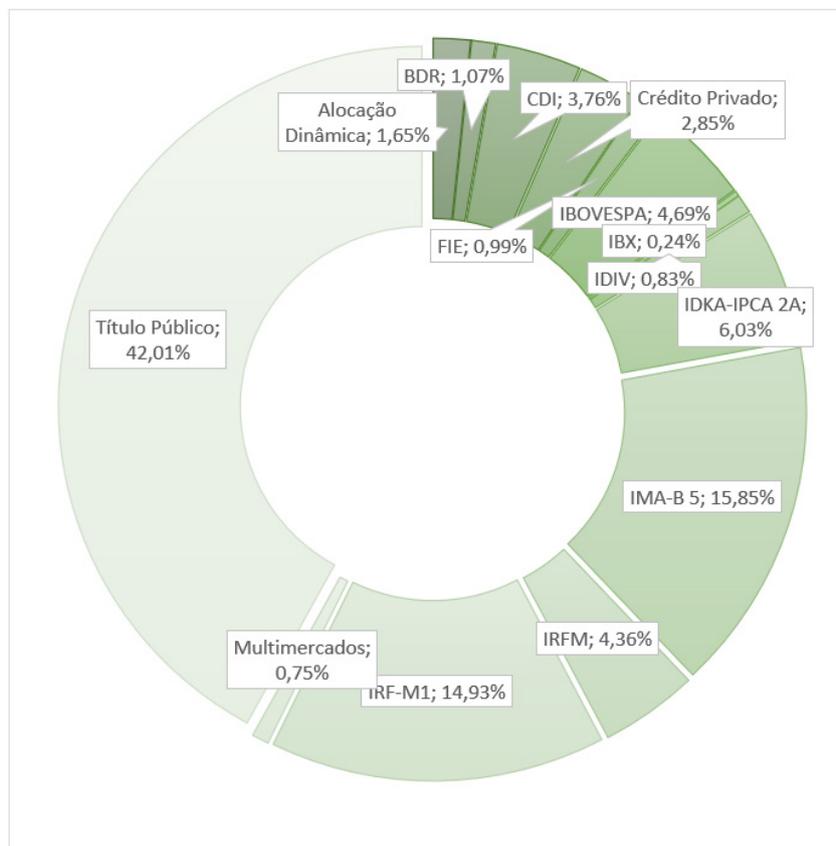


Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF

Apesar das variações entre os índices, o Fundo Capitalizado tem dinâmica diferente, pois há a arrecadação mensal. Logo, a estratégia do fundo segue avaliação pela equipe da Diretoria de Investimento de forma diversa, ainda que o cenário seja o mesmo.

Conforme salientado no item, com o cenário americano de alta de juros e fuga de capital da renda variável, as taxas de juros brasileiros tendem a subir. E o Fundo Capitalizado se aproveita destes momentos de alta de juros para marcá-los na curva. No Fundo Capitalizado, de acordo com os gráficos e as tabelas, há concentração na Renda Fixa, pois houve maior retorno com o cenário adverso.

Gráfico 40. Composição da Carteira do FC de Dezembro/2023



Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF.

Haja vista se tratar de Fundo Capitalizado com passivo de longo prazo, posicionam-se as alocações visando ao maior ganho e, conseqüentemente, é possível maior risco. Porém, conforme salientado alhures, buscou-se por manter em fundos livres de risco durante o ano, posto o quadro de alta volatilidade.

Observa-se que a diversificação dos investimentos, principalmente visando ao longo prazo, possibilita a rentabilidade da carteira. Abaixo, apresenta-se a tabela de execução dos mandatos durante todo o exercício de 2023. Com o mandato, abre-se a janela para alocar os recursos, e, no decorrer do mês, acompanhamento para executar ou deixar de executar o mandato, pois a análise pormenorizada do cenário permite a melhor alocação.

Tabela 45. Execução dos mandatos do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos para o ano de 2023

	Determinação	Executado	Percentual
Janeiro	Realocação de IMA-B5/IDKA 2Anos para Crédito Privado/Alocação Dinâmica de até 50 milhões (11,01%);		0,00%
	Realocação de Fundos RF de até R\$ 10 milhões para Títulos Públicos Federais (2,20%);		0,00%
	Realocação de IRFM1/DI/alloc. dinâmica de até R\$ 12 milhões para Fundo de ações classificação Anbima Índice Ativo, Ibov, Investimento no Exterior, Multimercado SP500/Juros e Moeda, credenciados IPREV DF (2,64%)		0,00%
Fevereiro	Realocação de IRFM1/DI/Crédito Privado/Alocação Dinâmica para IMA-B5/IDKA 2Anos de até 50 milhões (11,01%);	19.700.000,00	39,40%
	Realocação de Fundos RF de até R\$ 10 milhões para Títulos Públicos Federais (2,20%);		0,00%
	Realocação de IRFM1/DI/alloc. dinâmica de até R\$ 12 milhões para Fundo de ações classificação Anbima Índice Ativo, Ibov, Investimento no Exterior, Multimercado SP500/Juros e Moeda, credenciados IPREV DF (2,64%)		0,00%
Março	Desconcentração de CDI para Multimercados - Realocação de R\$5 milhões	-	0,00%
	Desconcentração de CDI (42%) para IDKA-IPCA 2A / IMAB5 (14%) - Realocação de R\$50 milhões	50.000.000,00	100,00%
	Compra de Títulos Públicos marcados na curva com vencimento até 2035 - Realocação de R\$10 milhões	-	0,00%
Abril	Desconcentração de CDI para Multimercados - Realocação de R\$5 milhões		0,00%
	Desconcentração de CDI (42%) para IDKA-IPCA 2A / IMAB5 (14%) - Realocação de R\$100 milhões	41.700.000,00	41,70%
	Compra de Títulos Públicos marcados na curva com vencimento até 2035 Realocação de R\$72 milhões	-	0,00%
Maio	Desconcentração de CDI para Multimercados - Realocação de R\$5 milhões (0,9%/FC);	3.000.000,00	60,00%
	Desconcentração de CDI (34,31%) para IDKA-IPCA 2A / IMAB5 (26%) - Realocação de R\$40 milhões (7%/FC);	-	0,00%
	Compra de Títulos Públicos marcados na curva com vencimento até 2035 Realocação de R\$72 milhões (13,6%/FC);	68.112.599,30	94,60%
Junho	Desconcentração de CDI para Multimercados - Realocação de R\$5 milhões (0,9%/FC);		0,00%
	Desconcentração de CDI (34,31%) para IDKA-IPCA 2A / IMAB5 (26%) Realocação de R\$20 milhões (3,78%/FC);	-	0,00%
	CDI/Alocação Dinâmica para Compra de Títulos Públicos na curva com vencimento até 2035 - Realocação de R\$100 milhões (18,93%/FC);	70.901.873,22	70,90%
Julho	Desconcentração de CDI (25,54%) para Compra de Títulos Públicos na curva com vencimento até 2035 - Realocação de R\$25 milhões (4,7%/FC);	24.664.174,03	98,66%
	Desconcentração de CDI (25,54%) para IRF-M (0%) - Realocação de R\$60 milhões (11%/FC);	3.750.000,00	6,25%
	CDI/Alocação Dinâmica (27,72%) para IBOV/IDIV/SMALL - Realocação de R\$4,5 milhões (0,8%/FC);	4.500.000,00	100,00%
Agosto	Desconcentração de CDI para Compra de TPF com vencimento até 2035 - Realocação de R\$50 milhões	49.047.920,08	98,10%
	Desconcentração de CDI/Crédito Privado para IRF-M - Realocação de R\$10 milhões	10.000.000,00	100,00%
	CDI/Crédito Privado para IBOV/IDIV/SMALL - Realocação de R\$20 milhões	16.000.000,00	80,00%
Setembro	Desconcentração de CDI para IDIV/SMALL/IBOV - Realocação de R\$ 10 milhões (1,52%);	-	
	Desconcentração de CDI para IDKA-IPCA 2A / IMA B-5 - Realocação de R\$ 40 milhões (6,11%);	18.100.000,00	45,45%
	Desconcentração de CDI para IRF-M1/IRF-M - Realocação de R\$ 10 milhões (1,52%);	10.000.000,00	100,00%
Outubro	1) Desconcentração de CDI para IDKA-IPCA 2A / IMA B-5 - Realocação de R\$ 30 milhões (4,37%);		0,00%
	2) Realocação de CDI para Compra de Títulos Públicos com vencimento até 2035 - Realocação de R\$50 milhões (7,29%);	48.606.768,30	97,20%
Nov	Desconcentração de CDI para IDKA-IPCA 2A / IMA-B 5 - Realocação de R\$30 milhões (4,19%)		0%

Dezembr	Realocação de CDI para Compra de Títulos Públicos com vencimento até 2035 - Realocação de R\$50 milhões (6,99%);	29.667.243,31	59,30%
	Desconcentração de CDI para IDKA-IPCA 2A / IMA-B 5 - Realocação de R\$30 milhões (4,03%);	25.000.000,00	83,33%
	Realocação de CDI para Compra de Títulos Públicos com vencimento até 2035 Realocação de R\$50 milhões (6,72%);	25.073.958,53	50,15%

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF.

Conforme determinado no Ciar, buscou-se a compra de títulos públicos federais e fundos de investimentos referenciados em inflação:

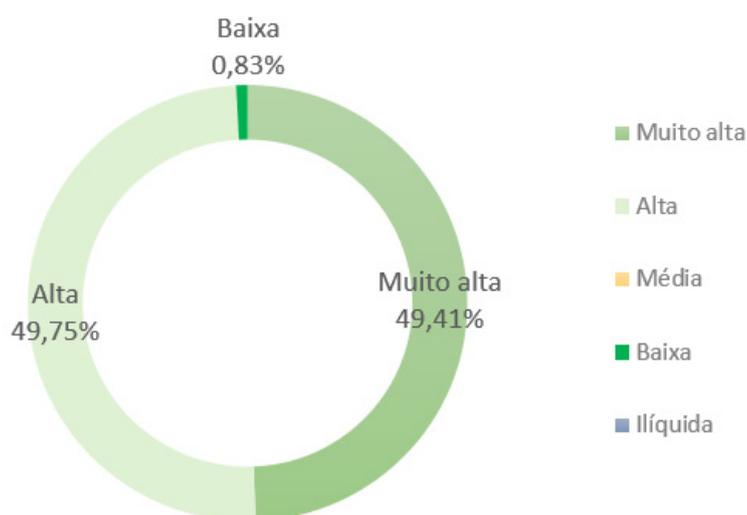
Tabela 46. Execução dos mandatos do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos para o dezembro/2023

Fundo de Investimento		CNPJ	Resgate	Aplicação
Operação 01	BRB CAPITAL FIC RF LP	10.859.917/0001-08	25.073.958,53	CDI
	Compra de 5.800 títulos		25.073.958,53	TPF
Operação 02	BRB CAPITAL FIC RF LP	10.859.917/0001-08	25.000.000,00	CDI
	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	11.060.913/0001-10	12.500.000,00	IMA-B5
	BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	03.543.447/0001-03	12.500.000,00	IMA-B5

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF.

Buscou-se a compra de títulos públicos até 2035, visando a meta atuarial e meta anual do Fundo Capitalizado.

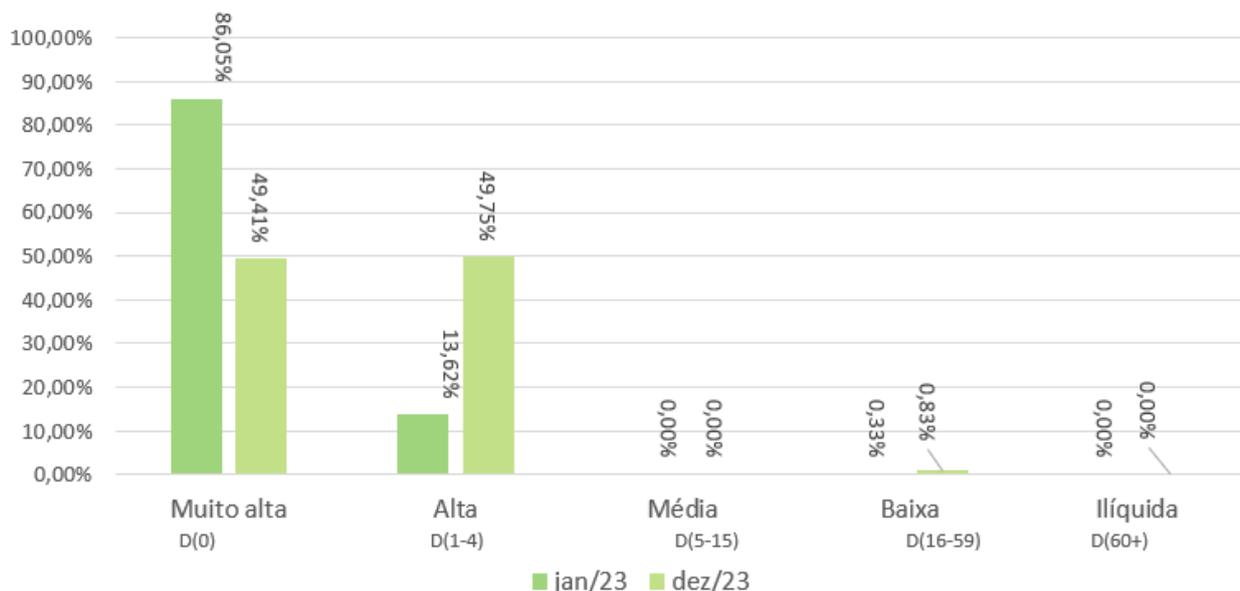
Gráfico 41. Nível de Liquidez da Carteira do FC em dezembro/2023



Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF.

A carteira do Fundo Capitalizado, em 2023, fez um movimento para fundos de investimento em alta liquidez, ou seja, havendo a necessidade de resgate, poder-se-á realiza-los em até 4 dias. Não tem, até o momento, nenhum fundo ilíquido.

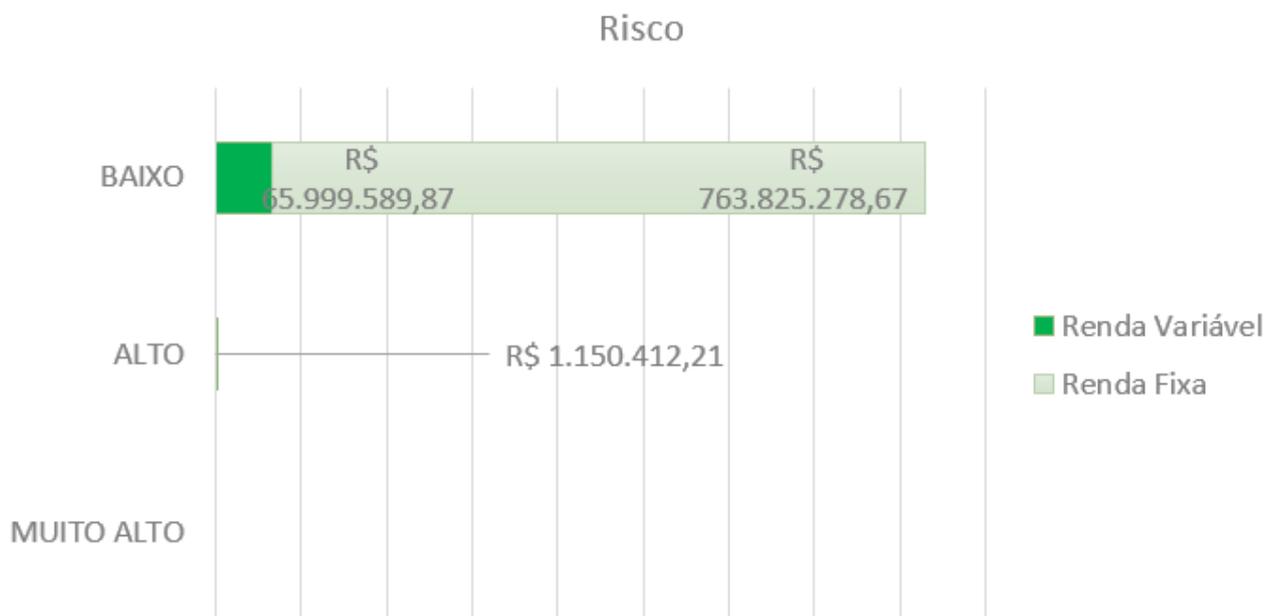
Gráfico 42. Distribuição da carteira do Fundo Capitalizado com variação entre janeiro e dezembro



Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF.

A posição da carteira do Fundo Capitalizado está toda em risco baixo, tanto para renda fixa (VaR < 2%), quanto para renda variável (VaR < 3%).

Gráfico 43. Nível de Risco da Carteira do FC em dezembro/2023 (Renda Fixa e Renda Variável)



Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF.

Por risco de volatilidade, só há um fundo de investimentos: BB Seleção Fatorial FIC Ações, porém com o risco abaixo do permitido na Política de Investimentos de 2023:

Tabela 47. Nível de Risco da Carteira do FC (Renda Fixa e Renda Variável)

	Renda Fixa	Renda Variável	Percentual
MUITO ALTO	R\$ -	R\$ -	0,00%
ALTO	R\$ -	R\$ 1.150.412,21	0,14%
BAIXO	R\$ 763.825.278,67	R\$ 65.999.589,87	99,86%
TOTAL	R\$ 763.825.278,67	R\$ 67.150.002,08	R\$ 830.975.280,75

Fonte e Elaboração: DIRIN/IpREV-DF.

O Fundo Capitalizado contém investimentos de baixo risco e dentro dos parâmetros regulares. Para dezembro, a distribuição da carteira é feita em diversos gestores, administradores e custodiantes:

Tabela 48. Distribuição da carteira por Gestor / Administrador / Distribuidor / Custodiante

Gestor	Administrador	Distribuidor	Custodiante
BB Asset Management 103879425,1	0 Banco Bradesco	34417471,25 BRB DTVM	0 Banco Bradesco 34417471,25
Bradesco Asset Management 34417471,25	0 Banco Santander	370075,18 Caixa Econômica Federal	0 Banco BTG Pactual 0
BRB DTVM 0	0 BB Asset Management 103879425,1	Grid Investimentos	0 Banco do Brasil 452994078,7
CAIXA Asset 233224328	0 BEM DTVM 0		Banco Safra 9520523,91
Genial Investimentos 7323108,64	0 BNP Paribas 13404367,05		BNP Paribas 13404367,05
Itaú Asset Management 73468449,09	0 BRB DTVM 7323108,64		BRB DTVM 7323108,64
Itaú DTVM 6252879,36	0 Caixa Econômica Federal 233224328		Caixa Econômica Federal 233224328
Safra Asset Management 9520523,91	0 Itaú Unibanco 79721328,45		Itaú Unibanco 79721328,45
Santander Brazil Asset Manager 370075,18	0 Safra Asset Management 9520523,91		Santander Caceis 370075,18
Westem Asset 13404367,05	S/ Administrador 349114653,2		Genial Investimentos 0
S/ Gestor 349114653,2	0	0	Renascerça 0
TOTAL 830975280,7	0	830975280,7	0 830975280,7

Fonte e Elaboração: DIRIN/IpREV-DF.

Seguem as informações sobre os Fundos de Investimentos, rentabilidades no mês e no acumulado:

Tabela 49. Distribuição da carteira do Fundo Capitalizado entre os Benchmarks acumulada

Nome	Rentabilidade Acumulada	Rentabilidade semestral	Rentabilidade em Dezembro	Posição
BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	953.284,42	438.521,05	57.626,87	7.323.108,64
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	1.821.070,20	187.762,88	7,37	824,41
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2.309.434,78	866.315,91	261.519,52	18.748.910,07
BB FLUXO FIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO	74.822,47	62.332,16	43.473,15	6.252.440,23
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	-	-	-	-
BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	4.209.952,41	2.185.672,56	704.725,31	49.490.665,28
BB SELEÇÃO FATORIAL FIC AÇÕES	114.574,78	133.184,81	57.070,75	1.150.412,21
BB GLOBAL SELECT EQUITY INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI MULTIMERCADO	498.086,27	463.906,77	162.213,55	4.591.532,61
BRDESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	9.361,32	3.725,78	1.048,68	68.694,89
BB NORDEA INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI MULTIMERCADO	75.507,66	110.789,45	75.209,85	2.159.296,11

BRDESCO IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	2.232.344,34	1.103.998,60	172.249,04	19.406.802,35
BRDESCO INSTITUCIONAL IMA-B 5 FIC RENDA FIXA	332.269,54	137.577,56	44.450,49	3.138.271,91
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	3.807.069,51	2.570.130,82	935.801,45	65.988.338,31
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	47.248,77	18.520,66	4.712,66	395.023,03
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	2.782.049,82	1.485.585,30	433.407,94	31.350.670,17
CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES	916.327,88	763.770,37	386.462,64	6.924.509,05
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	9.403.535,49	4.968.713,33	718.091,04	81.739.734,35
CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	1.467.491,44	1.467.491,44	521.377,38	36.217.491,44
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	2.086.191,62	90.346,05	1.120,62	122.360,07
SANTANDER IBOVESPA ATIVO INSTITUCIONAL FI AÇÕES	66.674,66	42.790,51	19.433,05	370.075,18
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	-	-	-	-
ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	8.250.035,18	1.895.431,79	53.791,67	5.718.788,28
ITAÚ DIVIDENDOS FI AÇÕES	124.014,04	76.211,68	39.641,54	610.270,64
ITAÚ FOF RPI IBOVESPA ATIVO FIC AÇÕES	1.002.111,87	621.077,63	318.341,60	6.252.879,36
ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA	2.649.838,99	1.317.291,71	208.148,43	22.935.656,57
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	1.811.444,47	635.978,65	209.969,02	13.247.559,22
SAFRA EQUITY PORTFÓLIO PB FIC AÇÕES	853.888,35	518.053,12	302.645,15	5.050.279,30
WESTERN ASSET IMA-B 5 ATIVO FI RENDA FIXA	1.410.850,54	553.818,40	208.045,55	13.060.876,95
WESTERN ASSET FI AÇÕES BDR NÍVEL I	84.257,40	32.579,77	9.264,92	343.490,10
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	1.697.308,16	707.734,64	214.667,90	8.507.872,76
BB RETORNO TOTAL FIC AÇÕES	588.110,24	493.491,23	213.739,58	4.029.811,17
BB SCHRODER INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI MULTIMERCADO	127.604,69	118.984,76	36.235,14	1.469.881,72
ITAÚ HIGH GRADE FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	2.887.652,81	1.540.518,83	229.833,89	23.670.896,07
SAFRA SMALL CAP PB FIC AÇÕES	1.010.445,49	423.329,37	335.525,29	4.470.244,61
CAIXA BRASIL IBX-50 FI AÇÕES	300.472,78	208.705,09	109.235,89	1.978.328,85
ITAÚ PRIVATE S&P500® BRL FIC MULTIMERCADO	1.280.916,01	612.547,77	308.271,86	6.269.465,34
BRDESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	1.415.461,26	736.821,43	109.657,03	11.803.702,10
ITAÚ SMALL CAP VALUATION FIC AÇÕES	15.812,97	15.812,97	70.428,99	1.015.812,97
BB DIVIDENDOS MIDCAPS FIC AÇÕES	985.651,27	985.651,27	1.203.636,06	15.985.651,27
Título Público	6.693.340,69	5.200.708,35	2.835.374,58	349.114.653,16

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF.

Ao Fundo Capitalizado, há meta de 7,63% no ano e a rentabilidade da carteira foi de 11,53% no acumulado, em consonância com as informações acima. Para dezembro, a meta foi de 0,79% e a rentabilidade nominal de 1,45%.

Por todo exposto, e considerando o cenário do ano, o Fundo Capitalizado rentabilizou R\$ 66,2 milhões de reais, sendo 11,53% de rentabilidade nominal.

Tabela 50. Detalhamento da rentabilidade do Fundo Capitalizado no mês

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Set	Out	Nov	Dez	Acumulado
IPCA	0,0053	0,84%	0,71%	0,61%	0,23%	-0,08%	0,12%	0,23%	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	1,37%
Meta FC (IPCA +2,92%)	0,77%	1,08%	0,95%	0,85%	0,47%	0,16%	0,36%	0,47%	0,49%	0,48%	0,51%	0,79%	7,63%
Rentabilidade %	1,34%	0,52%	1,11%	0,87%	1,08%	1,34%	1,10%	0,47%	0,40%	0,10%	1,18%	1,45%	11,53%
Rentabilidade Nominal	6.110.624,8	2.443.924,3	5.545.029,6	4.608.010,3	6.024.256,4	7.868.784,4	6.854.863,6	3.096.200,4	2.754.009,5	685.131,5	8.652.213,8	11.616.455,45	66.259.504,65

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF.

7.3.2.1 TAXA DE JUROS REAIS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO

Para o Fundo Capitalizado, deve-se atentar para dois componentes: o passivo atuarial e o ativo. Passivo atuarial é a representação total de obrigações do plano com o pagamento de benefícios de aposentadoria e pensão como consequência, a solvência e equilíbrio do plano dependem conjuntamente de uma rentabilidade adequada dos investimentos e de uma correta mensuração das obrigações com o pagamento de benefícios.

Acima, foi citado sobre o ativo do Fundo Capitalizado. Para o passivo do fundo, houve um estudo¹ Asset Liability Management (ALM) consistem na prática da gestão de um negócio de modo que as decisões e ações tomadas com relação aos ativos e aos passivos sejam coordenadas. Por esse estudo, a taxa atuarial para o Fundo Capitalizado é IPCA + 4,89% a.a. Desse modo, visa-se à demonstração de acompanhamento das estratégias da carteira do Fundo Caoitalizado para honrar os compromissos do plano com seus segurados, para o ano de 2023:

Tabela 51. Demonstrativo de passivo atuarial x ativo

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado
IPCA	0,53 %	0,84 %	0,71 %	0,61 %	0,23 %	-0,08% %	0,12 %	0,23 %	0,26 %	0,24 %	0,28 %	0,56 %	4,62%
Meta da Política de Investimentos (IPCA +2,92%)	0,77 %	1,08 %	0,95 %	0,85 %	0,47 %	0,16% %	0,36 %	0,47 %	0,49 %	0,48 %	0,51 %	0,79 %	7,63%
Meta Atuarial (IPCA +4,89%)	0,94 %	1,25 %	1,12 %	1,02 %	0,64 %	0,33% %	0,53 %	0,64 %	0,67 %	0,65 %	0,69 %	0,97 %	9,83%
Rentabilidade %	1,34 %	0,52 %	1,11 %	0,87 %	1,08 %	1,34% %	1,10 %	0,47 %	0,40 %	0,10 %	1,18 %	1,45 %	11,53%

Fonte e Elaboração: DIRIN/IpREV-DF

Nesta fase de acumulação do plano é basilar que haja a correta alocação dos ativos para adimplir às obrigações futuras do fundo capitalizado. Em 2023, para honrar, seria necessário bater a meta de 9,83% a.a., a rentabilidade do fundo foi de 11,53% a.a., superando a meta para o período.

7.3.3. FUNDO ADMINISTRATIVO

As tabelas abaixo resumem as movimentações em fundos de investimento da Taxa de Administração, o qual, cabe lembrar, é do plano de custeio do RPPS e não possui referencial de rentabilidade para 2023 e possui seus recursos alocados em fundos de investimento de baixo risco e elevada liquidez:

¹ ASSET LIABILITY MANAGEMENT - ALM. INOVE, 2022. Disponível em: https://iprev.df.gov.br/wp-content/uploads/2023/09/Relatorio_ALM_IPREV_DF_2023_INOVE_1.pdf. Acesso em: 15 de janeiro de 2024.

Tabela 52. Detalhamento do acumulado no mês de janeiro dos fundos de investimento do Fundo Financeiro

Nome	Rent. Acumulada (ano)	Rent. semestral	Rendimento em Dezembro	Posição
BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	R\$ 209.010,25	105.063,62	R\$ 4.537,36	R\$ 995.034,33
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	R\$ 103,81	46,52	R\$ 7,37	R\$ 1.004,10
BB FLUXO FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 4.065,05	2.948,62	R\$ 846,95	R\$ 74.153,33
CEF FI BRASIL REF. DI LONGO PRAZO	R\$ 263,73	263,73	R\$ 49,76	R\$ 5.431,33

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF.

Considerando as aplicações realizadas houve rentabilidade de R\$ 108.332,49 (cento e oito mil trezentos e trinta e dois reais e quarenta e nove centavos) no semestre, com R\$ 213.179,11 (duzentos e treze mil cento e setenta e nove reais e onze centavos) no acumulado. Por está posicionada em elevada liquidez e baixo risco, há menor volatilidade.

Fecha-se o mês de dezembro de 2023 com mais de R\$ 5,7 bilhões de recursos distribuídos entre os Fundos Solidário Garantidor, Taxa de Administração, Fundo Capitalizado e Fundo Financeiro, conforme a evidenciado abaixo:

Tabela 53. Demonstrativo por Segmento, artigo da Resolução CMN 4.963/2021, Limites, e posição atual da carteira

DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - DPIN						
SEGMENTO	Artigo	TIPO DE ATIVO	LIMITE DA RESOLUÇÃO CMN % (Pró-Gestão II)	LIMITES DA PI (%)	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (R\$)	POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA (%)
RENDA FIXA	Art. 7º, I, a	Títulos Públicos Federais	100	100	R\$ 1.678.001.018,10	28,95%
	Art. 7º, I, b	Fundos 100% Títulos TN	100	100	R\$ 1.932.039.028,76	33,34%
	Art. 7º, I, c	Fundos Renda fixa "livre"	100	100	R\$ 0,00	0,00%
					R\$ 0,00	0,00%
	Art. 7º, III, a	FI Renda Fixa "Referenciado"	70	70	R\$ 1.404.536.808,23	24,23%
	Art. 7º, III, b	ETF - <u>Fundos</u> de índice de renda fixa	70	70	R\$ 0,00	0,00%
					R\$ 0,00	0,00%
	Art. 7º, V, a	FIDC	10	10	R\$ 0,00	0,00%
	Art. 7º, V, b	FI Renda Fixa "Crédito Privado"	10	10	R\$ 74.160.517,43	1,28%
	Art. 7º, V, c	FI Debêntures de Infraestrutura	10	10	R\$ 0,00	0,00%
RENDA VARIÁVEL	Art. 8º, I	FI de Ações	40	40	R\$ 372.406.483,47	6,43%
			20	10	R\$ 0,00	0,00%

INVESTIMENTO NO EXTERIOR	Art. 9º, I	Renda Fixa "Dívida Externa"	10	10	R\$ 0,00	0,00%
	Art. 9º, II	Fundos de Investimento no Exterior	10	10	R\$ 93.478.690,83	1,61%
	Art. 9º, III	Fundos BDR - Nível 1	10	10	R\$ 60.421.826,44	1,04%
ESTRUTURADOS	Art. 10, I	Fundos Multimercados	10	10	R\$ 93.978.912,07	1,62%
	Art. 10, II	Fundos em Participações - FIP	5	5	R\$ 49.205.361,86	0,85%
	Art. 10, III	Fundos "Mercado de Acesso"	5	5	R\$ 0,00	0,00%
FUNDOS IMOBILIÁRIOS	Art. 11	FI Imobiliário - FII	5	5	R\$ 37.353.681,94	0,64%
CONSIGNADOS	Art. 12	Consignados	5	5	R\$ 0,00	0,00%
				TOTAL	R\$ 5.795.582.330,13	

Fonte e Elaboração: DIRIN/Iprev-DF.

7.4. PRINCIPAIS DESTAQUES DOS ATIVOS NÃO FINANCEIROS

O Fundo Solidário Garantidor foi criado pela Lei Complementar nº 932/2017 com o propósito de mitigar o déficit financeiro e atuarial do Fundo Financeiro gerido pelo Iprev-DF. Essa medida visou conferir maior sustentabilidade ao sistema previdenciário dos servidores do Governo do Distrito Federal – GDF.

7.4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O ano de 2017 foi marcado por uma importante transformação no Sistema Previdenciário do Distrito Federal, tendo havido a promulgação da Lei Complementar Distrital nº 932/2017, que reorganizou e unificou o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF e instituiu o Regime de Previdência Complementar do Distrito Federal – RPC/DF. Com essa medida, o GDF não só honrou compromissos financeiros anteriores com o Iprev-DF e seus fundos sob gestão, mas também adotou ações para reduzir os déficits atuariais e financeiros do RPPS/DF. Ademais, autorizou a criação da Fundação de Previdência Complementar dos Servidores do Distrito Federal – DF-Previcom, responsável pela gestão do RPC.

7.4.2. REVISÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 769/2008

Em 2018, foi iniciado um estudo para revisar a Lei Complementar nº 769/2008, conforme previsto no art. 52 da Lei Complementar nº 932/2017. Esse dispositivo estabelece que o Poder Executivo deve encaminhar a revisão dos regimes próprios e complementares de previdência dos servidores do Distrito Federal no prazo de 4 (quatro) anos a partir da entrada em vigor da Lei Complementar.

7.4.3. UNIDADE DE GESTÃO DOS ATIVOS NÃO FINANCEIROS – UFSG

A Unidade de Gestão dos Ativos Não Financeiros tem como principal incumbência a rentabilização e monetização de bens, ativos e direitos não financeiros do Fundo Solidário Garantidor – FSG. Em 2023 foram realizadas ações como:

- Janeiro: Deu-se início ao monitoramento de alguns imóveis do FSG conforme o Plano de Gestão Imobiliária – PGI 2022-2023. Após cada visita, foi elaborado um relatório de vistoria;
- Janeiro: Houve a análise da lista de imóveis apresentada pelo patrimônio da, então, Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração, oportunidade em que houve a recomendação de reserva de 10 (dez) imóveis com grande potencial de rentabilização;
- Janeiro: Foi realizada a avaliação de todos os imóveis vinculados ao FSG para comparar o valor dos ativos. O conjunto de imóveis geridos pelo Iprev-DF foi estimado em R\$ 1.038.283.207,00 (um bilhão, trinta e oito milhões, duzentos e oitenta e três mil duzentos e sete reais);
- Janeiro: Foi feito o encaminhamento de solicitação de recomposição em diligência às determinações do Tribunal de Contas do Distrito Federal, completando-a com o potencial de rentabilização de 46% no período de 2017 a 2022;
- Fevereiro: Instruiu-se o processo de permuta em tramitação na Secretaria Executiva de Finanças, da então SEPLAD;
- Março: Houve a execução de serviço de higienização e limpeza de 16 (dezesesseis) imóveis do FSG;
- Março: Foi realizada reunião com o Presidente da Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap para acompanhamento do projeto do Jockey Club;
- Março: Instruiu-se processo de permuta em análise pela área técnica no âmbito da SEPLAD;
- Abril: Realização do monitoramento em alguns imóveis;
- Abril: Realizada a dedetização de apartamentos e imóveis do FSG;
- Maio: Feita a instalação de placas de identificação do Iprev-DF na Gleba 04 em Santa Maria;
- Maio: Foi feita a abertura de portões e avaliação de aluguel nos galpões do SIA;
- Junho: Realizada a apresentação do projeto do futuro bairro Jockey Club em reunião no Conselho de Administração do Iprev-DF;
- Junho: Realizada a apresentação do projeto de modernização do bairro Jockey Club em reunião do Conselho de Administração;

- Agosto: Ocorreu a publicação do Decreto nº 44.835, de 10 agosto de 2023, regulamentando o §10º, do art. 73-A, da Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008;
- Agosto: Realizado pedido de confecção de placa de identificação para o terreno da SHI/N QL 4, Lote D, Lago Norte.
- Setembro: Foram realizadas as limpezas em todos os imóveis conforme contrato com a Fundação de Amparo ao Preso - FUNAP. Conforme o Plano de Gestão Imobiliária, houve, ainda, a manutenção, modelagem, cópia das portas de alguns imóveis por questões de segurança; Foi pedido ao SLU o recolhimento de entulho e lixos jogando por moradores no terreno do FSG localizado na Samambaia; Foi realizado o pagamento da taxa de CCIR das Glebas 4 e 11 referente ao exercício de 2023. A UFSG, conforme o Plano de Gestão Imobiliário, solicitou à Administração do Lago Norte, roçagem e recolhimento de entulho no terreno localizado na QL 04;
- Outubro: Houve o monitoramento em alguns imóveis; Confecção e apresentação para a Diretoria Executiva do Plano de Gestão Imobiliária 2023/2024 – PGI;
- Novembro: Foi solicitado à SEPLAD providências quanto a transferência e ajustes de valores via SIGGO, quantos aos imóveis que eventualmente não foram efetuados, objetivando subsidiar nos fechamentos contábeis do Iprev-DF; Foi feito o cercamento nos galpões do SIA 01 e 04 com cerca concertina, tal ação foi de extrema importância devido alguns vandalismos, pequenas depredações e fragilidade de altura do muro daqueles imóveis; e
- Dezembro: Em dezembro foi aprovado, na 77ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, o Plano de Gestão Imobiliária 2023/2024 e também a Política de Investimentos de 2024.

O Serviço de Limpeza Urbana – SLU, fez um grande trabalho de remoção manual, transporte e destinação correta de entulhos e materiais diversos dispostos irregularmente à frente do terreno localizado no Polo JK, Gleba 11. Tal ação é fruto do monitoramento realizado mensalmente pela equipe da UFSG.

7.4.4. ENTRADA DE RECURSOS NO IPREV-DF RELATIVOS AO ARTIGO 73-A DA LEI COMPLEMENTAR Nº 932/2017 EM SETEMBRO/2023

A tabela a seguir resume a entrada de recursos no Iprev-DF proveniente dos bens, direitos e ativos não financeiros garantidos pelo art. 73-A da Lei Complementar nº 932/2017, em dezembro de 2023:

Tabela 54. Detalhamento Da monetização e rentabilização dos bens, ativos e direitos não financeiros do FSG
– dezembro. 2023

Item	Receitas acumulada em 2023
Imóveis	181.775,63
Part. Acionária BRB - Dividendos/JCP	8.452.740,74
TOTAL -->>	8.634.516,37

Fonte: DIRIN/Iprev-DF.

Por fim, detalham-se não só os ingressos de recursos, como também os recursos acumulados desde 2018 até a presente data e, ainda, os recursos transferidos ao Fundo Financeiro, conforme Política de Investimentos, segundo tabela abaixo:

Tabela 55. Detalhamento de receitas do FSG

Item	Receitas Acumuladas	Transferência Totais	TOTAL
Imóveis	733.423,75	-	733.423,75
Part. Acionária BRB - Dividendos/JCP	166.371.040,85	131.328.096,66	35.042.944,19
Outorga PPP GDF	3.800.000,00	3.800.000,00	0,00
Dividendos/JCP Estatais GDF	325.573.589,59	325.573.589,59	0,00
Direito Superfície - Estacionamentos	-	-	0,00
Direito Superfície - Reg. Fundiária	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa	616.467.856,49	616.467.856,49	0,00
TOTAL -->>	1.112.945.910,68	1.077.169.542,74	35.776.367,94

Fonte: DIRIN/Iprev-DF.

O FSG foi criado pela Lei Complementar nº 932/2017 com o propósito de mitigar o déficit financeiro e atuarial do Fundo Financeiro gerido pelo Iprev-DF. Essa medida visou conferir maior sustentabilidade ao sistema previdenciário dos servidores do Governo do Distrito Federal.

8. DIRETORIA JURÍDICA

A Diretoria Jurídica, unidade orgânica de comando e supervisão diretamente subordinada ao Diretor-Presidente, compete, observada a competência da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, prestar consultoria, assessoria e orientação jurídica ao Diretor-Presidente, à Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal.

8.1. AÇÕES DO SEGUNDO SEMESTRE

A Diretoria Jurídica destaca as seguintes atividades e demandas do semestre:

a) Atividades Realizadas:

- **Gestão de Processos Judiciais:** Durante este período, a Diretoria Jurídica desempenhou um papel fundamental no gerenciamento dos processos judiciais relacionados ao Iprev-DF. Foi mantida comunicação constante com os Tribunais, foram recebidos ofícios e garantiu-se o cumprimento das decisões judiciais, incluindo o pagamento por meio de Requisições de Pequeno Valor (RPV) ou Precatórios.
- **Notas Técnicas Relevantes:** A Diretoria Jurídica produziu, aproximadamente, 70 (setenta) Notas Técnicas ao longo do semestre, abordando questões jurídicas cruciais para o Iprev-DF. Estas notas subsidiaram a tomada de decisões informadas e incluíram análises detalhadas sobre uma variedade de temas, desde a inclusão de fundos no cálculo de taxas até questões relacionadas a projetos de lei e processos administrativos disciplinares.

b) Demandas Destacadas:

- **Decisões Judiciais Afetando Aposentadorias:** A Diretoria Jurídica enfrentou desafios significativos em relação a decisões judiciais que impactaram as aposentadorias de servidores. A necessidade de ajustar os procedimentos previdenciários em conformidade com as decisões judiciais foi uma demanda constante durante este período.
- **Projetos de Lei com Implicações Jurídicas:** Avaliou-se diversos projetos de lei que tinham implicações jurídicas para o Iprev-DF, destacando a necessidade de análise cuidadosa e, em alguns casos, a identificação de inconstitucionalidades.
- **Procedimentos Administrativos Disciplinares:** A condução de procedimentos administrativos disciplinares em conformidade com as normativas e garantindo o devido processo legal também foi uma demanda importante.
- **Revisão de Aposentadorias:** Foram avaliados requerimentos para revisão de aposentadorias, garantindo que a legalidade fosse mantida e, quando necessário, encaminhando casos complexos à Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF.

- **Contratações e Atos Administrativos:** A Diretoria Jurídica forneceu orientações jurídicas sobre contratações emergenciais e análise de atos administrativos para garantir que o Iprev-DF atuasse em conformidade com as leis e regulamentos.

Abaixo, seguem duas planilhas que apresentam de forma clara e objetiva a quantidade das atividades e demandas realizadas pela Diretoria Jurídica durante o segundo semestre de 2023. Essas planilhas fornecerão uma visão abrangente das nossas realizações e do nosso comprometimento em atender às responsabilidades jurídicas do Iprev-DF.

Tabela 56

Demandas Judiciais - 2º Semestre/2023							
DESCRIÇÃO - OBJETO	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL GERAL
Processos encaminhados pela PGDF	158	152	153	147	128	108	846
Processos oriundos dos Tribunais de Justiça	118	101	94	84	74	73	544
Demandas internas	93	96	69	118	96	73	545
TOTAL - MÊS	369	349	316	349	298	254	1935

Fonte: <https://sei.df.gov.br>

8.2. ATIVIDADES EM PROCESSOS JUDICIAIS

A Diretoria Jurídica exerceu um papel fundamental no gerenciamento dos processos judiciais que envolveram o Iprev-DF. A equipe cuidadosamente comunicou-se com os Tribunais, recebeu os Ofícios pertinentes e encaminhou as decisões judiciais para a Diretoria de Previdência, que tomou as medidas necessárias para o cumprimento das determinações judiciais, como o pagamento por meio de RPV ou Precatórios.

8.3. NOTAS TÉCNICAS RELEVANTES

Durante o segundo semestre, a Diretoria Jurídica produziu cerca de 70 (setenta) Notas Técnicas, destacando-se algumas delas:

8.3.1. NOTA TÉCNICA .º 19/2023 - IPREV/DIJUR

Esta nota abordou a possibilidade de inclusão do Fundo Solidário Garantidor na base de cálculo para fins de sub-repasse destinado a garantir a receita da Taxa de Administração. A nota concluiu que o Fundo Solidário Garantidor não deve ser considerado para esse cálculo devido à sua natureza não previdenciária.

8.3.2. NOTA TÉCNICA N.º 21/2023 - IPREV/DIJUR/ASSEJUR

Esta nota tratou do cumprimento de uma decisão judicial que afetou a aposentadoria de determinadas carreiras. A Diretoria Jurídica reforçou a sua competência e ressaltou que a responsabilidade de editar a lei necessária para cumprir a decisão é do Governador do Distrito Federal, não sendo atribuição do Iprev-DF.

8.3.3. NOTA TÉCNICA N.º 20/2023 - IPREV/DIJUR/ASSEJUR

Esta nota abordou o cumprimento de uma sentença transitada em julgado relacionada à cassação da aposentadoria de um servidor. A nota recomendou a instauração de um procedimento administrativo disciplinar para revisar a legalidade da aposentadoria do servidor condenado.

8.3.4. NOTA TÉCNICA N.º 22/2023 - IPREV/DIJUR/ASSEJUR

Esta nota analisou um projeto de lei que atribuía caráter genérico à Gratificação de Atividade de Risco da Carreira Socioeducativa. A Diretoria Jurídica concluiu desfavoravelmente ao projeto de lei, destacando possíveis inconstitucionalidades.

8.3.5. NOTA TÉCNICA N.º 23/2023 - IPREV/DIJUR/COAP

Esta nota tratou da proposta de lei complementar para incluir a Síndrome de Ehlers-Danlos no rol de doenças que conferem direito a proventos integrais. A nota ressaltou a competência legislativa e a necessidade de respeitar a iniciativa do Governador do Distrito Federal.

8.3.6. NOTA TÉCNICA N.º 29/2023 - IPREV/DIJUR/COAP

Esta nota analisou um requerimento de uma servidora aposentada relacionado à atualização dos valores de incorporação dos quintos. A Diretoria Jurídica concluiu pelo indeferimento do requerimento e encaminhou o caso à Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF devido à complexidade da questão.

8.3.7. NOTA TÉCNICA N.º 31/2023 - IPREV/DIJUR/COAP

Esta nota tratou de um requerimento para pagamento de pensão vitalícia. A Diretoria Jurídica concluiu que a sentença proferida no procedimento de jurisdição voluntária para o reconhecimento da união estável não possui efeitos extensivos para fins previdenciários e recomendou uma melhor instrução probatória.

8.3.8. NOTA TÉCNICA N.º 39/2023 - IPREV/DIJUR/COAP

Esta nota abordou a possibilidade de reenquadramento no vínculo anterior de uma servidora. A Diretoria Jurídica concluiu pela inviabilidade do reenquadramento, considerando as regras vigentes.

8.3.9. NOTA TÉCNICA N.º 42/2023 - IPREV/DIJUR/COAP

Esta nota analisou questionamentos relacionados a valores descontados e sua inclusão nos cálculos da média aritmética dos futuros proventos de aposentadoria dos servidores. A Diretoria Jurídica sugeriu a edição de Orientações Administrativas Previdenciárias para esclarecer a questão.

8.3.10. NOTA TÉCNICA N.º 8/2023 - IPREV/DIJUR/COAA/GEALC

Esta nota tratou da análise jurídica de uma contratação emergencial de serviços de impressão. A Diretoria Jurídica concluiu pela viabilidade jurídica da contratação, considerando a urgência e necessidade do serviço.

8.3.11. NOTA TÉCNICA N.º 13/2023 - IPREV/DIJUR/COAA/GEALC

Esta nota analisou a celebração do Terceiro Termo Aditivo de prorrogação de vigência de um contrato com a Empresa Brasileira De Correios e Telégrafos. A Diretoria Jurídica concluiu pela viabilidade jurídica da celebração do Termo Aditivo, desde que observadas as recomendações legais.

8.3.12. NOTA TÉCNICA N.º 02/2023 – IPREV/DIJUR/COAP/GEACI

Esta nota abordou a manutenção do vínculo com o Regime de Previdência Social do Distrito Federal para um servidor que assumiria diferentes cargos em regimes distintos. A Diretoria Jurídica concluiu que haverá mudanças no regime previdenciário devido às características dos cargos assumidos

9. ASSESSORIA DOS CONSELHOS

9.1. REALIZAÇÕES 2º SEMESTRE DE 2023

A Assessoria Especial da Presidência apresenta as seguintes realizações:

- Continuação das reuniões de interface com a Secretaria Executiva de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração com a análise referente à implementação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social).
- Participação no evento Programa de Preparação para Aposentadoria, o Iprev-DF participou do evento realizado pela Defensoria Pública do Distrito Federal, cujo o tema foi a Legislação Previdenciária, onde teve a oportunidade de apresentar o “IPREV NO SEU ÓRGÃO” que explicou aos servidores da Defensoria os regimes previdenciários, a criação do Iprev-DF como unidade gestora do RPPS/DF, bem como a missão, a visão e os valores da Autarquia.
- Campanha Nosso Natal, ação idealizada pela Primeira-Dama do Distrito Federal, Mayara Noronha Rocha, e desenvolvida sob a coordenação da Chefia-Executiva de Políticas Sociais e da Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, o Nosso Natal envolveu o Iprev-DF, além de outras Secretarias de Estado, Administrações Regionais e Empresas Públicas, responsáveis por atrações natalina e por outras atrações em cada um dos 16 (dezesesseis) restaurantes comunitários do Distrito Federal.

9.2. ESTRUTURA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS, DIRETORIA EXECUTIVA E COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Como se pode notar, a estrutura do Iprev-DF, autarquia em regime especial, com personalidade jurídica de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração restou estabelecida com fulcro no art. 87, da Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008:

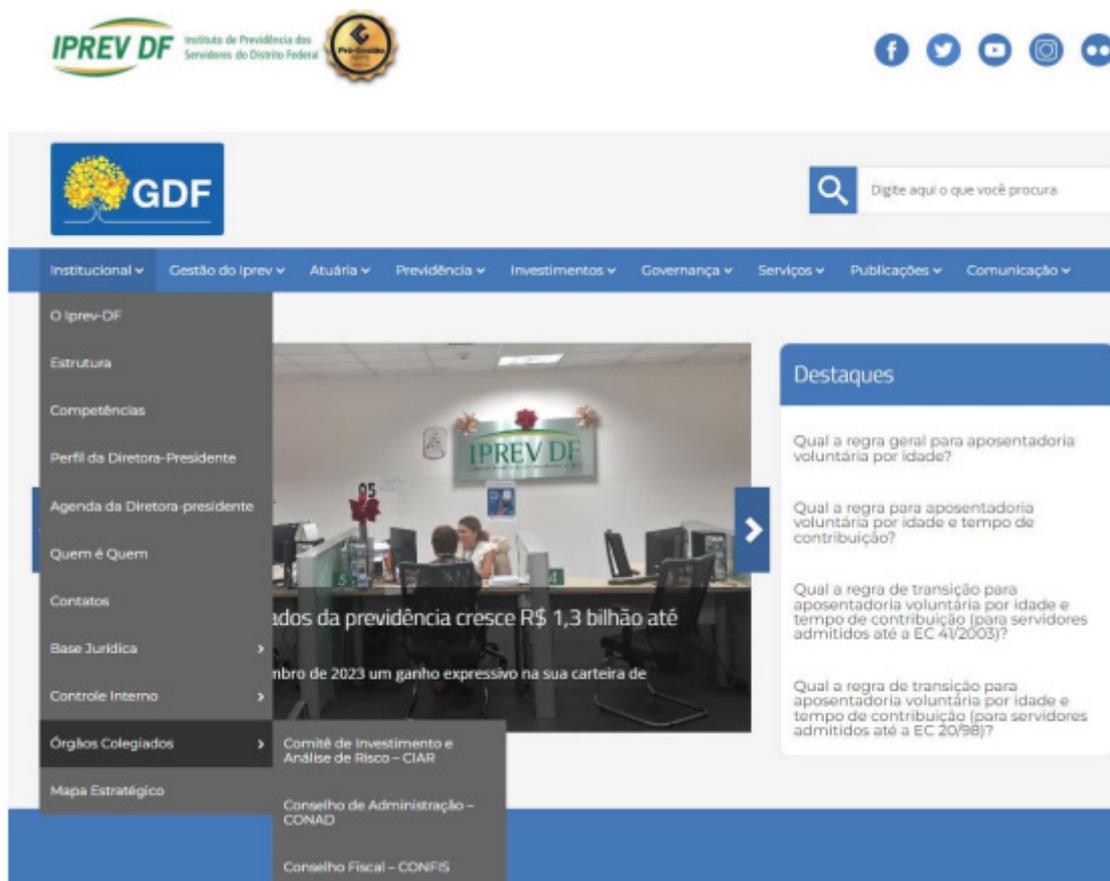
- I – Conselho de Administração;
- II – Conselho Fiscal;
- III – Diretoria Executiva.

Convém notar que a Lei Complementar nº 769/2008, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 3 de outubro de 2017, e pela Lei Complementar nº 1.013, de 21 de julho de 2022, determina, ainda, a composição, competências e demais peculiaridades de funcionamento e atuação de todos os órgãos colegiados supramencionados, integrantes da estrutura do Iprev-DF.

Oportuno se toma dizer que o Comitê de Investimentos e Análise de Risco – Ciar é um órgão deliberativo, no âmbito desta Autarquia Previdenciária e tem sua estrutura, composição, competência e forma de funcionamento estabelecido pela Portaria nº 72, de 9 de novembro de 2023.

Com a finalidade de atuar obedecendo os princípios de transparência, é certa a disponibilização no sítio institucional desta Autarquia Previdenciária, com o apoio da Unidade de Comunicação Social - UCS, do Calendário Anual aprovado, com as datas das reuniões, como também a publicização das respectivas Atas das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias.

Imagem Sítio Iprev-DF



Fonte: Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (iprev.df.gov.br)

9.2.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONAD

O Conselho de Administração – Conad é órgão superior de deliberação colegiada, de acordo com a Lei Complementar nº 769/2008, alterada pela Lei Complementar nº 1.013/2022, e será integrado por 14 (quatorze) membros nomeados pelo Governador do Distrito Federal, a saber:

VI – o art. 88, I a VII, passa a vigorar com a seguinte redação:

I – 2 representantes da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal;

II – 1 representante da Casa Civil do Distrito Federal;

III – 1 representante do Iprev/DF;

IV – 1 representante da Procuradoria-Geral do Distrito Federal;

- V – 1 representante da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- VI – 1 representante do Tribunal de Contas do Distrito Federal;
- VII – 7 representantes dos segurados, participantes ou beneficiários, indicados pelas entidades representativas dos servidores ativos, inativos ou pensionistas do Distrito Federal, assegurada pelo menos 1 indicação a entidades representativas dos servidores do Poder Legislativo.
- VII – (VETADO)
- VIII – (VETADO)

Tenha-se presente que na Lei Complementar nº 769/08 observa-se os parágrafos que compõem o supradito artigo 88 e, que não sofreram alteração por meio da Lei Complementar 1.013/22:

“[...]”

§ 1º O Presidente do Conselho de Administração será eleito pelos seus pares.

§ 2º As reuniões do Conselho se instalarão com a presença da maioria absoluta de seus membros.

§ 3º O Conselho deliberará por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente do Conselho, em caso de empate nas deliberações, além do seu, o voto de qualidade.

§ 4º Cada membro do Conselho possuirá um suplente designado na forma deste artigo e nomeado pelo Governador do Distrito Federal.

§ 5º O Conselho de Administração do Iprev/DF é considerado, para todos os fins, do mesmo grau dos conselhos presididos por Secretário de Estado”.

Cumprir observar que no segundo semestre de 2023 o Conad sofreu alteração na sua composição por meio do Decreto nº 44.767, de 25 de julho de 2023; Decreto nº 44.792, de 1º de agosto de 2023; Decreto nº 45.112, de 26 de outubro de 2023; Decreto nº 45.155, de 13 de novembro de 2023; e pelo Decreto nº 45.248, de 06 de dezembro de 2023.

Hodiernamente, após o devido procedimento de recomposição, e, tendo em vista disposição constante no Decreto nº 45.248, de 06 de dezembro de 2023 publicado no DODF nº 228, de 7 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração possui a seguinte composição:

Tabela 57. Composição Conad – Conselheiros Representantes do Governo

ASSENTO		CONSELHEIROS	ÓRGÃOS E ENTIDADES DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
1	TITULAR	GUSTAVO DO VALE ROCHA	CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
	SUPLENTE	RAIMUNDO DIAS IRMÃO JUNIOR	
2	TITULAR	NEY FERRAZ JÚNIOR	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO SUPLENTE FEDERAL
	SUPLENTE	LEDAMAR SOUSA RESENDE	
3	TITULAR	JULIANA NEVES BRAGA TOLENTINO	SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL
	SUPLENTE	MARINEUSA APARECIDA BUENO	
4	TITULAR	LUDMILA LAVOCAT GALVÃO VIEIRA DE CARVALHO	PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
	SUPLENTE	ANA CAROLINA REIS MAGALHÃES	
5	TITULAR	PAULO CAVALCANTI DE OLIVEIRA	TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
	SUPLENTE	MARCOS RODRIGUES SILVA	
6	TITULAR	INALDO JOSÉ DE OLIVEIRA	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
	SUPLENTE	PAULO CESAR DA SILVA RÊGO	
7	TITULAR	RAQUEL GALVÃO RODRIGUES DA SILVA	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
	SUPLENTE	PAULO HENRIQUE DE SOUSA FERREIRA	

Fonte: CONSELHEIROS-REPRESENTANTES-DO-GOVERNO-E-SEGURADOS-ATUALIZADA-EM-27-12-2023.pdf (iprev.df.gov.br)

Tabela 58. Composição Conad - Conselheiros Representantes dos Segurados, Participantes ou Beneficiários:

ASSENTO		CONSELHEIROS	ENTIDADE REPRESENTATIVA
1	Titular	REJANE VAZ DE ABREU	AAPPGG
2	TITULAR	ANA PAULA MACHADO NEVES	ADESP-DF
	SUPLENTE	SOLANGE REGINA BUOSI CARDINALE	SINPRO
	TITULAR	MARCELO MOTA DE QUEIROZ	ADESP-DF

3	SUPLENTE	JARCY JOSÉ BUDAL	AAPPGG
	TITULAR	SAULO DE OLIVEIRA NONATO	SINDICAL
4	SUPLENTE	ALOÍSIO DOS SANTOS JUNIOR	SINDGESTOR
	TITULAR	ROGÉRIO OLIVEIRA ANDERSON	SINDPROC
5	SUPLENTE	EDSON ROBERTO CELLEGHIM	SINDPROC
	TITULAR	CÁSSIA MARIA DE SOUZA BARRETO	ADESP-DF
6	SUPLENTE	NEWTON CLEITON BATISTA	SINDATE-DF
	TITULAR	RAFAEL TEIXEIRA CAVALCANTE	AAPPGG
7	SUPLENTE	THIAGO ROGÉRIO CONDE	SINDIFICO

Fonte: CONSELHEIROS-REPRESENTANTES-DO-GOVERNO-E-SEGURADOS-ATUALIZADA-EM-27-12-2023.pdf
iprev.df.gov.br)

Cumprе destacar que o Conad registra atos e decisões mais relevantes por meio de elaboração de Resoluções, as quais são produzidas pela Secretaria Executiva e assinadas pelo Presidente do Conselho de Administração e publicadas em Diário Oficial do Distrito Federal. Essas publicações podem ser consultadas em: <https://iprev.df.gov.br/resolucoes/>.

Tabela 59. Resoluções Conad

Resolução	Publicação DODF	Assunto
Nº 04, de 11 de setembro de 2023	Nº 172, quarta-feira, 13 de setembro de 2023	Realização de reuniões virtuais no âmbito do Conselho de Administração do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal.
Nº 05, de 15 de dezembro de 2023	Nº 2, quarta-feira, 03 de janeiro de 2024	Aprova a Política de Investimentos para o exercício de 2024 e o Plano de Gestão Imobiliária 2024 do Instituto de Previdência dos Servidores Distrito Federal - Iprev-DF.

Fonte: <https://iprev.df.gov.br/resolucoes/>

No segundo semestre de 2023, o Conad realizou 8 (oito) reuniões. As atas, resoluções e deliberações estabelecidas em cada reunião podem ser consultadas em: <https://iprev.df.gov.br/conad/>.

Visando melhor complementação processual, encaminha-se tabela relacionando as datas em que ocorreram as reuniões do Conad segundo semestre de 2023:

Tabela 60. Reuniões Conad

Reunião	Data da reunião
72ª REUNIÃO ORDINÁRIA	05 de julho de 2023
97ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	19 de julho de 2023
73ª REUNIÃO ORDINÁRIA	10 de agosto de 2023
74ª REUNIÃO ORDINÁRIA	13 de setembro de 2023
75ª REUNIÃO ORDINÁRIA	11 de outubro de 2023
76ª REUNIÃO ORDINÁRIA	08 de novembro de 2023
77ª REUNIÃO ORDINÁRIA	06 de dezembro de 2023
98ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	13 de dezembro de 2023

<https://iprev.df.gov.br/conad/>.

9.2.2. CONSELHO FISCAL – CONFIS

O Conselho Fiscal – Confis é órgão fiscalizador dos atos de gestão do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - Iprev-DF com vistas à proteção dos interesses desta entidade, criado pelo art. 87, da Lei Complementar nº 769/2008. Conforme disposição esculpida no art. 89, da Lei ora mencionada, o Confis do Iprev-DF será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, sendo 2 (dois) escolhidos entre segurados ou beneficiários, indicados pelas respectivas entidades representativas de classe, e 1 (um) indicado pelo Governador do Distrito Federal. Os membros deverão ter formação superior em administração, ciências contábeis, econômicas ou atuariais.

Atualmente, segundo o Decreto nº 45.366, de 28 de dezembro de 2023, o Confis possui a seguinte composição:

Tabela 61. Composição Confis

ASSENTO		CONSELHEIROS	ENTIDADE REPRESENTATIVA
1	TITULAR	LUCIANO CARDOSO DE BARROS FILHO	SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL
	SUPLENTE	ANDRÉ MOREIRA OLIVEIRA	
1	TITULAR	MARCELO CRUZ BORBA	SINDIRETA
	SUPLENTE	FERNANDO ANTÔNIO DE AQUINO PAVIE	SINAFITE
2	TITULAR	ANDREA MARIA OLIVEIRA GOMES	SINDICAL/DF
	SUPLENTE	FLÁVIA DE MORAES MENDES	SINDAFIS

Fonte: <https://iprev.df.gov.br/confis/>.

No segundo semestre de 2023, o Confis realizou 6 (seis) reuniões. As atas e deliberações estabelecidas em cada reunião podem ser consultadas em: <https://iprev.df.gov.br/confis/>.

Visando melhor complementação processual, encaminha-se tabela relacionando as datas em que ocorreram as reuniões do Confis no segundo semestre de 2023:

Tabela 62. Reuniões Confis

Reunião	Data da reunião
45ª REUNIÃO ORDINÁRIA	06 de julho de 2023
92ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	16 de agosto de 2023
93ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	19 de setembro de 2023

46ª REUNIÃO ORDINÁRIA	10 de outubro de 2023
94ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	14 de novembro de 2023
95ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	05 de dezembro de 2023

Fonte: <https://iprev.df.gov.br/confis/>.

9.2.3.DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX

A Diretoria Executiva – Direx do Iprev-DF, criada pelo art. 93 da Lei Complementar nº 769/2008, alterada pela Lei Complementar nº 1.013/2022, é composta por 6 (seis) Diretores, nomeados pelo Governador do Distrito Federal, com mandato de 4 (quatro) anos, permitida a recondução, sendo um Diretor-Presidente, equiparado, para todos os efeitos, a Secretário de Estado; um Diretor de Governança, Projetos e Compliance; um Diretor de Previdência; um Diretor Jurídico; um Diretor de Investimentos e um Diretor de Administração e Finanças.

Registre-se que com o advento da Lei Complementar 1.013/22 o art. 93 passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“(…)

§ 6º Os dirigentes da unidade gestora do regime próprio de previdência social do Distrito Federal devem atender aos seguintes requisitos mínimos:

- possuir certificação e habilitação comprovadas, nos termos definidos em parâmetros gerais;
- possuir comprovada experiência no exercício de atividade nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;
- ter formação superior.

§ 7º Os requisitos a que se referem o § 6º, I e II, aplicam-se aos membros dos conselhos de administração e fiscal e ao comitê de investimentos da unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal.

§ 8º Os parâmetros, prazos e especificações para cumprimento dos requisitos exigidos nos §§ 6º e 7º devem ser regulamentados por ato do Poder Executivo.

§ 9º (VETADO)”

Os membros da Direx, bem como os membros do Conad e do Confis serão solidários nas responsabilidades e responderão civil e criminalmente, inclusive com seu patrimônio pessoal, por qualquer ato lesivo à administração pública e ao patrimônio do regime próprio de previdência do Distrito Federal, observando-se ainda as normas de gestão fiscal e as penalidades previstas na Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Vale dizer, ainda, que na ocasião do Decreto de 18 de outubro de 2023, publicado no DODF 196, 19 de outubro de 2023, a sra. Raquel Galvão Rodrigues da Silva foi nomeada para exercer o cargo de Diretora-Presidente, assim como foi publicada a nomeação do Diretor Jurídico, sr. Luiz Gustavo Barreira Muglia.

Observa-se que por meio do Decreto de 03 de novembro de 2022, publicado no DODF nº 207, de 04 de novembro de 2022, tivemos a nomeação da sra. Célia Maria Ribeiro de Sales para a Diretoria de Administração e Finanças, como também da sra. Sylvia Neves Alves para a Diretoria de Governança, Projetos e Compliance e do Sr. Paulo Henrique de Sousa Ferreira como Diretor de Previdência.

Tabela 63. Composição Direx

CARGO	OCUPANTE
PRESIDÊNCIA	RAQUEL GALVÃO RODRIGUES DA SILVA
DIRETORIA DE PREVIDÊNCIA	PAULO HENRIQUE SOUSA FERREIRA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	CÉLIA RIBEIRO DE SALES
DIRETORIA DE GOVERNANÇA, PROJETOS E COMPLIANCE	SYLVIA NEVES ALVES
DIRETORIA JURÍDICA	LUIZ GUSTAVO BARREIRA MUGLIA
DIRETORIA DE INVESTIMENTOS	THIAGO MENDES RODRIGUES

Fonte: Estrutura – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (iprev.df.gov.br)

No segundo semestre de 2023, a Direx realizou 7 (sete) reuniões, portanto, apresenta-se tabela relacionando as datas em que ocorreram as reuniões da Direx no segundo semestre do ano de 2023:

Tabela 64. Reuniões Direx

REUNIÃO	DATA DA REUNIÃO
63ª REUNIÃO ORDINÁRIA	17 de julho de 2023
64ª REUNIÃO ORDINÁRIA	15 de setembro de 2023
65ª REUNIÃO ORDINÁRIA	27 de setembro de 2023
66ª REUNIÃO	30 de outubro de 2023
6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	01 de novembro de 2023
67ª REUNIÃO ORDINÁRIA	17 de novembro de 2023
68ª REUNIÃO ORDINÁRIA	18 de dezembro de 2023

Fonte: Aesp/Presidência

9.2.4. COMITÊ DE INVESTIMENTOS E ANÁLISE DE RISCOS – CIAR

O Comitê de Investimentos e Análise de Riscos – Ciar é o órgão consultivo ao qual compete elaborar as propostas mensais e anuais de investimentos e de financiamentos do Iprev-DF, criado pela Portaria nº 37, de 06 de outubro de 2016, revogada pela Portaria nº 72, de 09 de novembro de 2023 que dispõe sobre a sua estrutura, composição, competência e forma de funcionamento, estabelece, entre outros aspectos, a composição do órgão, pelos seguintes membros, conforme aduz o art. 4º:

“Art. 4º O CIAR é composto pelos seguintes membros:
 por quatro membros da Unidade Gestora do RPPS;
 Diretor-Presidente/responsável pela Gestão de Recursos;
 Substituto do Diretor-Presidente;
 Diretor de Investimentos;
 Substituto do Diretor de Investimentos;
 Dois representantes da Casa Civil do Distrito Federal;
 Um representante da Secretaria de Estado Fazenda do Distrito Federal;
 Um representante da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal;
 Um representante da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
 Um representante do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
 §1º Compete ao titular de cada órgão representado no CIAR definir seus representantes, e dar ciência formal ao Coordenador do Comitê, para os encaminhamentos no âmbito do Iprev-DF.

§2º Idêntico procedimento ao disposto no § 1º deverá ser adotado no caso de vacância da representatividade de quaisquer membros do CIAR, de forma a não prejudicar o cumprimento do cronograma das reuniões e das deliberações delas decorrentes (...).”

No segundo semestre de 2023, o Ciar realizou 7 (sete) reuniões. As atas e deliberações estabelecidas em cada reunião podem ser consultadas em: <https://iprev.df.gov.br/comite-de-investimento-e-analise-de-risco-ciar/>.

Reuniões do Ciar no segundo semestre de 2023:

Tabela 65. Reuniões Ciar

REUNIÃO	DATA DA REUNIÃO
110ª REUNIÃO ORDINÁRIA	27 de julho de 2023
111ª REUNIÃO ORDINÁRIA	28 de agosto de 2023
112ª REUNIÃO ORDINÁRIA	29 de setembro de 2023
4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	23 de outubro de 2023
113ª REUNIÃO ORDINÁRIA	30 de novembro de 2023
114ª REUNIÃO ORDINÁRIA	28 de novembro de 2023
115ª REUNIÃO ORDINÁRIA	20 de dezembro de 2023

Fonte: <https://iprev.df.gov.br/comite-de-investimento-e-analise-de-risco-ciar/>.



INSTITUTO DE **PREVIDÊNCIA** **DOS SERVIDORES** DO DISTRITO FEDERAL



VISÃO

Ser reconhecido, por beneficiários e contribuintes, pela excelência na gestão previdenciária no Distrito Federal.



VALORES

Integridade, confiabilidade, sustentabilidade e transparência.



MISSÃO

Trabalhar para a construção de um futuro previdenciário seguro a seus beneficiários, com o menor impacto possível aos contribuintes.

Conheça mais em
www.iprev.df.gov.br

